



# RELATÓRIO E CONTAS

## DO EXERCÍCIO DE 2007

---

---

## PERFIL DO GRUPO CIMPOR

A CIMPOR é um Grupo cimenteiro internacional – um dos dez maiores a nível mundial – com sede e centro de decisão em Portugal, cuja actividade, no final de 2007, se estendia a doze países de quatro continentes, com uma capacidade instalada de produção de cimento (com clínquer próprio) de 28,4 milhões de toneladas/ano.

O *core business* do Grupo reside na actividade de produção e comercialização de Cimento, onde, nos mercados de Portugal, Cabo Verde e Moçambique, detém uma posição de liderança, a nível nacional. Betões, Agregados e Argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios, os quais, em termos consolidados, atingiram, em 2007, o valor de 1.966 milhões de euros.

## VISÃO ESTRATÉGICA

Pioneiro na adopção do conceito de Desenvolvimento Sustentável e assumindo-se como um dos principais protagonistas, a nível mundial, do movimento de consolidação do sector, o Grupo CIMPOR pretende prosseguir no caminho do crescimento e da internacionalização, mantendo-se fiel àquele conceito, preservando a sua independência face aos outros grandes grupos cimenteiros e conservando o seu centro de decisão em Portugal.

## VALORES

- Ao nível dos Accionistas – Defesa dos seus legítimos interesses, através da valorização intrínseca dos capitais investidos na Empresa e da sua correcta remuneração.
- Ao nível dos Clientes – Focalização na plena satisfação das suas expectativas, dentro dos princípios éticos de integridade e de cumprimento das normas aplicáveis.
- Ao nível dos Colaboradores – Remuneração adequada ao seu trabalho, criação de condições de valorização profissional e equidade no tratamento e promoção de uma política activa de respeito pelas normas de higiene, saúde e segurança no trabalho.
- Ao nível da Organização – Busca constante da Excelência, através do estabelecimento de objectivos ambiciosos e da escolha, a todos os níveis, de lideranças com capacidade de assumpção de responsabilidades e de cumprimento dos objectivos.
- Ao nível da Qualidade – Respeito pelos normativos nacional e internacional, designadamente no tocante à Certificação de Produtos e ao bom funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade.
- Ao nível do Ambiente – Integração harmoniosa no meio social e cultural envolvente, com base numa política activa de requalificação ambiental e de cooperação com as comunidades locais.
- Ao nível da Inovação – Prossecução de uma política de inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços, em colaboração com o meio académico e científico, clientes e fornecedores.
- Ao nível das Comunidades Locais – Implementação de uma política de apoio social atenta às carências estruturais e de suporte a actividades sociais e culturais.
- Ao nível da Sociedade em Geral – Prossecução de políticas de Comunicação e de Responsabilidade Social que assegurem completa transparência acerca das realizações do Grupo e demonstrem a assumpção dos deveres de cidadania que proactivamente acata.

## ESTRATÉGIA

- Consolidação das posições actuais, mediante crescimento orgânico (aumentos de eficiência e capacidade) e uma maior penetração nos diferentes mercados onde o Grupo já opera (através da expansão para negócios relacionados com a fileira do cimento).
- Realização de novas aquisições, dentro dos limites ditados pela capacidade financeira do Grupo e pelo desejável equilíbrio entre uma actuação centrada em mercados emergentes e a presença em mercados consolidados e maduros, cujo menor potencial de crescimento é compensado por inferiores níveis de risco.
- Optimização das operações, através do aproveitamento de sinergias, da redução de custos (designadamente energéticos), do aumento da produtividade do pessoal e de investimentos em I&D.
- Desenvolvimento da actividade de *trading* entre as empresas do Grupo, de forma a equilibrar os picos da procura em certos mercados com os excessos de oferta noutras áreas.

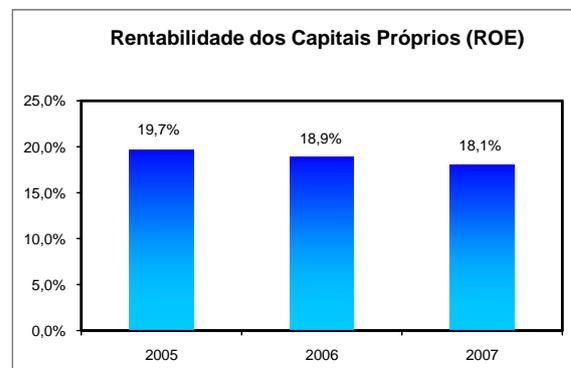
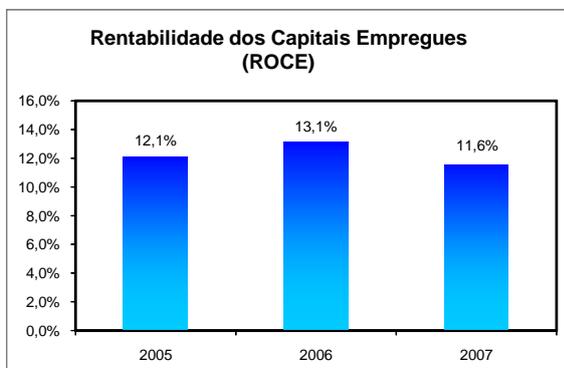
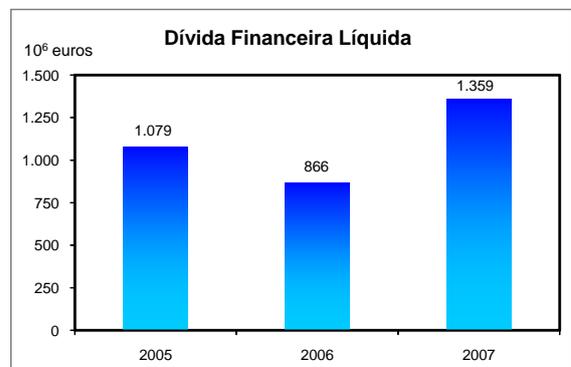
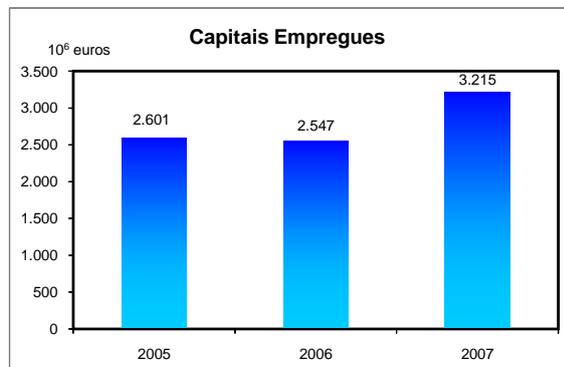
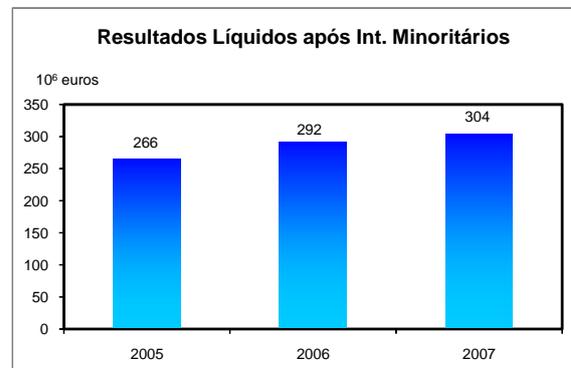
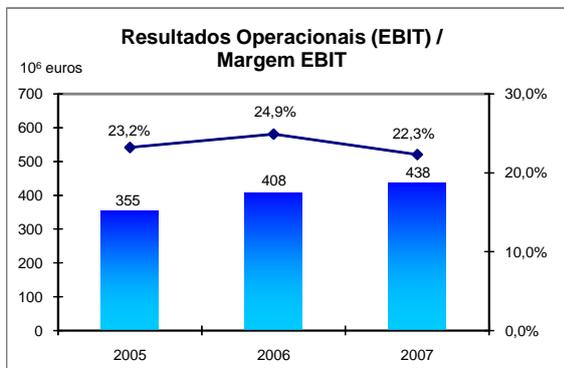
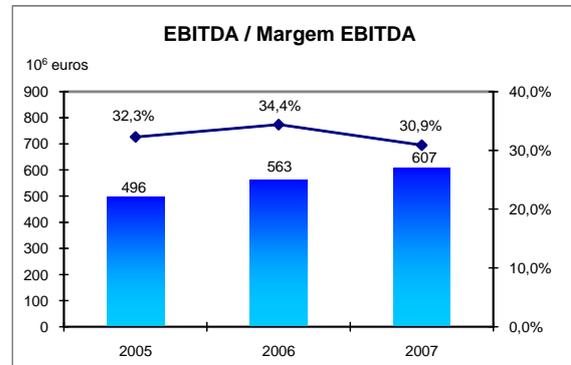
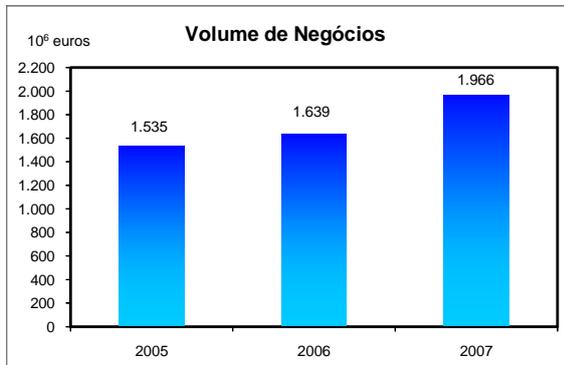
## SÍNTESE DE INDICADORES

Dados Consolidados	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada (Cimento) <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	28.360	24.115	17,6 %	23.885
Vendas do Grupo					
Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	24.547	20.445	20,1 %	19.806
Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	8.664	6.943	24,8 %	7.058
Agregados	10 <sup>3</sup> ton	15.204	12.987	17,1 %	13.228
Argamassas	10 <sup>3</sup> ton	543	485	11,9 %	477
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	1.966,1	1.638,9	20,0 %	1.534,9
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	207,1	173,2	19,5 %	169,0
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	607,0	563,0	7,8 %	495,8
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	438,1	408,1	7,4 %	355,4
Resultados Financeiros (liq.)	10 <sup>6</sup> euros	-48,0	-42,3	s.s.	-3,3
Resultados Antes de Impostos	10 <sup>6</sup> euros	390,1	365,8	6,7 %	352,2
Resultados Líquidos após Int. Minoritários	10 <sup>6</sup> euros	304,1	291,9	4,2 %	266,2
Activo Total	10 <sup>6</sup> euros	4.834,0	3.857,8	25,3 %	3.805,4
Capital Próprio Atribuível a Accionistas	10 <sup>6</sup> euros	1.796,4	1.579,7	13,7 %	1.519,1
Interesses Minoritários	10 <sup>6</sup> euros	102,9	74,1	38,9 %	65,5
Dívida Financeira Líquida <sup>(2)</sup>	10 <sup>6</sup> euros	1.359,3	865,6	57,0 %	1.079,4
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	3.214,6	2.547,1	26,2 %	2.600,9
Capital Investido	10 <sup>6</sup> euros	3.498,4	2.763,0	26,6 %	2.823,0
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	7.530	5.950	26,6 %	5.827
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	282,6	279,3	1,2 %	266,1
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	117,0	125,5	-6,8 %	115,2
Investimento Líquido					
Goodwill (Filiais)	10 <sup>6</sup> euros	332,9	14,5	s.s.	11,2
Activos Fixos Tangíveis	10 <sup>6</sup> euros	498,8	166,1	200,3 %	149,0
CF Operacional / Vol. Negócios (Margem EBITDA)		30,9%	34,4%		32,3%
Result. Operacionais / Vol. Negócios (Margem EBIT)		22,3%	24,9%		23,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)		18,1%	18,9%		19,7%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) <sup>(3)</sup>		11,6%	13,1%		12,1%
Dívida Financeira Líquida / Capital Investido		38,9%	31,3%		38,2%
Capitalização Bolsista (31 Dez)	10 <sup>6</sup> euros	4.032	4.227	-4,6 %	3.125
Resultado Líquido por Acção (EPS)	euros	0,45	0,44	4,1 %	0,40
Cotação (31 Dez) / Resultados por Acção (PER)		13,2	14,4		11,7

(1) Capacidade anual de produção de cimento com clínquer próprio (31 Dez)

(2) Empréstimos Obtidos (incluindo *Leasings* e Acréscimos de Custos com a natureza de Dívida Financeira) - Disponibilidades, Títulos Negociáveis e outras Aplicações Financeiras

(3) Resultados Operacionais Ajustados (Líquidos de *Cash Taxes*) / Capitais Empregues



## ACONTECIMENTOS SOCIETÁRIOS MAIS RELEVANTES

- Realização, em 11 de Maio de 2007, da Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., a qual, para além de aprovar todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração – designadamente uma proposta de alteração parcial do Contrato de Sociedade para sua actualização e adequação às modificações impostas pela nova legislação sobre sociedades comerciais – elegeu um novo Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral e, na sequência da referida alteração estatutária, os titulares dos novos órgãos de Fiscalização da Sociedade, um e outros até ao final do presente mandato (2005/2008).
- Entrada do Grupo CIMPOR nos mercados da Turquia, China e Peru, através da realização das seguintes operações:
  - Aquisição, por um valor de aproximadamente EUR 550 milhões, de um conjunto de participações, directas e indirectas, representativas de cerca de 99,68% do capital social da empresa cimenteira turca Yibitaş Lafarge Orta Anadolu Çimento Sanayi ve Ticaret A.Ş. (YLOAÇ);
  - Aquisição, através da Cimpor Chengtong Cement Corporation, Ltd., e pelo valor de cerca de EUR 2 milhões, de 60% do capital social da empresa cimenteira chinesa Shandong Liuyuan New Type Cement Development Co., Ltd. (NLG);
  - Aquisição, pelo valor de aproximadamente EUR 13,1 milhões, de uma participação de 80% na sociedade de direito peruano Cementos Otorongo, S.A.C., no âmbito de uma operação de aumento do respectivo capital social.
- Celebração de um contrato vinculativo – sujeito a diversas condições precedentes – para a aquisição, por cerca de EUR 56 milhões, de uma participação de 53,63% no capital social da empresa cimenteira indiana Shree Digvijay Cement Company Limited, cotada na Bolsa de Valores de Bombaim.
- Aumento do capital social da Cimpor Finance Limited em USD 14 milhões, totalmente subscrito e realizado pela Cimpor Inversiones, S.A..

### Portugal

- Aumento da participação detida pela Cimpor Betão, SGPS, S.A., na Betão Liz, S.A., de 66,4% para 100%, mediante a aquisição, pelo valor de aproximadamente EUR 9,2 milhões, de um lote de acções representativas de 33,37% do respectivo capital social e da compra das acções remanescentes ao abrigo do artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais.
- Aquisição, pela Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., e pela importância de EUR 2,4 milhões, de uma quota de 25% no capital social da Cimentaçor – Cimentos dos Açores, Lda., com o que este último passou a ser integralmente detido pela referida sociedade.
- Alienação, pela Cimpor Portugal, SGPS, S.A., e pelo valor de EUR 6 milhões, da totalidade da sua participação (42,86%) no capital da Cimentos Madeira, Lda..

- Aquisição, pela Kandmad, SGPS, S.A., de uma participação de 11% no capital social da Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A., onde o Grupo CIMPOR já detinha os restantes 89%.
- Dissolução e liquidação das empresas Betabeiras – Betões da Beira, S.A., e Cimadjuvantes – Comercialização e Produção de Adjuvantes para Cimento, Lda..
- Aumento do capital social da Alempedras – Sociedade de Britas, Lda., de EUR 5 mil para EUR 1 milhão, e aquisição, por esta sociedade, de 40% do capital da empresa Sogesso – Sociedade de Gessos de Soure, S.A..
- Alienação, pela Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A., de parte da sua participação no capital da Keefers Finance, S.A., reduzindo a sua participação nesta última para 18%.
- Incorporação da Bepronor – Sociedade de Betão Pronto do Nordeste, S.A., na Cimpor Betão – Indústria de Betão Pronto, S.A..
- Obtenção das licenças ambientais integradas para os Centros de Produção de Souselas, Alhandra e Loulé da Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A..
- Obtenção das licenças para co-incinerar farinhas animais (biomassa animal) e resíduos banais num dos fornos do Centro de Produção de Alhandra.
- Obtenção de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> – 4.053.897 toneladas/ano – para o período 2008-2012.

## Espanha

- Conclusão dos investimentos de modernização e expansão das fábricas de Córdoba e Niebla, cujas capacidades de produção de clínquer aumentaram em 230 mil e 150 mil toneladas/ano, respectivamente.
- Redução (visando a cobertura de prejuízos de exercícios anteriores) do capital social das empresas Sociedad Industrial y Financiera Gallega, S.L., e Firms y Hormigones Sani, S.L., e posterior aumento do capital desta última para EUR 3,5 milhões.
- Aumento do capital social da Tabanque, S.L., em EUR 100 mil.
- Obtenção da licença ambiental integrada para a fábrica de Córdoba.
- Obtenção de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> – 2.025.769 toneladas/ano – para o período 2008-2012.

## Marrocos

- Criação de uma *joint-venture* entre as empresas Asment de Témara (Grupo CIMPOR), Lafarge Maroc e Ciment du Maroc (Grupo Italcementi), com vista ao desenvolvimento de actividades relacionadas com a valorização de resíduos.

- Aumento do capital social da Asment du Centre, S.A., de MAD 300 mil para MAD 60 milhões, integralmente subscrito pela Cimpor Inversiones, S.A..
- Adjudicação à empresa La Compagnie des Vents dos estudos de implantação de um parque eólico de 10 MW para o abastecimento de energia à fábrica da Asment de Témara.
- Manutenção das certificações dos Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001/2000) e de Gestão Ambiental (ISO 14001/2004).

## Tunísia

- Redução do capital social da Ciments de Jbel Oust (CJO), de TND 90.082.400 para TND 82.297.400, mediante a amortização de 77.850 acções detidas pela Cimpor Inversiones, S.A., e seu posterior aumento para TND 87.423.000, por incorporação da reserva especial de investimento.
- Arranque dos trabalhos preparatórios de implementação dos Sistemas de Gestão Ambiental e de Segurança e Higiene Ocupacional, com vista à obtenção das correspondentes certificações segundo a norma ISO 14001 e o referencial OHSAS 18000, respectivamente.

## Egipto

- Lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição sobre a totalidade do capital social da empresa Misr Cement Co, S.A.E. (“Misr Qena”), cotada na Bolsa de Valores do Cairo, a qual viria a não ter êxito.
- Início da actividade produtiva (fabrico de sacos de papel para cimento) da Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Cimpsac), à qual foi concedida isenção total de impostos sobre os lucros até ao final de 2017.
- Obtenção, pela Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (AMCC) das certificações de Qualidade ISO 9001/2000 e de Gestão Ambiental ISO 14001/2004 e confirmação dessas mesmas certificações na Amreyah Cement Company, S.A.E. (AMCC).

## Turquia

- Lançamento, pela Cimpor Internacional, SGPS, S.A., de uma Oferta Pública de Aquisição sobre 0,64% do capital social da Yibitaş Holding A.Ş., passando o Grupo CIMPOR a deter uma participação de 99,43% na referida empresa.
- Lançamento, pela Cimpor Yibitaş Çimento Sanayi ve Ticaret A.Ş. (ex-YLOAÇ), de uma Oferta Pública de Aquisição sobre 27,08% do capital social da Yibitaş Yozgat İşçi Birliği İnşaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.Ş., na sequência da qual a primeira elevou a sua participação nesta última para 77,75%.
- Conclusão do projecto de construção de um novo moinho de cimento em Hasanoglan (Ankara), com uma capacidade nominal de 725 mil toneladas/ano.

- Início da construção, em Hasanoğlan (Ankara), de uma nova linha de produção de clínquer de 2.500 toneladas/dia, o que permitirá aumentar em perto de 1 milhão de toneladas/ano, a partir de 2009, a capacidade de produção de cimento com clínquer próprio da Cimpor Yibitaş.
- Entrada em exploração de uma nova central de betão em Ankara.

## Brasil

- Instauração à C.C.B. – Cimpor Cimentos do Brasil, Ltda., a partir da análise dos documentos apreendidos em sede de Averiguação Preliminar em várias empresas do sector cimenteiro, de um Processo Administrativo para investigação de eventuais condutas alusivas à prática de infracções à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto.
- Aquisição de três centrais de betão pronto no estado de São Paulo, com uma capacidade total de produção de 120.000 m<sup>3</sup>/ano.
- Fusão da Cimpor Brasil Participações, Ltda., com a CCB – Cimpor Cimentos do Brasil, Ltda., por incorporação da primeira na segunda.
- Manutenção da certificação de Gestão Ambiental ISO 14001:2004 na fábrica de João Pessoa e obtenção da mesma nas unidades de Brumado e Cajati.
- Obtenção da certificação de Segurança e Higiene Ocupacional segundo a norma OHSAS 18001:2007 na moagem de Brumado e nas fábricas de João Pessoa e Cajati, bem como da certificação de Qualidade ISO 9001:2000 em 10 centrais de betão e respectivos serviços de apoio.

## Moçambique

- Alienação da totalidade da participação da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., na Premap – Prefabricados de Maputo, S.A.R.L..
- Assinatura de um contrato promessa de compra, pela Cimpor Internacional, SGPS, S.A., de um lote adicional de acções da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., correspondente a cerca de 10,8% do respectivo capital social, pelo valor de aproximadamente 150 milhões de meticais.
- Atribuição de licença ambiental à fábrica da Matola.

## África do Sul

- Reestruturação das operações da Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (NPC) em conformidade com a legislação da África do Sul em matéria de *Black Economic Empowerment (BEE)*, mediante a criação de uma nova empresa – NPC-CIMPOR (Pty) Ltd. – participada em 74% pela Cimpor Inversiones, S.A., em 20,5% por uma entidade constituída por agentes económicos baseados em KwaZulu-Natal e em 5,5% por um fundo dos próprios trabalhadores da empresa.
- Entrada em exploração de uma nova moagem de cimento (incluindo silo,

ensacagem e expedição), dotada de uma capacidade de produção de cerca de 560.000 toneladas/ano.

- Manutenção, nas três unidades fabris da NPC (Durban, Simuma e Newcastle), da classificação “5 estrelas” atribuída pela *National Occupational Safety Association (NOSA)*, em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho.
- Aquisição de uma nova central de betão e de dois terrenos para instalação de outras duas centrais.
- Criação de uma *joint-venture* com a Lafarge South Africa, destinada à selecção, preparação e fornecimento de resíduos processados, com vista à sua utilização como matérias-primas e/ou combustíveis alternativos.

## Cabo Verde

- Aquisição, através da Cimentos de Cabo Verde, S.A. (CCV), de 55% do capital social da empresa Betões de Cabo Verde, S.A..

## China

- Assinatura de um contrato de cooperação, válido por 50 anos, entre o Governo de Shanting e a NLG, visando a construção, por esta última, de uma nova fábrica de cimento, localizada naquele distrito (província de Shandong), integrando duas linhas de produção de clínquer, ambas de 5.000 toneladas/dia.
- Assinatura de um contrato-quadro, entre o Governo de Huaian e a NLG, para a construção, naquela cidade (situada na província de Jiangsu), de uma nova moagem de cimento, dispondo de uma capacidade de produção anual de um milhão de toneladas.
- Constituição da sociedade Cimpor Macau Investment Company, Ltd., com um capital social de MOP 80 milhões, detido a 50% pela Cimpor Inversiones, S.A..
- Aumento do capital social da Cimpor Chengtong Cement Corporation, Ltd. (CCCC), de HKD 10 mil para HKD 245.380 mil, realizado, na proporção das suas participações (80% e 20%, respectivamente), pela Cimpor Inversiones, S.A. – através da conversão em capital de um empréstimo de cerca de EUR 18,8 milhões – e pela China Chengtong Cement Group, Ltd. – mediante o *apport* da totalidade do capital social da empresa Sea-Land Mining, Ltd., detentora de uma participação de 71,03% no capital da empresa cimenteira Suzhou Nanda Cement Company, Ltd..
- Alienação à Cimpor Macau Investment Company, Ltd., da participação (80%) detida pela Cimpor Inversiones, S.A., no capital social da CCCC.
- Aumento do capital social da Shandong Liuyuan New Type Cement Development Co., Ltd. (NLG) em CNY 270 milhões, integralmente subscrito e realizado pela CCCC (o que elevou para 96% a respectiva participação no capital da referida empresa), ficando o restante accionista da NLG a deter uma *call option*, exercitável no prazo de 5 anos, sobre a parcela que lhe caberia subscrever.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

<b>Presidente:</b>	Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
<b>Vogais:</b>	Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa Dr. Jacques Lefèvre Eng. Jean Carlos Angulo * Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura * Eng. Luís Filipe Sequeira Martins * Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc * Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte * Dr. Vicente Árias Mosquera Sr. José Manuel Baptista Fino Dr. José Enrique Freire Arteta

\* Comissão Executiva

### Conselho Fiscal

<b>Presidente:</b>	Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe
<b>Vogais:</b>	Dr. Luís Black Freire d'Andrade Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos

### Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC, S.A., representado por  
Dr. João Luis Falua Costa da Silva

### Assembleia Geral

<b>Presidente:</b>	Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles
<b>Vice-Presidente:</b>	Dr. Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos
<b>Secretário:</b>	Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom

## SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

<b>Secretário Efectivo</b>	Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom
<b>Secretário Suplente</b>	Dr. Armindo Oliveira das Neves

## ÍNDICE

### RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2007

• Perfil do Grupo CIMPOR	
• Síntese de Indicadores	
• Acontecimentos Societários Mais Relevantes	1
• Órgãos Sociais	6
0 – DECLARAÇÃO (nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do CSC)	10
I – GOVERNO DA SOCIEDADE	11
0. Declaração de Cumprimento	12
1. Divulgação de Informação	15
1.1. Estrutura Organizativa	15
1.1.1. Grupo CIMPOR	15
1.1.2. CIMPOR Holding	16
1.1.3. Serviços Partilhados	17
1.1.4. CIMPOR TEC	18
1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social	19
1.3. Sistema de Controlo de Riscos	20
1.4. A CIMPOR no Mercado de Capitais	21
1.4.1. Capital Social e Estrutura Accionista	21
1.4.2. Comportamento das Acções na Bolsa de Valores	22
1.4.3. Acções Próprias	25
1.5. Política de Distribuição de Dividendos	26
1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções	27
1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se Encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo	30
1.8. Gabinete de Relações com Investidores	31
1.9. Comissão de Fixação de Remunerações	32
1.10. Remuneração do Auditor	32
1.11. Órgãos de Fiscalização e Assembleia Geral	33
2. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	35
3. Regras Societárias	36
3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade	36
3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade	36
3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição	37
3.4. Alteração dos Estatutos da Sociedade	37
4. Órgão de Administração	38
4.1. Caracterização do Órgão de Administração	38

4.2. Comissão Executiva	45
4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração	46
4.4. Remunerações	47
4.5. Política de Comunicações de Irregularidades	49
II – ACTIVIDADE DO GRUPO EM 2007	51
1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial	52
1.1. Evolução da Economia Mundial	52
1.2. Evolução do Sector Cimenteiro	52
2. Internacionalização	55
2.1. Turquia	55
2.2. China	55
2.3. Peru	56
2.4. Índia	56
3. Análise dos Resultados do Grupo	57
3.1. Síntese da Actividade Global	57
3.2. Portugal	64
3.3. Espanha	66
3.4. Marrocos	67
3.5. Tunísia	69
3.6. Egipto	70
3.7. Turquia	71
3.8. Brasil	72
3.9. Moçambique	74
3.10. África do Sul	75
3.11. Cabo Verde	76
3.12. China	77
4. Actividade da CIMPOR TEC	79
5. Sustentabilidade e Responsabilidade Social	80
6. Recursos Humanos	83
7. Política Financeira e de Gestão de Riscos	85
7.1. Gestão da Dívida Financeira	85
7.2. Política de Gestão de Riscos	87
7.2.1. Gestão dos Riscos Financeiros	87
7.2.2. Gestão dos Riscos Patrimoniais	88
8. Tecnologias de Informação	90
9. Perspectivas para 2008	91
9.1. Perspectivas Globais	91
9.2. Grupo CIMPOR	91
10. Eventos Posteriores	94
III – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS	97
• Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	98
• Demonstrações Consolidadas dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	99

• Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	100
• Demonstrações Consolidadas de Rendimentos e Gastos Reconhecidos dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	101
• Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2007	102
• Titulares de Participações Sociais Qualificadas	184
• Participações Sociais dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	185
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	189
• Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	195
<b>RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2007 (HOLDING)</b>	<b>197</b>
<b>I – RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>199</b>
1. Síntese da Actividade	200
2. Informações Legais	200
3. Eventos Subsequentes	202
4. Perspectivas para 2008	202
5. Proposta de Aplicação de Resultados	202
<b>II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS DA <i>HOLDING</i></b>	<b>205</b>
• Balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	206
• Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	207
• Demonstrações dos Resultados por Funções dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	208
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006	209
• Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007	211
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	233
• Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	235

**0**

**DECLARAÇÃO**

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CIMPOR); e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CIMPOR e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 17 de Abril de 2008

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Árias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta



I

# GOVERNO DA SOCIEDADE

---

---

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades cotadas, bem como a divulgação periódica – junto dos seus *stakeholders*, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adoptadas pelo Grupo nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial da CIMPOR.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade e do Grupo, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação determinados pelo Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2001 (com as alterações introduzidas pelo Regulamentos da CMVM n.ºs 11/2003, 10/2005 e 3/2006).

## 0. Declaração de Cumprimento

A CIMPOR sempre conferiu especial importância à adopção dos melhores modelos organizativos e das práticas e orientações mais adequadas em matéria de Governo da Sociedade, procurando acompanhar a evolução das principais tendências internacionais e promovendo internamente uma reflexão crítica sobre as mesmas.

Consequência da importância que atribui a estas matérias, a CIMPOR é, hoje em dia, de entre todas as sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisboa, uma das que apresenta maior índice de cumprimento de tais Recomendações. Assim, e com referência ao respectivo elenco, divulgado pela CMVM após o processo de consulta pública lançado em 2005, a CIMPOR segue, na íntegra, todas as recomendações respeitantes a:

1. Divulgação da informação;
2. Ausência de restrições ao exercício activo do direito de voto e representação de accionistas;
3. Existência de um sistema interno de controlo;
4. Ausência de medidas defensivas destinadas a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição;
5. Composição do órgão de administração;
- 5-A. Existência de um número suficiente de administradores não executivos;
6. Existência, de entre os membros não executivos do órgão de administração, de um número suficiente de membros independentes;
7. Existência de uma comissão de controlo interna com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários;
10. Aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores;
- 10-A. Adopção de uma política de comunicação de irregularidades.

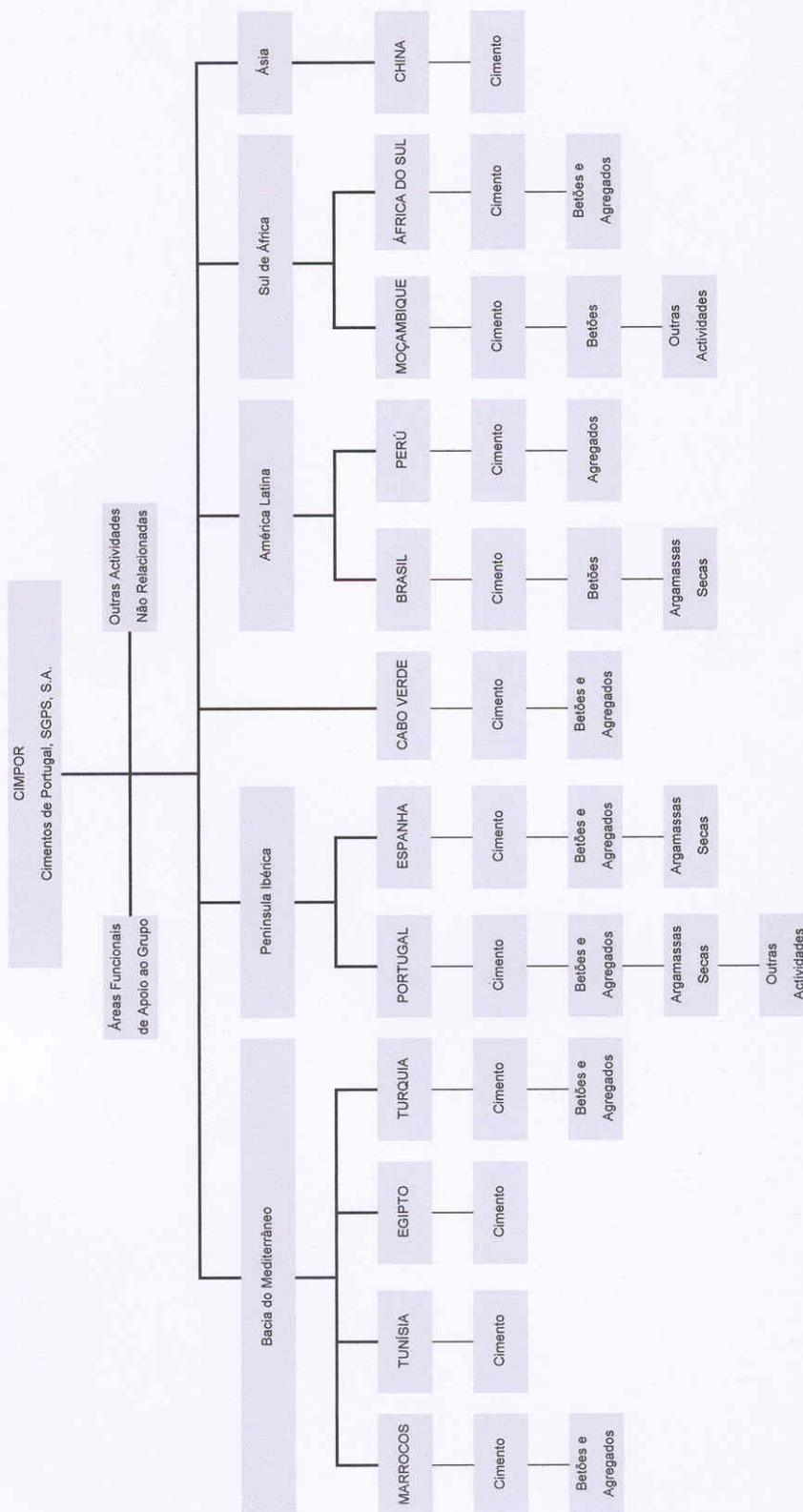
Relativamente à recomendação n.º 8, respeitante à remuneração dos membros do órgão de administração, a mesma é integralmente cumprida quanto à estruturação da referida remuneração de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade, mas não o é quanto à respectiva divulgação anual em termos individuais.

A não adopção desta parte final da recomendação n.º 8 baseia-se, antes do mais, no entendimento de que os accionistas, ao optarem, nos termos do n.º 1 do artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 16.º do contrato de sociedade,

por nomear uma comissão destinada, precisamente, à fixação das remunerações dos administradores, em alternativa à sua definição pela assembleia geral, o fizeram com um objectivo que, implicando, por natureza, alguma reserva, se afigura incompatível com uma eventual divulgação pública, em termos individuais, das referidas remunerações. Acresce que, tratando-se de uma matéria em que, segundo a lei portuguesa, os accionistas são soberanos, os mesmos poderão sempre – na eventualidade de considerarem insuficiente a informação disponibilizada, com a discriminação imposta pelo n.º 5 do capítulo IV do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001 – decidir em sentido diverso.

O entendimento de que os accionistas, ao haverem depositado numa Comissão de Fixação de Remunerações, devidamente mandatada, a responsabilidade de definir a política de remunerações dos órgãos sociais, lhe conferiram total autonomia nessa matéria, justifica igualmente a não submissão à apreciação pela assembleia geral anual de uma declaração sobre a referida política e o conseqüente não cumprimento da recomendação n.º 8-A.

Por último, no tocante à recomendação n.º 9, de independência de todos os membros da Comissão de Fixação de Remunerações relativamente aos membros do órgão de administração, o facto de a mesma não ser integralmente respeitada – dado que um dos seus membros, à luz do n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, é tido como não independente relativamente a um dos administradores – explica-se pela consideração de que, estando o mesmo em minoria no seio da referida Comissão, eventuais problemas de conflito de interesses se encontram suficientemente salvaguardados.



## 1. Divulgação de Informação

### 1.1. Estrutura Organizativa

#### 1.1.1. Grupo CIMPOR

Em termos organizacionais, o Grupo CIMPOR encontra-se estruturado por Áreas de Negócios, correspondentes aos diferentes países onde o Grupo desenvolve a sua actividade. As referidas Áreas de Negócios agrupam-se, por seu turno, em grandes regiões, a saber, actualmente: (i) Península Ibérica; (ii) Bacia do Mediterrâneo; (iii) América Latina; (iv) Sul de África; e (v) Ásia. Dentro de cada Área de Negócios, as diversas actividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a actividade principal a produção e comercialização de cimento.

Enquanto *holding* do Grupo, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico – designadamente no que respeita a todo o seu processo de internacionalização – e pela gestão global do conjunto das diferentes Áreas de Negócios, garantindo a respectiva coordenação em matéria de recursos financeiros, técnicos, humanos e outros, segundo os critérios e orientações que, de acordo com os grandes objectivos do Grupo, emanam do Plano Estratégico (a cinco anos) revisto e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

O acompanhamento, em maior profundidade, da gestão das diversas Áreas de Negócios é assegurado, no que respeita às actividades desenvolvidas em Portugal, pela CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., e, nos restantes casos, pela CIMPOR Inversiones, S.A., uma *subholding*, com sede em Espanha, constituída em 2002 para servir de plataforma à expansão do Grupo na área internacional.

Cada uma das regiões *supra* referidas, à excepção da Península Ibérica (onde, pela dimensão e diversidade das suas operações, não existe tal figura), é coordenada por um “responsável de zona”, presente nos órgãos de administração das empresas localizadas nas respectivas Áreas de Negócios, o qual reporta directamente ao Conselho de Administração da CIMPOR Inversiones, S.A..

Este último é composto por três dos cinco membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração da *holding* – Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, Eng. Luís Filipe Sequeira Martins e Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc – os quais integram igualmente os órgãos de administração das *subholdings* responsáveis pela coordenação das actividades do Grupo em Portugal e Espanha – a CIMPOR Portugal, SGPS, S.A., e a Corporación Noroeste, S.A., respectivamente.

É também a estes três administradores que, sem prejuízo do exercício colegial das funções delegadas na referida Comissão Executiva, estão especialmente cometidas as responsabilidades pelo acompanhamento das diferentes Áreas Funcionais do Grupo:

- Relações Externas e Comunicação, Assuntos Jurídicos, Recursos Humanos e Auditoria Interna – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Centro Corporativo, Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade e Planeamento,

Controlo e Sistemas de Informação – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

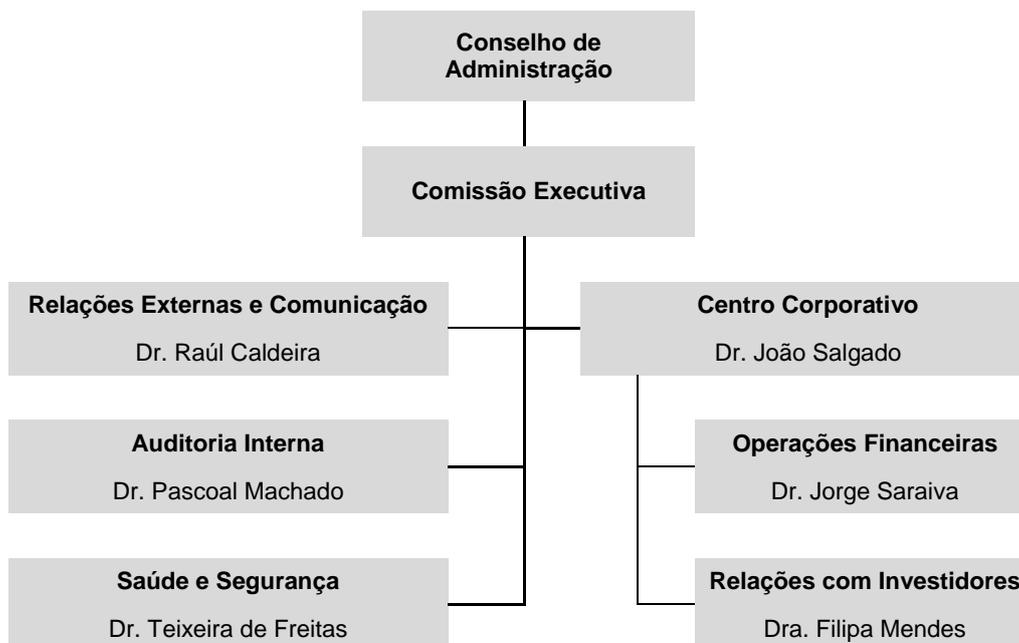
Quanto à organização societária de cada Área de Negócios, corresponde ao modelo que, em cada caso, é considerado mais conforme às características e condições de exercício da respectiva actividade, bem como ao sistema legal vigente no país, visando o aproveitamento de eventuais sinergias e a captação dos benefícios decorrentes de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável.

Cada uma das Áreas de Negócios funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interactiva, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento e os objectivos e orçamentos anuais e se procede, periodicamente, à sua revisão e controlo. Procura-se que a administração de cada uma das diferentes Áreas de Negócios seja garantida tanto por quadros de nacionalidade local como por outros quadros do Grupo, visando uma gestão multicultural.

Nas sociedades dependentes, directa ou indirectamente, da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as decisões mais importantes – *vg.*, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico do Grupo – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *holding*. O mesmo acontece relativamente a decisões ou actuações que, quando tratadas a nível de Grupo, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

### 1.1.2. CIMPOR Holding

Para o correcto exercício das suas funções, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., dispõe de um conjunto de estruturas funcionais, de apoio à gestão do Grupo e de cada uma das suas Áreas de Negócios, identificadas no diagrama junto.



O *Centro Corporativo* tem por funções essenciais: (i) contribuir para a concretização da estratégia de desenvolvimento internacional do Grupo, assegurando os processos

tendentes à aquisição de empresas nos diferentes mercados para onde o Grupo pretende expandir a sua actividade; (ii) assegurar, por intermédio do *Gabinete de Relações com Investidores*, a comunicação regular com os diversos intervenientes no mercado de capitais, designadamente os accionistas, supervisores e demais organismos públicos, analistas financeiros e gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo; e (iii) garantir, no âmbito da *Área de Operações Financeiras*, o acesso, nas melhores condições, aos recursos financeiros necessários à expansão do Grupo e ao seu funcionamento corrente.

A *Direcção de Relações Externas e Comunicação* garante a execução das políticas de comunicação e imagem do Grupo.

Quanto ao *Gabinete de Auditoria Interna*, é responsável, em todo o Grupo, pela realização e coordenação da actividade de auditoria das áreas financeira, patrimonial e operacional, mediante o exame e avaliação dos níveis de adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e da qualidade do seu desempenho.

Criada na sequência da assumpção da “Saúde Ocupacional e Segurança” como um dos valores fundamentais da cultura empresarial do Grupo CIMPOR e um dos alvos prioritários da sua estratégia de actuação, a *Assessoria – Saúde e Segurança* tem por missão, relativamente a este tema: (i) propor as linhas de orientação que devem nortear a política a seguir, os objectivos a atingir e o sistema de gestão a utilizar; (ii) dinamizar a sua implementação; (iii) coordenar, em termos funcionais, e ao nível de todo o Grupo, as actividades em causa; e (iv) controlar a sua execução, avaliando os respectivos resultados.

### 1.1.3. Serviços Partilhados

A uniformização e standardização de processos e práticas que permitam assegurar um incremento da cultura de Grupo e uma melhoria da qualidade, fluxo e fiabilidade da informação de suporte à decisão constituem, desde há muito, um importante pilar da política global do Grupo CIMPOR.

No início de 2004, na sequência da constituição de uma empresa de “Serviços Partilhados” – a CIMPOR – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (CIMPOR Serviços) – foram transferidos para esta última um conjunto de processos/funções, *non-core business*, até então dispersos pela *holding* do Grupo, pela sub-*holding* CIMPOR Portugal e pelas próprias empresas operacionais.

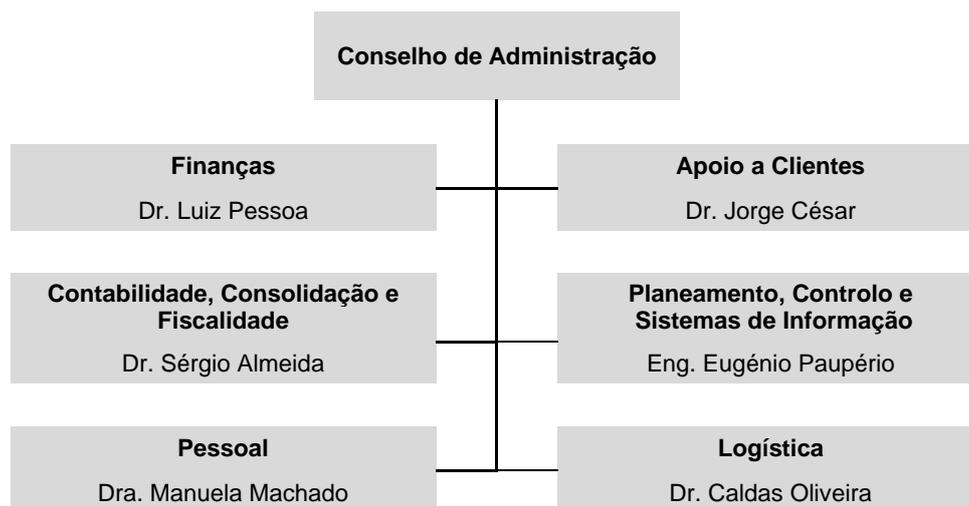
Prestando serviços de gestão, consultoria e assessoria a todas as empresas do Grupo (especialmente às sedeadas em Portugal), a CIMPOR Serviços está organizada, actualmente, conforme o diagrama junto.

A *Direcção de Planeamento, Controlo e Sistemas de Informação* assegura a coordenação e execução de todo o processo de elaboração e controlo dos planos e orçamentos das diferentes Áreas de Negócios e das empresas sedeadas em Portugal, bem como a gestão e desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação utilizados pelo Grupo.

À *Direcção de Contabilidade, Consolidação e Fiscalidade*, compete: (i) promover e executar todo o processo de consolidação financeira; (ii) definir os princípios e políticas contabilísticos do Grupo, além de coordenar e apoiar a respectiva implementação; (iii) preparar e executar a contabilidade das diferentes empresas sedeadas em Portugal; e (iv) assegurar o planeamento fiscal do Grupo, bem como o correcto cumprimento das

obrigações fiscais das referidas empresas.

A *Direcção de Pessoal*, além de apoiar as diferentes Áreas de Negócios do Grupo na implementação da sua política de Recursos Humanos, é responsável, em Portugal, pela respectiva execução, procurando assegurar o melhor aproveitamento das competências disponíveis, bem como o desenvolvimento dos referidos recursos de forma a maximizar o empenhamento dos colaboradores e a contribuir para a sua realização pessoal e profissional. Cabe-lhe também, no quadro dos contratos de prestação de serviços celebrados com as empresas do Grupo sedeadas em Portugal, assegurar a gestão da função pessoal nas referidas empresas.



A *Direcção Financeira*, igualmente ao abrigo daqueles contratos, garante às empresas em causa a execução dos respectivos processos de contas a receber, contas a pagar e tesouraria, ao mesmo tempo que acompanha e controla a sua gestão financeira.

A *Direcção de Logística* assegura a gestão dos espaços físicos afectos às empresas do Grupo sedeadas em Lisboa (Rua Alexandre Herculano e Prior Velho) e presta serviços de apoio administrativo a essas mesmas empresas nas áreas de compras e economato, viagens e deslocações, comunicações e arquivo. Ao conjunto de todas as empresas integradas na Área de Negócios de Portugal, presta igualmente serviços de assessoria em matéria de desenvolvimento organizacional, bem como de apoio administrativo na área de gestão de viaturas e na contratação de seguros de acidentes de trabalho. Assegura ainda a gestão e controlo dos riscos patrimoniais do Grupo, garantindo que os mesmos estão devidamente cobertos por apólices de seguro adequadas ao nível dos riscos subjacentes à sua actividade.

Quanto à *Direcção de Apoio a Clientes*, tem por missão assegurar a ligação entre estes diferentes órgãos do Centro de Serviços Partilhados e as empresas por ele servidas – promovendo a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e o aumento dos níveis de satisfação das empresas-clientes – bem como prestar o apoio necessário, designadamente em assuntos de natureza jurídica, aos respectivos órgãos sociais.

#### 1.1.4. CIMPOR TEC

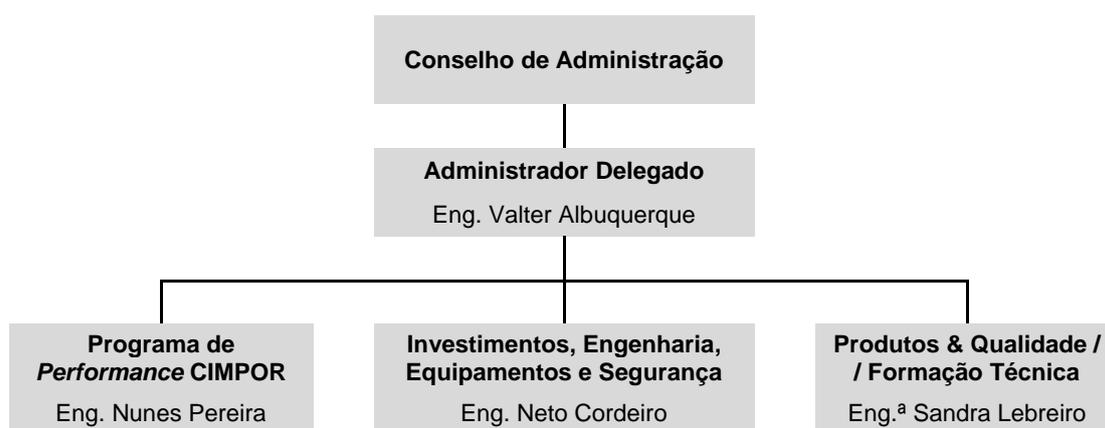
A necessidade de reforço da cultura do Grupo nas suas vertentes técnica e tecnológica levou o Conselho de Administração a decidir, no final de 2004, a integração de uma das estruturas funcionais da *holding* (o Centro Técnico e de Desenvolvimento Industrial), bem como do Laboratório Central da CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A., numa

nova empresa então criada: a CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.. A respectiva actividade, iniciada em 1 de Janeiro de 2005, consiste essencialmente em:

- Prestar serviços de assistência técnica e tecnológica às diferentes empresas do Grupo, sobretudo às do sector cimenteiro, visando, no respeito pelos princípios do Desenvolvimento Sustentável, a melhoria do desempenho das suas unidades operacionais;
- Assegurar a excelência técnica e económica dos investimentos industriais do Grupo naquele sector;
- Promover o lançamento de iniciativas comuns a todas as empresas do Grupo, designadamente acções de formação dos respectivos quadros, com vista ao progresso técnico da actividade de produção e comercialização de cimento;
- Prestar assessoria técnica na avaliação económica de eventuais oportunidades de aquisição de activos cimenteiros e na definição dos objectivos a atingir;
- Proporcionar o conhecimento e utilização, por todas as empresas do Grupo, do *know-how* existente em cada uma delas ou a que seja possível aceder externamente.

A organização da empresa contempla três grandes áreas de actividade, conforme o diagrama junto:

- *Programa de Performance CIMPOR*, correspondente ao desenvolvimento e implementação de ferramentas de gestão de desempenho nos domínios operacional, da engenharia de processo e ambiente e da geologia e matérias-primas;
- *Investimentos, Engenharia, Equipamentos e Segurança*, abrangendo os campos da gestão de investimentos e projectos, da automação e controlo, dos equipamentos e gestão da manutenção e da segurança e saúde ocupacional; e
- *Produtos & Qualidade / Formação Técnica*, onde, além destes domínios de actuação, se incluem o Laboratório Central e a função de I&D.



## 1.2. Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social

No início de 2002, e na sequência das melhores práticas internacionais de *corporate*

*governance*, foi constituída no seio do Conselho de Administração uma Comissão Consultiva sobre Governo da Sociedade, destinada a estudar, preparar e aconselhar aquele órgão no que concerne às normas e procedimentos internos a adoptar pelo mesmo em matéria de desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário, incluindo no que respeita ao funcionamento e relacionamento internos do próprio Conselho e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

Em 2005, o Conselho de Administração entendeu alargar o âmbito destas matérias às questões relativas à responsabilidade social do Grupo, passando aquela Comissão a designar-se por “Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social”.

A Comissão é composta por um mínimo de três administradores (maioritariamente não executivos e independentes), sendo a sua composição, actualmente, a seguinte:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura.

Destes, os dois primeiros são administradores não executivos independentes (nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001).

A Comissão reúne sempre que se justifique e, em princípio, pelo menos uma vez em cada semestre, sendo-lhe proporcionada, a expensas da sociedade, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

Em 2007, a Comissão reuniu por três vezes, tendo analisado as implicações, para a CIMPOR, das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário e de eventuais situações, face às novas disposições legais, de falta de “independência” e/ou de “incompatibilidade” de alguns membros dos órgãos sociais. A Comissão apreciou ainda o ante-projecto de Regulamento da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, tendo, designadamente, manifestado a sua discordância quanto à recomendação de rotatividade do administrador com o pelouro financeiro, o que, tratando-se de uma empresa do sector industrial, como é o caso da CIMPOR, classificou como pouco exequível e até mesmo inconveniente.

### **1.3. Sistema de Controlo de Riscos**

A gestão de riscos, no Grupo CIMPOR, começa por ser assegurada ao nível das principais empresas operacionais, com a identificação, medida e análise dos diferentes riscos a que as mesmas estão sujeitas – com particular destaque para os riscos de natureza operacional e de mercado (*business-volume risk*) – procurando estimar-se a probabilidade de ocorrência dos diversos factores que os determinam e o seu impacto potencial nos negócios da empresa ou actividade em causa.

Os diferentes responsáveis operacionais são igualmente responsáveis pela concepção e implementação dos mecanismos de controlo de risco considerados mais adequados, sendo a eficiência destes últimos periodicamente avaliada pela *holding* – através do respectivo Gabinete de Auditoria Interna – no cumprimento de um plano, preparado e desenvolvido anualmente, de auditorias financeiras e aos sistemas de informação, de processo e de conformidade com os procedimentos aprovados.

Ao nível da *holding*, o objectivo essencial é obter uma visão integrada dos riscos em

que o Grupo incorre em cada uma das suas diferentes actividades ou Áreas de Negócios e assegurar a consistência do perfil de risco daí resultante com a estratégia global do Grupo e, em particular, aquilo que considera ser, dada a sua estrutura de capital, um nível de riscos aceitável. Ou seja, conforme política definida pelo Conselho de Administração: conciliar a procura constante de oportunidades de negócio susceptíveis de contribuir positivamente para o processo de criação de valor com um nível de riscos que, em termos de *rating* de longo prazo da CIMPOR, não ponha em causa a sua actual classificação de *investment grade*.

O relatório de gestão detalha, em capítulo próprio, as políticas seguidas em matéria de gestão de riscos de natureza financeira e patrimonial, assegurada, no âmbito da *holding*, pelo Centro Corporativo, e, ao nível da CIMPOR Serviços, pela Direcção de Logística (vd. ponto 7.2. do capítulo II do presente Relatório, bem como as notas anexas às contas consolidadas). Quanto aos riscos de carácter mais genérico, de natureza económica e não susceptíveis de cobertura específica, a política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação geográfica dos seus investimentos de expansão, de forma a equilibrar a presença da CIMPOR em mercados maduros e emergentes e a possibilitar a existência de negócios em diferentes estádios de desenvolvimento. Nesse sentido, não apenas os alvos para possíveis aquisições são definidos tendo em atenção, a nível do conjunto, a necessidade de manutenção de uma carteira de negócios equilibrada e geograficamente diversificada como, caso a caso, as avaliações dos activos a adquirir são realizadas incorporando prémios de risco adequados à situação particular de cada negócio e de cada país.

## 1.4. A CIMPOR no Mercado de Capitais

### 1.4.1. Capital Social e Estrutura Accionista

O capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é actualmente de 672 milhões de euros, encontrando-se totalmente realizado. As acções (nominativas) que o representam, em número de 672 milhões (cada uma com o valor nominal de um euro), estão admitidas à negociação na Euronext Lisboa.

#### Caracterização dos Títulos CIMPOR

**Título:** CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

**Negociação de acções:** Euronext Lisboa

**Negociação de futuros:** Euronext Lisboa

**Códigos:**

LISBON TRADING: CPR

REUTERS: CMPR.IN

BLOOMBERG: CIMP PL

**Número de acções (com o valor nominal de 1 euro):**

Total – 672.000.000

Admitidas à negociação – 672.000.000

Conforme Comunicados de Participações Qualificadas recebidos pela sociedade até 31 de Dezembro de 2007 e de acordo com as regras de imputação definidas pela CMVM, os titulares das referidas participações eram, àquela data, os seguintes (vd., em anexo

ao presente Relatório, o quadro completo):

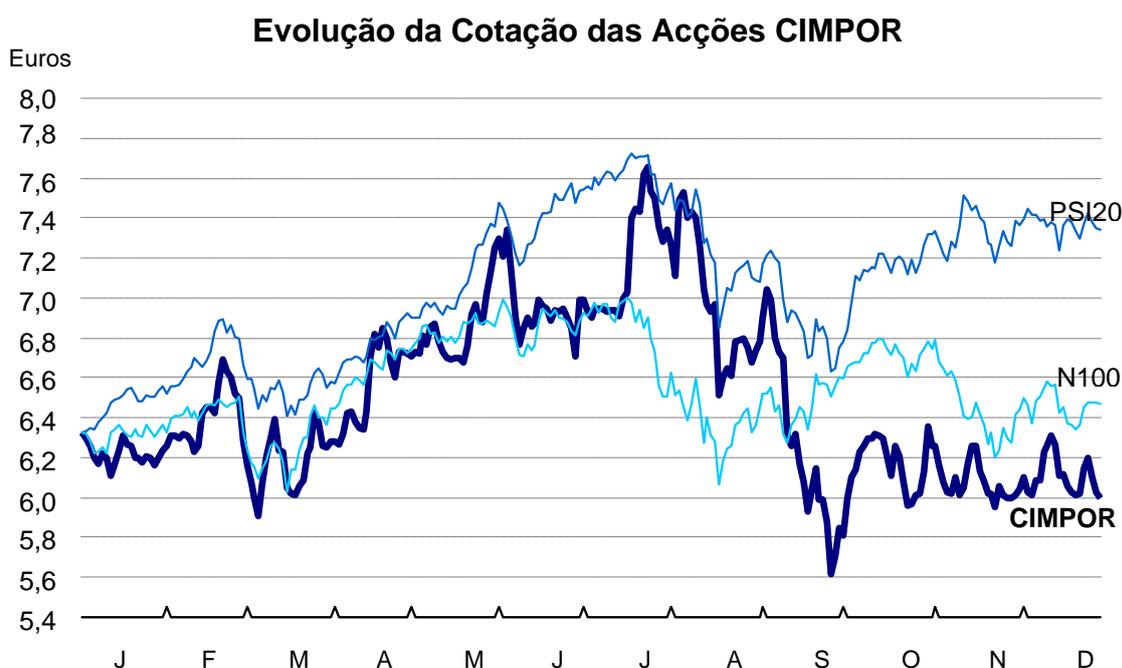
Accionistas	Número de Acções	Em % do Capital Social
Teixeira Duarte, SGPS, S.A.	137.943.645	20,53%
Manuel Fino, SGPS, S.A.	136.141.580	20,26%
Grupo Lafarge	115.989.135	17,26%
Banco Comercial Português, S.A. <sup>(1)</sup>	67.474.186	10,04%
Bipadosa, S.A.	31.870.986	4,74%

(1) Incluindo Fundo de Pensões

#### 1.4.2. Comportamento das Acções na Bolsa de Valores

A correcção e posterior recuperação da bolsa chinesa no início do ano e, sobretudo, as consequências da crise do mercado de crédito de alto risco norte-americano (*subprime*), associadas à ameaça de recessão económica nos EUA, conduziram a uma grande volatilidade dos mercados de capitais internacionais. A nível global, os mercados emergentes voltaram a liderar os ganhos, com o índice *MSCI Emerging Markets* a aumentar cerca de 30%, enquanto as principais praças dos EUA e da Europa apenas registaram ligeiras valorizações.

Apesar da debilidade da economia portuguesa, a bolsa de valores de Lisboa acabaria por beneficiar dos efeitos do lançamento de importantes ofertas públicas de aquisição e da admissão à negociação de novas empresas, fechando o ano com uma valorização (PSI20) de 16,3% (na casa dos dois dígitos pelo quinto ano consecutivo), claramente acima dos 3,4% registados pelo principal índice de referência europeu (Euronext 100). Em termos de liquidez, atingiu-se o valor recorde de perto de 100 mil milhões de euros, sensivelmente o dobro do montante transaccionado em 2006.



Este aumento de liquidez foi igualmente patente no título CIMPOR, o qual movimentou cerca de 429 milhões de acções (mais do dobro do ano anterior), no valor de perto de

2,8 mil milhões de euros (quase o triplo do montante transaccionado em 2006). Ainda assim, e apesar do aumento da respectiva quota de mercado – de 1,9%, naquele ano, para 2,8%, em 2007 – a CIMPOR manteve o oitavo posto no *ranking* deste indicador na Euronext Lisboa.

No dia 3 de Agosto de 2007, a cotação do título CIMPOR registou o seu máximo de sempre – 7,72 euros – após o que acompanhou a desvalorização do mercado, atingindo em 26 de Setembro um mínimo anual de 5,58 euros. Beneficiou depois de uma ligeira recuperação, terminando o ano a 6,00 euros, 4,6% abaixo da cotação de fecho de 2006.

	2007	2006
Capital Social (10 <sup>3</sup> euros)	672.000	672.000
Número de acções <sup>(1)</sup>		
Total	672.000.000	672.000.000
Acções Próprias	4.002.209	2.766.810
Cotação (euros)		
Máxima	7,72	6,34
Mínima	5,58	4,58
Fecho do ano	6,00	6,29
Capitalização bolsista (10 <sup>3</sup> euros) <sup>(1)</sup>	4.032.000	4.226.880
Dividendo bruto / acção (euros) <sup>(2)</sup>	0,230	0,215
<i>Dividend yield</i> <sup>(2) (3)</sup>	3,83%	3,42%
Resultados líquidos após I.M. (10 <sup>3</sup> euros)	304.073	291.915
<i>Payout ratio</i> <sup>(2)</sup>	50,8%	49,5%
Transacções		
Em volume (1.000 acções)	429.264	189.037
Em valor (10 <sup>6</sup> euros)	2.802	999
Quota de mercado	2,8%	1,9%
Valorização anual		
Euronext 100	+ 3,4%	+ 18,8%
PSI 20	+ 16,3%	+ 29,9%
Acção CIMPOR	- 4,6%	+ 35,3%

(1) Em 31 de Dezembro

(2) Em 2007: conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral

(3) Relativamente à cotação de final de ano.

No dia 8 de Junho, foram postos a pagamento os dividendos relativos ao exercício de 2006. O valor bruto do dividendo distribuído – 0,215 euros/acção (em termos líquidos, 0.172 euros) – traduziu-se num aumento de 13,2% em relação ao dividendo atribuído no ano anterior e na obtenção, por parte dos accionistas, de um rendimento bruto por acção, à data de pagamento dos dividendos, de cerca de 2,9%.

Considerando a valorização do título e a totalidade dos dividendos distribuídos desde a data da sua admissão à cotação, em 1994, a rentabilidade média anual das acções CIMPOR atingia, no final de 2007, perto de 13,6%.

#### Principais Marcos Societários do Exercício de 2007

- 11 de Fevereiro – Aprovação, pela Autoridade do Mercado de Capitais do Egipto, do lançamento, por parte da Cimpor Inversiones, S.A., de uma oferta pública de aquisição sobre a totalidade do capital da empresa cimenteira egípcia Misr Cement Co, S.A.E..
- 25 de Fevereiro – Aprovação do lançamento de uma nova oferta pública de aquisição

sobre a empresa Misr Cement Co, S.A.E., em resposta a uma *contra-oferta* entretanto apresentada.

- 27 de Fevereiro – Conclusão do processo de aquisição de um conjunto de participações, directas e indirectas, representativas de 99,68% do capital social da empresa cimenteira turca Yibitas Lafarge Orta Anadolu Cimento Sanayi ve Ticaret A.S., e anúncio do lançamento de ofertas públicas de aquisição, de carácter obrigatório, sobre o capital remanescente das empresas Yibitas Holding, A.S., e Yibitas Yozgat, A.S..
- 5 de Março – Comunicação do resultado negativo da oferta pública de aquisição lançada sobre o capital da empresa cimenteira egípcia Misr Cement Co, S.A.E..
- 9 de Março – Informação de haver sido publicada no Diário Oficial da União Federal do Brasil a notícia da instauração de um Processo Administrativo para investigação de eventuais condutas alusivas à prática de infracções à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto, a partir da análise dos documentos apreendidos em sede de Averiguação Preliminar, em várias empresas do sector cimenteiro. Informação de que, tanto quanto é do melhor conhecimento da CIMPOR, nenhuma infracção foi praticada.
- 14 de Março – Divulgação dos resultados do exercício de 2006.
- 14 de Março – Alienação, no âmbito da execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR, de acções próprias correspondentes a 0,11% do seu capital social.
- 13 de Abril – Anúncio da oferta pública de distribuição de acções da CIMPOR, no âmbito da execução do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores de 2007.
- 11 de Maio – Assembleia Geral Anual, com aprovação de todas as propostas apresentadas, designadamente a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2006, a proposta de eleição de um novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e uma proposta de alteração de estatutos, na sequência de cuja aprovação foram eleitos novos membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.
- 16 de Maio – Divulgação dos resultados do 1.º Trimestre.
- 18 de Maio – Anúncio do resultado da oferta pública de distribuição de acções da CIMPOR, no âmbito da execução do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores de 2007, traduzido na alienação, a 17 de Maio, de acções próprias correspondentes a 0,02% do capital social.
- 25 de Maio – Publicação do Documento de Consolidação da Informação Anual.
- 25 de Maio – Alienação, no âmbito da execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções da CIMPOR, de acções próprias correspondentes a 0,04% do capital social.
- 30 de Maio – Conclusão do processo de aquisição, pela Cimpore Chengtong Cement Corporation, Ltd., de 60% do capital social da empresa cimenteira chinesa Shandong Liuyuan New Type Cement Development Co., Ltd..
- 6 de Junho – Aquisição de 33,37% do capital social da Betão Liz, S.A., e de 25% do capital social da Cimentaçor – Cimentos dos Açores, Lda, passando o Grupo CIMPOR a deter 100% do capital de ambas as sociedades. Alienação de 42,86% do capital social da Cimentos Madeira, Lda..
- 8 de Junho – Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2006.
- 24 de Agosto – Divulgação dos resultados do 1.º Semestre.
- 13 de Setembro – Comunicação de aquisição de acções próprias correspondentes a 0,06% do capital social.
- 17 de Setembro – Comunicação de aquisição de acções próprias correspondentes a 0,07% do capital social.
- 9 de Novembro – Assinatura de um contrato de cooperação entre o Governo de Shanting (China) e a Shandong Liuyuan New Type Cement Development Co., Ltd., empresa controlada maioritariamente pelo Grupo CIMPOR, visando a construção, em duas fases, de uma fábrica integrada de clínquer (num total de 10.000 toneladas/dia) e cimento.
- 14 de Novembro – Divulgação dos resultados do 3.º Trimestre.
- 20/21 de Novembro – Aquisição de uma participação de 80% na empresa peruana Cimentos Otorongo, S.A.C., detentora de um projecto de construção de uma fábrica integrada de clínquer e cimento (650.000 toneladas/ano), no âmbito de uma operação de aumento do respectivo capital social.
- 4 de Dezembro – Assinatura de um contrato vinculativo para a aquisição de 53,64% do capital social da empresa cimenteira indiana Shree Digvijay Cement Company, Limited,

proprietária de uma fábrica de cimento com uma capacidade de produção de 1,1 milhões de toneladas/ano, e anúncio do lançamento de uma oferta pública de aquisição, de carácter obrigatório, sobre mais 20% do capital da referida sociedade.

- 7 de Dezembro – Anúncio da construção de uma nova fábrica integrada de clínquer e cimento (0,7 milhões de toneladas/ano) em Ain Jemaâ (Marrocos) e da aquisição de uma unidade de exploração de agregados na região de Benslimane (Marrocos).

### 1.4.3. Acções Próprias

Em 31 de Dezembro de 2006, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., detinha em carteira 2.766.810 acções próprias, tendo alienado aos seus Colaboradores, no decurso do primeiro semestre de 2007, um total de 1.104.700 acções, a um preço médio de cerca de 3,97 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. *infra*:

Data	Nº Acções	Preço (Eur)	Nota
14 Março	249.500	3,20	(1)
14 Março	272.970	3,30	(1)
14 Março	214.830	4,05	(1)
17 Maio	128.650	5,03	(2)
25 Maio	238.750	4,90	(3)

(1) Planos de Atribuição de Opções (2004, 2005 e 2006)

(2) Plano de Aquisição de Acções (2007)

(3) Plano de Atribuição de Opções (2007)

Com o intuito de dar continuidade à política de incentivos adoptada pelo Grupo e visando a satisfação dos compromissos decorrentes dos referidos planos de atribuição de opções de compra de acções, foram entretanto adquiridas, ao longo de 2007, um total de 2.340.099 acções, a um preço médio unitário de 6,14 euros por acção:

Data	Nº Acções	Preço (Eur)	Data	Nº Acções	Preço (Eur)
19 Março	10.951	6,02	14 Setembro	10.612	6,05
	30.000	6,04		21.228	6,06
	16.000	6,05		49.903	6,07
	10.000	6,06		30.000	6,08
20 Março	14.000	6,03		10.000	6,09
	20.000	6,04		25.000	6,10
	60.000	6,05		1.289	6,11
21 Março	20.000	6,16		36.157	6,12
	15.000	6,22		31.168	6,13
22 Março	20.000	6,25		25.000	6,14
	20.000	6,29	17 Setembro	57.693	5,93
	20.000	6,31		11.500	5,94
	20.000	6,33		55.000	5,95
20.000	6,34	45.000		5,96	
23 Março	20.000	6,30		105.000	5,97
	20.041	6,31		58.000	5,98
26 Março	20.000	6,45		61.000	5,99
	20.000	6,47		71.562	6,00
	20.000	6,48	18 Setembro	25.000	6,01
	18.990	6,49		5.000	5,89
20.000	6,50	11.581		5,90	
11 Setembro	70.780	6,25		1.145	5,91
	20.000	6,26		10.000	5,92
	30.000	6,27		26.834	5,93

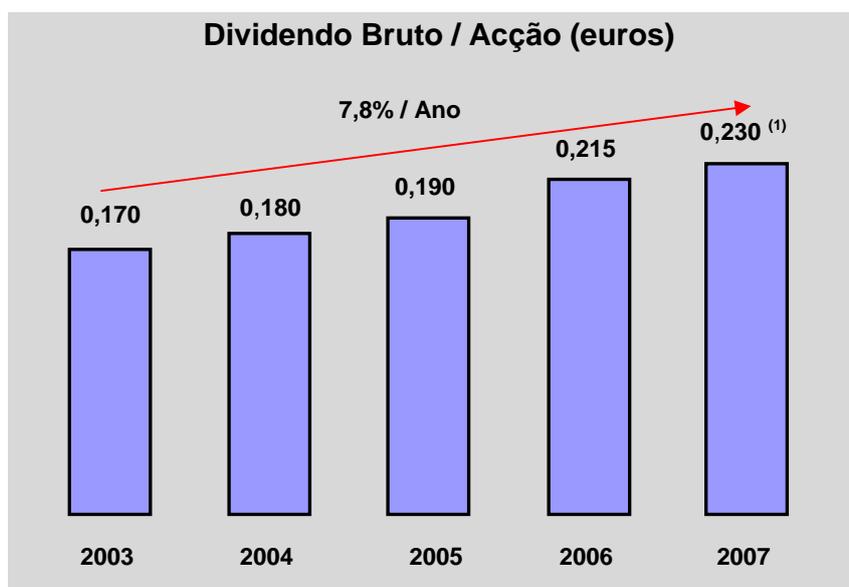
	30.000	6,28		10.000	5,95
	63.000	6,29		25.000	5,97
	93.142	6,30		11.000	5,99
13 Setembro	23.194	6,12		10.000	6,01
	41.105	6,16		1.561	6,03
	86.407	6,17		15.000	6,04
	60.636	6,18		15.000	6,05
	33.090	6,19		10.000	6,06
	98.007	6,20	19 Setembro	5.000	6,19
	30.000	6,21		10.200	6,20
	21.450	6,22		10.748	6,21
	11.029	6,23		24.000	6,22
	30.198	6,25		46.000	6,23
14 Setembro	10.000	5,98		43.124	6,25
	15.228	5,99		24.000	6,26
	14.546	6,01		20.000	6,27
	10.000	6,03		13.000	6,28
	15.000	6,04		20.000	6,29

Por conseguinte, o número de acções próprias em carteira no final de 2007 era de 4.002.209, correspondentes a 0,6% do capital social.

### 1.5. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pretende manter uma política de distribuição de dividendos que, designadamente, tenha em atenção:

- a desejável estabilidade do *payout ratio*;
- a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional; e
- as perspectivas de investimento futuro do Grupo, analisadas à luz das respectivas necessidades de financiamento por capitais próprios e da capacidade de libertação de meios das diferentes actividades desenvolvidas.



(1) Conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral

A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão referente à actividade individual da CIMPOR segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto, no valor unitário de 0,23 euros, a cerca de 50,8% do resultado líquido do Grupo.

### 1.6. Planos de Atribuição de Acções e de Opções de Compra de Acções

No âmbito da política de remunerações e incentivos aos colaboradores do Grupo, e visando um maior alinhamento dos respectivos interesses com o objectivo último de criação de valor para o accionista, a Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., realizada a 11 de Maio de 2007, decidiu, à semelhança de anos anteriores e por proposta do Conselho de Administração, voltar a proporcionar aos referidos colaboradores a possibilidade de, em condições favoráveis, efectuarem um investimento susceptível de contribuir para uma maior identificação dos mesmos com os objectivos de longo prazo da sociedade e dos seus accionistas.

Nesse sentido, foi aprovada a venda de acções próprias a trabalhadores e membros dos órgãos de administração da sociedade ou de sociedades participadas, no âmbito da execução de um novo *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e da “Série 2007” do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções*, dirigido a administradores e quadros do Grupo, regulamentado em 2002 (com a introdução de ligeiras alterações em Março de 2004) pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Tal como nos anos anteriores, esta aprovação pela Assembleia Geral fez expressa referência à justificação para a adopção dos planos, estando contida na deliberação tomada uma síntese das características essenciais dos planos aprovados, entre as quais as condições de atribuição, os critérios relativos aos preços das acções ou de exercício das opções, definidos em relação às cotações de bolsa em momentos determinados, os períodos durante os quais as opções poderão ser exercidas e a atribuição de competências ao órgão de administração para a respectiva execução ou modificação.

#### *PLANO DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PELOS COLABORADORES PARA O ANO DE 2007*

Destinado aos administradores e à generalidade dos colaboradores com vínculo estável à CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., ou às sociedades, com sede em qualquer dos países da Península Ibérica, dominadas, directa ou indirectamente, por aquela, a administradores e quadros dirigentes das restantes sociedades do Grupo (propostos, para tal, pelos gestores das áreas respectivas) e a outros colaboradores, (designados, para o efeito, pela Comissão Executiva) vinculados a sociedades em que a *holding* ou alguma sociedade dominada por esta participe no respectivo capital, o *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores (Ano de 2007)* consistiu na atribuição a cada beneficiário – conforme deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações, no respeitante aos administradores da *holding*, e da Comissão Executiva, nos restantes casos – do direito a adquirir, a um preço correspondente a 75% do valor da cotação de fecho do dia da transacção (com arredondamento por excesso), um determinado número de acções da própria CIMPOR, definido de acordo com a seguinte regra:

$$\text{Quantidade máxima de acções a adquirir} = \frac{\text{Remuneração base mensal ilíquida} / 2}{75\% \text{ da cotação de fecho do dia da transacção}}$$

com arredondamento, por defeito, para um múltiplo de cinco ou de dez acções,

consoante a aplicação da referida fórmula resultasse num valor inferior ou superior a 100, respectivamente.

De um conjunto de 2.281 colaboradores a quem, de acordo com aquela regra, foi dada a possibilidade de adquirirem acções CIMPOR, responderam afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (de 16 a 27 de Abril), um total de 446 colaboradores (397 em Portugal e 49 em Espanha), os quais viriam a adquirir, globalmente, 128.650 acções ao preço unitário de 5,03 euros.

*PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES PARA ADMINISTRADORES E QUADROS DO GRUPO – SÉRIE 2007*

Quanto ao *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções – Série 2007*, teve como destinatários os administradores da *holding* que a Comissão de Fixação de Remunerações entendeu designar como beneficiários, bem como os membros dos Conselhos de Administração das sociedades participadas e outros quadros do Grupo que, para o mesmo efeito, foram designados pela Comissão Executiva.

Tal como referido na deliberação da Assembleia Geral de 11 de Maio de 2007, as características essenciais deste Plano (com as alterações que lhe foram introduzidas pela Comissão de Fixação de Remunerações em Março de 2004) são as seguintes:

- Anualmente, é atribuída a cada beneficiário a faculdade de adquirir um certo número de acções da CIMPOR (opções iniciais), a um preço pré-definido pela Comissão de Fixação de Remunerações (dentro dos trinta dias seguintes à data da reunião da Assembleia Geral Anual de aprovação das contas), o qual não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data;
- Por cada opção inicial efectivamente exercida, é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir, ao mesmo preço unitário, e em cada um dos três anos subsequentes, uma nova acção (opções derivadas); o conjunto formado pelas acções adquiridas no exercício das opções iniciais e pelas correspondentes opções derivadas constitui uma “série”;
- O número de opções iniciais atribuídas a cada beneficiário é definido pela Comissão de Fixação de Remunerações, no caso dos membros do Conselho de Administração da *holding*, e pela Comissão Executiva, nos restantes casos;
- O número de opções derivadas a exercer anualmente por cada beneficiário não poderá exceder, no seu conjunto, o número de acções por ele detidas em 28 de Fevereiro do ano em causa, independentemente de as mesmas terem sido ou não adquiridas ao abrigo do Plano;
- O período durante o qual podem ser exercidas as opções iniciais é fixado pela Comissão Executiva, enquanto o período para o exercício das opções derivadas é, sempre, o mês de Março de cada ano;
- As acções assim adquiridas não estão sujeitas a qualquer cláusula de inalienabilidade, ao contrário das opções, as quais não podem ser transmitidas por negócio entre vivos (em caso de morte do beneficiário, apenas é transmitido aos herdeiros o direito de liberação das respectivas opções, o qual se traduz no direito ao recebimento do valor da diferença entre o preço de exercício das mesmas e o preço de mercado das acções à data do óbito);
- O Plano e respectivo Regulamento podem ser revogados ou alterados, a qualquer momento, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, sem prejuízo da manutenção das opções já atribuídas.

Em 2007, no âmbito deste Plano, com um período de exercício que decorreu entre os dias 15 e 17 de Maio, foram atribuídas 250.000 opções iniciais, contemplando 194 administradores e quadros do Grupo. Destes, 174 exerceram parte ou a totalidade dos seus direitos de opção, ao preço unitário de 4,90 euros, adquirindo um total de 238.750 acções.

Assim, nos anos de 2008 a 2010, inclusive, e relativamente a esta série, poderão vir a ser exercidas, àquele mesmo preço unitário, um máximo de 716.250 opções derivadas.

*OPÇÕES ATRIBUÍDAS, EXERCITÁVEIS E EXTINTAS*

Relativamente às Séries 2004, 2005 e 2006, das 797.450 opções derivadas exercitáveis em 2007, foram exercidas um total de 737.300 opções, extinguindo-se as restantes 60.150 (incluindo 10.700 opções de dois colaboradores que, entretanto, cessaram o respectivo contrato de trabalho, por iniciativa própria). Das Séries 2005 e 2006, e pelo mesmo motivo, foram ainda extintas todas as opções (vincendas em 2008 e 2009), num total de 10.600, de que eram titulares aqueles dois colaboradores.

Em resumo, e com referência ao ano de 2007:

	Série				Total
	2004	2005	2006	2007	
Preço de Exercício (euros)	3,20	3,30	4,05	4,90	-
Opções Atribuídas					
Opções Iniciais				250.000	250.000
Opções Derivadas				750.000	750.000
Total				1.000.000	1.000.000
Opções Exercitáveis	262.000	285.300	250.150	250.000	1.047.450
Opções Exercidas	249.500	272.970	214.830	238.750	976.050
Opções Extintas					
Exercitáveis em 2007					
P/não exercício das Op. Iniciais				11.250	11.250
P/não exercício das Op. Derivadas	8.900	8.730	31.820		49.450
P/outros motivos	3.600	3.600	3.500		10.700
Exercitáveis de 2008 a 2010					
P/não exercício das Op. Iniciais				33.750	33.750
P/outros motivos		3.600	7.000		10.600
Total	12.500	15.930	42.320	45.000	115.750

Assim, enquanto o número total de acções necessárias, no início do ano, para fazer face ao exercício das opções atribuídas até 2006, inclusive, ascendia a 1.583.050, o número de acções necessárias, no final do ano, para fazer face ao exercício de todas as opções entretanto atribuídas, era de 1.491.250, assim distribuídas:

Série	Opções Exercitáveis em:			Total
	2008	2009	2010	
2005	281.700	---	---	281.700
2006	246.650	246.650	---	493.300
2007	238.750	238.750	238.750	716.250
Total	767.100	485.400	238.750	1.491.250

### **1.7. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, Titulares de Participações Qualificadas ou Sociedades que se Encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo**

A CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., celebrou, no final do exercício de 2006, um contrato vinculativo com um conjunto de accionistas, directos e indirectos, da empresa cimenteira turca Yibitas Lafarge Orta Anadolu Çimento Sanayi ve Ticaret A.S. (YLOAÇ) – entre os quais se contavam algumas sociedades pertencentes ao Grupo Lafarge (detentor de uma participação qualificada no capital da CIMPOR) – com vista à aquisição de cerca de 99,7% do capital social da referida empresa.

A operação – efectuada na sequência de um processo de venda aberto a todos os interessados – viria a concluir-se em 2007, com a aquisição, entre outras, e pelo valor de cerca de 266,5 milhões de euros, da participação (50%) detida directamente pelo Grupo Lafarge no capital social da YLOAÇ.

Na África do Sul, a NPC-Cimpor (Pty) Limited, em conjunto com a Lafarge South Africa, constituíram, em partes iguais, uma *joint-venture* – denominada ECO2 - destinada à recolha, triagem, pré-tratamento e distribuição de resíduos industriais susceptíveis de serem utilizados como matéria-prima e/ou valorizados como combustível alternativo, nas fábricas daquelas duas empresas. Uma outra *joint-venture*, com idêntico objectivo, foi constituída em Marrocos, juntando, neste caso, entidades dos Grupos CIMPOR, Lafarge e Italcementi.

Conforme publica e antecipadamente anunciado aquando da assinatura – pela Cimpor Chengtong Cement Corporation, Limited (CCCC), à data (Outubro de 2006) detida a 80% pela Cimpor Inversiones, S.A. – de um contrato vinculativo para a aquisição de 60% do capital social da empresa cimenteira chinesa Shandong Liuyuan Cement Company, Limited, a Cimpor Inversiones, S.A., procedeu, em 2007, à transferência da sua participação financeira na CCCC para uma nova empresa: a Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A., entretanto constituída entre a própria Cimpor Inversiones, S.A., uma empresa de capitais chineses sediada em Macau (Sociedade de Investimento Predial Estrela Nova, Limitada) e a C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A., a qual é maioritariamente controlada pela Tedal – SGPS, S.A. (empresa do Grupo Teixeira Duarte, detentora de uma participação qualificada no capital da CIMPOR). A Cimpor Inversiones, S.A., detém 50% dessa nova sociedade (e o controlo da respectiva gestão) e os outros dois sócios 25% cada.

Por último, importa referir o contrato celebrado, no final do ano, entre a C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A., e a Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A., mediante o qual a primeira prometeu vender à segunda, e esta prometeu adquirir, ou nomear quem adquira, a totalidade das acções representativas do capital social da empresa Teporset – Terminal Portuário de Setúbal, S.A., pelo respectivo valor nominal (500 mil euros). Esta empresa é titular de um direito de uso privativo de uma parcela de terreno do domínio público do Estado, situada no porto de Setúbal, o que, atendendo às necessidades do Grupo CIMPOR em termos de importação de combustíveis sólidos e de exportação dos seus excedentes de produção, justifica, por si só, o interesse do Grupo. Acresce ainda que cerca de um terço da movimentação global efectuada pela CIMPOR através de portos portugueses é realizada precisamente naquele porto, mediante a utilização de um outro terminal cuja licença de utilização termina em 2010.

Para além destas operações – e da alienação de acções próprias ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos nos pontos 1.6.

*supra* e 4.4. *infra* – a CIMPOR – Cimentos de Portugal SGPS, S.A., ou qualquer das empresas por si controladas, não realizou qualquer negócio ou operação com membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que, com estes, se encontrem em relação de domínio ou de grupo, à excepção de algumas transacções sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da actividade corrente do Grupo.

## 1.8. Gabinete de Relações com Investidores

Procurando assegurar um relacionamento estreito com o mercado de capitais, a CIMPOR dispõe, desde o primeiro ano da sua admissão à cotação (1994), de um Gabinete de Relações com Investidores, ao qual compete manter a comunidade financeira informada sobre a evolução da actividade do Grupo e apoiar os accionistas da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tanto actuais como potenciais, na sua relação com a Empresa.

Para além da informação susceptível de influenciar a cotação do título, disponibilizada através do *site* da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)), o contacto deste Gabinete com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento colectivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais é mantido através de apresentações, reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, *e-mail* ou correio tradicional.

### Vias de acesso ao Gabinete de Relações com Investidores:

#### Morada:

Gabinete de Relações com Investidores  
CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.  
Rua Alexandre Herculano, 35  
1250-009 Lisboa  
PORTUGAL

#### Contactos Pessoais:

Dra. Filipa S. Mendes

#### Telefones

21 311 81 00  
21 311 88 89

#### Fax

21 311 88 67

#### E-Mail

[gri@cimpor.pt](mailto:gri@cimpor.pt)

#### Internet

[www.cimpor.pt](http://www.cimpor.pt)

Paralelamente, os comunicados de informação privilegiada e outras informações de interesse relacionadas com a actividade do Grupo, as convocatórias e os mecanismos para participação nas assembleias gerais, os Relatórios e Contas, uma descrição sumária da estrutura accionista e a evolução da cotação das acções CIMPOR são igualmente divulgados através do *site* [www.cimpor.pt](http://www.cimpor.pt).

Este último, para além dos referidos conteúdos e da informação obrigatória prevista no artigo 3.º-A do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, inclui ainda, entre outros elementos:

- Um relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário;
- O Código de Ética do Grupo;
- O Relatório de Sustentabilidade da CIMPOR; e
- Informação sobre as políticas do Grupo em matéria ambiental e de I&D.

O mesmo *site* permite também a inscrição de todos os interessados em receber de

imediatamente a informação tornada pública pela CIMPOR numa *mailing list* criada especialmente para esse efeito.

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários, é, desde 1 de Outubro de 2004, a Dra. Filipa Saraiva Mendes.

### 1.9. Comissão de Fixação de Remunerações

A Assembleia Geral realizada em 27 de Abril de 2005 elegeu, por unanimidade, para o quadriénio de 2005 a 2008, e conforme previsto no artigo 16.º do contrato de sociedade, uma Comissão de Fixação de Remunerações constituída pelos seguintes elementos:

- Eng. Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte
- Banco Comercial Português, S.A., representado pelo seu administrador Dr. Filipe de Jesus Pinhal
- Eng. António Carlos Caláinho de Azevedo Teixeira Duarte

Destes, e à luz do n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, apenas o primeiro é tido como não independente, dado ser parente em 1º grau do administrador Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte.

Também em relação a esta Comissão, a sociedade proporciona, a expensas suas, acesso permanente a consultores externos especializados em diversas áreas.

### 1.10. Remuneração do Auditor

Em 2007, o custo global dos serviços prestados ao Grupo CIMPOR pelo seu auditor externo (Deloitte & Touche), incluindo todas as pessoas singulares ou colectivas pertencentes à respectiva “rede”, foi de 1.460.881,74 euros, com a seguinte distribuição percentual:

a) serviços de revisão legal de contas	88,81 %
b) outros serviços de garantia de fiabilidade	0,00 %
c) serviços de consultoria fiscal	6,05 %
d) outros serviços que não de revisão legal de contas	5,15 %

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços susceptível de pôr em causa tal independência. Designadamente:

- Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilísticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;
- A concepção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
- Serviços de avaliação de elementos activos ou passivos susceptíveis de virem a ser inscritos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;
- Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas do Grupo na resolução de litígios e

diferendos com terceiros;

- Serviços de recrutamento e selecção de quadros técnicos superiores.

Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respectiva “rede”, tanto em Portugal como nos diferentes países em que o Grupo opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da *holding* e comunicadas a todas as empresas do Grupo. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços *supra* referidos, importa realçar que:

- As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
- As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subsequentemente, dependendo do valor da proposta, pelo administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respectiva adjudicação.

### 1.11. Órgãos de Fiscalização e Assembleia Geral

Na sequência das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, a Assembleia Geral Anual realizada em 11 de Maio de 2007 deliberou modificar diversas disposições do contrato de sociedade, designadamente os seus artigos 6.º, n.º 1 e 17.º, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

#### *Artigo 6º*

*Um – São órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas;*

#### *Artigo 17.º*

*Um – A fiscalização da sociedade caberá a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.*

*Dois – O Conselho Fiscal será composto por três membros efectivos e um suplente;*

*Três – Os membros efectivos e o suplente do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, serão eleitos em Assembleia Geral, cumpridos que sejam o requisito de independência e o regime de incompatibilidades previstos na lei.*

Perante a conseqüente necessidade de recomposição do Conselho Fiscal, todos os respectivos titulares se disponibilizaram a renunciar aos cargos para que haviam sido nomeados, tendo a mesma Assembleia Geral aceite expressamente tal renúncia e procedido à eleição, como novos membros desse órgão e para exercerem funções até ao final do mandato em curso (2005/2008), as seguintes entidades:

Presidente (reconduzido)	- Eng. Ricardo José Minotti da Cruz Filipe
Vogais	- Dr. Luis Black Freire d’Andrade
	- Dr. João Norton dos Reis
Suplente	- Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos

A fim de completar o novo elenco dos órgãos de fiscalização, foi ainda eleita, como Revisor Oficial de Contas, e também para exercer funções até ao final do mandato em curso, a “Deloitte & Associados, SROC, S.A.”, representada pelo Dr. Carlos Manuel Pereira Freire.

Entretanto, devido ao falecimento deste último e ao pedido de renúncia, por razões pessoais, apresentado pelo Dr. João Norton dos Reis, aquela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas passou a ser representada pelo Dr. João Luis Falua da Costa Silva e o membro suplente do Conselho Fiscal – Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos – foi designado como seu vogal efectivo.

Também por força das novas disposições do Código das Sociedades Comerciais, o até então Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. José António Cobra Ferreira, foi substituído naquele cargo pelo Dr. Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos, eleito para o respectivo exercício, até ao final do mandato em curso (2005/2008), na Assembleia Geral de 11 de Maio de 2007.

## 2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

A CIMPOR tem seguido uma política continuada de incentivo ao exercício activo dos direitos de voto, quer reduzindo o número de acções necessárias para que um accionista possa participar (e votar) nas reuniões da Assembleia Geral, quer facilitando o voto por correspondência.

Assim, na Assembleia Geral Anual realizada em 11 de Maio de 2007, entre outras alterações ao contrato de sociedade, foi decidido consagrar neste último (artigo 7.º, n.ºs 2 e 3) o princípio de “uma acção, um voto”.

No que se refere ao voto por correspondência, a CIMPOR tem vindo a disponibilizar, através da *Internet*, um modelo para o exercício dos referidos direitos, aceitando, no entanto, qualquer declaração de voto que manifeste clara e inequivocamente a vontade do accionista. Os procedimentos a adoptar e os prazos a respeitar, que, habitualmente, figuravam já em todas as convocatórias de Assembleias Gerais, passaram também, a partir daquela data, a constar dos estatutos (artigo 7.º, n.º 6).

Com vista a estimular a participação dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, são igualmente inseridas no texto das respectivas convocatórias as diversas regras, constantes da lei ou do contrato de sociedade, relativas a tal participação e ao exercício do direito de voto. Designadamente, e na sequência das alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral de 11 de Maio de 2007:

- Os accionistas podem fazer-se representar, devendo, para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa, até às 17 horas do terceiro dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral, os necessários instrumentos de representação.
- Podem fazer parte da Assembleia Geral, e podem votar por correspondência, os accionistas que detenham pelo menos uma acção inscrita em seu nome até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral e mantida inscrita nesse mesmo nome até ao encerramento desta última; para este efeito, os accionistas deverão fazer chegar ao Presidente da Mesa, até ao terceiro dia útil anterior àquela data, a declaração emitida pelo respectivo intermediário financeiro.

Com a consagração do princípio de “uma acção, um voto”, o cumprimento dos prazos *supra* referidos passou a constituir a única limitação imposta pelo contrato de sociedade ao exercício do direito de voto.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral, são colocadas à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e durante as horas de expediente, as informações referidas no artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, facto que tem sido igualmente mencionado na respectiva convocatória.

Dado a actual situação de concentração da estrutura accionista da CIMPOR, não se tem mostrado necessário o recurso à utilização de outros meios electrónicos, para além dos mecanismos disponibilizados via *Internet*, para votação nas Assembleias Gerais.

### 3. Regras Societárias

#### 3.1. Códigos de Conduta dos Órgãos da Sociedade

Além das disposições legais aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, existe uma cultura e prática da Empresa que dá ênfase às regras de boa conduta nas situações de conflitos de interesses entre os membros dos órgãos de administração e a sociedade e às principais obrigações resultantes dos deveres de diligência, lealdade e confidencialidade dos membros do órgão de administração, nomeadamente no que toca à prevenção da utilização indevida de bens societários e de oportunidades de negócio.

Muito embora o Conselho de Administração sempre tenha velado pela aplicação destes princípios em todas as sociedades do Grupo, entendeu ser conveniente codificar um conjunto de regras relativas a estas matérias e a outras que, pela sua natureza, dizem particularmente respeito às actividades desenvolvidas pelo Grupo. Assim, em 2006, foi aprovado e divulgado internamente um Código de Ética (disponível, para consulta, no site [www.cimpor.pt](http://www.cimpor.pt)), com o objectivo de, tornando explícita a disciplina de tais matérias, formalizar a adesão de todos os colaboradores do Grupo a elevados padrões de conduta no exercício das respectivas funções.

O referido Código de Ética satisfaz plenamente a norma portuguesa (NP 4460-1/2007) entretanto publicada, sobre Ética nas Organizações.

#### 3.2. Controlo do Risco na Actividade da Sociedade

Ao nível da *holding*, e para além do Centro Corporativo – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira (descritos no ponto 7.2. do capítulo II do presente Relatório) – o Grupo dispõe igualmente de um Gabinete de Auditoria Interna incumbido de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas do Grupo como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São funções deste Gabinete, designadamente:

- Realizar os trabalhos de auditoria financeira, administrativa e patrimonial,
  - certificando os resultados em função da estratégia e dos objectivos fixados;
  - examinando e assegurando o cumprimento das políticas definidas, dos planos estabelecidos e dos procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
  - verificando os poderes e responsabilidades estabelecidos no Grupo e o respectivo grau de formalização;
  - acompanhando o desenvolvimento ou alteração de operações, programas, sistemas e controlos; e
  - verificando a custódia, existência física e valorimetria dos activos;
- Executar as tarefas de auditoria operacional (em particular nas áreas de comercialização, produção, investimentos, conservação e pessoal),
  - avaliando o nível do respectivo controlo de gestão;
  - recomendando as medidas de correcção julgadas convenientes; e
  - verificando se as deficiências reportadas foram devidamente corrigidas;

- Efectuar os trabalhos de auditoria informática,
  - avaliando a fiabilidade e integridade da informação e os diversos meios utilizados para a identificar, tratar e divulgar; e
  - analisando os sistemas de informação existentes, designadamente nos aspectos de segurança, controlos básicos programados e actualidade dos manuais dos utilizadores.

### **3.3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição**

Não existem quaisquer medidas estatutárias, ou outras, susceptíveis de interferir no êxito de uma eventual Oferta Pública de Aquisição. Designadamente: nenhum accionista detém direitos especiais; todas as acções representativas do capital social da CIMPOR são livremente transmissíveis em bolsa; e não se conhecem quaisquer acordos parassociais.

Não existem, também, quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração, ou trabalhadores, que prevejam o pagamento de indemnizações – em caso de pedido de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho – na sequência de uma Oferta Pública de Aquisição. Não há igualmente qualquer acordo de que a sociedade seja parte e que, em caso de mudança de controlo da sociedade, no seguimento de uma tal operação, entre em vigor, seja alterado ou cesse os seus efeitos.

### **3.4. Alteração dos Estatutos da Sociedade**

O contrato de sociedade pode ser alterado nos termos estabelecidos na lei e de acordo com as regras definidas nos próprios estatutos (artigo 8.º):

- Para que a assembleia geral possa deliberar, em primeira convocação, sobre a alteração do contrato de sociedade, devem estar presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a um terço do capital social; e
- As deliberações respeitantes à alteração do contrato de sociedade têm de ser aprovadas por um mínimo de dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia geral reúna em primeira quer em segunda convocação, a menos que, neste último caso, estejam presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, podendo então tais deliberações ser tomadas pela maioria dos votos expressos.

## 4. Órgão de Administração

### 4.1. Caracterização do Órgão de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze administradores, sendo um presidente e os restantes vogais. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que designa também o seu presidente. À semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de quatro anos, podendo ser reeleito.

A eleição do Conselho de Administração é efectuada por listas (incidindo o voto exclusivamente sobre estas), podendo um dos seus membros ser eleito entre pessoas propostas em listas (contendo, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o cargo) que sejam subscritas e apresentadas por grupos de accionistas (desde que estes não representem menos de 10% e mais de 20% do capital social e não podendo o mesmo accionista subscrever mais de uma lista). Existindo uma proposta nesse sentido, a eleição do referido administrador é efectuada isoladamente e antes da eleição dos demais. Sendo apresentadas listas por mais do que um grupo, a votação incide sobre o conjunto das mesmas.

Não existem quaisquer regras específicas para a substituição dos membros do Conselho de Administração, prevendo apenas o contrato de sociedade que, no decurso de um mandato, o seu número possa ser alterado (dentro dos limites estatutários). Ocorrendo uma eleição suplementar, o termo do mandato do(s) membro(s) assim eleito(s) coincidirá com o dos demais administradores.

O actual Conselho de Administração, eleito por unanimidade na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2005, para o quadriénio de 2005 a 2008, é integrado pelos seguintes elementos:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
- Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte
- Dr. Vicente Árias Mosquera
- Sr. José Manuel Baptista Fino
- Dr. José Enrique Freire Arteta

Tal como recomendado pelas modernas orientações internacionais sobre *corporate governance*, a maioria dos actuais membros do Conselho de Administração (seis num total de onze), incluindo o respectivo Presidente, é composta por administradores não executivos. São eles:

- Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – Presidente
- Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa
- Dr. Jacques Lefèvre
- Dr. Vicente Árias Mosquera
- Sr. José Manuel Baptista Fino
- Dr. José Enrique Freire Arteta

Tendo em conta o estabelecido no n.º 2 do artigo 1º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, os administradores Dr. Jacques Lefèvre e Sr. José Manuel Baptista Fino, apesar de haverem sido propostos e eleitos em assembleia geral a título individual, não exercendo os respectivos cargos em representação de qualquer accionista particular, não são considerados “administradores não executivos independentes” – em ambos os casos por exercerem funções de administração em sociedades titulares de uma participação superior a 10% no capital social da CIMPOR (Lafarge e Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A., respectivamente).

Todos os restantes administradores não executivos – Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Dr. Vicente Árias Mosquera e Dr. José Enrique Freire Arteta – são, por qualquer critério, independentes, pelo que, no conjunto dos seis administradores não executivos, verifica-se uma maioria de membros qualificados como tal.

### Membros do Conselho de Administração

(Termo do mandato: 2008)

#### **Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta**

Presidente do Conselho de Administração (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 19 de Novembro de 1936. Engenheiro Químico Industrial, pelo Instituto Superior Técnico – IST (1959), Master of Science (1966) e Philosophy Doctor (1968), pela Universidade de Birmingham, Doutor em Engenharia (1973), pelo IST e Professor Catedrático (1979) do IST.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal do Banco Comercial Português, S.A.
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho Fiscal do Banco Millennium BCP Investimento, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração
  - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas (CIRES), S.A.
  - Atlansider, SGPS, S.A.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 104.360

#### **Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa**

Vogal do Conselho de Administração (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 7 de Julho de 1933. Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Membro da Direcção da APA – Associação Parque Atlântico
- Mandatário Geral da Agência, em Portugal, da Aviva Vie – Société Anonyme d’Assurances Vie et Capitalisation
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral
  - Bayer Portugal, S.A.

- APA – Associação Parque Atlântico
- Presidente do Conselho de Administração
  - Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
  - ADI – Administração de Investimentos, S.A.
  - Popular-Seguros, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Instituto Humanismo e Desenvolvimento
- Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa
- Administrador
  - Fundação Oliveira Martins
  - Fundação Portugal-África
- Gerente da Silva & Barbosa – Consultores Internacionais de Gestão, Lda.
- Director da Fundação Amélia da Silva de Mello
- Consultor do Grupo Somelos – Indústrias Têxteis
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal
- Representante dos Detentores de Títulos de Participação do Banco Português de Investimentos
- Presidente da Comissão de Fixação de Vencimentos do Montepio Geral

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 3.440

### **Dr. Jacques Lefèvre**

Vogal do Conselho de Administração (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Paris, França, em 15 de Abril de 1938. Diplomado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (1958) e Licenciado em Direito (1959). Diploma de Estudos Superiores em Direito Público (1961). Escola Nacional de Administração (1962-64).

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Presidente da Lafarge Ciments
- Presidente do Conselho de Supervisão da Consolis (França)
- Vice-Presidente não executivo do Grupo Lafarge
- Administrador
  - Lafarge North América (EUA)
  - Cementia Holding, A.G. (Suíça)
  - Lafarge Asland S.A. (Espanha)
  - Cimentos Molins, S.A. (Espanha)
  - Petrokazakhstan Inc. (Canadá)
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Supervisão da Compagnie de Fives-Lille (França)
- Co-Presidente
  - France – Philippines Business Council
  - France – Morocco Business Council
- Administrador
  - Grupo Lafarge
  - Société Nationale d'Investissements (Maroc)

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 2.940

### **Eng. Jean Carlos Angulo**

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Bayonne, França, em 13 de Abril de 1949. Licenciado pela Escola de Engenharia Civil de Minas (Nancy). *International Executive Program* do INSEAD (Fontainebleau).

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Diversos cargos de Direcção e Administração no Grupo Lafarge, em empresas sedeadas em França, Inglaterra, Espanha, Itália e Marrocos
- Administrador da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Director Geral Adjunto do Grupo Lafarge
- Presidente do Centro Técnico Lafarge (TCEA)
- Vice-Presidente da Lafarge Maroc (Marrocos)
- Administrador da Lafarge North America (EUA)

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 3.490

### **Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura**

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 4 de Dezembro de 1950. Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador Executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional
- Presidente do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Administração
  - Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha)
  - Cimpor Internacional, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Investimentos, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal)
  - Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (Portugal)
  - Cimship – Transportes Marítimos, S.A. (Portugal)
  - Geofer – Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Imobiliária, S.A. (Portugal)
  - Estabelecimentos Scial do Norte, S.A. (Portugal)
  - Sacopor – Sociedade de Embalagens de Sacos de Papel, S.A. (Portugal)
  - Prediana – Sociedade de Pré-Esforçados, S.A. (Portugal)
  - CTA – Comércio Internacional, S.A. (Portugal)
  - Scanang Trading Activities - España, S.A. (Espanha)
  - Asment de Témara, S.A. (Marrocos)
  - Asment du Centre, S.A. (Marrocos)
  - Yibitas Holding, A.S. (Turquia)
  - Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret, A.S. (Turquia)
  - Yibitas Yozgat Isçi Birliği Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi, A.S. (Turquia)
  - Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A. (China)
  - Cimpor Chengtong Cement Corporation, Limited (China)
- Administrador
  - Corporación Noroeste, S.A. (Espanha)
  - CJO – Societé Les Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunísia)
  - Cimpor Egypt for Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cement Services Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egipto)
  - Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (África do Sul)
  - NPC – Cimpor (Pty) Limited (África do Sul)
- Gerente
  - Kandmad, SGPS, Lda. (Portugal)
  - Mecan – Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda. (Portugal)
  - Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda. (Portugal)
  - Nordicave Trading Industrial, Sociedade Unipessoal, Lda. (Cabo Verde)

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR

- Presidente do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

- Gerente da Caxalp, SGPS, Lda

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 156.780

### **Eng. Luís Filipe Sequeira Martins**

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Janeiro de 1997). Foi ainda, entre Fevereiro de 1987 e aquela data, administrador das sociedades que, por transformações sucessivas, deram origem à actual CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 4 de Junho de 1947. Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador Executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional
- Vice-Presidente do *Comité de Liaison* da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Administração
  - Cimpor Betão, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Tec – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Egypt for Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cement Services Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cimpor Yibitas Muhendislik Makina Sanayi ve Ticaret, A.S. (Turquia)
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha)
- Administrador e Presidente da Comissão Executiva da Corporación Noroeste, S.A. (Espanha)
- Administrador
  - Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Internacional, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Investimentos, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal)
  - Asment de Témará, S.A. (Marrocos)
  - Asment du Centre, S.A. (Marrocos)
  - CJO – Société Les Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunísia)
  - Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (África do Sul)
  - NPC – Cimpor (Pty) Limited (África do Sul)
  - Yibitas Holding, A.S. (Turquia)
  - Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret, A.S. (Turquia)
- Gerente
  - Kandmad, SGPS, Lda. (Portugal)
  - Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda. (Portugal)
  - Nordicave Trading Industrial, Sociedade Unipessoal, Lda. (Cabo Verde)

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

- Presidente do *Comité de Liaison* da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento
- Membro do Conselho Consultivo do Luso Carbon Fund
- Membro do Conselho Directivo do BSCD Portugal
- Membro do Conselho Executivo da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 80.000

### **Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc**

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 24 de Fevereiro de 1955. Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador Executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional.

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Administração
  - CJO – Société Les Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunísia)
  - Imopar – Imobiliária de Moçambique, S.A.R.L. (Moçambique)
  - Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (África do Sul)
  - NPC – Cimpor (Pty) Limited (África do Sul)
  - Cimpor Reinsurance, S.A. (Luxemburgo)
- Vice-Presidente do Conselho de Administra o da Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha)
- Administrador
  - Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Internacional, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor Investimentos, SGPS, S.A. (Portugal)
  - Cimpor – Serviços de Apoio   Gestão de Empresas, S.A. (Portugal)
  - Corporaci n Noroeste, S.A. (Espanha)
  - Asment de T mara, S.A. (Marrocos)
  - Asment du Centre, S.A. (Marrocos)
  - Cimpor Egypt for Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egipto)
  - Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cement Services Company, S.A.E. (Egipto)
  - Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egipto)
  - Yibitas Holding, A.S. (Turquia)
  - Cimpor Yibitas  imento Sanayi ve Ticaret, A.S. (Turquia)
  - Cimpor Finance, Ltd. (Irlanda)
- Gerente
  - Kandmad, SGPS, Lda. (Portugal)
  - Scanang, SGPS, Unipessoal, Lda. (Portugal)
  - Nordicave Trading Industrial, Sociedade Unipessoal, Lda. (Cabo Verde)

Todas estas sociedades fazem parte do Grupo CIMPOR.

Número de ac es da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 330.600

### **Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte**

Vogal do Conselho de Administra o e Presidente da Comissão Executiva (desde Agosto de 2001)

Nasceu em Lisboa, Portugal, em 6 de Maio de 1954. Licenciado em Administra o e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Membro dos Conselhos de Administra o e de Gerência de diversas empresas familiares e do Grupo Teixeira Duarte.
- Membro do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigac o e Administra o, S.A.
- As seguidamente referidas

Fun es exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Vice-Presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.
- Vogal do Conselho de Remunera es e Previdência do Banco Comercial Português, S.A.
- Membro do *Supervisory Board* do Millennium Bank, S.A. (Pol nia)
- Presidente do Conselho de Administra o da PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Administrador da Teixeira Duarte – Engenharia e Constru es, S.A.

Número de ac es da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 554.970

**Dr. Vicente Árias Mosquera**

Vogal do Conselho de Administração (desde Agosto de 2003)

Nasceu em Santiago de Compostela, Espanha, em 11 de Fevereiro de 1947. Licenciado em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Presidente de La Toja, S.A.
- Administrador
  - Hullas del Coto Cortés, S.A.
  - Unión Fenosa, S.A.
  - Soluziona, S.A.
  - Inveralia, S.L.
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Administração de Inversiones Ibersuizas, S.A.
- Presidente
  - Centro Galego de Arte Contemporânea
  - Patronato de la Escuela de Enseñanza Social de Galicia
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Pastor, S.A.
- Vice-Presidente
  - Patronato de la Fundación Juana de Vega
  - Fundación Galicia-Europa
  - Junta Territorial del Instituto de Estudios Superiores de Empresa (IESE) en Galicia
- Administrador do Patronato de la Fundación Unión Española de Explosivos
- Secretário-Geral da Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 1.820

**Sr. José Manuel Baptista Fino**

Vogal do Conselho de Administração (desde Abril de 2005)

Nasceu em Portalegre, em 10 de Janeiro de 1954. Curso Complementar dos Liceus (1971) e Frequência do North East London Polytechnic (Business Studies), em Londres (1972-74).

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Administrador não executivo da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..
- As seguidamente referidas

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Administração
  - Área Infinitas – Design de Interiores, S.A.
  - SGFI – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
  - J.M. Fino, S.A.
  - Ramada Holdings, SGPS, S.A.
- Administrador
  - Speciality Minerals Portugal – Especialidades Minerais, S.A.
  - Manuel Fino, SGPS, S.A.
  - Investifino – Investimento e Participações, SGPS, S.A.
  - Carfino, SGPS, S.A.
  - Ethnica, SGPS, S.A.
  - Block – Imobiliária, S.A.
- Gerente da Dorfino – Imobiliário, Lda.

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 670

**Dr. José Enrique Freire Arteta**

Vogal do Conselho de Administração (desde Abril de 2005)

Nasceu em La Coruña, Espanha, em 17 de Julho de 1948. Licenciado em Ciências Económicas pela Faculdade de Barcelona.

Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

- Presidente Executivo do Grupo Megasa (Bipadosa), com actividade nos sectores siderúrgico (Portugal e Espanha), imobiliário e dos transportes e energia eléctrica.
- Membro dos Conselhos de Administração e de Gerência de diversas empresas do Grupo Megasa

Funções exercidas noutras sociedades, a 31 de Dezembro de 2007:

- Presidente do Conselho de Administração
  - Bipadosa, S.A. (Espanha)
  - Metalúrgica Galaica, S.A. (Espanha)
  - Gestión Proinmega, S.L.
  - LAF 98, S.L. (Espanha)
  - Siderurgia Nacional, Empresa de Produtos Longos, S.A. (Portugal)
  - Inver Seixal Industrial, S.A. (Portugal)
- Administrador Delegado
  - Atlansider, SGPS, S.A.
  - Transportes Almacenes Transitários, S.A. (Espanha)
  - Multimodal de Transportes Agrupados, S.L. (Espanha)
- Administrador
  - Freire Hermanos, S.A. (Espanha)
  - Freire, Productos Siderúrgicos, S.A. (Espanha)
  - Bipadosa Distribución y Transformación, S.L. (Espanha)
  - Megaço, Productos Siderúrgicos, S.A. (Espanha)
  - Feragueda, Productos Siderúrgicos, S.A. (Espanha)
  - Comercial Galaica de Metales, S.L. (Espanha)
  - LAF 2000, S.L. (Espanha)
- Gerente da Megasa, Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (Portugal)
- Secretário da Lesir, S.A. (Espanha)

Número de acções da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de que era titular em 31 de Dezembro de 2007: 750

**4.2. Comissão Executiva**

Na sua reunião de 27 de Abril de 2005, o Conselho de Administração recém eleito deliberou, à semelhança de mandatos anteriores, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º dos estatutos, a criação de uma Comissão Executiva, composta por cinco dos seus membros, na qual foram delegados todos os poderes relativos à gestão corrente da sociedade, com excepção apenas das matérias legalmente definidas como não passíveis de delegação, enumeradas no ponto 4.3. *infra*.

A referida Comissão Executiva manteve a mesma composição do mandato anterior, a saber:

- Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte
- Eng. Jean Carlos Angulo
- Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
- Eng. Luís Filipe Sequeira Martins
- Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc.

Presidida pelo Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte, substituído quando necessário pelo Eng. Jorge Salavessa Moura, a Comissão Executiva delibera pela maioria dos votos

presentes ou representados, não podendo deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2007, a Comissão Executiva reuniu por 44 vezes.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas Funcionais, conforme indicado no ponto 1.1.1. *supra*. No que respeita à ligação às entidades externas abaixo indicadas, foi definida a seguinte distribuição:

- Associação Técnica da Indústria do Cimento (ATIC) e outras Associações Sectoriais – Eng. Jorge Salavessa Moura, substituído, quando necessário, pelo Eng. Luís Filipe Sequeira Martins;
- CEMBUREAU, “World Business Council for Sustainable Development” (WBCSD) e Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto (APEB) – Eng. Luís Filipe Sequeira Martins, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura;
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Euronext Lisboa e Conselho Fiscal – Dr. Manuel de Faria Blanc, substituído, quando necessário, pelo Eng. Jorge Salavessa Moura.

#### 4.3. Modo de Funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, sem prejuízo, quando necessário, da realização de outras reuniões intercalares. Não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, não sendo, para esse efeito, permitido que um administrador represente mais do que um membro do Conselho de Administração. Durante o ano de 2007, o Conselho reuniu por 8 vezes.

Por deliberação da Assembleia Geral de 11 de Maio de 2007, o artigo 11.º do contrato de sociedade passou a determinar (n.º 6) que, em caso de três faltas seguidas, ou de cinco faltas interpoladas, no decurso de um mandato, a reuniões do Conselho de Administração por parte de qualquer dos seus membros, sem justificação aceite pelo próprio Conselho, verificar-se-á uma falta definitiva do administrador em causa, a qual deverá ser declarada por aquele órgão.

Os poderes do Conselho de Administração são aqueles que lhe são conferidos pelo Código das Sociedades Comerciais, a que acrescem, nos termos dos artigos 4.º e 5.º dos estatutos, os poderes de: aumentar o capital social, por entradas em dinheiro, até o mesmo perfazer o montante de mil milhões de euros; emitir *warrants* autónomos sobre valores mobiliários próprios (podendo aqueles conferir direito à subscrição ou aquisição de acções da sociedade, até ao referido limite de mil milhões de euros); e emitir obrigações ou outros títulos de dívida de qualquer das espécies ou sob qualquer das modalidades permitidas por lei.

Conforme anteriormente referido, o Conselho de Administração delegou todos os poderes relativos à gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, composta por cinco dos seus membros, à qual apenas estão vedadas as matérias qualificadas por lei como não delegáveis. A saber, nos termos do artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais:

- Escolha do Presidente do Conselho de Administração, quando aplicável;

- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de assembleias gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Mudança de sede e aumentos de capital;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

No entanto, para além destas matérias, a Comissão Executiva entendeu, ainda no início do anterior mandato, e por sua iniciativa, reservar também para o plenário do Conselho de Administração as deliberações finais sobre quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar com accionistas detentores de 2% ou mais do capital social da CIMPOR, sempre que, pela sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados de especial relevância.

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva, encontram-se criados os seguintes procedimentos:

- Distribuição aos membros do Conselho de Administração das actas das reuniões da Comissão Executiva;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz regularmente um sumário dos aspectos considerados relevantes da actividade desenvolvida desde a última reunião, facultando aos administradores os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados;
- Encontra-se ainda regulamentada a possibilidade de solicitação, por parte dos administradores, de elementos ou informações à Comissão Executiva, fora das reuniões do Conselho.

#### 4.4. Remunerações

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da sociedade, bem como as modalidades e prestações do respectivo esquema complementar de reforma ou de invalidez, são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações, composta por accionistas eleitos em Assembleia Geral, podendo tal remuneração incluir uma componente variável, estabelecida em função dos lucros do exercício, que, nos termos do n.º 6 do artigo 16.º do contrato de sociedade, não poderá, globalmente, exceder 5% dos referidos lucros.

O estabelecimento, pela referida Comissão, da remuneração fixa anual dos membros do Conselho de Administração obedece aos seguintes princípios:

- a) Adequação das remunerações às exigências do mercado;
- b) Valorização da relevância dos serviços prestados, do grau de responsabilidades assumido e do nível de dedicação esperado;
- c) Atribuição aos administradores com funções executivas de um esquema complementar de reforma (PPR), para o qual são efectuadas dotações mensais correspondentes a 12,5% da respectiva remuneração fixa.

Por outro lado, todos os administradores, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, beneficiam do “Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores” descrito no ponto 1.6. *supra*, nos termos aí enunciados.

A remuneração variável (incluindo a atribuição de opções de compra de acções) está reservada aos membros da Comissão Executiva, sendo determinada anualmente, e a nível individual, pela Comissão de Fixação de Remunerações, em função dos resultados do Grupo (no respeito pelas limitações estatutárias *supra* referidas), do grau de prossecução dos objectivos estratégicos definidos e da avaliação do desempenho de cada administrador, nas suas áreas específicas de actuação.

A atribuição de opções de compra de acções é efectuada no âmbito do programa global descrito no ponto 1.6. *supra*, pelo que obedece exactamente às mesmas regras. Em relação ao conjunto dos administradores executivos, e com referência ao ano de 2007, o número de opções atribuídas, exercitáveis, exercidas e extintas foi o seguinte:

	Série				Total
	2004	2005	2006	2007	
Opções Atribuídas					
Opções Iniciais	-	-	-	137.500	137.500
Opções Derivadas	-	-	-	412.500	412.500
Opções Exercitáveis	128.000	146.000	125.000	137.500	536.500
Opções Exercidas	128.000	146.000	105.000	135.000	514.000
Opções Extintas					
Exercitáveis em 2007					
P/não exercício das Opções Iniciais	-	-	-	2.500	2.500
P/não exercício das Opções Derivadas	-	-	20.000	-	20.000
Exercitáveis de 2008 a 2010, inclusive *	-	-	-	7.500	7.500

\* Por não exercício das Opções Iniciais

De acordo com o n.º 3 do artigo 16.º do contrato de sociedade, poderá ainda ser atribuída uma pensão de reforma vitalícia aos administradores que cessarem funções, sempre que esteja preenchido um dos seguintes requisitos:

- a) Terem exercido o cargo de administrador com funções executivas por período superior a dez anos, seguidos ou interpolados;
- b) Terem mantido vínculo laboral com, ou exercido funções de administração na, sociedade ou sociedades dependentes por período total superior a vinte e cinco anos, seguidos ou interpolados.

O quantitativo desta pensão será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, podendo ser anualmente revisto. A fixação, de acordo com estes critérios, do referido quantitativo (que nunca poderá ultrapassar o valor da mais elevada das remunerações fixas auferidas, em cada momento, pelos administradores em exercício), bem como a definição dos demais termos e condições da sua atribuição (a qual poderá ser titulada por contrato), competem à Assembleia Geral (ou à Comissão de Fixação de Remunerações, a existir).

O montante total de remunerações, prestações para o esquema complementar de reforma ou de invalidez e outros incentivos auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da sociedade (incluindo o diferencial entre o preço de compra das acções adquiridas ao abrigo do “Plano de Aquisição de Acções” e do “Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções” e a respectiva cotação à data da compra) foi, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o seguinte:

(valores em euros)	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Remunerações Totais
Administradores Executivos	1.319.043,27	3.188.600,00	4.507.643,27
Administradores Não Executivos	536.770,60	-	536.770,60
<b>Total</b>	<b>1.855.813,87</b>	<b>3.188.600,00</b>	<b>5.044.413,87</b>

#### 4.5. Política de Comunicações de Irregularidades

O Conselho de Administração aprovou e divulgou, em 2006, um conjunto de regras e procedimentos internos destinados à recepção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades alegadamente ocorridas no âmbito das sociedades do Grupo CIMPOR, de acordo com as disposições legais e regulamentares, as recomendações aplicáveis em cada momento e os princípios e regras constantes do Código de Ética adoptado pelo Grupo.

O novo Regulamento veio dotar as referidas comunicações de um sistema que se pretende eficaz, célere e idóneo quanto à detecção, investigação e resolução das mesmas, no respeito dos mais elevados princípios éticos – em particular, dos princípios de integridade e responsabilidade – e, bem assim, das regras de confidencialidade e não retaliação, a salvaguardar nas relações com os intervenientes.

Nos termos e para os efeitos deste Regulamento, entende-se por “irregularidade”, de acordo com o n.º 2 do seu artigo 2.º, “qualquer acto ou omissão, doloso ou negligente, contrário às disposições legais ou regulamentares, às disposições estatutárias ou às regras ou princípios éticos do Grupo”, imputável a membros dos órgãos sociais ou a quaisquer outros colaboradores que desempenhem funções no Grupo CIMPOR.

Os meios através dos quais as comunicações são efectuadas, os respectivos destinatários e a forma de tratamento que lhes é dada encontram-se devidamente previstos no referido Regulamento, cabendo ao Gabinete de Auditoria Interna da *holding* – sem prejuízo das competências da Comissão Consultiva Interna do Conselho de Administração para o Governo Societário e Responsabilidade Social – proceder à vigilância e supervisão de todo o sistema, em particular dos respectivos níveis de adequação e eficácia.

Refira-se ainda a garantia, explícita no Regulamento, de que toda e qualquer comunicação efectuada por um colaborador, nos termos e condições aí previstos, será tratada com carácter confidencial e anónimo, designadamente no que respeita à identidade do “declarante” (salvo a solicitação em contrário, expressa e inequívoca, deste último). Ao “declarante”, desde que agindo de boa fé e com veracidade, é ainda assegurado que não poderá ser sujeito a qualquer forma de tratamento prejudicial, de retaliação, discriminação, ameaça ou sanção, por parte da CIMPOR. No entanto, se a sua conduta desrespeitar tais princípios, a mesma poderá constituir uma infracção susceptível de ser objecto de sanção disciplinar adequada e proporcional à infracção, sem prejuízo da responsabilidade civil e/ou criminal que possa advir de tal comportamento.

(ESTA PÁGINA FOI DEIXADA EM BRANCO INTENCIONALMENTE)



# II

## ACTIVIDADE DO GRUPO EM 2007

---

---

## 1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

### 1.1. Evolução da Economia Mundial

Apesar dos efeitos da crise do crédito hipotecário de alto risco (*subprime*) nos EUA e da consequente desaceleração, nos últimos meses do ano, do nível de actividade nos principais países desenvolvidos, a economia mundial registou, em 2007, mais um período de forte crescimento (estimado em 4,9%). Este resultado ficou sobretudo a dever-se à contribuição das economias emergentes ou em vias de desenvolvimento, com uma variação positiva do PIB de 7,9%, já que, nas economias desenvolvidas, a mesma não terá ido além dos 2,7%.

O ano de 2007 ficou igualmente marcado pela subida acentuada das taxas de juro e pelo agravamento significativo dos preços do petróleo e das matérias-primas não energéticas, com particular destaque para as *commodities* alimentares, aumentando as preocupações com a inflação, sobretudo no segundo semestre.

Nos EUA, o crescimento do PIB manteve a tendência de abrandamento já observada nos últimos anos, com a respectiva taxa a baixar para cerca de 2,2% (menos 0,7 p.p. que em 2006). A crise do *subprime* e a consequente degradação das condições nos mercados monetário e de crédito – ao conduzirem a uma forte queda no investimento residencial e a uma deterioração generalizada dos principais indicadores de confiança – explicam o essencial desta evolução.

Na Zona Euro, a taxa de crescimento do PIB (2,6%) foi apenas ligeiramente inferior à registada em 2006, fruto do aumento das exportações (em 6,0%) e do investimento (em 4,8%), ambos impulsionados por uma forte procura externa, com origem, sobretudo, na Ásia e no Médio Oriente. Apesar da descida da taxa de desemprego em quase 1 p.p. e do consequente incremento do rendimento disponível das famílias, o consumo privado manteve-se moderado, aumentando apenas 1,6%.

O papel dos países emergentes ou em desenvolvimento como motores do crescimento da economia mundial acentuou-se ainda mais em 2007: cada vez menos vulneráveis a choques externos negativos e beneficiando de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*, de um comportamento muito positivo da procura interna e de uma situação macroeconómica equilibrada, registaram, no seu conjunto, uma taxa de crescimento do PIB de perto de 8%.

As economias emergentes do continente asiático, em particular, terão crescido a um ritmo (9,1%) sensivelmente idêntico ao do ano anterior, impulsionadas, sobretudo, pela expansão da China (11,4%), onde o forte dinamismo da procura interna mais do que compensou o ligeiro abrandamento das exportações e os efeitos da subida das taxas de juro de referência (em resposta ao aumento da inflação). África e América Latina, com variações positivas do PIB da ordem dos 6,2% e 5,6%, respectivamente, registaram uma pequena aceleração relativamente a 2006.

### 1.2. Evolução do Sector Cimenteiro

Apesar da diminuição do ritmo de crescimento da economia mundial, o desenvolvimento acelerado das principais economias emergentes conduziu, em 2007, a um aumento do consumo de cimento estimado em aproximadamente 8,4% (5,1%, excluindo a China). Neste país, responsável por cerca de metade do consumo mundial, a procura de

cimento terá atingido perto de 1,4 mil milhões de toneladas, registando uma taxa de crescimento próxima dos 12%.

Ainda na China, o ano de 2007 ficou igualmente marcado pela aceleração do processo de consolidação do sector cimenteiro e de reconversão ambiental de grande parte do seu aparelho produtivo. Visando tornar a indústria mais competitiva, menos poluente e mais orientada para as necessidades do mercado interno, o governo chinês promoveu activamente o encerramento de grande número de fábricas de fornos verticais (num total, em termos de capacidade instalada, de cerca de 56 milhões de toneladas/ano), ao mesmo tempo que abolia todos os subsídios à exportação.

Em linha com o ritmo de crescimento da sua economia e beneficiando da concretização de um importante plano de construção de infraestruturas e da explosão do seu sector residencial, a Índia (segundo maior mercado cimenteiro a nível mundial) voltou a registar um aumento superior a 11% no consumo de cimento. A forte procura, mas também as dificuldades de importação (por insuficiência de instalações portuárias) e o facto da capacidade instalada estar já perto da saturação, viriam a justificar uma subida dos preços próxima dos 10%.

Nos Estados Unidos, a crise do mercado residencial e o abrandamento do ritmo de construção de infraestruturas provocaram uma redução de cerca de 6,4% no consumo de cimento, o que veio a reflectir-se numa diminuição drástica das importações (da ordem dos 40%). O que, por seu turno, permitiu aos produtores locais aumentarem os preços de venda e, assim, manterem as suas margens operacionais.

No conjunto da Europa Ocidental, o crescimento das vendas de cimento – num contexto de arrefecimento económico, subida das taxas de juro e valorização do euro – não foi além de 0,7%. As dificuldades sentidas no sector residencial – particularmente em Espanha e na Irlanda – acabariam por ser compensadas pelo esforço do investimento público e pelo sector da construção não residencial, que, em 2007, se revelou especialmente dinâmico.

Conforme se previa, foi na Europa de Leste que, neste ano, e em termos relativos, o consumo de cimento mais aumentou (13%). Se, na Rússia, este crescimento se ficou essencialmente a dever aos planos governamentais de construção de infraestruturas e edifícios habitacionais, já na Polónia a expansão do consumo foi sobretudo resultado das entradas de fundos comunitários e de receitas de emigrantes. Fruto das limitações da capacidade de produção nesta zona, os preços de venda do cimento registaram uma subida acentuada.

Após um período conturbado, assistiu-se, em 2007, a um novo alento da economia latino-americana. A aceleração do crescimento, a que não foram alheios o desenvolvimento dos mercados hipotecários no sector residencial e as descidas tanto das taxas de inflação como das taxas de juro, conduziu a um aumento da procura de cimento superior a 7%. No caso particular do Brasil, este novo vigor da procura permitiu que, depois de alguns anos de quedas consecutivas dos preços de venda do cimento, a tendência finalmente se invertesse.

Por força da subida do preço do petróleo, também a região do Médio Oriente se voltou a revelar particularmente dinâmica, registando um aumento quer do consumo quer dos preços de venda do cimento acima dos 9%.

Em África, o crescimento – estimado em cerca de 10% – das vendas de cimento foi, como habitualmente, bastante assimétrico, revelando-se especialmente significativo nas

zonas ricas naqueles recursos naturais cujo preço internacional mais aumentou ou que mais beneficiaram do investimento estrangeiro.

Quanto à actividade de *trading*, viria a ser prejudicada não só pela escalada dos preços do petróleo, e conseqüente subida dos fretes marítimos, como também pela redução do volume de exportações chinesas e de importações norte-americanas.

De entre os diversos movimentos de fusões e aquisições verificados no sector, três importantes operações, para além das ocorridas no mercado chinês, dominaram o ano de 2007: a aquisição da empresa australiana Rinker, pela Cemex, a compra da empresa inglesa Hanson (líder mundial no mercado de agregados), pela Heidelberg – uma e outra correspondentes essencialmente a movimentos de integração vertical – e a aquisição do negócio cimenteiro da empresa egípcia Orascom, pela Lafarge.

De referir, também, o reforço da posição da Holcim na empresa indiana Gujarat Ambuja, a compra, pela Titan, de uma participação de 50% numa empresa turca e a concretização das aquisições (Turquia e China) anunciadas pela CIMPOR em 2006.

A evolução do sector ficou ainda marcada por um conjunto significativo de investimentos em aumentos de capacidade de produção efectuados por empresas já instaladas nos respectivos mercados, bem como pelo aparecimento de um importante número de projectos de instalação de novas unidades, anunciados por investidores alheios ao sector, em países emergentes com forte potencial de crescimento (casos da Índia, Rússia e países limítrofes, e toda a região do Médio Oriente).

## 2. Internacionalização

Em 2007, o grupo CIMPOR continuou a dar importantes passos no desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e internacionalização.

### 2.1. Turquia

No final de Fevereiro, uma vez preenchidas todas as condições precedentes estabelecidas no contrato vinculativo assinado em Dezembro de 2006, o Grupo CIMPOR concluiu a aquisição de um conjunto de participações, directas e indirectas, no capital social da empresa cimenteira turca Yibitas Lafarge Orta Anadolu Çimento Sanayi ve Ticaret A.S. (YLOAÇ).

O custo total das referidas participações ascendeu a aproximadamente EUR 548 milhões, correspondendo à aquisição de diversos lotes de acções representativas de 50,2% do capital da YLOAÇ – cuja designação foi entretanto alterada para “Cimpor Yibitas” – e de 99,4% do capital social da empresa turca Yibitas Holding, A.S., titular dos restantes 49,8% do capital da YLOAÇ.

Esta última, em conjunto com a sua subsidiária Yibitas Yozgat, A.S., detém, nas regiões do Mar Negro e Anatólia Central, um total de seis unidades de produção de cimento (três fábricas integradas e três moagens), estando actualmente a construir uma nova linha de produção de clínquer. Com a conclusão deste investimento, prevista para o terceiro trimestre de 2009, a Cimpor Yibitas passará a dispor de uma capacidade total de produção de cimento com clínquer próprio de perto de 3,1 milhões de toneladas/ano.

Esta empresa detém ainda uma importante posição no sector dos betões e agregados, em cujos mercados atingiu, em 2007, volumes de vendas de quase 1,1 milhões de metros cúbicos e 2,1 milhões de toneladas, respectivamente.

### 2.2. China

Também na sequência de um contrato vinculativo assinado ainda em 2006, e depois da necessária aprovação das autoridades chinesas, o Grupo CIMPOR – através da sua subsidiária Cimpor Chengtong Cement Corporation, Ltd., com sede em Hong Kong – adquiriu, no final de Maio, por aproximadamente EUR 2,0 milhões, uma participação de 60% no capital social da empresa Shandong Liuyuan New Type Cement Development Co., Ltd. (NLG).

Esta empresa, localizada perto da cidade de Zaozhuang, na província de Shandong, dispõe actualmente de duas linhas de produção de clínquer de 2.500 toneladas/dia, associadas a uma capacidade anual de moagem correspondente a 1,2 milhões de toneladas de cimento. O seu mercado natural abrange não só o sul da referida província como também toda a província de Jiangsu, incluindo a região de Xangai.

Após a aquisição da NLG, e no âmbito de uma operação de aumento do capital social da referida Cimpor Chengtong, esta última tornou-se accionista única da empresa Sea-Land Mining, Ltd., cujo único activo consiste numa participação de cerca de 71% na sociedade Suzhou Nanda Cement Company, Ltd, detentora de uma moagem de cimento (600 mil toneladas/ano) nos arredores de Xangai.

Entretanto, e conforme acordado com as autoridades locais, está já em curso a construção da primeira de duas novas linhas de produção de clínquer, ambas de 5.000 toneladas/dia, no distrito de Shanting (província de Shandong). Ainda antes do final de 2008, é previsível que arranque também a construção de uma nova moagem de cimento, com uma capacidade anual de um milhão de toneladas, na cidade de Huaian (província de Jiangsu).

### 2.3. Perú

Em Novembro, através da aquisição, por cerca de EUR 12,8 milhões, de uma participação de 80% na empresa Cementos Otorongo, S.A.C., no âmbito de uma operação de aumento do respectivo capital social, o Grupo CIMPOR deu entrada no Peru.

A Cementos Otorongo, S.A.C., é titular de um conjunto de concessões mineiras com matérias-primas suficientes e adequadas ao fabrico de clínquer e cimento, estando actualmente a desenvolver um projecto de construção de uma fábrica integrada na região de Arequipa, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo respectivo Governo Regional. É, além disso, proprietária de um silo horizontal e de uma instalação de ensacagem de cimento em El Callao, para além de deter uma participação de controlo numa empresa de exploração e comercialização de agregados para a construção, situada igualmente em El Callao.

A nova fábrica, cujo investimento se estima em cerca de USD 125 milhões, terá uma capacidade de produção de cimento de perto de 650.000 toneladas/ano e irá servir essencialmente o mercado de Arequipa.

### 2.4. Índia

Culminando os esforços que há muito vinha desenvolvendo no sentido de entrar no importante mercado cimenteiro da Índia – o segundo maior em termos mundiais e ainda com um fortíssimo potencial de crescimento – o Grupo CIMPOR assinou, no final do ano, um contrato vinculativo para a compra de uma participação de 53,64% no capital social da empresa Shree Digvijay, cotada na Bolsa de Bombaim.

Com sede em Jamnagar, no Estado de Gujarat, a empresa em causa detém uma fábrica integrada de clínquer e cimento, com uma capacidade de produção de perto de 1,1 milhões de toneladas/ano, localizada em Sikka, junto ao Golfo de Kutch, onde beneficia de um importante conjunto de infraestruturas portuárias.

Conforme legalmente estabelecido, foi entretanto lançada uma oferta pública de aquisição sobre mais 20% do capital da sociedade, na sequência da qual o Grupo CIMPOR viria a adquirir, já em 2008, um total de 73,6% do capital da Shree Digvijay, por um valor de aproximadamente EUR 70 milhões.

### 3. Análise dos Resultados do Grupo

#### 3.1. Síntese da Actividade Global

Em 2007, os Resultados Líquidos do Grupo CIMPOR, após Interesses Minoritários, registaram um crescimento de 4,2%, cifrando-se em cerca de 304,1 milhões de euros.

A acentuada apreciação do euro relativamente à quase totalidade das moedas dos países onde o Grupo opera e, sobretudo, o agravamento significativo dos custos dos combustíveis – da ordem dos 25%, em termos médios – penalizaram fortemente, ao longo de todo o ano, os resultados operacionais do Grupo.

No entanto, o alargamento do respectivo perímetro de consolidação – principalmente com a integração das novas Áreas de Negócios da Turquia e China – possibilitou que o *EBITDA* gerado em 2007 atingisse um novo máximo de sempre (607 milhões de euros), ultrapassando em perto de 44 milhões de euros (7,8%) o valor obtido no ano anterior.

#### Demonstração de Resultados do Grupo

(EUR M)	2007	2006	Var.	2005
Volume de Negócios	1.966,1	1.638,9	20,0 %	1.534,9
Cash Costs Operacionais	1.359,1	1.075,8	26,3 %	1.039,0
Cash Flow Operacional ( <i>EBITDA</i> )	607,0	563,0	7,8 %	495,8
Amortizações e Provisões	168,9	155,0	8,9 %	140,4
Resultados Operacionais ( <i>EBIT</i> )	438,1	408,1	7,4 %	355,4
Resultados Financeiros	- 48,0	- 42,3	s.s.	- 3,3
Resultados antes de Impostos	390,1	365,8	6,7 %	352,2
Impostos sobre o Rendimento	69,3	60,1	15,3 %	75,7
Resultado Líquido	320,8	305,6	5,0 %	276,5
Atribuível a:				
Detentores do Capital	304,1	291,9	4,2 %	266,2
Sócios Minoritários	16,7	13,7	22,1 %	10,3
Resultado Líquido / Acção (euros)	0,454	0,436	4,1 %	0,398

O crescimento das vendas nos mercados do Brasil e Moçambique e as melhorias de ordem operacional alcançadas nesta última Área de Negócios (onde o volume de produção de clínquer praticamente duplicou) conduziram a aumentos de *EBITDA*, nestes dois países, de cerca de 13,3 milhões de euros (21,9%) e 4,0 milhões de euros (47,1%), respectivamente, o que constituiu também um importante contributo para o incremento global deste indicador, mais do que compensando as reduções verificadas noutras áreas.

Entre estas, sobressaíram os casos de Espanha, Egipto e África do Sul, bem como da actividade de *trading*, onde, por razões diversas – subida do custo dos combustíveis, paragens programadas de algumas linhas de produção para se proceder a importantes trabalhos de ampliação de capacidade (Espanha) ou de recuperação e modernização dos equipamentos (Egipto), depreciação do *rand* sul-africano e diminuição do volume de exportações de clínquer por via marítima – o *Cash Flow* Operacional registou quedas

mais ou menos significativas.

### Cash Flow Operacional (EBITDA)

(valores em milhões de euros)

Áreas de Negócios	2007		2006		Variação	
	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	172,7	30,7 %	173,9	32,7 %	- 1,2	- 0,7
Espanha	137,8	29,3 %	143,7	33,4 %	- 5,9	- 4,1
Marrocos	35,2	43,8 %	33,5	46,5 %	1,7	5,1
Tunísia	18,9	31,7 %	17,5	29,4 %	1,4	8,2
Egipto	58,6	48,6 %	63,3	49,6 %	- 4,7	- 7,5
Turquia *	38,6	23,6 %	-	-	38,6	s.s.
Brasil	73,9	22,9 %	60,6	22,4 %	13,3	21,9
Moçambique	12,3	20,6 %	8,4	15,4 %	4,0	47,1
África do Sul	43,0	33,1 %	47,9	40,1 %	- 4,9	- 10,3
China **	1,8	7,7 %	-	-	1,8	s.s.
Cabo Verde	3,0	9,7 %	2,3	12,9 %	0,6	27,7
Trading / Shipping	6,3	6,0 %	9,3	8,6 %	- 3,0	- 32,2
Out. Actividades	4,8	-	2,5	-	2,3	94,0
<b>Total</b>	<b>607,0</b>	<b>30,9 %</b>	<b>563,0</b>	<b>34,4 %</b>	<b>43,9</b>	<b>7,8</b>

\* Março – Dezembro

\*\* Julho – Dezembro

Devido ao referido agravamento dos custos energéticos e, consoante os casos, ao peso crescente dos segmentos de betões e agregados, às paragens ocorridas quer no Egipto quer nas fábricas do Sul de Espanha e/ou às maiores necessidades de importação de clínquer, apenas no Brasil, Tunísia e Moçambique foi possível melhorar as margens EBITDA. Consequentemente, e dada a integração das novas Áreas de Negócios da Turquia e China, cujas margens operacionais estão muito aquém da média do Grupo, esta última baixou de 34,4%, em 2006, para 30,9%, em 2007.

Por força do aumento dos níveis de endividamento do Grupo, fruto das aquisições e outros investimentos efectuados, os Resultados Financeiros diminuíram perto de 5,7 milhões de euros. Os encargos de juros, em particular, sofreram, em termos líquidos, um agravamento de 9,3 milhões de euros (cerca de 22%), o que, no entanto, compara muito favoravelmente com o incremento (próximo dos 40%, em termos de saldo médio anual) da Dívida Financeira Líquida.

Apesar da queda das vendas de cimento no mercado espanhol e, sobretudo, da redução das exportações de clínquer a partir do Egipto, as vendas destes dois produtos, no Grupo CIMPOR, beneficiando do alargamento do respectivo perímetro de consolidação, totalizaram, em 2007, cerca de 24,5 milhões de toneladas, aumentando 20,1% relativamente ao ano anterior.

Para além da evolução positiva das Áreas de Negócios do Brasil, África do Sul, Moçambique e Cabo Verde – responsáveis, no seu conjunto, por um incremento das vendas de mais de 600 mil toneladas – é importante destacar o crescimento registado na Área de Negócios de Portugal, onde, quer por efeito de um maior volume de vendas no mercado interno, quer pelo aumento das exportações (em perto de 12%), se atingiu, em 2007, um total de 6,1 milhões de toneladas vendidas (o valor mais elevado dos últimos seis anos).

### Vendas de Cimento e Clínquer

(em milhares de toneladas)

Áreas de Negócios	2007	2006	Variação	2005
Portugal	6.133	5.849	4,8 %	6.106
Espanha	4.055	4.235	- 4,3 %	4.157
Marrocos	1.130	1.152	- 1,8 %	959
Tunísia	1.461	1.485	- 1,6 %	1.385
Egipto	2.822	3.090	- 8,7 %	2.898
Turquia *	2.308	-	s.s.	-
Brasil	4.316	3.974	8,6 %	3.796
Moçambique	665	605	9,9 %	583
África do Sul	1.450	1.292	12,3 %	1.160
China **	1.442	-	s.s.	-
Cabo Verde	242	178	36,2 %	119
Subtotal	26.025	21.860	19,1 %	21.162
(Vendas Intragrupo)	(1.479)	(1.415)	s.s.	(1.356)
<b>Total Consolidado</b>	<b>24.547</b>	<b>20.445</b>	<b>20,1 %</b>	<b>19.806</b>

\* Março – Dezembro

\*\* Julho – Dezembro

Beneficiando das aquisições efectuadas na Turquia e dos investimentos que o Grupo, numa óptica de integração vertical, tem vindo a realizar nos mercados de Espanha, Marrocos, Brasil, Cabo Verde e África do Sul, as vendas de betão (mais 25%), agregados (mais 17%) e argamassas (mais 12%) registaram igualmente crescimentos significativos.

### Vendas de Betão, Agregados e Argamassas

Produtos / Áreas de Negócios	2007	2006	Variação	2005
<b>Betão (1.000 m3)</b>				
Portugal	3.195	3.137	1,8 %	3.721
Espanha	2.965	2.798	6,0 %	2.618
Turquia *	983	-	s.s.	-
Brasil	996	698	42,7 %	502
Out. Áreas de Negócios	525	309	69,9 %	216
<b>Total</b>	<b>8.664</b>	<b>6.943</b>	<b>24,8 %</b>	<b>7.058</b>
<b>Agregados (1.000 ton)</b>				
Portugal	6.904	7.607	- 9,2 %	8.806
Espanha	5.303	4.491	18,1 %	3.770
Turquia *	1.946	-	s.s.	-
Out. Áreas de Negócios	1.051	889	18,2 %	652
<b>Total</b>	<b>15.204</b>	<b>12.987</b>	<b>17,1 %</b>	<b>13.228</b>
<b>Argamassas (1.000 ton)</b>	<b>543</b>	<b>485</b>	<b>11,9 %</b>	<b>477</b>

\* Março – Dezembro

Em 2007, o Volume de Negócios da CIMPOR cifrou-se, em termos consolidados, em cerca de 1.966 milhões de euros, aumentando quase 330 milhões de euros (20,0%)

relativamente ao ano anterior. Excluindo as transacções internas ao Grupo, há a salientar o elevado incremento dos contributos, para este indicador, das Áreas de Negócios do Brasil (54 milhões de euros) e Espanha (42 milhões de euros), além, naturalmente, do efeito do alargamento do seu perímetro de consolidação (187 milhões de euros).

Em termos relativos, não só aquelas duas Áreas de Negócios (com taxas de crescimento de 20,1% e 9,9%, respectivamente), como também Marrocos (14,6%), Moçambique (10,2%) e Cabo Verde (68,9%) registaram uma evolução claramente positiva.

### Contributos para o Volume de Negócios \*

(valores em milhões de euros)

Áreas de Negócios	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	475,9	24,2	462,9	28,2	13,1	2,8
Espanha	469,6	23,9	427,2	26,1	42,4	9,9
Marrocos	80,5	4,1	70,2	4,3	10,3	14,6
Tunísia	59,7	3,0	59,6	3,6	0,1	0,2
Egipto	117,3	6,0	114,7	7,0	2,6	2,2
Turquia **	163,1	8,3	-	-	163,1	s.s.
Brasil	321,8	16,4	267,9	16,3	53,9	20,1
Moçambique	60,1	3,1	54,5	3,3	5,6	10,2
África do Sul	128,1	6,5	119,5	7,3	8,6	7,2
China ***	23,9	1,2	-	-	23,9	s.s.
Cabo Verde	30,5	1,5	18,0	1,1	12,4	68,9
Trading / Shipping	34,1	1,7	44,1	2,7	- 10,0	- 22,8
Out. Actividades	1,5	0,1	0,2	0,0	1,3	512,9
Total Consolidado	1.966,1	100,0	1.638,9	100,0	327,2	20,0

\* Excluindo as transacções intragrupo

\*\* Março – Dezembro

\*\*\* Julho – Dezembro

Em relação ao final de 2006, o valor total dos Capitais Empregues, na sequência das aquisições e outros investimentos efectuados, aumentou cerca de 26%, ultrapassando os 3,2 mil milhões de euros (sem consideração, ainda, do montante correspondente aos investimentos em curso no final do ano). O *goodwill* pago na aquisição das empresas turcas e a apreciação entretanto registada pela moeda local explicam mais de metade do referido aumento.

Perante um volume global de investimentos (em activos fixos e capital circulante) que atingiu praticamente os 900 milhões de euros, a Rentabilidade dos Capitais Empregues (líquida de impostos) baixou perto de 1,5 p.p. (de 13,1%, em 2006, para 11,6%, em 2007), enquanto a Rentabilidade dos Capitais Próprios acusava igualmente um ligeiro decréscimo (de 18,9% para 18,1%).

A Dívida Financeira Líquida, que, incluindo *items* equivalentes, ascendia a 937 milhões de euros no final de 2006, subiu, em Dezembro de 2007, para 1.421 milhões de euros – um crescimento de cerca de 51,7%, inteiramente justificado pelo referido esforço de investimento. Consequentemente, o peso da mesma no total do Capital Investido aumentou, entre aquelas duas datas, de perto de 34% para um pouco mais de 40%.

## ÁREAS DE NEGÓCIO - ACTIVIDADE EM 2007

	Unidade	Portugal <sup>(1)</sup>	Espanha <sup>(1)</sup>	Marrocos	Tunisia	Egipto	Turquia <sup>(2)</sup>	Brasil	Perú	Mocambique	A. Sul	C. Verde	China <sup>(3)</sup>
<b>Actividade Cimento</b>													
Capacidade Instalada <sup>(4)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	6.820	3.185	1.295	1.560	3.900	2.015	6.025	---	735	1.025	---	1.800
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	6.133	4.055	1.130	1.461	2.822	2.308	4.316	---	665	1.450	242	1.442
Quota de Mercado		55,2%	7,2%	8,2%	24,0%	7,9%	5,7%	9,1%	---	78,3%	10,6%	77,6%	0,1%
<b>Actividade Global</b>													
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	562,6	470,9	80,5	59,7	120,6	163,1	322,0	0,1	60,1	129,8	30,5	23,9
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	62,2	47,3	4,5	3,4	4,0	16,6	34,4	0,0	4,4	11,3	1,3	1,0
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	172,7	137,8	35,2	18,9	58,6	38,6	73,9	0,0	12,3	43,0	3,0	1,8
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	117,7	94,0	28,4	10,8	46,0	23,3	37,7	-0,1	10,9	38,1	2,2	0,3
Resultados Líquidos antes de I.M.	10 <sup>6</sup> euros	84,2	60,5	21,1	10,1	41,6	19,3	60,4	0,0	7,7	21,9	1,1	-0,2
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	595,6	449,4	65,1	121,5	238,9	586,1	842,4	9,4	40,8	156,3	18,3	45,9
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	28,5	45,1	8,2	1,5	19,2	18,5	35,5	0,0	4,1	37,5	3,9	0,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	1.562	998	203	226	491	797	1.396	38	435	482	170	623
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>6</sup> euros	359	469	392	262	246	254	242	22	132	268	222	79
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	150	184	194	98	128	86	82	15	37	112	31	9
Margem EBITDA		30,7%	29,3%	43,8%	31,7%	48,6%	23,6%	22,9%	39,7%	20,6%	33,1%	9,7%	7,7%
Margem EBIT		20,9%	20,0%	35,3%	18,1%	38,2%	14,3%	11,7%	-120,0%	18,1%	29,3%	7,3%	1,1%

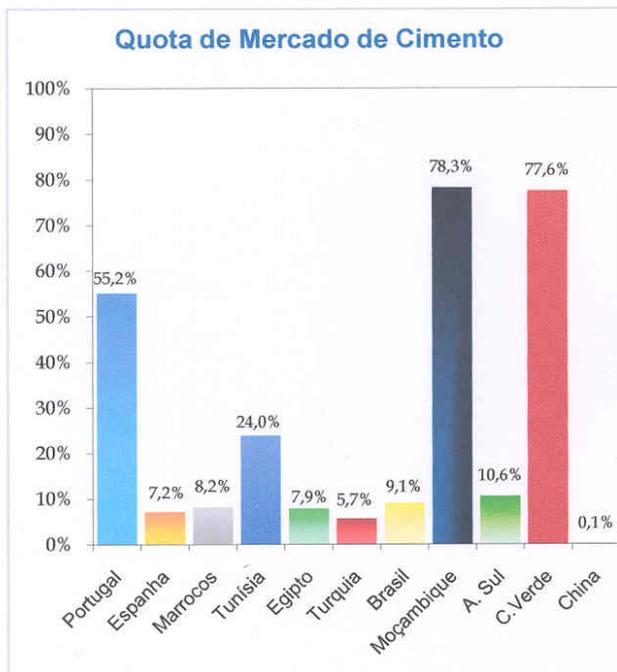
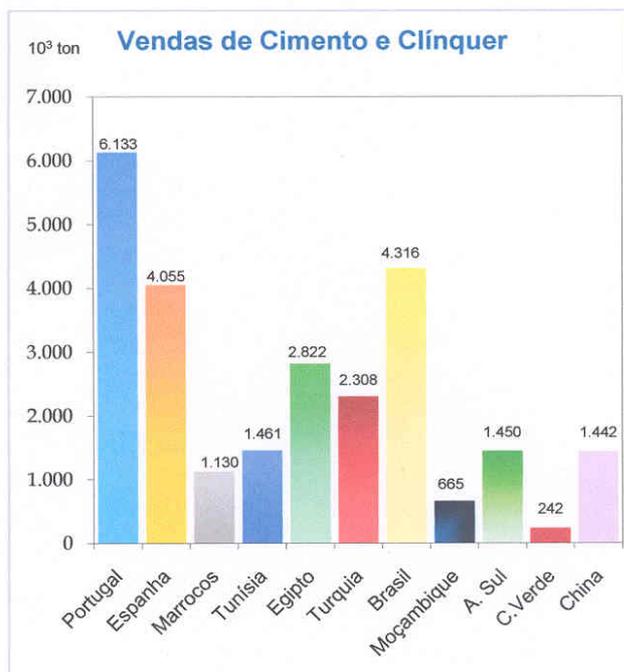
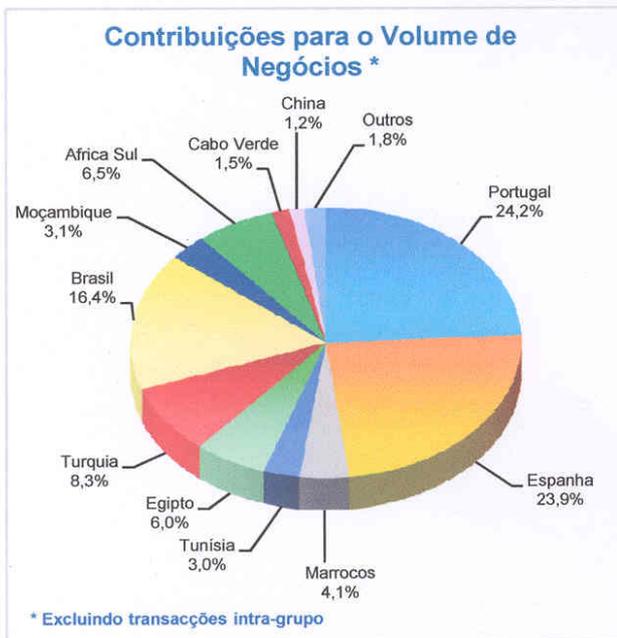
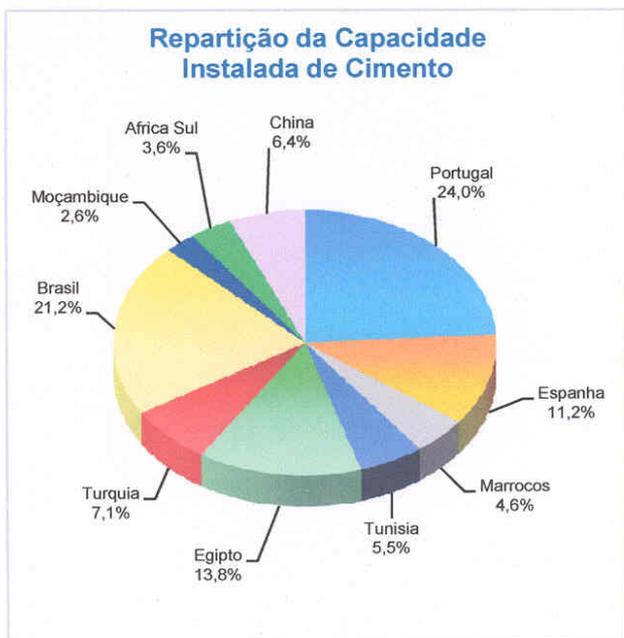
(1) Excluindo as áreas comuns ao Grupo

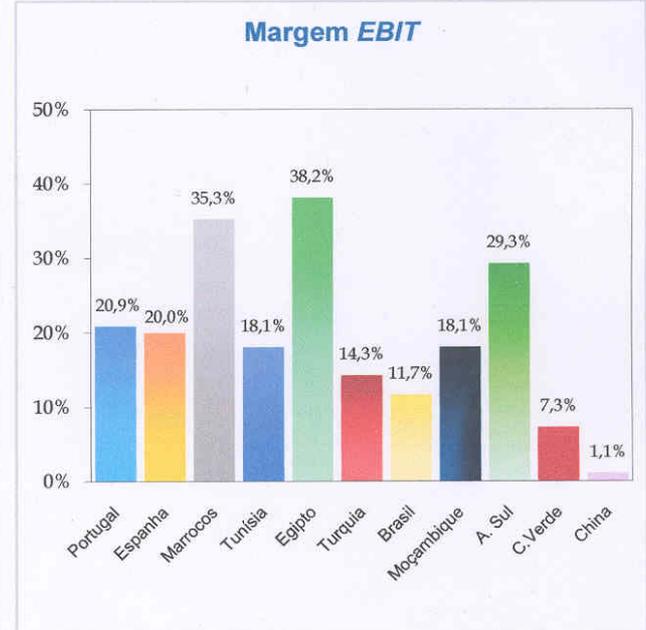
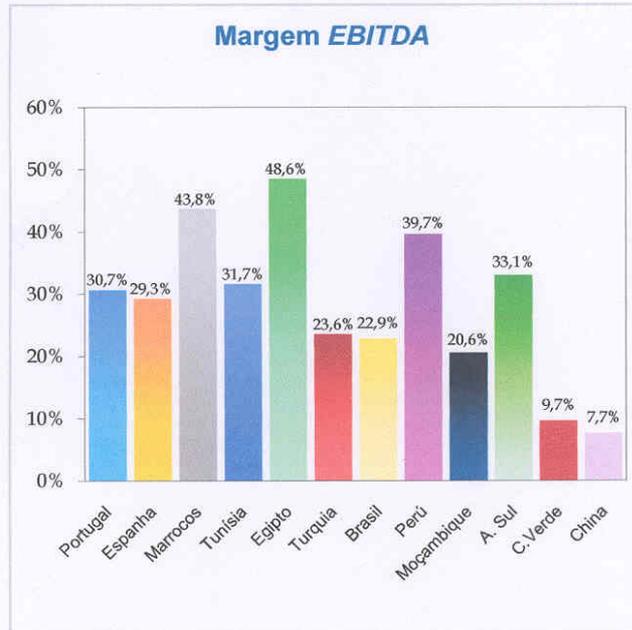
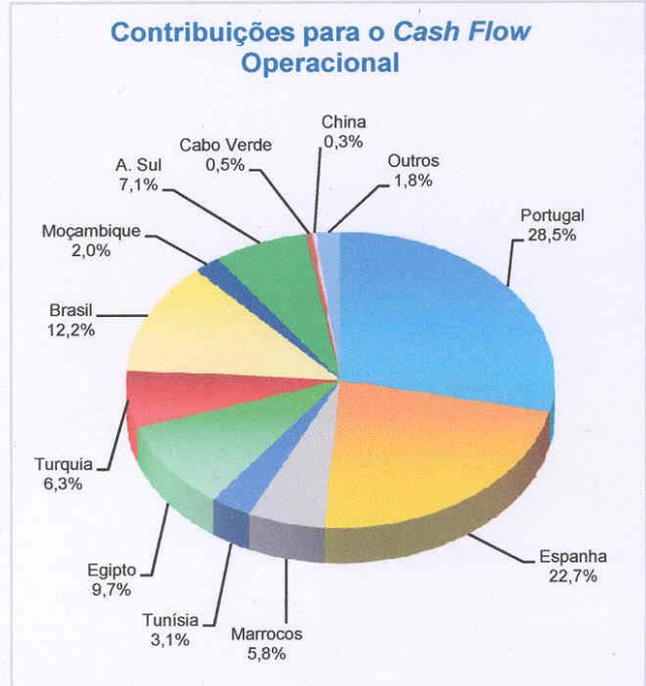
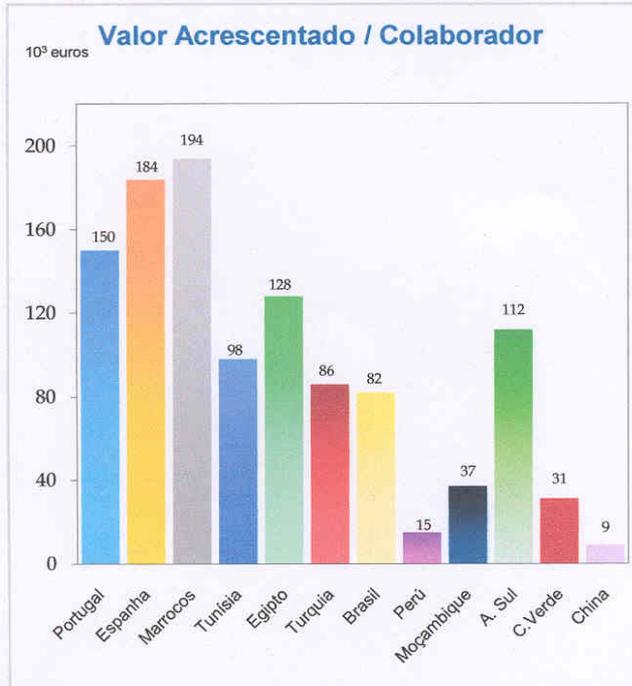
(2) Março - Dezembro

(3) Julho - Dezembro

(4) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (no final do ano)

### Contribuições e Posição Relativa das Diferentes Áreas de Negócios (2007)





Ainda assim, e em termos de saldo médio anual, o valor da Dívida Financeira Líquida pouco excedeu, em 2007, o equivalente a 2,2 vezes o *Cash Flow* Operacional (*EBITDA*) gerado neste ano, o que, para efeitos de manutenção da actual notação de *rating* (BBB), constitui um nível assaz confortável.

### Capital Investido

(milhões de euros)	2007	2006	Var.	2005
Fundo de Maneio da Exploração	307,0	256,9	19,5 %	246,6
Activos Fixos Tangíveis	1.682,0	1.422,3	18,3 %	1.471,4
Goodwill	1.283,7	910,0	41,1 %	940,6
Out. Activos (liq. Out. Passivos)	(58,1)	(42,0)	s.s.	(57,8)
Capitais Empregues	3.214,6	2.547,1	26,2 %	2.600,9
Investimentos em Curso	213,1	120,1	77,4 %	96,2
Investimentos Financeiros	168,4	171,1	- 1,5 %	215,8
Out. Activos (liq.) não Operacionais	(97,7)	(75,3)	s.s.	(89,9)
<b>Capital Investido</b>	<b>3.498,4</b>	<b>2.763,0</b>	<b>26,6 %</b>	<b>2.823,0</b>
Dívida Financeira Líquida	1.359,3	865,6	57,0 %	1.079,4
(Activos Financ. Disponíveis p/Venda)	(9,8)	0,0	s.s.	(69,2)
Provisões	71,5	71,4	0,2 %	73,2
Dívida Financeira e Equivalentes	1.421,1	937,0	51,7 %	1.083,3
Capital Próprio Atribuível a:				
Accionistas	1.796,4	1.579,7	13,7 %	1.519,1
Sócios Minoritários	102,9	74,1	38,9 %	65,5
Impostos Diferidos	75,1	54,9	36,7 %	44,5
Provisões p/Impostos e Outros	102,9	117,4	- 12,3 %	110,6
Capital Próprio e Equivalentes	2.077,3	1.826,0	13,8 %	1.739,7
<b>Capital Investido</b>	<b>3.498,4</b>	<b>2.763,0</b>	<b>26,6 %</b>	<b>2.823,0</b>
Rentabilidade dos Capitais Empregues	11,6 %	13,1 %		12,1 %
Rentabilidade dos Capitais Próprios	18,1 %	18,9 %		19,7 %

No final de 2007, a capacidade total de produção de cimento (com clínquer próprio) do Grupo CIMPOR era de 28,4 milhões de toneladas/ano, a que acresceram, entretanto, mais 1,1 milhões de toneladas, correspondentes à capacidade instalada da empresa indiana Shree Digvijay, cuja aquisição se concretizou já em 2008.

### 3.2. Portugal

O ano de 2007 confirmou a tendência de recuperação, ainda que tímida, da economia portuguesa: a taxa de crescimento do PIB subiu de 1,3% para 1,9%, em resultado de um maior contributo da procura interna e, em particular, do investimento. A formação bruta de capital fixo, que, nos dois anos anteriores, havia evoluído negativamente, terá aumentado, neste ano, quase 1,5%.

Apesar da produção de edifícios residenciais – com um decréscimo, em 2007, de cerca de 5,6% – continuar a não evidenciar sinais de melhoria, a actividade do sector da construção e obras públicas, no seu conjunto, e após cinco anos consecutivos de queda

acentuada (superior a 20%, em termos acumulados), deixou praticamente de regredir, caindo apenas 0,5%. Em linha com esta evolução, o consumo de cimento, ao atingir perto de 7,9 milhões de toneladas, manteve-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior.

Pela primeira vez desde 2001, as vendas da CIMPOR no mercado interno – num total de 4,35 milhões de toneladas – registaram uma pequena subida (2,2%), o que, em conjunto com o aumento das exportações, permitiu ao Grupo alcançar, nesta Área de Negócios, um volume total de vendas (cimento e clínquer) de mais de 6,1 milhões de toneladas (o valor mais elevado dos últimos seis anos). O incremento das exportações de cimento (superior a 30%) foi particularmente significativo, sobretudo na medida em que resultou, exclusivamente, da colocação de produto no mercado e não de transacções internas ao Grupo.

### Área de Negócios de Portugal

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	6.820	6.850	- 0,2%	6.900
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		93,2%	89,8%		91,7%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	6.133	5.849	4,8%	6.106
Quota de Mercado		55,2%	53,8%		52,2%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	3.195	3.137	1,8%	3.721
Vendas de Agregados	10 <sup>3</sup> ton.	6.904	7.607	- 9,2%	8.806
Vendas de Argamassas	10 <sup>3</sup> ton.	150	156	- 3,9%	173
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	562,6	531,6	5,8%	576,5
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	62,2	57,8	7,5%	61,6
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	172,7	173,9	- 0,7%	183,0
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	117,7	122,2	- 3,8%	134,1
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	595,6	610,4	- 2,4%	639,1
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	28,5	28,2	1,0%	53,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	1.562	1.572	- 0,6%	1.662
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	359	328	9,5%	345
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	150	143	4,9%	146
Margem EBITDA		30,7%	32,7%		31,7%
Margem EBIT		20,9%	23,0%		23,3%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

As vendas de betão pronto, depois da forte queda verificada em 2006, recuperaram ligeiramente (1,8%), ao contrário das vendas de agregados, que, diminuindo cerca de 9%, continuaram a sofrer os efeitos da ausência de obras públicas de vulto. Também as vendas de argamassas, com uma redução próxima dos 4%, não deixaram de reflectir o prolongamento da crise no segmento da construção de edifícios residenciais.

Mantendo a tendência de anos anteriores, Portugal, embora continuando a ser, no Grupo CIMPOR, o país com maior importância relativa, viu o seu peso reduzir-se, uma vez mais, de 2006 para 2007: com a crescente internacionalização do Grupo, o respectivo contributo para o Volume de Negócios consolidado baixou de 28,2% para 24,2% e, em termos de Cash Flow Operacional (EBITDA), de 30,9% para 28,5%.

O Volume de Negócios cifrou-se em perto de 563 milhões de euros, aumentando, em relação ao ano anterior, aproximadamente 6%. No entanto, o forte agravamento do custo dos combustíveis, provocando um incremento de cerca de 9% nos *Cash Costs* Operacionais, acabou por conduzir a uma ligeira redução (inferior a 1%) do *EBITDA*. Consequentemente, a respectiva margem – prejudicada, também, pelo maior peso das exportações no total das vendas de cimento e clínquer – não foi além de 30,7%, baixando 2 p.p. relativamente a 2006.

Os investimentos efectuados totalizaram um valor sensivelmente idêntico ao do ano anterior (cerca de 28 milhões de euros), com particular destaque para a implementação, na fábrica de Alhandra, dos sistemas de recebimento, armazenagem e extracção de carvão e de recepção e calcinação de combustíveis alternativos e farinhas animais. Na fábrica de Souselas, iniciou-se a construção e montagem, terminada já em 2008, dos meios necessários à recepção e queima de resíduos industriais perigosos.

### 3.3. Espanha

Em 2007, a economia espanhola, apesar do acentuado abrandamento verificado no último trimestre, acabou por registar uma taxa de crescimento (3,8%) praticamente idêntica à do ano anterior e cerca de 1,2 p.p. acima da média da Zona Euro.

O referido crescimento continuou a assentar na robustez da procura interna (mais 4,1%), beneficiando quer do aumento do consumo (da ordem dos 3,0%) quer, sobretudo, do dinamismo do investimento (mais 5,6%). A componente externa manteve-se negativa, enquanto as contas públicas alcançaram um excedente histórico, equivalente a perto de 2,2% do PIB.

Depois de alguns anos de forte aceleração, a actividade do sector da construção começou a evidenciar alguns sinais de nítido abrandamento, com o número de fogos licenciados a diminuir mais de 20% e o valor das adjudicações de obras públicas a acusar um decréscimo próximo dos 10%. Ainda assim, o consumo de cimento – ultrapassando, pela primeira vez, as 56 milhões de toneladas – acabou por registar um ligeiro aumento (0,3%). A evolução da procura nos mercados onde o Grupo está presente foi, no entanto, bastante dispar: enquanto na Galiza terá crescido cerca de 8%, no conjunto da Andalúcia e Extremadura baixou perto de 3%.

Devido a esta queda do consumo na região sul, ao arranque de duas novas moagens no norte do país e, sobretudo, às paragens prolongadas a que estiveram sujeitas as fábricas de Córdoba e Niebla (para realização de importantes investimentos ambientais e de ampliação de capacidade), as vendas de cimento do Grupo CIMPOR caíram para pouco mais de 4,05 milhões de toneladas (menos 4,3% que em 2006), baixando a quota de mercado do Grupo em 0,4 p.p..

Beneficiando dos fortes investimentos efectuados nos últimos anos, as vendas de betão aumentaram perto de 6%, atingindo praticamente os 3 milhões de metros cúbicos, enquanto as vendas de agregados e argamassas, totalizando 5,3 milhões de toneladas e 230 mil toneladas, respectivamente, registaram, em ambos os casos, um crescimento de cerca de 18%.

Consequentemente, e dado que a redução das vendas de cimento foi mais do que compensada pela subida do respectivo preço, o Volume de Negócios gerado em Espanha aumentou mais de 9%, ultrapassando os 470 milhões de euros. Aumento este que, no entanto, não foi acompanhado por um incremento equivalente do *EBITDA*, já que, para satisfazer a procura, e devido às referidas paragens das fábricas da

Andalucía, foi necessário importar quantidades significativas tanto de clínquer como de cimento. O que, em conjunto com o agravamento dos custos energéticos, acabou mesmo por conduzir a uma diminuição do *Cash Flow* Operacional (da ordem dos 4%), com a respectiva margem a baixar de 33,4%, em 2006, para 29,3%, em 2007.

Os investimentos realizados naquelas duas unidades obrigaram ainda a uma amortização extraordinária (no montante de 10 milhões de euros) do valor dos equipamentos substituídos, o que provocou uma redução de cerca de 14% nos Resultados Operacionais desta Área de Negócios.

### Área de Negócios de Espanha

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	2.675	2.700	- 1,8%	2.700
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		89,3%	100,5%		96,4%
Vendas de Cimento	10 <sup>3</sup> ton	4.055	4.235	- 4,3%	4.157
Quota de Mercado		7,2%	7,6%		7,8%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	2.965	2.798	6,0%	2.618
Vendas de Agregados	10 <sup>3</sup> ton.	5.303	4.491	18,1%	3.770
Vendas de Argamassas	10 <sup>3</sup> ton.	230	195	18,0%	163
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	470,9	430,5	9,4%	373,1
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	47,3	45,0	5,1%	44,1
<i>Cash Flow</i> Operacional ( <i>EBITDA</i> )	10 <sup>6</sup> euros	137,8	143,7	- 4,1%	102,9
Resultados Operacionais ( <i>EBIT</i> )	10 <sup>6</sup> euros	94,0	109,5	- 14,1%	70,0
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	449,4	486,5	- 7,6%	459,0
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	45,1	24,1	87,6%	19,2
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	998	1.011	- 1,3%	987
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	469	429	9,2%	377
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	184	188	- 2,1%	148
Margem <i>EBITDA</i>		29,3%	33,4%		27,6%
Margem <i>EBIT</i>		20,0%	25,4%		18,8%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

No seu conjunto, os investimentos efectuados totalizaram perto de 45 milhões de euros, destacando-se a ampliação, em 400 mil toneladas/ano, da capacidade de produção de clínquer das fábricas de Córdoba e Niebla e a resolução, nesta última, de alguns problemas de natureza ambiental, com a passagem do respectivo forno a via seca.

### 3.4. Marrocos

Em Marrocos, sob o impulso dos sectores mineiro, da construção e obras públicas e do turismo, o crescimento do PIB deverá ter rondado os 2,2%, apesar do mau desempenho do sector agrícola, fortemente afectado por condições climatéricas desfavoráveis. Tanto a taxa de desemprego (estimada, no final do ano, em cerca de 9,9%) como a taxa de inflação (na ordem dos 2,0%) registaram quedas assinaláveis.

O consumo de cimento – impulsionado, tal como em anos anteriores, pela realização de importantes investimentos em habitação social, infra-estruturas de base e novas zonas

turísticas e industriais – aumentou, em 2007, perto de 12,6%, atingindo um total de 12,8 milhões de toneladas.

Devido a algumas paragens do forno da Asment de Témara, a produção de clínquer caiu cerca de 15% relativamente ao ano anterior, o que, mesmo com as respectivas vendas reduzidas a menos de metade, impediu a produção de cimento em quantidade suficiente para acompanhar o crescimento do mercado. Ainda assim, com a compra de aproximadamente 24 mil toneladas de clínquer, as vendas de cimento aumentaram mais de 8%, ultrapassando um milhão de toneladas.

A Betocim, beneficiando do dinamismo do mercado e do facto de 2007 ter sido o primeiro ano completo de actividade das duas novas centrais de Témara e Casablanca, registou, tal como em 2006, um aumento superior a 70% nas suas vendas de betão pronto. Já as vendas de agregados, destinadas exclusivamente à produção de cimento, voltaram a diminuir, não indo muito além das 100 mil toneladas.

### Área de Negócios de Marrocos

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	1.295	1.290	0,4%	1.245
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		82,2%	97,2%		73,7%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	1.130	1.152	- 1,8%	959
Quota de Mercado		8,6%	8,6%		8,8%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	307,0	176,6	73,9%	101,2
Vendas de Agregados	10 <sup>3</sup> ton.	109,8	145,7	- 24,6%	209,2
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	80,5	72,0	11,7%	60,5
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	4,5	4,4	1,9%	4,5
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	35,2	33,5	5,1%	26,2
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	28,4	25,9	9,7%	19,2
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	65,1	62,2	4,7%	69,9
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	8,2	4,7	74,3%	12,1
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	203	208	- 2,4%	210
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	392	346	13,5%	284
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	194	182	6,4%	144
Margem EBITDA		43,8%	46,5%		43,3%
Margem EBIT		35,3%	35,9%		31,7%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Em termos consolidados, o Volume de Negócios de Marrocos ultrapassou os 80 milhões de euros, registando uma taxa de crescimento de 11,7%. A necessidade de compra de clínquer e a subida do custo dos combustíveis em mais de 30% não permitiram, no entanto, uma progressão equivalente do EBITDA: o aumento deste último foi de apenas 5,1 %, o que, dado também o maior peso da actividade de produção e comercialização de betão, conduziu a uma queda da respectiva margem de 46,5%, em 2006, para 43,8%, em 2007.

Em matéria de investimentos, salientam-se a instalação de uma paletizadora e de uma nova linha de ensacagem na fábrica da Asment de Témara, a aquisição de uma unidade de exploração de agregados na região de Benslimane e a elaboração do projecto de

construção de uma nova moagem de cimento (a arrancar no início de 2009), com uma capacidade de produção de 50 toneladas/hora.

### 3.5. Tunísia

O desenvolvimento da indústria e o rápido crescimento das actividades de serviços, com particular destaque para o sector do turismo, continuaram a suportar, em 2007, o forte ritmo de expansão da economia da Tunísia, que, neste ano, deverá ter atingido perto de 6,3%.

Não obstante, a taxa de desemprego manteve-se excepcionalmente elevada (acima dos 14%), ao contrário da taxa de inflação, que, depois de haver aumentado para 4,5%, em 2006, baixou, em 2007, para pouco mais de 3%. Ainda assim, foi notória a tendência de depreciação da moeda local (dinar), bem patente na desvalorização que, relativamente ao euro, registava no final do ano (quase 5%).

Na Tunísia, o consumo de ligantes (cimento e cal hidráulica) totalizou aproximadamente 6,1 milhões de toneladas, aumentando 2,1% em relação a 2006. As vendas da Ciments de Jbel Oust (CJO) – 1,46 milhões de toneladas – ficaram praticamente ao mesmo nível do ano anterior, já que as zonas de maior crescimento do consumo não coincidiram inteiramente com a sua zona de influência.

#### Área de Negócios da Tunísia

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	1.560	1.560	0,0%	1.600
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		89,5%	92,8%		80,0%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	1.461	1.485	- 1,6%	1.385
Quota de Mercado		24,0%	24,7%		23,7%
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	59,7	59,6	0,2%	53,4
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	3,4	3,5	- 4,1%	3,4
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	18,9	17,5	8,2%	14,6
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	10,8	9,7	12,2%	7,1
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	121,5	131,8	- 7,8%	141,8
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	1,5	1,9	- 23,7%	3,8
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	226	231	- 2,2%	240
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	262	253	3,5%	222
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	98	89	9,6%	75
Margem EBITDA		31,7%	29,4%		27,3%
Margem EBIT		18,1%	16,2%		13,3%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

A liberalização dos preços de venda foi mais uma vez adiada, com o governo a optar, tal como nos anos anteriores, pela sua actualização administrativa. Esta última viria a traduzir-se, em termos de média anual, por um aumento de preços da ordem dos 7%, o que, perante a estagnação do volume de vendas e a depreciação da moeda local, conduziu a um Volume de Negócios sensivelmente idêntico ao do ano anterior (um pouco abaixo dos 60 milhões de euros).

A redução das compras de clínquer e o abaixamento do respectivo preço (por haver sido adquirido localmente) permitiram um incremento do *Cash Flow* Operacional, mesmo medido na moeda europeia, superior a 8%. Consequentemente, a margem *EBITDA* subiu mais de 2 p.p., ultrapassando claramente, e pela primeira vez, os 30%.

### 3.6. Egipto

Com uma taxa de crescimento do PIB próxima dos 7%, a economia egípcia voltou a revelar um ritmo de expansão assinalável, sustentado pelo aumento do consumo privado e pela concretização de importantes projectos de investimento. A taxa de inflação, pressionada pelo dinamismo da procura interna e pela redução de alguns subsídios estatais, ter-se-á agravado em perto de 7 p.p., aproximando-se dos 11%.

Favorecido por esta conjuntura, o consumo de cimento aumentou para 34,5 milhões de toneladas, registando um incremento de 14,4%. O que, apesar do aumento da oferta no mercado interno – resultante, sobretudo, de uma queda significativa das exportações (na sequência da pesada taxa imposta pelo Governo sobre todas as vendas de cimento e clínquer destinadas ao exterior) – conduziu a alguma pressão sobre os preços.

#### Área de Negócios do Egipto

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	3.900	3.900	0,0%	3.810
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		72,7%	78,2%		78,6%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	2.822	3.090	- 8,7%	2.898
Quota de Mercado		7,9%	8,9%		8,8%
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	120,6	127,8	- 5,6%	103,9
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	4,0	3,3	20,9%	2,6
<i>Cash Flow</i> Operacional ( <i>EBITDA</i> )	10 <sup>6</sup> euros	58,6	63,3	- 7,5%	48,5
Resultados Operacionais ( <i>EBIT</i> )	10 <sup>6</sup> euros	46,0	50,6	- 9,1%	37,3
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	238,9	225,3	6,0%	255,8
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	19,2	19,0	1,2%	2,3
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	491	491	0,0%	483
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	246	265	- 7,1%	222
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	128	138	- 7,5%	109
Margem <i>EBITDA</i>		48,6%	49,6%		46,7%
Margem <i>EBIT</i>		38,2%	39,6%		35,9%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Devido à paragem prolongada de uma das suas três linhas de produção, a fim de serem realizados importantes trabalhos de melhoramento e modernização, o Grupo CIMPOR viu-se impedido de beneficiar inteiramente deste forte crescimento: ainda que o volume total de exportações haja sido reduzido a pouco mais de 20% do efectuado no ano anterior, as quantidades de clínquer que, dada a referida condicionante, foi possível produzir limitaram o aumento das vendas de cimento no mercado interno a cerca de 2,1%. Consequentemente, a quota de mercado do Grupo baixou de quase 9%, em 2006, para menos de 8%, em 2007.

A depreciação da libra egípcia relativamente ao euro (próxima dos 7%, em termos de média anual) e a diminuição, em praticamente 270 mil toneladas, do total das vendas de cimento e clínquer conduziram a uma queda do Volume de Negócios para pouco mais de 120 milhões de euros (menos 5,6% que em 2006) e a uma redução do *EBITDA* em cerca de 7,5%. Ainda assim, a respectiva margem, beneficiando do menor peso das exportações no total das vendas, baixou apenas 1 p.p., situando-se em 48,6%.

Entre os diversos investimentos realizados, no valor de aproximadamente 19 milhões de euros, salientam-se o já referido *revamping* de uma das linhas de produção de clínquer, a aquisição de novos equipamentos de ensacagem e a implementação de um sistema automático de controlo de entradas e saídas de camiões e de pesagem de matérias-primas e produtos.

De registar, também, o início da actividade de produção de sacos de papel, através da Cimpor Sacs Manufacture Company (Cimpsac), cuja capacidade instalada é de 45 milhões de sacos/ano.

### 3.7. Turquia

Depois de cinco anos de forte crescimento, a economia turca desacelerou claramente em 2007, ainda que mantendo uma taxa de progressão do PIB relativamente elevada (em torno dos 5,0%). Por outro lado, tanto a taxa de desemprego (próxima dos 10%) como a taxa de inflação (estimada em 8,8%) estiveram longe de alcançar as metas estabelecidas pelo Governo.

#### Área de Negócios da Turquia

	Unidade	2007 <sup>(1)</sup>
Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	1.680
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(3)</sup>		98,9%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	2.308
Quota de Mercado		5,7%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	983
Vendas de Agregados	10 <sup>3</sup> ton.	1.946
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	163,1
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	16,6
Cash Flow Operacional ( <i>EBITDA</i> )	10 <sup>6</sup> euros	38,6
Resultados Operacionais ( <i>EBIT</i> )	10 <sup>6</sup> euros	23,3
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	596,1
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	5,2
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	797
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	254
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	86
Margem <i>EBITDA</i>		23,6%
Margem <i>EBIT</i>		14,3%

(1) Março – Dezembro

(2) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(3) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

O consumo de cimento, depois de, no ano anterior, haver registado um incremento de perto de 19%, em 2007, devido ao clima de instabilidade política associado à realização de eleições gerais e presidenciais, não terá aumentado mais de 2%, totalizando aproximadamente 42,5 milhões de toneladas. Na principal zona de influência da Cimpor Yibitas (Mar Negro e Anatólia Central), a procura de cimento terá mesmo acusado algum recuo (da ordem dos 3%), o que, dado o excesso de oferta, provocou uma pressão acentuada sobre os preços de venda, limitando a subida dos mesmos a cerca de metade da taxa de inflação.

Nos meses seguintes à sua integração no Grupo CIMPOR (Março a Dezembro), as vendas de cimento desta nova Área de Negócios totalizaram um pouco mais de 2,3 milhões de toneladas, correspondentes a uma quota de mercado de 5,7%, a nível nacional, e de 36,1%, na sua zona de influência.

No mesmo período, as vendas de betão, especialmente afectadas pela incerteza quanto aos resultados dos processos eleitorais, não chegaram a atingir um milhão de metros cúbicos, enquanto a produção de agregados, quase exclusivamente para consumo interno, ficou ligeiramente abaixo das 2 milhões de toneladas.

Em termos consolidados, o valor das vendas realizadas nestes últimos dez meses de 2007 foi de cerca de 163 milhões de euros, o que faz da Turquia a quarta maior Área de Negócios do Grupo ao nível deste indicador (atrás de Portugal, Espanha e Brasil). Particularmente penalizado por uma certa guerra de preços no mercado do betão, o *Cash Flow* Operacional gerado no mesmo período cifrou-se em 38,6 milhões de euros, reflectindo uma margem *EBITDA* de 23,6%.

Já depois da sua integração no Grupo, a Cimpor Yibitas, concluindo a construção de uma nova moagem em Hasanoglan (na região de Ankara), aumentou em mais de 30% a capacidade de produção de cimento desta Área de Negócios (com clínquer próprio e alheio), para um total de 4,8 milhões de toneladas/ano. Entretanto, iniciou-se também, e no mesmo local, o investimento numa nova linha de produção de clínquer, com uma capacidade nominal de 2.200 toneladas/dia.

### 3.8. Brasil

Beneficiando de uma conjuntura favorável em termos de procura externa e ao nível dos preços das matérias-primas, a economia brasileira registou, em 2007, um crescimento estimado em 5,4% (mais 1,7 p.p. que no ano anterior). A taxa de inflação caiu para cerca de 3,6%, o que, em conjunto com a descida das taxas de juro, constituiu um forte estímulo ao aumento tanto do consumo privado (6,2%) como do investimento (14,1%).

Com o sector da construção civil e obras públicas em nítida aceleração, o consumo de cimento, num total de aproximadamente 45 milhões de toneladas, terá crescido perto de 10%, o que, em algumas regiões, permitiu já uma certa inversão da tendência de queda que, há mais de quatro anos, vinha caracterizando a evolução dos preços de venda.

Devido à sua distribuição regional, as vendas de cimento da Cimpor Brasil no mercado interno (cerca de 4,1 milhões de toneladas) cresceram um pouco abaixo deste último, implicando uma perda de 0,2 p.p. na respectiva quota. Com um volume de exportações superior a 230 mil toneladas (mais 27,6% que no ano anterior), o aumento global das vendas de cimento atingiu os 8,6%.

Na área do betão pronto, o crescimento do mercado (estimado em perto de 15%) e os

fortes investimentos realizados nos últimos anos conduziram, tal como em 2006, a um incremento assinalável (42,7%) das respectivas vendas, elevando-as para quase um milhão de metros cúbicos.

### Área de Negócios do Brasil

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	6.025	6.015	0,2%	5.745
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		73,6%	63,9%		63,9%
Vendas de Cimento	10 <sup>3</sup> ton	4.316	3.974	8,6%	3.796
Quota de Mercado		9,1%	9,3%		9,6%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	996	698	42,7%	502
Vendas de Argamassas	10 <sup>3</sup> ton.	163	134	21,7%	140
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	322,0	270,3	19,1%	227,1
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	34,4	29,8	15,6%	24,0
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	73,9	60,6	21,9%	62,9
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	37,7	35,1	7,6%	40,7
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	842,4	797,9	5,6%	827,4
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	35,5	31,4	12,9%	13,6
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	1.396	1.272	9,7%	1.180
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	242	224	8,1%	201
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	82	75	8,8%	77
Margem EBITDA		22,9%	22,4%		27,7%
Margem EBIT		11,7%	13,0%		17,9%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Fruto desta evolução, o Volume de Negócios da Cimpor Brasil – apesar do preço médio de venda do cimento, em moeda local, não ter subido mais de 2,5% – ultrapassou os 320 milhões de euros, registando um aumento de cerca de 19%. O que, pese embora o agravamento dos custos energéticos, permitiu o incremento do EBITDA em quase 22% (para um valor próximo dos 74 milhões de euros) e a progressão da respectiva margem em 0,5 p.p..

Para além dos investimentos efectuados na compra de três novas centrais de betão e de diverso equipamento móvel afecto a esta actividade, são igualmente de salientar os trabalhos de ampliação da capacidade de produção de clínquer da fábrica de Cezarina em 200 mil toneladas/ano, a construção, nesta última, de um novo silo de clínquer e a montagem, em Campo Formoso, de um moinho de cimento proveniente de Cajati.

Entretanto, na sequência da análise de um conjunto de documentos apreendidos em várias empresas do sector cimenteiro, a Secretaria de Direito Económico do Ministério da Justiça do Brasil instaurou um Processo Administrativo contra oito daquelas empresas – entre elas a Cimpor Brasil – para investigação de eventuais condutas alusivas à prática de infracções à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto. Muito embora, tanto quanto é do melhor conhecimento do Grupo, nenhuma infracção haja sido cometida, foi decidido apresentar, ao abrigo da legislação entretanto publicada, uma proposta de “Termo de Compromisso de Cessação” que – mediante, designadamente, o pagamento de uma contribuição pecuniária para o “Fundo de Defesa de Direitos Difusos” e não implicando qualquer admissão de culpa ou

reconhecimento de conduta ilícita – permita um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Económica. O montante proposto para a referida contribuição foi de cerca de 15 milhões de reais (correspondente a 2,5% da facturação bruta da Companhia de Cimentos do Brasil no ano de 2006), justificando-se pela conveniência em evitar todos os custos e demoras inerentes ao prosseguimento deste tipo de processos e as consequentes perturbações do normal funcionamento da empresa. O valor em causa encontra-se totalmente provisionado.

### 3.9. Moçambique

A economia moçambicana deverá ter registado, em 2007, uma taxa de crescimento um pouco acima dos 7%, sob o impulso do sector da construção e, em particular, do investimento público na reabilitação de importantes infra-estruturas rodoviárias. Quanto à taxa de inflação, embora baixando cerca de 5 p.p. (em termos de media anual), manteve-se relativamente elevada (7,9%).

Nesta conjuntura, o consumo de cimento, estimado em 850 mil toneladas, continuou a aumentar a uma taxa próxima dos 10%, no que foi acompanhado pelas vendas da Cimentos de Moçambique, as quais alcançaram o valor recorde de 665 mil toneladas. Na actividade de produção e comercialização de betão pronto, o crescimento foi ainda mais significativo (22%), com as respectivas vendas a atingirem perto de 65 mil metros cúbicos.

#### Área de Negócios de Moçambique

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	735	745	- 1,3%	730
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		41,2%	20,9%		35,5%
Vendas de Cimento	10 <sup>3</sup> ton	665	605	9,9%	583
Quota de Mercado		78,3%	78,1%		83,3%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	64,4	52,8	22,0%	54,7
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	60,1	54,5	10,2%	50,5
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	4,4	4,1	8,0%	3,7
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	12,3	8,4	47,1%	6,8
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	10,9	7,5	45,4%	6,2
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	40,8	40,6	0,5%	38,6
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	4,1	4,8	- 14,0%	2,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	435	497	- 12,5%	470
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	132	113	17,4%	106
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	37	26	43,1%	22
Margem EBITDA		20,6%	15,4%		13,4%
Margem EBIT		18,1%	13,7%		12,2%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

Com a subida dos preços de venda a mais do que compensar a desvalorização da moeda local relativamente ao euro, o Volume de Negócios consolidado ultrapassou os 60 milhões de euros (mais 10,2% que em 2006), enquanto o EBITDA, beneficiando de uma melhoria significativa do desempenho operacional da fábrica da Matola, aumentou

cerca de 47%, para 12,3 milhões de euros. Consequentemente, a respectiva margem subiu mais de 5 p.p., superando, pela primeira vez nos últimos quatro anos, a barreira dos 20%.

Para além dos investimentos, sobretudo de natureza ambiental, realizados na fábrica da Matola, é de destacar a elaboração dos cadernos de encargos destinados à obtenção de preços para o fornecimento de uma nova moagem de cimento (de 70 toneladas/hora) a instalar naquela unidade, bem como de uma linha de produção de clínquer (de 1.500 toneladas/dia) a construir no Dondo (incluindo igualmente uma nova moagem).

### 3.10. África do Sul

Na África do Sul, a taxa de crescimento do PIB não terá diferido substancialmente da registada em 2006 (perto de 5%), beneficiando do incremento da procura interna e, em particular, do investimento (15%). A taxa de inflação, dada a subida dos preços dos combustíveis e bens alimentares, passou, em termos de média anual, de 4,7%, em 2006, para cerca de 7,0%, em 2007.

O sector da construção civil e obras públicas continuou a revelar um dinamismo assinalável, conduzindo a um aumento do consumo de cimento próximo dos 8% (ainda assim, abaixo dos 11% registados no ano anterior). Na província de KwaZulu-Natal – onde, através da NPC-Cimpor, se concentra a actividade do Grupo – o crescimento do mercado (6,6%) ficou, mais uma vez, um pouco aquém da média nacional.

#### Área de Negócios da África do Sul

	Unidade	2007	2006	Var.	2005
Capacidade Instalada <sup>(1)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	1.025	1.055	- 2,8%	1.020
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>		85,5%	98,7%		91,4%
Vendas de Cimento	10 <sup>3</sup> ton	1.450	1.292	12,3%	1.160
Quota de Mercado		10,6%	10,2%		10,1%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	93,2	79,8	16,8%	60,5
Vendas de Agregados	10 <sup>3</sup> ton.	811	723	12,2%	443
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	129,8	119,5	8,6%	105,4
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	11,3	10,3	9,6%	9,3
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	43,0	47,9	- 10,3%	41,9
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	38,1	39,6	- 3,8%	34,6
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	156,3	164,6	- 5,0%	196,2
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	37,5	49,4	- 24,1%	11,6
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	482	467	3,2%	416
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	268	260	3,0%	254
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	112	127	- 11,6%	124
Margem EBITDA		33,1%	40,1%		39,8%
Margem EBIT		29,3%	33,1%		32,8%

(1) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(2) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

A entrada em funcionamento (no final de Março) de uma nova moagem permitiu à NPC-Cimpor – contrariamente ao que sucedera em 2005 e 2006 – evitar o recurso à

importação de cimento, mesmo com as respectivas vendas a atingir 1,45 milhões de toneladas (mais 12,3% que no ano anterior). Já o atraso na conclusão da sua nova linha de produção de clínquer obrigou à importação de cerca de 400 mil toneladas deste produto.

No sector dos betões e agregados, o crescimento das vendas foi igualmente expressivo (16,8% e 12,2%, respectivamente), ficando o ano de 2007 especialmente assinado pelo facto de o Grupo haver ganho o concurso de fornecimento de betão ao novo aeroporto internacional de Durban (180 mil metros cúbicos, no espaço de dois anos).

A acentuada depreciação da moeda local relativamente ao euro (em quase 12%, em termos de câmbio médio anual), limitou o aumento do Volume de Negócios consolidado a 8,6%, provocando mesmo uma redução de perto de 5 milhões de euros no valor do *Cash Flow Operacional* (já de si bastante penalizado pela subida dos custos dos combustíveis e do clínquer importado). A maior necessidade de recurso a este último, em conjunto com aqueles factores, determinou uma diminuição significativa da margem EBITDA: de 40,1%, em 2006, para somente 33,1%, em 2007.

Em matéria de investimentos, há a assinalar a já referida conclusão de uma nova moagem de cimento (incluindo equipamentos de embalagem e expedição) na fábrica de Simuma, o prosseguimento, também nesta unidade, dos trabalhos de construção de uma segunda linha de produção de clínquer, a instalação de duas novas centrais de betão e a aquisição de um terreno para exploração de agregados.

### 3.11. Cabo Verde

Segundo as últimas estimativas, o PIB cabo-verdiano terá crescido, em 2007, a uma taxa (6.9%) bastante abaixo da do ano anterior (10,8%), embora continuando a beneficiar da expansão do investimento, particularmente no sector do turismo.

#### Área de Negócios de Cabo Verde

	Unidade	2007	2006	Var.	2005 <sup>(1)</sup>
Vendas de Cimento	10 <sup>3</sup> ton	242	178	36,2%	119
Quota de Mercado		77,6%	69,2%		63,4%
Vendas de Betão	10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup>	60,7	-	-	-
Vendas de Agregados	10 <sup>3</sup> ton.	110	20,0	s.s.	-
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	30,5	18,0	68,9%	12,5
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	1,3	0,7	95,4%	0,5
<i>Cash Flow Operacional (EBITDA)</i>	10 <sup>6</sup> euros	3,0	2,3	27,7%	1,2
Resultados Operacionais ( <i>EBIT</i> )	10 <sup>6</sup> euros	2,2	1,3	66,4%	0,6
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	18,3	11,6	57,9%	10,8
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	3,9	0,4	962,1%	0,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	unidades	170	88	93,2%	64
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	222	340	- 34,7%	194
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	31	57	- 44,7%	26
Margem <i>EBITDA</i>		9,7%	12,9%		9,5%
Margem <i>EBIT</i>		7,3%	7,4%		5,1%

(1) Abril a Dezembro

Com a actividade da construção em franco desenvolvimento, as vendas de cimento realizadas pelo Grupo CIMPOR aumentaram, relativamente a 2006, cerca de 36%, atingindo o valor recorde de 242 mil toneladas (correspondente a perto de 78% do consumo total de cimento no país).

Entretanto, no decorrer do segundo trimestre, com a aquisição de uma participação maioritária numa empresa de betão pronto e o arranque de uma outra empresa (de betões e inertes) constituída ainda em 2006, o Grupo CIMPOR alargou o âmbito da sua actividade à produção e comercialização de betão, abrangendo as ilhas de Santiago, Boavista e Sal. Ainda que não incluindo todo o ano, as vendas realizadas em 2007 atingiram já cerca de 61 mil metros cúbicos de betão e 110 mil toneladas de agregados.

O aumento das vendas de cimento e a expansão do Grupo para estas novas áreas conduziram a um crescimento do Volume de Negócios de quase 70% (elevando-o a mais de 30 milhões de euros), e a um incremento do EBITDA em perto de 28% (para cerca de 3 milhões de euros).

### 3.12. China

Pelo quinto ano consecutivo, a República Popular da China registou, em 2007, um crescimento do PIB (11,4%) na casa dos dois dígitos, tornando-se a terceira maior economia do mundo. O investimento e as exportações, com incrementos da ordem dos 25%, mantiveram-se como os principais motores da actividade económica, a qual revela já algum sobreaquecimento, com a taxa de inflação a aproximar-se dos 5%.

#### Área de Negócios da China

	Unidade	2007 <sup>(1)</sup>
Capacidade Instalada <sup>(2)</sup>	10 <sup>3</sup> ton	900
Utilização da Capacidade Instalada <sup>(3)</sup>		115,3%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 <sup>3</sup> ton	1.442
Quota de Mercado		0,1%
Volume de Negócios	10 <sup>6</sup> euros	23,9
Custos com Pessoal	10 <sup>6</sup> euros	1,0
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 <sup>6</sup> euros	1,8
Resultados Operacionais (EBIT)	10 <sup>6</sup> euros	0,3
Capitais Empregues	10 <sup>6</sup> euros	45,9
Investimentos Industriais	10 <sup>6</sup> euros	0,4
Quadro de Pessoal (31 Dez)	Unidades	623
Volume de Negócios / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	79
Valor Acrescentado / Colaborador	10 <sup>3</sup> euros	9
Margem EBITDA		7,7%
Margem EBIT		1,1%

(1) Julho – Dezembro

(2) Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio (média ao longo do ano)

(3) Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

O elevado crescimento da população urbana continuou a impulsionar o sector da

construção e, em particular, o segmento residencial, onde o volume de investimento aumentou, em 2007, mais de 30%. Neste contexto, o consumo de cimento terá atingido cerca de 1.350 milhões de toneladas, registando um incremento de 14%.

Após a respectiva aquisição pelo Grupo CIMPOR, no final do primeiro semestre, o conjunto constituído pelas empresas NLG e Nanda vendeu, no mercado interno, um total de 879 mil toneladas de cimento e 293 mil toneladas de clínquer, tendo ainda exportado, deste último, perto de 270 mil toneladas. O correspondente Volume de Negócios não chegou, no entanto, a atingir os 24 milhões de euros, em resultado do nível, extremamente baixo, dos preços praticados na China. Uma situação que, com o encerramento das centenas de pequenas fábricas obsoletas e altamente poluentes que ainda operam, deverá ser progressivamente ultrapassada.

Pela mesma razão, o *Cash Flow* Operacional gerado nestes seis meses não foi além de 1,8 milhões de euros, reflectindo uma margem *EBITDA* de apenas 7,7%.

#### 4. Actividade da CIMPOR TEC

A CIMPOR TEC – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A., depois de, em 2006, haver iniciado o respectivo processo de certificação segundo a norma ISO 9001:2000, foi objecto, em Outubro de 2007, de uma Auditoria Interna cujo resultado favorável permite antever a possibilidade de obtenção da referida certificação definitiva ainda no primeiro semestre de 2008.

Entre as múltiplas actividades desenvolvidas anualmente pela CIMPOR TEC, salienta-se a elaboração do chamado “Programa Anual de *Benchmarking*”, no âmbito do qual são sistematicamente comparados cerca de duas centenas de indicadores-chave, destinados a medir o nível de desempenho operacional das diferentes unidades produtoras de cimento. Este trabalho – que antecede a elaboração do Orçamento Anual e a actualização do Plano de Negócios a cinco anos – permite aos responsáveis das referidas unidades, com o apoio da CIMPOR TEC, identificar, para cada uma delas, quais os vectores prioritários de actuação e as consequentes medidas a adoptar, consagrando-as num “Plano de Melhoria de Performance”, a executar nos três anos subsequentes.

Pela área de “Investimentos, Engenharia, Equipamentos e Segurança”, foram prestados, ao longo de 2007, importantes serviços de coordenação e assistência técnica a diversos projectos desenvolvidos pelo Grupo, a maior parte dos quais referidos no ponto anterior.

No âmbito da área de “Produtos, Qualidade e Formação Técnica de Quadros”, realça-se, entre múltiplas outras actividades, a realização de 16 acções de formação, num total de 490 horas, abrangendo 87 técnicos de diferentes países, assim como a organização do 1º Seminário de Manutenção do Grupo CIMPOR, dedicado ao tema “Fiabilidade e Segurança”, no qual participaram um total de 40 colaboradores (entre directores de fábrica e responsáveis daquela área) oriundos de quase todos os países onde o Grupo está presente.

Sendo uma das suas principais atribuições estimular a difusão do conhecimento no seio do Grupo, a CIMPOR TEC mantém a publicação mensal de um Boletim Técnico onde, designadamente, se analisam temas de actualidade relacionados com a actividade cimenteira, se dão a conhecer as preocupações e políticas da CIMPOR em matéria de Desenvolvimento Sustentável e se apresentam “estudos de casos” com o objectivo de partilhar e disseminar internamente aquilo que são consideradas as melhores práticas do Grupo.

## 5. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Conforme sublinhado em Relatórios de anos anteriores, a CIMPOR apoia firmemente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, procurando compatibilizar a excelência dos desempenhos técnico, económico e financeiro – factores decisivos à criação de valor – com uma postura efectiva de responsabilidade social e ambiental.

No final da década de noventa – após haver aderido ao *WBCSD – World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável) – a CIMPOR integrou o grupo das dez, de entre as principais empresas cimenteiras mundiais, que lançou o projecto designado por *CSI – Cement Sustainability Initiative* (Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento). Desde então, tem vindo a participar activamente no desenvolvimento do mesmo e, em particular, num plano de acção a cinco anos (“*Our Agenda for Action*”), lançado em Julho de 2002, onde se identificavam, para este sector de actividade, seis grandes áreas-chave no progresso rumo a uma sociedade mais sustentável:

- Protecção climática e gestão das emissões de CO<sub>2</sub>;
- Utilização responsável de matérias-primas e combustíveis;
- Segurança e saúde dos trabalhadores;
- Monitorização e divulgação das emissões;
- Impactos em termos do uso da terra e ao nível das comunidades locais;
- *Reporting* e comunicação.

Duas outras áreas-chave foram entretanto consideradas como merecedoras da atenção da *CSI* nos próximos anos:

- Estudo da viabilidade de um acordo sectorial para a redução, a médio/longo prazo, das emissões de CO<sub>2</sub> (“*Sectoral Approach*”); e
- Reciclagem do betão.

Em 2007, no âmbito do tema “Protecção climática e gestão das emissões de CO<sub>2</sub>”, a *CSI* arrancou com três importantes projectos:

- Construção de uma base de dados, gerida por uma entidade independente, sobre a *performance* energética e o nível de emissões de CO<sub>2</sub> do sector cimenteiro;
- Desenvolvimento de metodologias “*CDM (Clean Development Mechanism)*” baseadas em princípios de *benchmarking* e adaptadas a este sector;
- Monitorização de novas tecnologias, procura de incentivos a parcerias de I&D e possível patrocínio de projectos-piloto, visando a mitigação das emissões de CO<sub>2</sub>.

Ao longo deste ano, o Grupo CIMPOR, depois de fixar um conjunto de objectivos em torno destes temas, procedeu à implementação interna de diversas acções relacionadas com os mesmos, designadamente a verificação, pela primeira vez, e por uma entidade independente (à semelhança do que já vinha acontecendo com as emissões de CO<sub>2</sub> a nível de todo o Grupo), dos dados referentes a Saúde Ocupacional e Segurança.

Também em 2007, teve lugar o primeiro *CSI Forum*, destinado ao aprofundamento da

discussão e à partilha do conhecimento, entre as diversas empresas participantes na iniciativa, sobre a temática do desenvolvimento sustentável. Já a publicação do *CSI Full Report* – anunciando os resultados alcançados nos primeiros cinco anos de vigência do plano de acção “*Our Agenda for Action*” – foi adiada para o primeiro semestre de 2008.

Terminado o primeiro período (2005-2007) de cumprimento da Directiva 2003/87/CE, que instituiu o Comércio Europeu de Licenças de Emissão, importa fazer um balanço, ainda que sumário, da sua aplicação no Grupo CIMPOR:

### Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub> (2005-2007)

Fábrica / Ton CO <sub>2</sub>	Emissões Registradas *	Licenças Atribuídas	Diferença
Portugal			
Souselas	5.185.170	5.157.999	27.171
Alhandra	5.377.116	5.210.985	166.131
Loulé	1.508.536	1.527.336	- 18.800
Cabo Mondego	134.227	149.517	- 15.290
<b>Total Portugal</b>	<b>12.205.049</b>	<b>12.045.837</b>	<b>159.212</b>
Espanha			
Toral de los Vados	2.104.324	2.168.472	- 64.148
Oural	1.056.766	1.142.598	- 85.832
Córdoba	1.121.976	1.235.247	-113.271
Niebla	785.402	775.353	10.049
<b>Total Espanha</b>	<b>5.068.468</b>	<b>5.321.670</b>	<b>- 253.202</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.273.517</b>	<b>17.367.507</b>	<b>- 93.990</b>

\* Valores provisórios, sujeitos ainda a verificação final por parte das autoridades competentes.

Pelo quadro junto, constata-se que, enquanto em Portugal se verificou uma certa insuficiência de direitos de emissão, em Espanha – devido, designadamente, às paragens provocadas pelos trabalhos de modernização das linhas de produção de clínquer – as emissões registadas neste período foram inferiores em cerca de 250.000 toneladas ao total das licenças atribuídas. Destas, 210.000 foram vendidas à Cimpor Indústria (Portugal), de forma a cobrir o respectivo deficit de direitos.

Entretanto, visando a redução das quantidades de CO<sub>2</sub> a reportar, e na sequência da concessão, por parte das autoridades portuguesas, de uma Licença de Instalação para a valorização energética de alguns tipos de resíduos não perigosos no Centro de Produção de Alhandra, este último deu início, em Março de 2007, à queima de farinhas animais e, já perto do final do ano, de biomassa vegetal e outros resíduos banais.

O mesmo tipo de Licença foi concedido ao Centro de Produção de Loulé, que, no entanto, devido ao indeferimento camarário do pedido de Licença de Construção das necessárias instalações, não pôde prosseguir com um projecto idêntico.

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo CIMPOR relativo ao ano de 2007, elaborado de acordo com as novas directrizes do *GRI – Global Reporting Initiative* e a publicar em simultâneo com o presente, faz ampla referência a estas matérias, nomeadamente ao desempenho ambiental e social do Grupo, pelo que, para um maior detalhe sobre as mesmas, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do referido Relatório (igualmente disponível no site [www.cimpor.pt](http://www.cimpor.pt)).

Refira-se ainda que, em Novembro de 2007, com base numa análise comparativa de sustentabilidade efectuada a um conjunto de dezassete empresas (de diferentes países) do sector de materiais de construção, o Triodos Bank classificou o Grupo CIMPOR em sétimo lugar, atribuindo-lhe um *score* que o inclui nos “*best in class*”.

Em 2008, inicia-se um novo período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008 - 2012), para o qual estão já definidas as correspondentes licenças de emissão. O quadro seguinte mostra a diferença, relativamente ao período anterior, dos direitos ora atribuídos (em termos de média anual), ressaltando o aumento que, na sequência dos investimentos efectuados em 2007, se verifica nas fábricas espanholas de Córdoba e Niebla.

#### Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub> (Média Anual)

Fábrica / Ton CO <sub>2</sub>	2008 - 2012	2005 -2007	Diferença
<b>Portugal</b>			
Souselas	1.750.901	1.719.333	31.568
Alhandra	1.748.681	1.736.995	11.686
Loulé	503.429	509.112	- 5.683
Cabo Mondego	50.886	49.839	1.047
<b>Total Portugal</b>	<b>4.053.897</b>	<b>4.015.279</b>	<b>38.618</b>
<b>Espanha</b>			
Toral de los Vados	695.311	722.824	- 27.513
Oural	363.244	380.866	- 17.622
Córdoba	590.748	411.749	178.999
Niebla	376.466	258.451	118.015
<b>Total Espanha</b>	<b>2.025.769</b>	<b>1.773.890</b>	<b>251.879</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.079.666</b>	<b>5.789.169</b>	<b>290.497</b>

## 6. Recursos Humanos

A crescente internacionalização do Grupo CIMPOR exige uma política de Recursos Humanos que potencie a respectiva mobilidade, promova o respeito pela especificidade e cultura locais e permita dotar o Grupo de

- Uma forte cultura empresarial, coerente com a sua política global;
- Colaboradores com elevado nível de desempenho, claramente identificados e comprometidos com a estratégia definida;
- Instrumentos de gestão adaptados à diversidade geográfica, cultural e legal dos diferentes países onde o Grupo está presente;
- Processos de trabalho simples, flexíveis e criadores de valor.

Neste sentido, a “Estratégia Corporativa para a Gestão de Recursos Humanos do Grupo CIMPOR”, aprovada no final de 2007, definiu um conjunto de áreas de intervenção, essenciais à prossecução da referida estratégia: Recolha de Indicadores de RH; Audit ao Clima Social e Organizacional; implementação de um modelo de Gestão Integrada de Quadros Superiores; Gestão de Quadros Dirigentes; e Plano de Acção de RH.

No âmbito da área “Indicadores de RH”, procedeu-se já à recolha e sistematização de diversa informação relativa à estrutura organizacional e às características do efectivo humano, bem como de um conjunto de dados destinados a avaliar os factores susceptíveis de afectar a produtividade dos colaboradores, o retorno do investimento em RH, o grau de satisfação dos clientes internos e os custos de contratação e formação de pessoal.

O “Audit ao Clima Social e Organizacional” – iniciado em 2005 e aplicado, desde então, em diversos países (Portugal, Tunísia, Moçambique, África do Sul e Egipto) – inclui oito dimensões obrigatórias (Segurança e Saúde Ocupacional, Espírito de Equipa, Liderança, Comunicação, Comunicação e Liderança, Política de Remunerações, Satisfação Pessoal e Imagem do Grupo) e cinco facultativas (Política do Ambiente, Política de Qualidade, Avaliação de Desempenho, Formação e Imagem da Empresa).

Relativamente à “Gestão Integrada de Quadros Superiores”, o modelo que se pretende implementar assenta em quatro pilares fundamentais: Carreira, Formação, Política de Remunerações e Gestão do Talento.

Intimamente relacionada com esta última, a área da “Gestão de Quadros Dirigentes” passou a estar centralizada a nível de Grupo, dada a importância da mesma na implementação de um plano de sucessões que permita não só assegurar o preenchimento das vagas resultantes de saídas naturais como também dar resposta às crescentes exigências de mobilidade internacional.

Quanto ao Plano de Acção de RH, irá ser aplicado a todas as Áreas de Negócios e actividades da CIMPOR, assente numa plataforma informática comum, possibilitando assim a avaliação do nível de alinhamento de cada uma delas com o modelo corporativo, bem como o confronto das melhores práticas no seio do Grupo e a consequente elaboração de programas de melhoria.

Em resultado da integração das novas Áreas de Negócios da Turquia, China e Peru e

da expansão do Grupo nas actividades de produção e comercialização de betões e agregados (sobretudo no Brasil, África do Sul e Cabo Verde), o número de colaboradores da CIMPOR aumentou, em 2007, cerca de 27%, para um total, no final do ano (incluindo eventuais e contratados a prazo), de 7.530 (mais 1.580 que em 31 de Dezembro de 2006).

### Número de Colaboradores por Áreas de Negócios (31 Dez) <sup>(1)</sup>

	2007	2006	Var.	2005
Serviços Centrais <sup>(2)</sup>	109	110	- 0,9 %	113
Portugal	1.562	1.572	- 0,6 %	1.662
Espanha	998	1.011	- 1,3 %	987
Marrocos	203	208	- 2,4 %	210
Tunísia	226	231	- 2,2 %	240
Egipto	491	491	0,0 %	483
Turquia	797	-	s.s.	-
Brasil	1.396	1.272	9,7 %	1.180
Peru	38	-	s.s.	-
Moçambique	435	497	- 12,5 %	470
África do Sul	482	467	3,2 %	416
Cabo Verde	170	88	93,2 %	64
China	623	-	s.s.	-
Outras Actividades	0	3	- 100,0 %	2
<b>Total</b>	<b>7.530</b>	<b>5.950</b>	<b>26,6 %</b>	<b>5.827</b>

(1) De empresas incluídas na consolidação (incluindo eventuais / contratados a prazo)

(2) Holding, CIMPOR Inversiones, CIMPOR Internacional e CimporTec

A redução verificada na Área de Negócios de Moçambique foi particularmente significativa (menos 62 colaboradores), devendo-se, no essencial, à alienação de uma pequena empresa de prefabricados.

### Evolução do Número de Colaboradores por Actividade (31 Dez)

	2007		2006		Var.
	Número	%	Número	%	
Actividades Operacionais					
Cimento	4.784	63,5	3.548	59,6	34,8 %
Betões e Agregados	2.037	27,1	1.687	28,4	20,7 %
Argamassas	69	0,9	68	1,1	1,5 %
Out. Actividades Operacionais	116	1,5	177	3,0	- 34,5 %
Serviços Comuns	524	7,0	470	7,9	11,5 %
<b>Total</b>	<b>7.530</b>	<b>100,0</b>	<b>5.950</b>	<b>100,0</b>	<b>26,6 %</b>

Na área da Formação – e para além do prosseguimento das acções desenvolvidas em torno dos temas da “Saúde Ocupacional e Segurança”, definidos como uma prioridade estratégica – há a destacar, em 2007, a consolidação do “Plano de Formação das Forças Técnicas”, incidente na actividade de produção de cimento e abrangendo todo o Grupo (*vide* ponto 4. *supra*).

## 7. Política Financeira e de Gestão de Riscos

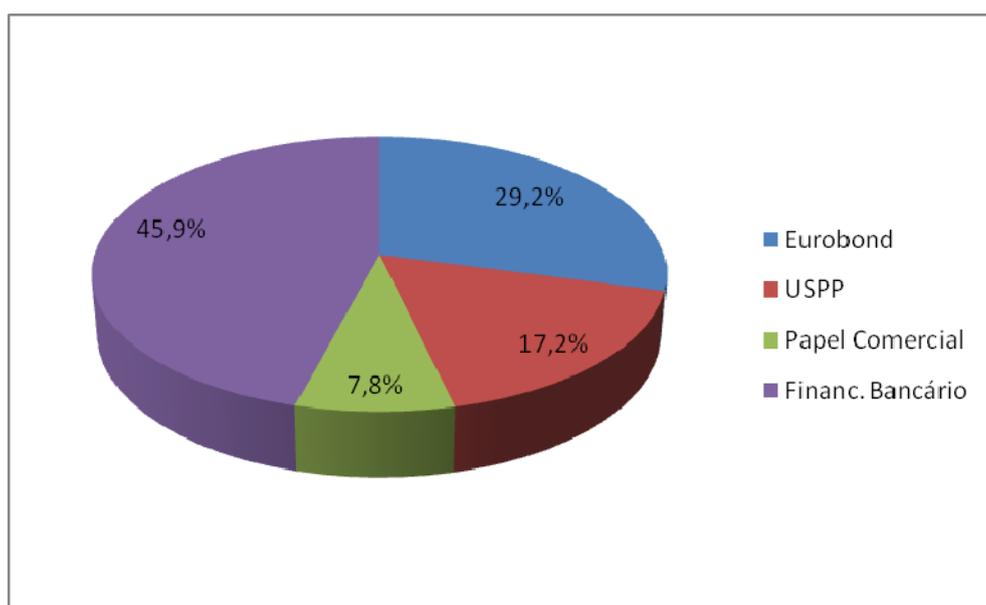
### 7.1. Gestão da Dívida Financeira

Em consequência do elevado volume de investimentos realizados, o valor da Dívida Financeira Líquida do Grupo CIMPOR sofreu um aumento de cerca de 57%, passando de pouco mais de 865 milhões de euros, no final de 2006, para quase 1.360 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007.

Em Outubro, visando a liquidação de grande parte das linhas de curto prazo a que havia recorrido para financiar as aquisições efectuadas na Turquia, a Cimpor Inversiones contratou um empréstimo bancário, a cinco anos, junto de três instituições financeiras internacionais, no montante de 280 milhões de euros. Ainda antes do final do ano, a mesma Cimpor Inversiones negociou um outro empréstimo (nas mesmas condições do primeiro), no valor de 200 milhões de euros, o qual viria a utilizar já em 2008.

O financiamento das referidas aquisições obrigou a uma utilização frequente e intensiva dos instrumentos de dívida de curto prazo contratados pelo Grupo e a uma importante renegociação dos respectivos limites: em Portugal, os Programas de Papel Comercial da *holding* e da CIMPOR Indústria foram aumentados de 300 para 600 milhões de euros, ao mesmo tempo que, em Espanha, o *plafond* global das linhas de *back-up* à disposição da Cimpor Inversiones e da Corporación Noroeste também duplicava (de 190 para 380 milhões de euros).

No final de 2007, o valor da dívida financeira – num total, em termos brutos, de cerca de 2.049 milhões de euros – distribuía-se essencialmente por quatro tipos de instrumentos: uma emissão de *Eurobonds* (EUR 600 M) lançada em 2004; duas emissões de *US Private Placements* (USD 404 M) colocadas em 2003; Papel Comercial emitido em 2007 (EUR 160 M); e Empréstimos Bancários.



As condições de crédito subjacentes às novas operações contratadas e uma gestão cuidada da dívida contraída em anos anteriores permitiu conter o aumento dos encargos inerentes à Dívida Financeira Líquida em apenas 9,6 milhões de euros, o que, inclusive,

e apesar de um contexto algo desfavorável, se traduziu numa redução do respectivo custo médio, relativamente ao ano anterior, em quase 0,5 p.p.. Dado, também, o bom desempenho operacional do Grupo, a CIMPOR continuou a cumprir folgadoamente todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos em vigor, além de manter a notação de *rating* de longo prazo (BBB, com *outlook* estável) atribuída à *holding* pela Standard & Poor's e que, em 2007, foi estendida à Cimpor Inversiones.

Segue-se um quadro-resumo com os dados relativos às principais operações financeiras registadas no passivo consolidado do Grupo:

#### Dívida Financeira em 31 de Dezembro de 2007

Financiamento	Moeda	Valor (10 <sup>3</sup> )	Início	Maturidade	Taxa de Juro
<b>Holding</b>					
Empréstimo Bilateral	EUR	5.000	Mar 2005	Jun 2008	Euribor + 0,275%
<b>CIMPOR Inversiones</b>					
Empréstimo Bilateral	EUR	387.500	Mar 2005	Jun 2008	Euribor + 0,275%
Empréstimo Bilateral	EUR	280.000	Nov 2007	Nov 2012	Euribor + 0,275%
	EUR	667.500			
<b>CIMPOR B.V.</b>					
Eurobonds	EUR	600.000	Mai 2004	Mai 2011	4,500%
US PP 10y	USD	150.000	Jun 2003	Jun 2013	4,900%
US PP 12y	USD	254.000	Jun 2003	Jun 2015	4,750%
Efeito IAS 39	EUR	4.477			
Total	EUR	949.187			
<b>Portugal</b>					
CIMPOR Indústria					
Financiamento BEI	EUR	53.333	Set 2003	Set 2015	EIB Basic Rate
Papel Comercial	EUR	120.000	Nov 2007	Fev 2008	4,890%
Papel Comercial	EUR	40.000	Dez 2007	Fev 2008	5,170%
Descobertos	EUR	18.434	-	-	-
Subtotal	EUR	231.767			
Outras Empresas					
Financiam. Diversos	EUR	1.096	-	-	-
Total	EUR	232.863			
<b>Espanha</b>					
Financiam. Diversos	EUR	131.692	-	-	-
<b>Brasil</b>					
Financiam. Diversos	BRL	42.213	-	-	-
Total	EUR	16.259			
<b>Marrocos</b>					
Empréstimo Bilateral	MAD	34.875	Set 2006	Set 2013	5,450%
Financiam. Diversos	MAD	38.778	-	-	-
Total	EUR	6.458			
<b>Turquia</b>					
Descobertos	TRY	1.112	-	-	-
Total	EUR	648			
<b>Moçambique</b>					
Descobertos	MZN	5.888	-	-	-
Total	EUR	169			

<b>África do Sul</b>					
Financiam. Diversos	ZAR	431	-	-	-
Descobertos	ZAR	6.690	-	-	-
Total	EUR	710			
<b>China</b>					
Financiam. Diversos	CNY	233.177	-	-	-
Total	EUR	21.686			
<b>Peru</b>					
Financiam. Diversos	PEN	35.127	-	-	-
Total	EUR	7.830			
<b>Cabo Verde</b>					
Financiam. Diversos	EUR	314	-	-	-
Financiam. Diversos	CVE	5.292			
Descobertos	CVE	67.345	-	-	-
Total	EUR	973			
<b>Vários</b>					
Leasings Operacionais	EUR	8.252	-	-	-
<b>Total Grupo</b>	EUR	2.049.227			

De salientar, ainda, o papel desempenhado pela Cimpor Inversiones na concessão de crédito a algumas das suas subsidiárias, garantindo-lhes o acesso, em condições de mercado, aos meios financeiros necessários à concretização dos seus projectos de investimento.

## 7.2. Política de Gestão de Riscos

### 7.2.1. Gestão dos Riscos Financeiros

No decurso da sua actividade normal, o Grupo CIMPOR é confrontado com diversos riscos de carácter financeiro, em consequência da exposição do respectivo balanço à evolução das taxas de câmbio das moedas dos países onde o Grupo está presente, bem como às variações das taxas de juro do euro e do dólar norte-americano, principais moedas em que se encontra denominada a sua dívida financeira.

De forma a mitigar o impacto potencial de eventuais variações desfavoráveis de alguns destes factores, é prosseguida uma política de gestão assente nos seguintes pilares:

- Centralização, ao nível da *holding*, de toda a actividade de controlo deste tipo de riscos, tanto no que respeita à análise e aprovação das operações (Comissão Executiva) como à sua execução e acompanhamento (Área de Operações Financeiras do Centro Corporativo);
- Análise da exposição global do Grupo às diferentes naturezas de riscos financeiros, incluindo a identificação de possíveis novas fontes de incerteza decorrentes do seu processo normal de crescimento e internacionalização;
- Procura e desenvolvimento de soluções para cobertura dos riscos identificados e nunca, por norma, com o mero objectivo de *trading*, sem a existência de activos ou passivos subjacentes;

- Escolha dos instrumentos de cobertura com base numa análise e avaliação cuidadas do binómio risco/retorno das diferentes alternativas disponíveis no mercado para o tipo de risco em questão;
- Procura, sempre que possível, de situações de *hedging* natural, através da contratação, nos diversos países onde o Grupo desenvolve a sua actividade, de financiamentos em moeda local;
- Monitorização regular dos riscos, e respectivos custos, associados às diferentes operações contratadas, através, designadamente, do cálculo do seu valor de mercado e de análises de sensibilidade do referido valor face a alterações das variáveis principais.

A propósito deste último ponto, importa salientar a utilização, no âmbito da gestão da carteira de derivados, de uma medida estatística particularmente relevante, conhecida por *Earnings-at-Risk*. Indicando, com 95% de probabilidade e para um horizonte temporal de três meses, qual o impacto negativo máximo, em termos de resultados, induzido pela referida carteira, esta medida permite não só uma análise contínua da mesma como também avaliar em que medida esse impacto pode ou não ser minorado com a contratação de determinadas operações.

No âmbito da gestão do risco cambial, optou-se por manter os dois *cross-currency swaps* (USD/EUR) associados aos *Private Placements* emitidos, em Junho de 2003, no mercado norte-americano.

Em matéria de risco de taxa de juro, deu-se continuidade à gestão dinâmica da respectiva carteira de derivados, visando a manutenção de um nível adequado de repartição da dívida entre taxa fixa e taxa variável, a minimização do seu custo global e o equilíbrio do binómio *cash flow / market value*. Além da reestruturação de algumas posições existentes, procedeu-se à contratação de duas novas operações, destinadas a substituir taxa fixa por taxa variável em cerca de 25% do total dos juros inerentes aos *Eurobonds* emitidos em 2004.

Ainda em 2007, foi possível concluir importantes acordos com as principais instituições financeiras com quem o Grupo havia contratado operações de *hedging*, ao abrigo dos quais a Cimpor Inversiones – que, neste ano, passou a dispor de uma notação autónoma de *rating* internacional atribuída pela Standard & Poor's (BBB) – assumiu, em substituição da *holding*, a qualidade de contraparte formal nas referidas operações.

#### 7.2.2. Gestão dos Riscos Patrimoniais

A política de gestão dos riscos operacionais do Grupo não sofreu, em 2007, qualquer alteração substancial, mantendo-se o mesmo nível de auto-seguro de anos anteriores, com a colocação dos “grandes riscos” junto de seguradoras internacionais.

Na renegociação das respectivas apólices, integradas nos programas globais do Grupo CIMPOR, e apesar de as principais companhias envolvidas continuarem a apresentar condições bastante exigentes para a sua renovação, foi possível, uma vez mais, obter reduções significativas dos prémios correspondentes às apólices de danos materiais e de responsabilidade civil.

A “cativa” de resseguro do Grupo – a CIMPOR Reinsurance, com sede no Luxemburgo – continuou a assumir, directamente, os riscos de danos materiais e de avaria de máquinas, com limites de indemnização até dois milhões de euros, bem como os riscos de responsabilidade civil geral e de produtos, com limites de indemnização até duzentos

e cinquenta mil euros. Acima destes montantes, as coberturas respectivas mantiveram-se colocadas no mercado internacional de resseguro.

A existência desta “cativa” tem permitido ao Grupo CIMPOR não só racionalizar a gestão dos riscos operacionais e patrimoniais, minimizando os respectivos encargos, como também gerar alguns benefícios financeiros, em resultado da aplicação dos prémios que recebe das diferentes Áreas de Negócios, designadamente através da afectação dos fundos disponíveis ao financiamento das empresas do Grupo.

Em 2007, procedeu-se igualmente à renegociação do seguro global de responsabilidade civil de administradores e directores da CIMPOR, tendo sido possível, apesar das difíceis condições do mercado, manter as mesmas coberturas de anos anteriores e, simultaneamente, obter uma redução do respectivo prémio.

Os seguros de natureza pessoal, os seguros de viaturas e outros de natureza diversa continuaram a ser colocados pelas diferentes Áreas de Negócios em companhias locais, dada a especificidade da legislação de cada país e das condições contratuais dos respectivos trabalhadores.

## 8. Tecnologias de Informação

Pelo número e importância das aquisições efectuadas pelo Grupo CIMPOR em 2007, este último foi um ano de actividade particularmente intensa na área dos Sistemas de Informação, implicando um esforço significativo de redimensionamento e reorganização dos respectivos serviços.

Entre os projectos de maior relevância desenvolvidos nesta área, salientam-se a integração da empresa Cimpor Yibitas (Turquia) na rede do Grupo CIMPOR, a reformulação da solução de *Enterprise Resource Planning (ERP)* após a aquisição da referida empresa, o *upgrade* do *ERP SAP* para a sua última versão e a digitalização e conferência automática de facturas nas Áreas de Negócios de Portugal e Espanha.

A constante necessidade de dar resposta ao crescimento do Grupo e a procura sistemática de adaptação dos Sistemas de Informação a novas condições de negócio determinaram a adopção de novos módulos SAP e a extensão do seu uso a múltiplas empresas de diversos países. Por outro lado, e visando o alinhamento de todas as empresas do Grupo, foi dada continuidade ao processo de expansão de algumas importantes soluções corporativas, designadamente nas áreas da comunicação (*CimporNet*), consolidação contabilística (BCS SAP), Gestão da Qualidade e Estatística Industrial. Simultaneamente, no sector dos betões, procedeu-se à substituição das soluções de suporte à Gestão de Crédito e ao Controlo Operacional.

No domínio das infra-estruturas, foram desenvolvidos diversos projectos tendentes à sua racionalização e actualização, através da implementação de novas ferramentas de controlo, acompanhada de avanços significativos na estratégia de virtualização, daí resultando, em todas as Áreas de Negócios, uma melhoria sensível dos níveis de serviço, segurança e qualidade nas comunicações. Também nesta área, e com o apoio da Microsoft, foram concretizados alguns projectos inovadores, baseados nas versões mais recentes das aplicações de Correio Electrónico e Comunicações Unificadas.

Durante o ano de 2008, as actividades da Direcção de Controlo, Planeamento e Sistemas de Informação centrar-se-ão na implementação do *ERP SAP* na nova Área de Negócios da Turquia, na integração das empresas adquiridas na China, Índia, Cabo Verde e Peru na rede corporativa do Grupo CIMPOR, no desenvolvimento de um projecto estruturante de Gestão de Autorizações sobre a plataforma GRC da SAP e no lançamento de uma solução de Recursos Humanos, transversal a todo o Grupo (com o apoio de quiosques instalados nas diversas unidades fabris, de forma a facilitar o acesso à informação por parte de todos colaboradores).

## 9. Perspectivas para 2008

### 9.1. Perspectivas Globais

Os problemas que afectam o sector financeiro, na sequência da crise do mercado de crédito de alto risco nos EUA, aliados à escalada dos preços das matérias-primas e, em particular, do petróleo, não deverão permitir que o crescimento económico mundial, em 2008, ultrapasse em muito os 3,5%. Este súbito abrandamento do ritmo de actividade – traduzido numa queda esperada da referida taxa em mais de 1 p.p. – far-se-á sobretudo sentir nas economias desenvolvidas, onde a deterioração dos indicadores de confiança e os sinais de desaceleração da actividade produtiva, do emprego e do consumo das famílias são já bem visíveis. Neste contexto, as últimas projecções do Fundo Monetário Internacional apontam para taxas de crescimento nos EUA e na zona Euro de apenas 0,5% e 1,4%, respectivamente.

As economias dos países emergentes ou em vias de desenvolvimento, por força de algum arrefecimento no ritmo de expansão das suas exportações, não deverão escapar a esta desaceleração, ainda que, beneficiando do dinamismo da procura interna, continuem provavelmente a registar, em 2008, um forte crescimento (6,7%, em média, segundo as últimas previsões do FMI).

O cenário global é, no entanto, bastante incerto, havendo sérios riscos de a actual turbulência do sector financeiro afectar ainda mais as economias desenvolvidas, com repercussões significativas nos restantes mercados. Por outro lado, com os riscos inflacionários a não abrandarem, a política monetária dificilmente poderá assumir um papel decisivo na tentativa de estimular a economia.

As perspectivas para a indústria cimenteira são, apesar disso, optimistas, apontando-se para um crescimento global superior a 7% (um pouco abaixo dos 5%, excluindo a China). Mas enquanto os mercados emergentes deverão crescer, no seu conjunto, acima dos 9%, os mercados maduros registarão, provavelmente, uma queda da ordem dos 4% (com os EUA a caírem cerca de 10%). Diversos factores concorrem para o referido optimismo: a China está claramente a intensificar os seus esforços de encerramento de pequenas fábricas – o objectivo para 2008, em termos de capacidade instalada, é de 136 milhões de toneladas, o que, a concretizar-se, corresponderá a uma redução da capacidade da oferta mundial de cimento, em apenas dois anos, superior a 5%; o aumento dos custos energéticos continuará a desincentivar as exportações; e as novas capacidades entretanto anunciadas em diversos países do Médio Oriente estão consideravelmente atrasadas. Factores estes que, a par da robustez da procura na generalidade dos mercados emergentes, justificam igualmente algum optimismo em matéria de evolução dos preços do cimento.

### 9.2. Grupo CIMPOR

Para o Grupo CIMPOR, com a integração da nova Área de Negócios da Índia e os esperados aumentos de *EBITDA* no Egipto, Brasil e África do Sul, o ano de 2008 deverá ser globalmente positivo.

Em Portugal, depois de alguns sinais de recuperação detectados na segunda metade de 2007, em particular nos segmentos da engenharia civil e da construção não residencial, prevê-se que o sector da construção e obras públicas inicie, finalmente, um novo ciclo de crescimento. O mesmo deverá suceder com o consumo de cimento,

sobretudo a partir do segundo semestre do ano, ainda que o importante segmento da construção residencial se mantenha em recessão.

Beneficiando de um maior volume de vendas no mercado interno, acompanhado por um aumento de preços tornado inevitável pela subida dos custos industriais (sobretudo dos custos energéticos), é provável que a Área de Negócios de Portugal registe, em 2008, uma evolução medianamente positiva, tanto em termos do seu Volume de Negócios como ao nível do seu *Cash Flow* Operacional.

Em Espanha, estima-se que o processo de desaceleração da economia iniciado no último trimestre do ano transacto se irá acentuar ao longo de 2008, conduzindo a uma queda da taxa de crescimento do PIB em perto de 2 p.p.. Principais responsáveis por esta desaceleração, o mercado imobiliário e o sector da construção, depois de alguns anos de forte expansão, deverão sofrer, em termos globais, um arrefecimento pronunciado.

As regiões da Andalúcia e Extremadura serão, previsivelmente, das mais afectadas, antecipando-se uma redução do consumo de cimento em torno dos 5%. Na Galiza, pelo contrário, e em função do elevado volume de obras públicas em curso, é provável que a procura se mantenha em alta. No entanto, também neste mercado, dado o aumento da capacidade da oferta pelo aparecimento de novos operadores, não será de estranhar um decréscimo significativo no volume de vendas do Grupo.

Assim, admite-se que o *EBITDA* gerado na Área de Negócios de Espanha possa evoluir algo negativamente em 2008, apesar da diminuição das necessidades de importação de clínquer decorrente dos aumentos de capacidade efectuados nas fábricas de Córdoba e Niebla (com impacto na redução dos custos de produção do cimento) e dos importantes investimentos recentemente realizados na aquisição de empresas de betões e agregados.

Nos países da Bacia do Mediterrâneo onde o Grupo está presente, com o sector da construção a atravessar, em geral, um bom momento, estima-se que o consumo de cimento possa crescer, em 2008, perto de 10% em Marrocos e no Egipto, cerca de 5% na Tunísia e um pouco menos na Turquia. O que, à excepção deste último caso, deverá conduzir, a par de algum aumento de preços, a um incremento mais ou menos significativo tanto do Volume de Negócios como do *EBITDA*.

No Egipto, por efeito dos importantes trabalhos de reabilitação e modernização a que foi sujeita uma das suas três linhas de produção e dado que os resultados operacionais alcançados em 2007 foram fortemente penalizados pela longa paragem a que esses trabalhos obrigaram, é esperado um acréscimo particularmente acentuado dos referidos resultados.

Na Turquia, pelo contrário, o aumento substancial da capacidade de produção instalada no país e a pressão sobre os preços que um significativo excesso de oferta não deixará de exercer, aliados à provável depreciação da moeda local, irão certamente conduzir a um menor volume de vendas no mercado interno e a uma redução, porventura relevante, do *Cash Flow* Operacional.

No Brasil, o elevado dinamismo que a procura interna tem vindo a evidenciar deverá permitir que, em 2008, a taxa de crescimento do PIB se mantenha em níveis próximos dos 5%. O sector da construção, em particular, continuará a ser especialmente beneficiado pelos importantes investimentos que vêm sendo realizados quer no segmento residencial quer em grandes infra-estruturas previstas no “Programa de Aceleração do Crescimento”.

Neste contexto, prevê-se que o consumo de cimento possa aumentar entre 7 e 10%, com os preços de venda a recuperarem parcialmente da enorme queda que sofreram nos últimos anos. Consequentemente, e antecipando também uma melhoria significativa de rentabilidade na área dos betões, é de esperar que a CIMPOR Brasil, em 2008, contribua de forma muito positiva para o crescimento do Volume de Negócios e do *EBITDA* do Grupo.

A economia moçambicana deverá continuar a crescer a um ritmo elevado (acima dos 7%), impulsionada pelo investimento público em grandes projectos de infra-estruturas. O provável aumento do consumo de cimento (estimado em cerca de 10%) e a progressiva melhoria das condições operacionais desta Área de Negócios permitem antever algum incremento do respectivo *EBITDA*, ainda que contrariado pela tendência de depreciação da moeda local relativamente ao euro.

Este último factor irá igualmente pesar nos resultados da Área de Negócios da África do Sul, onde, além do mais, é esperada uma certa desaceleração no ritmo de crescimento da actividade económica. Ainda assim, o seu contributo para o aumento do *Cash Flow* Operacional do Grupo será, certamente, dos mais significativos, em consequência do arranque, previsto para o segundo trimestre, da nova linha de produção de clínquer da NPC-CIMPOR.

Também em Cabo Verde, com os investimentos no sector turístico em forte expansão, a evolução da actividade do Grupo deverá ser claramente positiva, tanto ao nível das vendas de cimento como da produção e comercialização de betões e agregados.

Na China, independentemente de quaisquer novas aquisições que venham a ser efectuadas, o aumento esperado do consumo de cimento e a circunstância de 2008 corresponder ao primeiro ano completo de integração desta Área de Negócios potenciam igualmente um incremento significativo, em termos relativos, do respectivo contributo para os resultados operacionais do Grupo.

## 10. Eventos Posteriores

Merecem relevo os seguintes factos ocorridos após o termo do exercício de 2007:

- Conclusão do processo de aquisição, pela Cimpor Inversiones, S.A., e por um total de aproximadamente 70 milhões de euros, de um conjunto de participações representativas de cerca de 73,63% do capital social da empresa indiana Shree Digvijay Cement Company Limited, cotada na Bolsa de Bombaim.
- Início do processo de valorização de Resíduos Industriais Perigosos na fábrica de Souselas (Portugal).
- Exercício da opção de compra detida pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., sobre 80% do capital da Cecime – Cimentos, S.A..
- Liquidação e dissolução da Betrans – Sociedade Produtora e Distribuidora de Betão Transmontano, S.A..
- Constituição da empresa Áridos Cosmos, S.L., totalmente detida pela sociedade Firms y Hormigones Sani, S.L., cuja actividade de produção e comercialização de agregados passou a ser exercida pela primeira.
- Constituição da empresa Occidental de Áridos, S.L., e aquisição, por esta última, dos activos da sociedade Hormigones Hércules, S.L., afectos à actividade de produção e comercialização de agregados.
- Alienação, pela Corporación Noroeste de Hormigones e Áridos, S.L., de uma participação societária correspondente a 10% do capital da empresa Firms y Hormigones Sani, S.L..
- Aquisição, através das subsidiárias espanholas Hormigones Hercules, S.L., e Occidental de Hormigones, S.L., e por um total de 15,5 milhões de euros, de três centrais de betão (duas na região de Sevilha e uma em Huelva) e da totalidade das acções representativas do capital social da empresa Arenor Hormigones, S.L.U. (detentora, também na região de Sevilha, de mais três centrais de betão).
- Aquisição, através da subsidiária espanhola Occidental de Áridos, S.L., e pelo valor de 24,45 milhões de euros, de uma participação de 75% no capital social da empresa Arenor Áridos, S.L.U., que, em terrenos arrendados na região de Sevilha, explora um conjunto de pedreiras com um volume anual de produção de cerca de 2,5 milhões de toneladas de agregados. Os restantes 25% foram objecto de um contrato promessa de compra e venda, a executar no prazo de 3 anos, pelo valor de 8,15 milhões de euros.
- Aquisição, igualmente através da Occidental de Áridos, S.L., e pelo montante de 4,37 milhões de euros, da totalidade das quotas representativas do capital social da empresa Urgón y Trituración, S.L., que, explorando uma pedreira na região de Córdoba, produz anualmente cerca de 350 mil toneladas de agregados.
- Aquisição, pela Occidental de Hormigones, S.L., e pela importância de 1,86 milhões de euros, da totalidade das acções representativas do capital social da empresa Urgón, S.A., detentora de duas centrais de betão na região de Córdoba.
- Assinatura do contrato de compra de um novo moinho de cimento para a fábrica da Asment de Témara (Marrocos).
- Redução do capital social da Société Les Ciments de Jbel Oust (Tunísia) de TND 87.423.000 para TND 81.572.500, mediante a amortização de 58.505

acções detidas pela Cimpor Inversiones, S.A..

- Anúncio do projecto de ampliação da fábrica da Société Les Ciments de Jbel Oust (Tunísia), mediante a construção, em duas fases, de uma nova linha de produção de clínquer, com uma capacidade nominal de 2.000 tons/dia.
- Renovação das certificações dos Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2000) e de Gestão do Ambiente (ISO 14001:2004), tanto na AMCC como na ACCC (Egipto).
- Anúncio do projecto de construção de uma linha de produção de clínquer de 1.500 tons/dia, na unidade do Dondo (Moçambique), complementada com novas instalações de moagem e ensacagem.
- Transferência dos activos da empresa Sterkspruit Concrete para a sociedade Concrete Mix (Pty) Ltd. (África do Sul), de forma a concentrar nesta última toda a actividade do Grupo na área dos betões.
- Adjudicação dos trabalhos de construção da primeira linha de produção de clínquer de Shanting (5.000 toneladas/dia) e de uma nova moagem de cimento (um milhão de toneladas/ano), em Huaian (China).

Lisboa, 17 de Abril de 2008

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lef  vre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Cala  nho Teixeira Duarte

Dr. Vicente   rias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

(ESTA PÁGINA FOI DEIXADA EM BRANCO INTENCIONALMENTE)



III

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO  
DAS  
CONTAS CONSOLIDADAS**

---

---

## BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2007	2006
<b>Activos não correntes:</b>			
Goodwill	16	1.283.741	909.971
Activos intangíveis	17	13.302	10.720
Activos fixos tangíveis	18	1.895.055	1.541.774
Investimentos em associadas	7 e 19	163.533	156.955
Outros investimentos	20	164.314	153.338
Outras dívidas de terceiros	21	11.880	6.307
Estado e outros entes públicos	22	20.488	3.528
Outros activos não correntes	23	4.655	3.036
Activos por impostos diferidos	24	123.185	81.159
Total de activos não correntes		<u>3.680.155</u>	<u>2.866.789</u>
<b>Activos correntes:</b>			
Existências	25	230.569	177.019
Clientes e adiantamentos a fornecedores	26	323.861	263.795
Outras dívidas de terceiros	21	22.800	19.043
Estado e outros entes públicos	22	29.860	36.952
Caixa e equivalentes de caixa	42	540.250	489.441
Outros activos correntes	23	6.474	4.772
Total de activos correntes		<u>1.153.813</u>	<u>991.022</u>
Total do activo	7	<u>4.833.968</u>	<u>3.857.811</u>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	27	672.000	672.000
Ações próprias	28	(19.927)	(9.294)
Ajustamentos de conversão cambial	29	183.834	121.274
Reservas	30	271.950	255.606
Resultados transitados	31	384.470	248.177
Resultado líquido do exercício	15	304.073	291.915
Capital próprio atribuível a accionistas		<u>1.796.401</u>	<u>1.579.677</u>
Interesses minoritários	32	102.880	74.059
Total de capital próprio		<u>1.899.281</u>	<u>1.653.736</u>
<b>Passivos não correntes:</b>			
Passivos por impostos diferidos	24	198.249	136.055
Benefícios aos empregados	33 e 35	17.028	24.872
Provisões	35	190.965	156.209
Empréstimos	36	1.324.247	1.357.405
Locações financeiras	37	6.305	290
Outras dívidas a terceiros	40	20.814	19.841
Estado e outros entes públicos	22	1.817	2.262
Outros passivos não correntes	41	169.147	152.542
Total de passivos não correntes		<u>1.928.574</u>	<u>1.849.476</u>
<b>Passivos correntes:</b>			
Benefícios aos empregados	33 e 35	2.060	3.291
Provisões	35	3.139	1.486
Fornecedores e adiantamentos a clientes	42	196.243	149.556
Outras dívidas a terceiros	40	73.336	49.928
Estado e outros entes públicos	22	44.967	41.101
Empréstimos	36	623.481	60.256
Locações financeiras	37	1.946	457
Outros passivos correntes	41	60.942	48.525
Total de passivos correntes		<u>1.006.113</u>	<u>354.599</u>
Total do passivo	7	<u>2.934.687</u>	<u>2.204.076</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>4.833.968</u>	<u>3.857.811</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

## O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2007	2006
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas	7	1.806.747	1.565.695
Prestações de serviços	7	159.310	73.197
Outros proveitos operacionais	8	47.519	38.595
Total de proveitos operacionais		<u>2.013.577</u>	<u>1.677.487</u>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	9	(539.317)	(392.845)
Variação da produção		6.620	3.744
Fornecimentos e serviços externos		(641.657)	(533.001)
Custos com o pessoal	10	(207.070)	(173.239)
Amortizações e depreciações	7,17 e 18	(165.052)	(148.641)
Provisões e perdas de imparidade	7,18 e 35	(3.808)	(6.352)
Outros custos operacionais	11	(25.163)	(19.103)
Total de custos operacionais		<u>(1.575.447)</u>	<u>(1.269.436)</u>
<b>Resultado operacional</b>	7	<u>438.130</u>	<u>408.050</u>
Custos e perdas financeiros	7 e 12	(158.794)	(167.628)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 12	100.490	94.147
Resultados relativos a empresas associadas	7,12 e 19	8.025	19.146
Resultados relativos a investimentos	7 e 12	2.291	12.035
Resultado antes de impostos		<u>390.142</u>	<u>365.750</u>
Impostos sobre o rendimento	7 e 13	(69.341)	(60.140)
Resultado líquido do exercício	7	<u>320.802</u>	<u>305.610</u>
Atribuível a:			
Detentores do capital		304.073	291.915
Interesses minoritários	7 e 32	16.729	13.695
		<u>320.802</u>	<u>305.610</u>
<b>Resultado por ação:</b>			
Básico	15	0,45	0,44
Diluído	15	0,45	0,44

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

**O Conselho de Administração**

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2007	2006
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		2.278.931	1.904.327
Pagamentos a fornecedores		(1.312.633)	(1.047.573)
Pagamentos ao pessoal		(204.186)	(169.322)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>762.112</b>	<b>687.432</b>
Recebimentos/pagamentos do imposto sobre o rendimento		(66.902)	(47.204)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(202.898)	(167.262)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>492.313</b>	<b>472.966</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Variações de perímetro de consolidação	5	6.464	64.958
Investimentos financeiros		1.509	71.733
Activos fixos tangíveis		5.493	8.110
Subsídios de investimento		2.281	3.490
Juros e proveitos similares		27.556	30.824
Dividendos		2.570	1.385
Outros		9.146	208
		<b>55.018</b>	<b>180.708</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Variações de perímetro de consolidação	5	(522.466)	(25.553)
Investimentos financeiros	44	(22.999)	(151.603)
Activos fixos tangíveis		(214.578)	(162.062)
Activos intangíveis		(1.834)	(740)
Outros		(1.825)	(10.015)
		<b>(763.703)</b>	<b>(349.973)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(708.684)</b>	<b>(169.265)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos	44	819.333	12.176
Venda de acções próprias		4.227	3.835
Outros		-	71
		<b>823.560</b>	<b>16.082</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos	44	(290.904)	(34.727)
Juros e custos similares		(93.845)	(91.793)
Dividendos	14	(143.951)	(127.191)
Compra de acções próprias	28	(14.371)	-
Outros		(3.741)	(4.600)
		<b>(546.812)</b>	<b>(258.311)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>276.748</b>	<b>(242.229)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>60.377</b>	<b>61.472</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio e de outras transacções não monetárias</b>		<b>(5.583)</b>	<b>(5.182)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	44	<b>464.486</b>	<b>408.196</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	44	<b>519.280</b>	<b>464.486</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

## O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Instrumentos financeiros de cobertura:			
Ganhos / (Perdas) de valorização incluídos no capital próprio	30	(8.709)	1.148
Activos financeiros disponíveis para venda:			
Ganhos / (Perdas) de valorização incluídos no capital próprio	30	2.098	-
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios a empregados	30 e 32	6.568	(2.772)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	29 e 32	60.942	(92.934)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e outros	30 e 31	3.212	(536)
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em capital próprio		<u>64.111</u>	<u>(95.095)</u>
Transferências:			
Transferência de capital próprio para ganhos e perdas dos instrumentos financeiros de cobertura	30	(884)	-
Transferência de capital próprio para ganhos e perdas dos activos não correntes detidos para venda		-	(3.032)
Transferência de capital próprio para ganhos e perdas dos activos financeiros disponíveis para venda	30	-	(12.907)
Resultado consolidado líquido do exercício		320.802	305.610
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos do exercício		<u>384.028</u>	<u>194.576</u>
Atribuível a:			
Detentores do capital		368.920	182.852
Interesses minoritários		<u>15.108</u>	<u>11.724</u>
		<u>384.028</u>	<u>194.576</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro 2007.

**O Conselho de Administração**

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

**ÍNDICE**

1.	NOTA INTRODUTÓRIA .....	104
2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	104
2.1.	Bases de apresentação .....	104
2.2.	Adopção de Normas Internacionais de Relato Financeiro novas ou revistas .....	104
2.3.	Julgamentos críticos / estimativas .....	106
2.4.	Princípios de consolidação .....	108
2.5.	Activos não correntes detidos para venda .....	110
2.6.	Activos intangíveis .....	111
2.7.	Activos fixos tangíveis .....	111
2.8.	Locações .....	112
2.9.	Imparidade de activos não correntes, excluindo Goodwill .....	113
2.10.	Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira .....	113
2.11.	Custos de financiamentos .....	114
2.12.	Subsídios .....	114
2.13.	Existências .....	115
2.14.	Relato por segmentos .....	115
2.15.	Classificação de balanço .....	115
2.16.	Resultado operacional .....	115
2.17.	Provisões .....	115
2.18.	Instrumentos financeiros .....	116
2.19.	Benefícios com pensões de reforma .....	119
2.20.	Benefícios de saúde .....	120
2.21.	Pagamentos baseados em acções .....	120
2.22.	Activos e passivos contingentes .....	121
2.23.	Rédito e especialização dos exercícios .....	121
2.24.	Imparidade e ajustamentos de activos financeiros .....	121
2.25.	Imposto sobre o rendimento .....	122
2.26.	Resultados por acção .....	123
2.27.	Eventos subsequentes .....	123
2.28.	Licenças de emissão de CO2 – Mercado de emissões .....	123
3.	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS .....	124
4.	EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO .....	124
4.1.	Empresas consolidadas pelo método integral .....	124
4.2.	Empresas associadas .....	135
4.3.	Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional .....	135
5.	ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO .....	136
6.	COTAÇÕES .....	138
7.	SEGMENTOS GEOGRÁFICOS E DE NEGÓCIO .....	138
8.	OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS .....	140
9.	CUSTO DAS VENDAS .....	141
10.	CUSTOS COM O PESSOAL .....	141
11.	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS .....	142
12.	RESULTADOS FINANCEIROS .....	143
13.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO .....	144
14.	DIVIDENDOS .....	145
15.	RESULTADOS POR ACÇÃO .....	146
16.	GOODWILL .....	146
	Perdas de imparidade .....	147
17.	ACTIVOS INTANGÍVEIS .....	148
18.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	149
19.	INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS .....	150
20.	OUTROS INVESTIMENTOS .....	151

21.	OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS .....	152
	Ajustamentos a outras dívidas de terceiros .....	152
22.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	153
23.	OUTROS ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES.....	153
24.	IMPOSTOS DIFERIDOS .....	154
25.	EXISTÊNCIAS .....	155
	Ajustamentos para depreciação de existências .....	155
26.	CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES .....	155
	Ajustamentos acumulados a clientes.....	156
27.	CAPITAL.....	156
28.	ACÇÕES PRÓPRIAS.....	157
29.	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL E COBERTURAS.....	157
30.	RESERVAS .....	158
31.	RESULTADOS TRANSITADOS.....	158
32.	INTERESSES MINORITÁRIOS.....	159
33.	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	159
34.	PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES .....	162
35.	PROVISÕES .....	164
36.	EMPRÉSTIMOS .....	166
	Empréstimos obrigacionistas .....	166
	Empréstimos bancários.....	167
	Notações de <i>rating</i> .....	168
	Controlo de empresas participadas .....	168
	<i>Financial covenants</i> .....	168
	<i>Negative pledge</i> .....	169
	<i>Cross default</i> .....	169
37.	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO .....	169
	Locação financeira .....	169
	Locação operacional .....	169
38.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS .....	170
	Justo valor dos instrumentos financeiros.....	171
39.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS .....	173
40.	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS .....	177
41.	OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES .....	177
42.	FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES.....	178
43.	ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS39 .....	178
44.	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADAS .....	179
	Caixa e equivalentes de caixa .....	179
	Recebimentos / pagamentos de empréstimos .....	179
	Pagamentos provenientes de investimentos financeiros.....	179
45.	PARTES RELACIONADAS .....	179
	Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direcção.....	180
46.	PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS .....	181
47.	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	182
48.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	183

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Valores expressos em milhares de euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituída em 26 de Março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Tunísia, Egipto, Turquia, Brasil, Peru, Moçambique, África do Sul, China e Cabo Verde (“Grupo CIMPOR”).

O fabrico e comercialização do cimento constitui o *core business* do Grupo CIMPOR. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa óptica de integração vertical dos negócios.

O Grupo CIMPOR detém as suas participações distribuídas, essencialmente, por duas Sub-Holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2007. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita aos instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas adoptadas são apresentadas a seguir.

#### 2.2. Adopção de Normas Internacionais de Relato Financeiro novas ou revistas

À data da elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, diversas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, ainda não adoptadas pelo Grupo, de entre as quais são de aplicação às actuais transacções do Grupo as seguintes:

IAS 1 (revisão) - Apresentação das demonstrações financeiras (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2009). Esta revisão modifica os requisitos relativos à apresentação das alterações ao capital próprio, distinguindo as que resultam de transacções com accionistas, nessa mesma qualidade, das restantes.

IAS 23 (revisão) - Custos de empréstimos obtidos (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2009). A alteração a esta norma ainda não se encontra adoptada pela União Europeia. A revisão da IAS 23 determina que os custos de empréstimos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo “qualificável” (um activo que requer um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda) sejam considerados como parte do custo de aquisição. A opção de reconhecer estes custos como custo imediato do exercício deixa de existir. Esta revisão poderá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo Cimpor, uma vez que o procedimento actualmente seguido deixará de ser permitido.

IFRS 3 (revisão) - Concentrações de actividades e IAS 27 (revisão) - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009). A revisão destas normas introduz a opção da aplicação do modelo do *full goodwill* numa concentração de actividades, podendo as transacções com os interesses minoritários ser registadas pelo método da “entidade económica”. No que se refere às concentrações de actividades, são considerados novos tratamentos contabilísticos para os custos de transacção, mensuração do valor pago, etc.. Esta revisão poderá ter impactos em futuras concentrações de actividades envolvendo o Grupo Cimpor.

IFRS 8 - Segmentos operacionais (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2009). Substitui a IAS 14, passando a determinar a utilização “da visão da gestão”, de acordo com a qual a informação por segmentos é apresentada na mesma base da informação reportada internamente pela gestão. O Grupo aplicará este standard em 1 de Janeiro de 2009. O impacto da adopção desta norma está a ser avaliado pela gestão mas não é expectável que o número de segmentos reportados se altere.

IFRIC 14 – Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2008). A IFRIC 14 delimita as situações em que é possível reconhecer um activo, decorrente de um plano de benefícios atribuídos aos empregados, e a sua interacção com requisitos específicos de contribuições mínimas. Eventuais impactos decorrentes da adopção desta norma não se encontram ainda avaliados.

Adicionalmente, o impacto da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas no período iniciado em 1 de Janeiro de 2007 pode ser descrito como segue:

- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgação de informações e alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – divulgações sobre o capital: esta norma introduz novas divulgações referentes aos instrumentos financeiros e os seus riscos, não tendo contudo impacto na sua valorização ou classificação;
- IFRIC 7 - Aplicação da reexpressão de saldos prevista na IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiper Inflacionárias: sem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo Cimpor;
- IFRIC 8 - Âmbito da IFRS 2: sem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo Cimpor;

- IFRIC 9 - Reavaliação dos derivados embutidos: sem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo Cimpor;
- IFRIC 10 - Relato financeiro intercalar e imparidade: sem impacto nas demonstrações financeiras do Grupo Cimpor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

### 2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração dos IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afectar o valor dos activos e passivos apresentados, em particular depreciações e provisões, as divulgações de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento das seguintes aspectos:

- Imparidade dos activos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Cimpor, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo Cimpor.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

- Imparidade do Goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com a política indicada na Nota 16. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão relativamente à evolução futura da actividade e taxas de desconto consideradas

- Vidas úteis do activo fixo intangível e tangível

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, do método de amortização/ depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/ depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que o Grupo opera.

- Registo de provisões

O Grupo Cimpor analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. A avaliação dos impostos diferidos activos é efectuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de performance da empresa no futuro.

- Ajustamento das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada pela gestão dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efectivo a incorrer.

- Benefícios de reforma e saúde

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e saúde atribuídas aos colaboradores do Grupo é efectuada anualmente com recurso a estudos actuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos actuariais associados a indicadores económicos e demográficos.

## 2.4. Princípios de consolidação

### a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efectuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respectivamente, na rubrica de “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a controlada subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e participadas, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de integração global.

### b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como Goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do período.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

**c) Concentração de actividades empresariais**

A concentração de actividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas e participadas, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transacção, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida, adicionado de quaisquer custos directamente atribuíveis ao processo de compra.

Os activos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com o IFRS 3 – *Concentração de Actividades Empresariais*, são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição, excepto os activos não correntes (ou grupo de activos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com o IFRS 5 – *Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas*, os quais são reconhecidos e mensurados pelo respectivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

**d) Investimentos em associadas**

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 19) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida de “Ganhos ou perdas em empresas associadas relativos a investimentos” (Nota 12), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica de “Ajustamento de partes de capital em empresas associadas”, incluída em Reservas livres, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

#### **e) Goodwill**

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma controlada, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição.

O Goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente no balanço ou na rubrica de “Investimentos em associadas” (Notas 16 e 19). Periodicamente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração de resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo adoptou as disposições do IFRS 3 – *Concentração de Actividades Empresariais* às aquisições ocorridas posteriormente a 31 de Dezembro de 1998. Os valores de Goodwill correspondentes a aquisições posteriores a essa data foram reexpressos na moeda da subsidiária, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas na rubrica de “Ajustamentos de Conversão Cambial”.

As diferenças de câmbio geradas antes de 1 de Janeiro de 2004 foram registadas directamente em “Resultados Transitados”, de acordo com o disposto pelo IFRS 1.

Os valores de Goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 1999 foram mantidos de acordo com os valores anteriores, sendo sujeitos a testes de imparidade anuais desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

### **2.5. Activos não correntes detidos para venda**

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor, deduzido dos custos a suportar na futura venda.

## **2.6. Activos intangíveis**

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam por este controláveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando aquelas são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, estes custos são classificados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

Os activos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros, são designados activos intangíveis de vida útil indefinida. Estes activos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade periódicos.

## **2.7. Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os activos ligados à actividade cimenteira existentes em 1 de Janeiro de 2004, foram reavaliados conforme permitido pelas disposições transitórias do IFRS 1, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 30
Equipamento de transporte	4 – 8
Ferramentas e utensílios	2 – 8
Equipamento administrativo	2 – 14
Outros activos fixos tangíveis	2 – 10

A quantia depreciável dos activos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são depreciados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

## 2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

## **2.9. Imparidade de activos não correntes, excluindo Goodwill**

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## **2.10. Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira**

As transacções em outras divisas que não o euro são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários, registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – *Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio*, e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa. Os efeitos cambiais dessa conversão, posteriores a 1 de Janeiro de 2004, são registados no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de “Reservas livres – Ajustamentos de partes de capital em associadas” para as empresas associadas, sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com a IAS 21, o Goodwill e as correcções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

## **2.11. Custos de financiamentos**

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

## **2.12. Subsídios**

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são registados na demonstração de resultados em quotas constantes, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

### **2.13. Existências**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

### **2.14. Relato por segmentos**

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles a que estão sujeitos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo Cimpor apresenta como segmentos principais os segmentos geográficos, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

### **2.15. Classificação de balanço**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo, como correntes.

### **2.16. Resultado operacional**

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com activos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros (Notas 12 e 19) e os impostos sobre o rendimento.

### **2.17. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são objecto de divulgação.

**a) Provisões para reestruturação**

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

**b) Reconstituição ambiental**

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias Áreas de Negócio, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do activo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos activos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

## **2.18. Instrumentos financeiros**

Activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Outros empréstimos”.

**b) Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas quando reconhecidas inicialmente, pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, pelo respectivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor actual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efectiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

### **c) Investimentos**

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas de imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juro efectiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas de imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância, decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respectivo custo amortizado, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Os activos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Após o reconhecimento inicial, os activos mensurados ao justo valor através de resultados e os activos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são classificados como activos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados. Os que não tenham cotação num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição ajustado face às perdas de imparidade estimadas.

### **d) Passivos financeiros e instrumentos de capital**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que

assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **e) Empréstimos bancários**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto nos casos de:

- Empréstimos que constituem parte de uma relação qualificada como de cobertura de justo valor, os quais são mensurados pelo respectivo justo valor, na parcela atribuída ao risco coberto. As variações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do período e compensadas pela variação no justo valor do instrumento de cobertura, no que respeita à correspondente componente efectiva;
- Empréstimos designados como passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

#### **f) Contas a pagar**

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

#### **g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

#### Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas em “Reservas de operações de cobertura” na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Reservas de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações são registadas como “Ajustamentos de conversão cambial” na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como “Ajustamentos de conversão cambial”.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

#### Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

#### **h) Acções próprias**

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em Reservas.

#### **i) Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- O justo valor de activos e passivos financeiros com condições padronizadas e transaccionados em mercados activos, é determinado com referência aos valores de cotação;
- O justo valor de outros activos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de avaliação geralmente aceites, com base em análise de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração preços observáveis em transacções correntes no mercado.

O justo valor de instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotações. No caso destas não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base em análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis no mercado.

### **2.19. Benefícios com pensões de reforma**

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na IAS 19 – *Benefícios dos empregados*.

### Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projectadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no balanço.

Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos actuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da actualização das responsabilidades passadas. Os valores descritos são diminuídos pelo valor correspondente ao retorno esperado dos activos afectos ao plano. Os ganhos e perdas actuariais são registados directamente em Reservas.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

### Planos de contribuição definida

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na data em que são devidas.

## **2.20. Benefícios de saúde**

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de “Custos com pessoal – benefícios de saúde”, excepto na parte respeitante aos ganhos e perdas actuariais, os quais são registados em Reservas.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

## **2.21. Pagamentos baseados em acções**

Os benefícios concedidos a colaboradores ao abrigo de Planos de incentivos de aquisição de acções ou de opções sobre acções são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – *Pagamento com base em acções*.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos e liquidados em acções próprias (instrumentos de capital próprio) são reconhecidos pelo respectivo justo valor na data de atribuição.

O justo valor, determinado na data de atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente da prestação de serviços.

## **2.22. Activos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## **2.23. Rédito e especialização dos exercícios**

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que são prestados.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 23 e 41).

## **2.24. Imparidade e ajustamentos de activos financeiros**

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

### Activos financeiros disponíveis para venda

No caso de activos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado

como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para activos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda de imparidade do activo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

#### Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas de valor quando existem indicadores objectivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade do incumprimento;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

Os ajustamentos são determinados pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da respectiva conta de ajustamentos. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

## **2.25. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

## 2.26. Resultados por acção

O resultado básico por acção é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais acções ordinárias diluidoras.

As potenciais acções ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre acções e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em acções da Empresa-mãe.

## 2.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.28. Licenças de emissão de CO<sub>2</sub> – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo, em Portugal e Espanha, encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transacção de licenças de emissão, o Grupo adopta a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem a qualquer reconhecimento de activo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados como redução de outros custos operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO<sub>2</sub> excedem as licenças anualmente atribuídas, é relevado um passivo por contrapartida de “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são relevadas ao seu custo de aquisição, numa conta específica de activos intangíveis “Propriedade industrial e outros direitos”.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as alterações de maior significado em termos de estimativas prendem-se com as ocorridas nos pressupostos actuariais para a determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados, evidenciadas na Nota 33. Durante os referidos exercícios, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

### 4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

#### 4.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e as seguintes filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (controlo):

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
<b>HOLDING E SUB-HOLDINGS</b>		
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.A. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00
<b>ÁREA DE CIMENTO (Portugal)</b>		
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte – S. Pedro Fins – Maia 4425 - 504 Maia	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MOSSINES	MOSSINES – CIMENTOS DE SINES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 LISBOA	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA. Rua Bento Dias Carreiro, 6 9600-050 Pico da Pedra - Ribeira Grande Açores	100,00

**ÁREA DE BETÃO PREPARADO E AGREGADOS (Portugal)**

CIMPOR BETÃO SGPS	CIMPOR BETÃO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos – Beljardim 9760 - 114 Cabo da Praia Açores	100,00
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
INERGRANITOS	INERGRANITOS, S.A. Lugar e Freguesia de Canas de Senhorim - Nelas 3525 - 044 Canas de Senhorim	100,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	90,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	100,00
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS, LDA. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
M.C.D.	M.C.D. - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	100,00
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	100,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A. Qtº da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7002 - 505 Évora	50,00

#### ÁREA DE PRÉFABRICADOS (Portugal)

PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

#### ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS (Portugal)

SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR TEC	CIMPOR TEC – ENGENHARIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GRUPO, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, LDA. Casal da Luz, Santa Maria 2510 - 086 Óbidos	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CELFA	CELFA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE, RESÍDUOS, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
KANDMAD	KANDMAD – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, LDA. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º, sala 103, Sé 9000 - 060 Funchal Madeira	100,00

## ÁREA INTERNACIONAL

### ESPAÑA

CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
C.N. HORMIGONES Y ÁRIDOS	CORPORACIÓN NOROESTE DE HORMIGONES Y ÁRIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
S.C.M.C. ANDALUCÍA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCÍA, S.A. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,54
CEMENTOS ANDALUCÍA	CEMENTOS DE ANDALUCÍA, S.L. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,54
OCCIDENTAL HORMIGONES	OCCIDENTAL DE HORMIGONES, S.L. Calle la Viela Polígono Industrial el Nevero 06006 Badajoz	99,54
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 – Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,54
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
MORTEROS GALICIA	MORTEROS DE GALICIA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial – El Prado – 40 – Mérida 06800 – Badajoz	99,54
S.I.F. GALLEGA	SOCIEDAD INDUSTRIAL Y FINANCIERA GALLEGA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
TABANQUE, S.L.	TABANQUE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,54
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,29
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	92,80
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	81,57
PREBETONG LUGO HORMIGONES	PREBETONG LUGO HORMIGONES, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	81,57
F.Y.H. SANI	FIRMES Y HORMIGONES SANI, S.L. CARRETERA NACIONAL – 630 Gijón – Sevilla, Km 308 06200 ALMENDRALEJO (BADAJOZ)	92,43
MATERIALES ATLÁNTICO	MATERIALES DEL ATLÁNTICO, S.A. Polígono Industrial Lagoas – Carretera Cedeira Km. 1,5 15 570 Narón (La Coruña)	69,02
HORMIGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ÁRIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,77

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ARICOSA	ÁRIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,21
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	40,77
<b>MARROCOS</b>		
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	62,62
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00
ASMENT DU CENTRE	ASMENT DU CENTRE, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00
GRABEMA	GRABEMA, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00
<b>TUNÍSIA</b>		
C.J.O.	SOCIÉTÉ LES CIMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis – Belvédère	100,00
<b>EGIPTO</b>		
AMCC	AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P. O. Box 21511 Alexandria	96,39
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,29
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	98,38

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	99,59
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY, S.A.E. Trade City Center – Down Town Desert Road International Garden Alexandria	97,35

#### TURQUIA

CIMPOR YIBITAS	CIMPOR YIBITAS CIMENTO SANAYI VE TICARET A.S. Portakal Cicegi Sokak n° 33 - 06540 06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE	99,74
YIBITAS HOLDING	YIBITAS HOLDING A.S. Portakal Cicegi Sokak n° 33 - 06540 06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE	99,49
YOZGAT	YIBITAS YOZGAT ISCI BIRLIGI INSAAT MALZEMELERI TICARET VE SANAYI A. S. Portakal Cicegi Sokak n° 33 - 06540 06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE	77,66
YIBMAK	CIMPOR YIBITAS MUHENDISLIK MAKINA SANAYI VE TICARET A.S. Portakal Cicegi Sokak n° 33 - 06540 06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE	99,62
BEYNAK	CIMPOR YIBITAS BEYNELMILEL NAKLIYECILIK TICARET VE SANAYI A.S. Portakal Cicegi Sokak n° 33 - 06540 06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE	99,74
NAKLIYECILIK	CIMPOR YIBITAS NAKLIYECILIK LTD. STI. Portakal Cicegi Sokak n° 33 - 06540 06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE	99,74

#### BRASIL

C.C.B.	CIMPOR - CIMENTOS DO BRASIL, LTDA. Avª Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E – 8º Jardim São Luíz - São Paulo	100,00
--------	--	--------

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
<b>MOÇAMBIQUE</b>		
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 – 2º, nº1 Maputo – Caixa Postal 270	82,46
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	82,46
<b>ÁFRICA DO SUL</b>		
NPC	NPC - CIMPOR (PTY) LIMITED 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	74,00
NPCC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
DC	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
SRT	SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanston South Africa	100,00
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT CO (PTY) LTD. – CELL A7 5 th Floor SA Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South Africa	100,00
CONCRETE	CONCRETE MIX (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
S. C. STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
S. C. MINING	SOUTH COAST MINING (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
EEDESWOLD	EEDESWOLD HIGHLANDS (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
STERKSPRUIT QUARRIES	STERKSPRUIT QUARRIES (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
STERKSPRUIT CONCRETE	STERKSPRUIT CONCRETE (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
STERKSPRUIT INVESTMENTS	STERKSPRUIT INVESTMENTS (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
<b>CHINA</b>		
CIMPOR CHENGTONG	CIMPOR CHENGTONG CEMENT CORPORATION LIMITED. Suite 6404, 64th floor Central Plaza, 18 Harbour Road Wanchai - Hong Kong (R. P. China)	40,00
SEA - LAND MINING	SEA - LAND MINING LIMITED Suite 6404, 64th floor Central Plaza, 18 Harbour Road Wanchai - Hong Kong (R. P. China)	40,00
NEW LIUYUAN	SHANGDONG LIUYUAN NEW TYPE CEMENT DEVELOPMENT COMPANY LIMITED Kuangsi Village, Liuyuan Town, Yicheng District Zaozhuang City, Shangdong Province ZIP code: 277300 (R.P. China)	38,40
NANDA	SUZHOU NANDA CEMENT COMPANY LIMITED Nº. 1, WenDu Road, Wang Ting Town, Xiang Cheng District Suzhou City, Jiangu Province ZIP code: 215155 (R.P. China)	28,41
HUAI AN LIUYUAN	HUAI AN LIUYUAN CEMENT COMPANY LIMITED Huai' an city, Huaiyin district, WangYing town (former Huaiyin district Building materials plant site) ZIP code: 223300	38,40
SUZHOU LIUYUAN	SUZHOU LIUYUAN NEW TYPE CEMENT DEVELOPMENT CO.,LTD Suzhou Wuzhong economic development zone, DongWu industrial park second term (Yinzhong south road) ZIP code: 215000	38,40
CIMPOR MACAU INVESTMENT	CIMPOR MACAU INVESTMENT COMPANY, S.A. Av. da Praia Grande, 693 Edifício Tai Wash - 15º andar MACAU (R. P. China)	50,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
<b>CABO VERDE</b>		
NORDICAVE TRADING	NORDICAVE TRADING INDUSTRIAL, LIMITADA. Estrada de Tira Chapéu, Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	100,00
CIMENTOS CABO VERDE	CIMENTOS CABO VERDE, S.A. Estrada de Tira Chapéu Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	98,65
CABO VERDE BETÕES E INERTES	CABO VERDE BETÕES E INERTES, S.A. Estrada de Tira Chapéu Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	53,27
ITP	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PEDRAS, LDA. Estrada de Tira Chapéu Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	98,65
BETÕES DE CABO VERDE	BETÕES DE CABO VERDE, S.A. Estrada de Tira Chapéu Praia, Santiago 14/A Cabo Verde	54,26
<b>PERU</b>		
CEMENTOS OTORONGO	CEMENTOS OTORONGO, S.A.C. Calle Siglo XXI nº 120 Centro Comercial La Gran Vía, Of. 549 - 551 Cercado Arequipa - Perú Ciudade de Arequipa, Provincia y Departamento de Arequipa - Perú	80,00
AGRECOM	AGREGADOS COMERCIAIZADOS S.A.C. Av. Néstor Gambetta s/n Base Naval Del Callao, Puerta 6 Callao Perú	40,00
<b>ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES</b>		
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CIMPOR SAGESA	CIMPOR SERVICIOS DE APOIO À LA GESTION DE EMPRESAS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED 2 Harbourmaster Place Custom House Dock Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Teleportboulevard 140 1043 EJ Amsterdam	100,00
SCANANG SGPS	SCANANG SGPS, UNIPessoal, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
RETONOBA	RETONOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
SCANANG TRADING	SCANANG TRADING ACTIVITIES-ESPAÑA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
CIMPOR DEL ECUADOR	CIMPOR DEL ECUADOR, S.A. Distrito Metropolitano de Quito Província de Pichincha	90,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. 74, Rue de Merl, L - 2146 1611 – Luxemburgo	100,00
CIMPSHIP	CIMPSHIP - TRANSPORTES MARÍTIMOS, S.A. Rua Ivens, nº 3 - B, Edifício Dona Mécia, 2º L, Freguesia da Sé, Conselho do Funchal 9000 - 039 Funchal	60,00

#### 4.2. Empresas associadas

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2007, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
<b>ÁREA DE CIMENTO (Portugal)</b>		
C + P.A.	C + P.A. – CIMENTO E PRODUTOS ASSOCIADOS, S.A. Edifício 1 do Lagoas Park 2740 - 265 Porto Salvo	48,00
CECIME	CECIME – CIMENTOS, S.A. R. Cintura do Porto de Lisboa, Armazém, 21 Topo Norte 1900 - 649 Lisboa	20,00
<b>ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS (Portugal)</b>		
SOGESSO	SOGESSO - SOCIEDADE DE GESSOS DE SOURE, S.A. Lugar de São José do Pinheiro 3130 - 544 Soure	40,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A. Av. Luísa Todi, 1 – 1º 2900 – 459 Setúbal	25,00
<b>ÁREA INTERNACIONAL ESPANHA</b>		
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estación. Málaga	21,29
ARENOR	ARENOR, S.L. Calle Montecarmelo, 1 – 5º C Sevilla	28,44

#### 4.3. Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional

A seguinte empresa participada foi consolidada pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo da mesma, definido contratualmente, é exercida conjuntamente com outro accionista:

##### ÁREA INTERNACIONAL – BRASIL

ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA – TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. Av. Rio Branco, 110 – 39º - parte Cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro	50,00
--------------	--	-------

## 5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, respeitaram essencialmente a:

### Aquisições:

Portugal – aquisição de 40% do capital da empresa Sogesso – Sociedade de Gessos de Soure, S.A..

Turquia – aquisição de um conjunto de participações, directas e indirectas, representativas de 99,68% do capital da Yibitas Lafarge Orta Anadolu Cimento Sanayi ve Ticaret A.S., actualmente denominada Cimpor Yibitas Cimento Sanayi ve Ticaret A.S., dos quais 50,21% adquiridos directamente a uma empresa do Grupo Lafarge pelo montante aproximado de 268 milhões de euros.

China – conclusão do processo de aquisição, pela participada Cimpor Chengtong Cement Corporation, Ltd. (Cimpor Chengtong), de 60% da Shandong Liuyuan New Type Cement Development Company, Ltd. (New Liuyuan) e da totalidade do capital da Sea-Land Mining, cujo principal activo é uma participação de 71,03% da Suzhou Nanda Cement Company, Ltd. (Nanda). A participação na New Liuyuan foi aumentada para 96% no decurso do exercício de 2007, mediante um aumento de capital integralmente subscrito pela Cimpor Chengtong, ficando o accionista detentor de 4% da New Liuyuan a deter uma *call option*, exercitável no prazo de 5 anos, sobre a parcela que lhe caberia subscrever.

Cabo Verde – aquisição de 55% do capital da Betões de Cabo Verde, S.A..

Peru – aquisição de 80% do capital da Cimentos Otorongo, S.A.C., que por sua vez detém 50% do capital da Agregados Comercializados, S.A.C..

Brasil – aquisição de activos de três centrais de betão pronto.

### Alienações:

Portugal – alienação da totalidade da participação (42,86%) no capital da Cimentos Madeira, Lda.

Espanha – alienação da totalidade da participação financeira na Auxiliar de Áridos, S.L..

Moçambique – alienação da totalidade da participação detida pela Cimentos de Moçambique no capital da Premap – Prefabricados de Maputo, S.A.R.L..

O impacto das alterações ocorridas no perímetro de consolidação no balanço em 31 de Dezembro de 2007 é o seguinte:

Rubricas	Aquisições						Subtotal aquisições	Alienações			Subtotal alienações	Total
	Portugal	Turquia	China	Cabo Verde	Brasil	Perú		Portugal	Espanha	Moçambique		
<b>Activos não correntes:</b>												
Activos intangíveis (Nota 17)	-	1.172	1.081	-	-	448	2.702	-	-	-	-	2.702
Activos fixos tangíveis (Nota 18)	-	211.470	42.735	1.123	2.509	6.616	264.453	-	-	(273)	(273)	264.180
Investimentos em associadas (Nota 19)	795	-	-	-	-	-	795	(4.575)	(94)	-	(4.669)	(3.874)
Outras dívidas de terceiros	-	84	-	-	-	7.585	7.669	-	-	-	-	7.669
Activos por impostos diferidos (Nota 24)	-	1.343	-	-	-	206	1.549	-	-	-	-	1.549
Total de activos não correntes	795	214.069	43.816	1.123	2.509	14.856	277.168	(4.575)	(94)	(273)	(4.942)	272.226
<b>Activos correntes:</b>												
Existências	-	19.927	3.879	44	-	219	24.069	-	-	(73)	(73)	23.995
Clientes e adiantamentos a fornecedores	-	26.974	5.321	702	-	55	33.051	-	-	(81)	(81)	32.970
Outras dívidas de terceiros	-	10.906	1.207	55	-	-	12.168	-	-	(2)	(2)	12.166
Estado e outros entes públicos	-	2.825	16	-	-	1.021	3.862	-	-	-	-	3.862
Outros activos correntes	-	816	-	11	-	23	850	-	-	(6)	(6)	844
Total de activos correntes	-	61.448	10.424	812	-	1.318	74.001	-	-	(163)	(163)	73.838
Total do activo	795	275.517	54.240	1.935	2.509	16.173	351.169	(4.575)	(94)	(436)	(5.105)	346.064
<b>Passivos não correntes:</b>												
Passivos por impostos diferidos (Nota 24)	-	(29.935)	-	-	-	(10)	(29.945)	-	-	-	-	(29.945)
Provisões para riscos e encargos (Nota 35)	-	(6.730)	-	-	-	(19)	(6.750)	-	-	-	-	(6.750)
Empréstimos	-	-	(5.029)	(448)	-	(606)	(6.084)	-	-	-	-	(6.084)
Outras dívidas a terceiros	-	(614)	(1.655)	-	-	-	(2.269)	-	-	-	-	(2.269)
Total de passivos não correntes	-	(37.280)	(6.684)	(448)	-	(635)	(45.047)	-	-	-	-	(45.047)
<b>Passivos correntes:</b>												
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	(15.393)	(4.459)	(678)	-	(206)	(20.736)	-	-	324	324	(20.412)
Outras dívidas a terceiros	-	(1.704)	(2.880)	(523)	-	(71)	(5.178)	-	-	33	33	(5.145)
Estado e outros entes públicos	-	(1.893)	(159)	(45)	-	-	(2.097)	-	-	12	12	(2.084)
Empréstimos	-	(761)	(38.103)	-	-	(7.641)	(46.504)	-	-	-	-	(46.504)
Outros passivos correntes	-	(3.461)	(649)	-	-	-	(4.110)	-	-	45	45	(4.065)
Total de passivos correntes	-	(23.211)	(46.250)	(1.246)	-	(7.918)	(78.625)	-	-	415	415	(78.210)
Total do passivo	-	(60.491)	(52.934)	(1.694)	-	(8.553)	(123.672)	-	-	415	415	(123.258)
<b>Interesses minoritários</b> (Nota 32)	-	(17.184)	(6.373)	(132)	-	(2.785)	(26.474)	-	-	(148)	(148)	(26.622)
<b>Valor líquido</b>	795	197.842	(5.067)	109	2.509	4.835	201.023	(4.575)	(94)	(169)	(4.838)	196.185
Goodwill (Notas 16 e 19)	205	321.748	4.072	261	1.054	3.626	330.967	-	-	(37)	(37)	330.931
Ajustamentos de partes de capital (Mais) / Menos valia obtida	-	-	-	-	-	-	-	(1.425)	(243)	38	(1.630)	(1.630)
Outras dívidas de / a terceiros	-	(614)	(980)	-	(361)	(7.569)	(9.524)	-	-	-	-	(9.524)
Valor líquido pago / recebido	1.000	518.976	(1.975)	370	3.203	893	522.466	(6.000)	(297)	(167)	(6.464)	516.002
Caixa e equivalentes	-	30.512	3.051	46	-	4.612	38.221	-	-	(10)	(10)	38.212
<b>Valor de aquisição / (alienação)</b>	1.000	550.103	2.056	416	3.563	13.073	570.211	(6.000)	(297)	(177)	(6.474)	563.737

As entradas no perímetro de consolidação tiveram os seguintes impactos na demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007:

Rubricas	Turquia	China	Outros	Total
Proveitos operacionais	189.562	24.839	15.174	229.575
Custos operacionais	166.275	23.815	16.489	206.579
Resultado operacional	23.286	1.024	(1.314)	22.996
Resultado financeiro	1.155	(2.845)	77	(1.613)
Resultado antes de impostos	24.441	(1.820)	(1.238)	21.383
Impostos sobre o rendimento	(5.177)	-	416	(4.761)
Resultado líquido do exercício	19.264	(1.820)	(822)	16.622
<b>Atribuível a:</b>				
Detentores de capital	16.802	(726)	(740)	15.336
Interesses minoritários	2.462	(1.094)	(82)	1.287

## 6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa	Segmento geográfico	Câmbio fecho			Câmbio médio		
		2007	2006	Var.%	2007	2006	Var.%
USD	Outros	1,4721	1,317	11,8	1,37074	1,25622	9,1
MAD	Marrocos	11,4042	11,1354	2,4	11,30842	11,18273	1,1
BRL	Brasil	2,5963	2,8118	(7,7)	2,66901	2,73826	(2,5)
TND	Tunísia	1,803	1,7078	5,6	1,7726	1,68586	5,1
MZM	Moçambique	34.830,0	34.470,0	1,0	35.156,3	32.797,0	7,2
CVE	Outros (Cabo Verde)	110,265	110,265	0,0	110,265	110,265	0,0
EGP	Egipto	8,1072	7,5217	7,8	7,83675	7,30872	7,2
ZAR	África do Sul	10,0298	9,2124	8,9	9,67099	8,53141	13,4
TRY	Turquia	1,717	-	s.s.	1,78257 <sup>2)</sup>	-	s.s.
HKD	China	11,48	10,2409	12,1	10,69488	10,14265 <sup>1)</sup>	s.s.
CNY	China	10,7524	-	s.s.	10,59077 <sup>3)</sup>	-	s.s.
MOP	China	11,8244	-	s.s.	11,2599 <sup>3)</sup>	-	s.s.
PEN	Outros (Peru)	4,4862	-	s.s.	4,40802 <sup>4)</sup>	-	s.s.

1) Câmbio médio de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 2006.

2) Câmbio médio de 1 de Março a 31 de Dezembro de 2007.

3) Câmbio médio de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007.

4) Câmbio médio de 1 a 31 de Dezembro de 2007.

## 7. SEGMENTOS GEOGRÁFICOS E DE NEGÓCIO

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, dos diversos segmentos, sendo estes correspondentes a cada uma das áreas geográficas onde o Grupo opera, é a seguinte:

### 2007

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunísia	Egipto	Turquia	Brasil	Moçambique	África do Sul	China	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Eliminações	Consolidado
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>														
Proveitos - clientes externos	475.947	469.649	80.478	59.732	117.272	163.053	321.760	60.078	128.119	23.939	30.522	35.509	-	1.966.058
Proveitos - intragrupo	86.626	1.280	-	-	3.328	-	207	-	1.658	-	-	98.054	(191.153)	-
<b>Total</b>	<b>562.573</b>	<b>470.929</b>	<b>80.478</b>	<b>59.732</b>	<b>120.600</b>	<b>163.053</b>	<b>321.967</b>	<b>60.078</b>	<b>129.778</b>	<b>23.939</b>	<b>30.522</b>	<b>133.562</b>	<b>(191.153)</b>	<b>1.966.058</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>117.660</b>	<b>94.045</b>	<b>28.409</b>	<b>10.826</b>	<b>46.017</b>	<b>23.286</b>	<b>37.745</b>	<b>28.305</b>	<b>38.051</b>	<b>260</b>	<b>2.129</b>	<b>11.396</b>	<b>-</b>	<b>438.130</b>
Custos e perdas financeiros														(158.794)
Proveitos e ganhos financeiros														100.490
Resultado relativos a empresas associadas														8.025
Resultados relativos a investimentos														2.291
Resultado antes de impostos														390.142
Impostos sobre o rendimento														(69.341)
<b>Resultado líquido do exercício</b>														<b>320.802</b>

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Turquia	Brasil	Moçambique	África do Sul	China	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Consolidado
Resultado imputável aos minoritários do segmento	423	1.663	7.494	-	1.201	2.462	-	3.445	-	(170)	(117)	328	16.729

Outras informações:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Turquia	Brasil	Moçambique	África do Sul	China	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Consolidado
Dispêndios de capital fixo	32.548	42.701	8.925	1.637	18.385	253.623	39.145	3.903	39.861	44.470	13.800	1.484	500.483
Amortizações e depreciações em resultados	51.496	33.272	6.775	7.773	11.114	13.964	29.430	1.461	4.957	1.586	824	2.401	165.052
Provisões e perdas de imparidade reconhecidas em resultados	3.574	10.437	46	345	1.474	1.306	6.691	(17.417)	-	-	42	(2.691)	3.808

Adicionalmente, os activos e passivos por segmento geográfico e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2007 são como segue:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Turquia	Brasil	Moçambique	África do Sul	China	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Eliminações	Consolidado
<b>Activo</b>														
Activos relativos aos segmentos	773.578	609.813	132.615	150.787	301.719	688.862	1.221.136	69.618	259.425	67.476	54.141	768.532	(427.267)	4.670.435
Investimentos em associadas														163.533
<b>Total do activo consolidado</b>														<b>4.833.968</b>
<b>Passivo</b>														
Passivos relativos aos segmentos	472.549	362.502	33.710	16.348	39.749	73.763	320.162	24.035	69.712	42.472	27.105	1.879.846	(427.267)	2.934.687
<b>Total do passivo consolidado</b>														<b>2.934.687</b>

A informação por segmentos de negócio, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Volume de negócios	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	1.360.307	3.541.286	461.309
Betões e agregados	521.518	493.435	29.994
Outros	84.232	799.247	9.180
	<b>1.966.058</b>	<b>4.833.968</b>	<b>500.483</b>

**2006**

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Brasil	Moçambique	África do Sul	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Eliminações	Consolidado	
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>													
Proveitos - clientes externos	462.852	427.227	70.227	59.615	114.709	267.880	54.503	119.511	18.027	44.342	-	1.638.892	
Proveitos - intragrupo	68.735	3.283	1.813	-	13.109	2.468	-	-	-	85.674	(175.082)	-	
<b>Total</b>	<b>531.586</b>	<b>430.510</b>	<b>72.040</b>	<b>59.615</b>	<b>127.818</b>	<b>270.348</b>	<b>54.503</b>	<b>119.511</b>	<b>18.027</b>	<b>130.015</b>	<b>(175.082)</b>	<b>1.638.892</b>	
<b>Resultado operacional</b>	<b>122.245</b>	<b>109.511</b>	<b>25.889</b>	<b>9.650</b>	<b>50.625</b>	<b>35.092</b>	<b>7.490</b>	<b>39.561</b>	<b>1.528</b>	<b>6.460</b>	<b>-</b>	<b>408.050</b>	
Custos e perdas financeiros												(167.628)	
Proveitos e ganhos financeiros												94.147	
Resultado relativos a empresas associadas												19.146	
Resultados relativos a investimentos												12.035	
Resultado antes de impostos													365.750
Impostos sobre o rendimento													(60.140)
<b>Resultado líquido do exercício</b>													<b>305.610</b>

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Brasil	Moçambique	África do Sul	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Consolidado
Resultado imputável aos minoritários do segmento	2.197	2.019	6.910	-	1.326	-	1.415	-	10	(182)	13.695

### Outras informações:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Brasil	Moçambique	África do Sul	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Consolidado
Dispêndios de capital fixo	28.464	32.368	4.679	3.704	20.469	30.431	6.177	43.878	1.703	75	171.949
Amortizações e depreciações em resultados	52.151	32.033	7.664	7.841	11.730	25.506	898	7.742	831	2.244	148.641
Provisões e perdas de imparidade reconhecidas em resultados	(456)	2.146	(28)	20	987	-	7	619	164	2.892	6.352

Adicionalmente, os activos e passivos por segmento geográfico e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2006, são como segue:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunisia	Egipto	Brasil	Moçambique	África do Sul	Outros segmentos	Não afectos a segmentos	Eliminações	Consolidado
<b>Activo</b>												
Activos relativos aos segmentos	837.020	659.662	105.607	158.088	295.130	1.068.510	49.659	229.700	75.904	721.822	(500.247)	3.700.856
Investimentos em associadas												156.955
<b>Total do activo consolidado</b>												<b>3.857.811</b>
<b>Passivo</b>												
Passivos relativos aos segmentos	304.150	344.153	30.244	15.332	56.885	236.757	20.553	46.337	6.840	1.643.073	(500.247)	2.204.076
<b>Total do passivo consolidado</b>												<b>2.204.076</b>

A informação por segmentos de negócio, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Volume de negócios	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	1.154.086	2.990.083	130.340
Betões e agregados	411.472	407.158	32.588
Outros	73.334	460.570	9.021
	<u>1.638.892</u>	<u>3.857.811</u>	<u>171.949</u>

## 8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os outros proveitos operacionais tinham a seguinte composição:

	2007	2006
Proveitos suplementares	19.693	13.174
Ganhos obtidos na alienação de activos (a)	5.399	10.641
Reversão de ajustamentos de saldos a receber de clientes (Nota 26)	4.179	5.472
Trabalhos para a própria empresa	2.098	1.933
Subsídios (b)	7.196	1.216
Reversão de ajustamentos às existências (Nota 25)	274	30
Outros	8.681	6.129
	<u>47.519</u>	<u>38.595</u>

a) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, estes ganhos respeitavam, essencialmente, a ganhos com a alienação de activos fixos tangíveis. No exercício findo

em Dezembro de 2006, respeitavam a mais-valias obtidas com a alienação de participações financeiras da área de negócios de Portugal.

- b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os Subsídios para investimentos incluíam o proveito relativo ao prémio de realização e adicional, de cerca de 5.400 milhares de euros, por investimentos realizados pela Cimpor Indústria, os quais foram objecto de candidatura a fundos no âmbito de programas comunitários de apoio às empresas.

## 9. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Mercadorias vendidas	109.932	68.704
Matérias consumidas	429.173	324.159
Perdas/(Ganhos) em existências	<u>212</u>	<u>(19)</u>
	<u><u>539.317</u></u>	<u><u>392.845</u></u>

## 10. CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por segmento de negócio e geográfico, foi o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Cimento:</b>	<b>4.378</b>	<b>3.620</b>
Portugal	694	701
Espanha	501	520
Brasil	707	719
Egipto	462	482
Tunísia	228	236
Marrocos	182	187
África do Sul	278	321
Turquia	527	- (a)
China	303	- (a)
Outros	496	455
<b>Betões e agregados:</b>	<b>1.881</b>	<b>1.585</b>
Portugal	591	604
Espanha	430	420
Brasil	500	381
Marrocos	23	21
África do Sul	144	139
Turquia	95	- (a)
Outros	98	20
<b>Outros negócios</b>	<b>189</b>	<b>251</b>
<b>Funções comuns</b>	<b>509</b>	<b>404</b>
	<u><u>6.957</u></u>	<u><u>5.861</u></u>

(a) Segmentos geográficos não existentes no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Remunerações	145.384	124.586
Encargos com remunerações	29.665	27.396
Custos de acção social e outros	23.152	19.978
Indemnizações por rescisão de contrato	2.450	3.483
Planos de opções (Nota 34)	1.726	1.310
Benefícios de saúde (Nota 33)	1.354	(3.084)
Seguros	732	691
Benefícios de reforma (Nota 33)	2.608	(1.121)
	<u>207.070</u>	<u>173.239</u>

Os custos de acção social e outros incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e subsídio de alimentação.

## 11. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ajustamentos de saldos a receber de clientes (Nota 26)	7.652	6.609
Impostos	6.586	5.360
Quotizações	3.064	1.937
Ajustamentos às existências (Nota 25)	1.058	1.508
Dividas incobráveis	445	987
Perdas incorridas na alienação de activos (a)	1.161	879
Donativos	2.170	351
Licenças de emissão de CO2 (b)	95	(331)
Outros	2.933	1.804
	<u>25.163</u>	<u>19.103</u>

- a) Estas perdas foram incorridas, essencialmente, com a alienação de activos fixos tangíveis.
- b) O montante indicado corresponde à variação na responsabilidade decorrente do nível de emissão de CO2 acima das licenças atribuídas a título gratuito, no âmbito do mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa (Nota 41).

## 12. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 tinham a seguinte composição:

	2007	2006
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados:		
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados de negociação (a)	7.753	12.555
Activos/passivos financeiros ao justo valor (a)	2.128	183
	9.880	12.738
Outros	86.492	75.687
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Variação de justo valor:		
Activos/passivos financeiros cobertos	2.286	4.575
Instrumentos financeiros derivados de negociação (a)	32.320	35.702
	34.606	40.277
Outros	8.757	13.120
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.327	3.317
Outros custos financeiros (b)	15.730	22.488
	158.794	167.628
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos:		
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados de negociação (a)	15.531	12.716
Activos/passivos financeiros ao justo valor (a)	217	669
	15.748	13.385
Outros	29.407	33.120
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	2.286	4.575
Activos/passivos financeiros ao justo valor (a)	32.320	35.702
	34.606	40.277
Outros	7.846	3.758
Descontos de pronto pagamento obtidos	729	696
Ganhos na alienação de outros activos financeiros	-	305
Outros proveitos financeiros (c)	12.154	2.606
	100.490	94.147
<b>Resultados relativos a empresas associadas:</b>		
<b>De equivalência patrimonial:</b>		
Perdas em empresas associadas (Nota 35)	(242)	(242)
Ganhos em empresas associadas (Nota 19)	8.025	19.388
	7.782	19.146
<b>Outros</b>	242	-
	8.025	19.146
<b>Resultados relativos a investimentos:</b>		
Rendimentos de participação de capital	557	241
Ganhos/(perdas) obtidos na alienação de investimentos (d)	1.734	11.794
	2.291	12.035

a) Estas rubricas são compostas por: (i) os efeitos das variações de justo valor dos “US Private Placements” (Nota 36), os quais foram designados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e (ii) as variações de justo valor dos instrumentos

financeiros derivados de negociação, entre os quais se incluem dois instrumentos que apesar de contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio associados aos “US Private Placements” (Nota 38), não são qualificados pelo Grupo para efeitos de contabilidade de cobertura.

- b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os “Outros custos financeiros” incluíam ajustamentos a créditos concedidos a empresas associadas e a outros investimentos financeiros no montante aproximado de 11 milhões de euros.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica incluía, adicionalmente, 2.409 e 6.553 milhares de euros relativos à actualização financeira de provisões para recuperação paisagística de pedreiras (Nota 35).

- c) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os “Outros proveitos financeiros” incluíam a reversão de ajustamentos por créditos concedidos a empresas participadas no montante de 7.000 milhares de euros (Nota 21).
- d) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica incluía o ganho obtido na alienação da participação financeira na Cimentos Madeira, S.A., no montante de 1.425 milhares de euros. No exercício anterior, inclui o ganho obtido na alienação da participação financeira na Cimentos Lemona, no montante de 15.351 milhares de euros, líquido da perda na alienação da participação na Nova Cimangola, 4.215 milhares de euros.

### 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007	2006
Imposto corrente	68.180	49.224
Imposto diferido (Nota 24)	(3.599)	11.940
Contingências fiscais (Nota 35)	4.760	(1.024)
Encargo do exercício	<u>69.341</u>	<u>60.140</u>

A Empresa e a generalidade das suas participadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre a matéria colectável, atingindo uma taxa agregada máxima de 26,5%.

O imposto sobre o rendimento relativo aos restantes segmentos geográficos é calculado às respectivas taxas em vigor.

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - *Imposto sobre o rendimento*.

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efectiva no Grupo pode ser apresentada do seguinte modo:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Taxa de imposto aplicável em Portugal	26,50%	27,50%
Resultados operacionais não tributados (a)	(2,52%)	(1,68%)
Resultados financeiros não tributados (b)	(2,06%)	(0,82%)
Benefícios por dedução ao lucro tributável e à colecta (c)	(1,42%)	(3,99%)
Contingências fiscais	1,22%	(0,28%)
Ajustes a impostos diferidos (d)	(5,66%)	(4,18%)
Diferenças de taxas de tributação	1,26%	(0,11%)
Outros	0,45%	(0,01%)
Taxa efectiva no Grupo	<u>17,77%</u>	<u>16,44%</u>

- a) Incluídos nesta rubrica estão os resultados de empresas com regimes de isenção de imposto bem como transacções sem relevância no apuramento do imposto.
- b) Esta rubrica é composta por resultados financeiros sem relevância no apuramento do imposto, sendo os mais significativos os ganhos apropriados em associadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial e, essencialmente no exercício de 2007, o ganho com o activo financeiro detido até à maturidade referido na Nota 20.
- c) Incluem-se os benefícios fiscais por dedução ao lucro tributável e à colecta bem como os ganhos com amortizações dedutíveis de Goodwill. No exercício de 2006, houve mais empresas, e em montantes mais significativos, a usufruir desses benefícios.
- d) Incluídos nesta rubrica estão, essencialmente, os ajustes a impostos diferidos decorrentes de alterações das taxas a que se estima que os impostos venham ser recuperados e de alterações nas expectativas quanto à capacidade de recuperação de diferenças temporárias de exercícios anteriores.

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi registado um imposto diferido directamente em reservas de 2.430 milhares de euros e de 2.709 milhares de euros, respectivamente (Nota 24).

#### 14. DIVIDENDOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 11 de Maio de 2007, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram pagos dividendos de 0,215 euros por acção (0,19 euros por acção em 2006), no valor global de 143.951 milhares de euros (127.191 milhares de euros em 2006), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

## 15. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	2007	2006
<b>Resultado por acção básico</b>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	304.073	291.915
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	669.095	668.985
Resultado líquido por acção básico	<u>0,45</u>	<u>0,44</u>
<b>Resultado por acção diluído</b>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	304.073	291.915
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	669.095	668.985
Efeito das opções atribuídas no âmbito do Plano de atribuição de opções de compra de acções (milhares) (Nota 34)	1.491	1.583
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>670.586</u>	<u>670.568</u>
Resultado líquido por acção diluído	<u>0,45</u>	<u>0,44</u>

## 16. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nos valores de Goodwill, bem como nas respectivas perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Portugal	Espanha	Brasil	Egipto	Tunísia	Marrocos	África do Sul	Cabo Verde	Turquia	China	Perú	Moçambique	Total
<b>Activo bruto:</b>													
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	22.325	65.089	548.077	85.121	71.546	27.254	136.014	7.721	-	-	-	1.532	964.679
Alterações de perímetro	-	9.338	1.441	-	-	-	2.681	1.021	-	-	-	-	14.481
Efeito da conversão cambial	-	-	(8.906)	(8.507)	-	-	(26.256)	-	-	-	-	-	(43.832)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	22.325	74.427	540.613	76.614	71.546	27.254	112.438	8.742	-	-	-	1.409	935.368
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	1.054	-	-	-	-	261	321.748	4.072	3.626	(37)	330.725
Efeito da conversão cambial	-	-	30.071	(5.533)	-	-	(9.163)	-	26.119	(185)	(102)	(321)	40.885
Adições	223	-	-	-	-	-	-	-	2.260	860	-	1.471	4.814
Transferências	-	(2.654)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.654)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	22.548	71.773	571.738	71.081	71.546	27.254	103.275	9.003	350.127	4.747	3.524	2.523	1.309.139
<b>Perdas de imparidade acumuladas:</b>													
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	-	-	-	-	-	24.031	-	-	-	-	-	-	24.031
Reforços	601	765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.366
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	601	765	-	-	-	24.031	-	-	-	-	-	-	25.397
Reforços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	601	765	-	-	-	24.031	-	-	-	-	-	-	25.397
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	21.724	73.662	540.613	76.614	71.546	3.223	112.438	8.742	-	-	-	1.409	909.971
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2007</b>	21.947	71.008	571.738	71.081	71.546	3.223	103.275	9.003	350.127	4.747	3.524	2.523	1.283.741

Os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor.

As análises de imparidade são efectuadas por referência aos fluxos de caixa descontados de cada uma das Áreas de Negócios a que se encontram afectos, tendo por base as projecções financeiras mais recentes aprovadas pelos Conselhos de Administração respectivos.

### Perdas de imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nas perdas de imparidade acumuladas foram os seguintes:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	24.031
Aumentos	1.366
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	<u>25.397</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>25.397</u></u>

Para efeitos de teste de imparidade, e atendendo à estrutura de relato financeiro adoptada para efeitos de gestão, os valores de Goodwill são distribuídos por grupos de unidades geradoras de caixa, correspondentes a cada um dos segmentos geográficos, considerando-se existirem sinergias entre as diversas unidades de cada segmento.

Nos testes realizados, o valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa, determinado com base no valor de uso, é comparado com o respectivo valor contabilístico. Uma perda de imparidade apenas é reconhecida no caso do valor contabilístico exceder o valor recuperável. Os cash flows futuros são descontados com base no custo médio ponderado do capital (WACC), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As projecções de cash flow baseiam-se nos planos de negócio a médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, adicionadas de uma perpetuidade.

Os principais pressupostos considerados na determinação do referido valor foram os seguintes:

Área geográfica	Moeda	2007			2006		
		Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto (a)	Taxa de crescimento longo prazo (b)	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto (b)	Taxa de crescimento longo prazo (b)
Brasil	BRL	571.738	8,9%	3,6%	540.613	12,7%	4,2%
Egipto	EGP	71.081	8,7%	4,7%	76.614	13,7%	4,6%
Espanha	EUR	71.008	7,1%	2,0%	73.662	6,7%	0,1 % - 0,7%
África do Sul	ZAR	103.275	7,9%	4,5%	112.438	11,6%	3,4% - 4%
Marrocos	MAD	3.223	8,9%	2,3%	3.223	9,5%	0,7%
Tunisia	TND	71.546	8,2%	2,7%	71.546	9,2%	1,1%
Portugal	EUR	21.947	7,7%	2,3%	21.724	7,4%	1,6% - 3,9%
Cabo Verde	CVE	9.003	10,4%	3,0%	8.742	10,7%	1,8%
Moçambique	MZM	2.523	10,8%	8,7%	1.409	17,5%	7,8%
Turquia	TRY	350.127	10,2%	4,1%	-	-	-
China	CNY	4.747	7,7%	3,8%	-	-	-
Perú	PEN	3.524	-	-	-	-	-
		<u>1.283.741</u>			<u>909.971</u>		

(a) Em euros

(b) Na moeda local

## 17. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	16.832	-	16.832
Alterações de perímetro	52	-	52
Efeito da conversão cambial	(306)	(8)	(314)
Adições	57	658	715
Alienações	(390)	-	(390)
Abates	(642)	-	(642)
Transferências	160	-	160
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	15.765	650	16.415
Alterações de perímetro (Nota 5)	9.091	11	9.102
Efeito da conversão cambial	694	(24)	671
Adições	1.665	229	1.894
Abates	(173)	-	(173)
Transferências	756	(782)	(27)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	27.796	84	27.880
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	4.663	-	4.663
Alterações de perímetro	12	-	12
Efeito da conversão cambial	(136)	-	(136)
Reforços	1.605	-	1.605
Reduções	(390)	-	(390)
Abates	(50)	-	(50)
Transferências	(10)	-	(10)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	5.695	-	5.695
Alterações de perímetro (Nota 5)	6.400	-	6.400
Efeito da conversão cambial	585	-	585
Reforços	2.069	-	2.069
Abates	(170)	-	(170)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	14.578	-	14.578
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>10.070</b>	<b>650</b>	<b>10.720</b>
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>13.219</b>	<b>84</b>	<b>13.302</b>

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui, essencialmente, direitos de superfície sobre terrenos e licenças de utilização de software.

## 18. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos tangíveis	Total
<b>Activo bruto:</b>										
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	287.237	568.683	2.507.133	89.591	52.410	7.582	10.146	64.533	31.618	3.618.933
Alterações de perímetro	8.033	(3.358)	6.140	5.997	133	52	77	6	-	17.080
Efeito da conversão cambial	(5.098)	(6.169)	(93.495)	(2.256)	(1.389)	(201)	(81)	(6.154)	(3.227)	(118.072)
Adições	2.266	3.624	16.751	1.411	971	87	376	122.243	8.321	156.049
Alienações	(326)	(1.305)	(11.676)	(6.326)	(481)	(90)	(215)	(35)	(18)	(20.472)
Abates	(30)	(45)	(122)	(446)	-	-	-	-	-	(642)
Transferências	614	25.250	66.535	2.738	831	359	1.215	(68.670)	(29.136)	(265)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	292.696	586.681	2.491.266	90.707	52.476	7.787	11.516	111.924	7.557	3.652.611
Alterações de perímetro (Nota 5)	40.289	77.015	354.311	13.674	2.178	746	99	19.096	4.313	511.720
Efeito da conversão cambial	5.624	6.422	13.653	1.350	147	(139)	(75)	(1.844)	905	26.044
Adições	1.878	13.313	54.212	5.837	4.942	424	352	131.237	19.513	231.708
Alienações	(420)	(861)	(11.620)	(4.830)	(424)	(213)	(237)	(44)	(769)	(19.418)
Abates	(1)	(311)	(12.228)	(5.240)	(837)	(22)	(17)	(5)	-	(18.661)
Transferências	5.058	30.774	44.641	7.052	581	676	90	(72.164)	(6.684)	10.024
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	345.125	713.032	2.934.234	108.550	59.063	9.260	11.728	188.200	24.836	4.394.029
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>										
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	33.996	257.040	1.647.852	59.373	40.737	6.489	5.907	-	-	2.051.394
Alterações de perímetro	-	(2.765)	3.190	1.361	65	51	65	-	-	1.937
Efeito da conversão cambial	(192)	(2.158)	(68.241)	(1.653)	(795)	(163)	(57)	-	-	(73.259)
Reforços	3.675	33.979	98.680	6.214	3.108	495	885	-	-	147.036
Reduções	(0)	(651)	(8.449)	(5.952)	(430)	(84)	(77)	-	-	(15.645)
Abates	-	(14)	-	(122)	(431)	-	-	-	-	(567)
Transferências	(19)	(129)	(184)	234	(14)	(1)	53	-	-	(59)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	37.460	285.301	1.672.817	59.456	42.240	6.786	6.778	-	-	2.110.837
Alterações de perímetro (Nota 5)	176	28.351	206.016	8.686	3.618	649	44	-	-	247.540
Efeito da conversão cambial	155	5.097	9.166	663	326	(110)	(59)	-	-	15.238
Reforços	4.150	26.946	118.773	8.232	3.360	482	1.040	-	-	162.983
Reduções	(29)	(420)	(10.158)	(4.039)	(385)	(210)	(177)	-	-	(15.418)
Abates	-	(7.881)	(10.454)	(5.204)	(782)	(22)	(17)	-	-	(24.360)
Transferências	386	9.180	(7.408)	35	29	0	(70)	-	-	2.152
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	42.298	346.575	1.978.753	67.828	48.406	7.575	7.539	-	-	2.498.974
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	<u>255.237</u>	<u>301.380</u>	<u>818.449</u>	<u>31.252</u>	<u>10.236</u>	<u>1.001</u>	<u>4.739</u>	<u>111.924</u>	<u>7.557</u>	<u>1.541.774</u>
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2007</b>	<u>302.827</u>	<u>366.457</u>	<u>955.482</u>	<u>40.722</u>	<u>10.658</u>	<u>1.684</u>	<u>4.189</u>	<u>188.200</u>	<u>24.836</u>	<u>1.895.055</u>

Os terrenos de exploração incluem o valor estimado das despesas futuras com a sua recuperação e reconstituição ambiental, as quais, na medida em que ainda não tenham sido incorridas, se encontram reflectidas no passivo.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os abates na rubrica “Amortizações e perdas de imparidade acumuladas”, incluíam o montante de 6.624 milhares de euros correspondente ao efeito líquido de (i) reversão de perdas por imparidade de 17.417 milhares de euros, anteriormente reconhecida em relação a activos fixos tangíveis da Área de Negócios de Moçambique, decorrente da reapreciação dos valores de recuperação do investimento nessa unidade geradora de caixa, e (ii) reconhecimento das imparidades de 10.793 milhares de euros relativamente a activos fixos tangíveis das Áreas de Negócios de Espanha e Egipto, decorrente da obsolescência de equipamentos por força de investimentos realizados.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os outros activos tangíveis em curso e os adiantamentos por conta de activos tangíveis incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afectos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas Áreas de Negócios da África do Sul, Espanha, Brasil, Turquia e Portugal.

## 19. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	164.425	40.530	204.955
Alterações de perímetro	(37.412)	(23.861)	(61.273)
Efeito cambial	(2.880)	(1.853)	(4.732)
Efeitos aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	19.388	-	19.388
Efeito em capital próprio	67	-	67
Dividendos recebidos	(1.817)	-	(1.817)
Aquisições e aumentos	372	-	372
Alienações e abates	(4)	-	(4)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	142.139	14.816	156.955
Alterações de perímetro (Nota 5)	(3.874)	205	(3.669)
Efeitos aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	8.025	-	8.025
Efeito em capital próprio	3.216	-	3.216
Dividendos recebidos	(1.295)	-	(1.295)
Aquisições e aumentos	302	-	302
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>148.512</u>	<u>15.021</u>	<u>163.533</u>

A principal informação económica e financeira das empresas associadas, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Total dos activos	474.748	459.732
Total dos passivos	<u>(123.516)</u>	<u>(125.839)</u>
Total do capital próprio	<u>351.232</u>	<u>333.894</u>
Quota parte do Grupo nos capitais próprios	<u>163.533</u>	<u>156.955</u>
Vendas e prestação de serviços	<u>98.994</u>	<u>89.181</u>
Resultados do exercício	<u>22.809</u>	<u>41.907</u>
Quota parte do Grupo nos resultados do exercício	<u>7.782</u>	<u>19.146</u>

## 20. OUTROS INVESTIMENTOS

Os “Outros investimentos”, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	Activos financeiros disponíveis para venda		Activos financeiros detidos até à maturidade	Total
	Custo	Justo valor		
<b>Investimento bruto:</b>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	24.278	69.220	-	93.498
Alterações de perímetro	11	-	-	11
Efeito cambial	(4.469)	-	-	(4.469)
Aumentos	152.326	-	-	152.326
Alienações e abates	(2.212)	(69.220)	-	(71.432)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	169.933	-	-	169.933
Efeito cambial	(42)	(618)	11.471	10.811
Reavaliações / ajustamentos	-	2.111	-	2.111
Aumentos	2.921	-	-	2.921
Alienações e transferências	(158.008)	8.261	138.199	(11.548)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	14.804	9.754	149.669	174.227
<b>Imparidade dos investimentos:</b>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	13.419	-	-	13.419
Efeito cambial	(25)	-	-	(25)
Aumentos	3.314	-	-	3.314
Alienações e abates	(112)	-	-	(112)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	16.595	-	-	16.595
Efeito cambial	85	-	-	85
Aumentos	1.080	-	-	1.080
Alienações e transferências	(7.846)	-	-	(7.846)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	9.914	-	-	9.914
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>153.338</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153.338</b>
<b>Valor líquido a 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>4.890</b>	<b>9.754</b>	<b>149.669</b>	<b>164.314</b>

Nesta rubrica estão incluídos: (i) os activos financeiros disponíveis para venda, mensurados quer ao justo valor quer ao custo de aquisição, ajustado face às perdas de imparidade estimadas, quando não tenham preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade; e (ii) os activos financeiros detidos até à maturidade, nomeadamente um instrumento de dívida de taxa variável emitido pela República da Áustria.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo alienou a participação na Cimentos Lemona valorizada por 69.220 milhares de euros. Adicionalmente, o valor acumulado em reservas foi transferido para resultados (Nota 30), de que resultou o reconhecimento de um ganho líquido de imposto de 12.907 milhares de euros.

## 21. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Outras dívidas de terceiros” tinha a seguinte composição:

	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas participadas e participantes	622	2.000	3.301	6.100
Outros accionistas	713	283	-	283
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	38	-	257	-
Outros devedores	22.934	12.244	18.343	6.680
	24.307	14.527	21.900	13.063
Ajustamentos acumulados a outras dívidas de terceiros	(1.507)	(2.646)	(2.857)	(6.756)
	22.800	11.880	19.043	6.307

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos a receber apresentavam as seguintes antiguidades:

	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos não vencidos	21.125	10.486	17.418	4.957
Saldos vencidos:				
Até 180 dias	1.031	500	960	-
De 180 a 360 dias	233	1.000	1.607	500
Mais de 360 dias	1.918	2.541	1.916	7.606
	24.307	14.527	21.900	13.063

### Ajustamentos a outras dívidas de terceiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	2.571
Alterações de perímetro	(18)
Efeito da conversão cambial	(73)
Reforços (a)	7.500
Utilizações	(366)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	9.613
Efeito da conversão cambial	(34)
Reforços (a)	1.574
Reversão (Nota 12)	(7.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	4.154

a) Os reforços foram efectuados por contrapartida de “Outros custos financeiros” e respeitam a créditos concedidos a empresas participadas.

## 22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos com estas entidades eram como segue:

	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Saldos devedores:</b>				
Imposto sobre o rendimento das sociedades	12.575	-	14.109	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.851	-	9.190	-
Imposto sobre o valor acrescentado	12.350	-	11.707	-
Contribuições para a Segurança Social	172	-	3	-
Outros	1.912	20.488	1.943	3.528
	<u>29.860</u>	<u>20.488</u>	<u>36.952</u>	<u>3.528</u>
	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Saldos credores:</b>				
Imposto sobre o rendimento das sociedades	18.033	-	17.392	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	4.463	-	3.060	-
Imposto sobre o valor acrescentado	14.498	1.817	13.298	2.186
Contribuições para a Segurança Social	4.599	-	3.299	77
Outros	3.373	-	4.053	-
	<u>44.967</u>	<u>1.817</u>	<u>41.101</u>	<u>2.262</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o saldo devedor não corrente da rubrica “Outros”, inclui um depósito judicial no montante de 15.891 milhares de euros, efectuado por uma empresa da Área de Negócios do Brasil, decorrente de um diferendo judicial com as autoridades acerca da taxa a aplicar no apuramento de impostos. A Administração, com base no desfecho de processos semelhantes e no parecer dos seus advogados, entende que a resolução do mesmo lhe poderá ser favorável.

## 23. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Juros a receber	1.669	-	833	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	840	4.655	788	3.036
Rendas e alugueres	609	-	743	-
Benefícios aos empregados (Nota 33)	647	-	519	-
Seguros	630	-	472	-
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	2.078	-	1.417	-
	<u>6.474</u>	<u>4.655</u>	<u>4.772</u>	<u>3.036</u>

## 24. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos activos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram os seguintes:

	Activos intangíveis	Goodwill	Activos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Provisões para riscos e encargos	Caixa e equivalentes	Dívidas de cobrança duvidosa	Existências	Investimentos financeiros	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros	Total
<b>Activos por impostos diferidos</b>												
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	1.797	18.227	12.370	9.850	21.403	-	2.067	1.824	1.031	-	22.570	91.138
Alterações de perímetro	(2)	-	(6)	(245)	-	-	-	-	-	-	-	(253)
Efeito da conversão cambial	(13)	(556)	(760)	(1.710)	(322)	-	(44)	(49)	(0)	-	(6)	(3.460)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(422)	4.384	199	(3.014)	(5.754)	-	(321)	211	784	-	(3.219)	(7.151)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	1.279	-	-	-	-	-	(395)	885
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	1.359	22.056	11.803	4.881	16.607	-	1.702	1.986	1.815	-	18.950	81.159
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	-	206	1.170	-	27	-	-	-	146	1.549
Efeito da conversão cambial	39	2.515	312	278	507	-	(29)	(51)	1	-	70	3.644
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(183)	24.450	1.888	4.432	4.649	-	484	252	(959)	-	(762)	34.251
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	(2.003)	-	-	-	-	-	4.585	2.582
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1.215	49.021	14.003	9.798	20.929	-	2.185	2.187	856	-	22.990	123.185
<b>Passivos por impostos diferidos</b>												
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	-	-	108.223	-	3.004	-	-	-	12.956	2.376	9.092	135.650
Alterações de perímetro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	(0)	1
Efeito da conversão cambial	-	-	(2.239)	-	(2)	-	-	-	-	-	(320)	(2.561)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	12.250	(5.109)	-	212	233	-	-	(456)	-	(2.342)	4.789
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	392	-	-	-	-	(2.376)	160	(1.824)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	-	12.250	100.877	-	3.606	233	-	-	12.500	-	6.589	136.055
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	29.816	-	-	-	-	-	-	-	128	29.945
Efeito da conversão cambial	5	359	760	-	(3)	-	-	-	-	-	326	1.447
Imposto s/rendimento (Nota 13)	130	26.492	4.789	-	67	(233)	-	-	(962)	-	369	30.652
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	529	-	-	-	-	13	(390)	152
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	134	39.100	136.242	-	4.199	-	-	-	11.539	13	7.022	198.249
<b>Impostos diferidos líquidos a 2006</b>	<b>1.359</b>	<b>9.806</b>	<b>(89.074)</b>	<b>4.881</b>	<b>13.001</b>	<b>(233)</b>	<b>1.702</b>	<b>1.986</b>	<b>(10.686)</b>	<b>-</b>	<b>12.361</b>	<b>(54.895)</b>
<b>Impostos diferidos líquidos a 2007</b>	<b>1.081</b>	<b>9.921</b>	<b>(122.239)</b>	<b>9.798</b>	<b>16.731</b>	<b>-</b>	<b>2.185</b>	<b>2.187</b>	<b>(10.682)</b>	<b>(13)</b>	<b>15.968</b>	<b>(75.064)</b>

Os impostos diferidos são registados directamente em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os activos e passivos por impostos diferidos registados em reservas relativos a provisões respeitam ao efeito fiscal associado aos ganhos e perdas actuariais registados directamente em reservas (Nota 2.19.);

- Os passivos por impostos diferidos relativos aos activos financeiros disponíveis para venda decorrem das respectivas valorizações a valores de mercado, as quais são registadas em reservas de justo valor.

Os outros activos por impostos diferidos incluem, essencialmente, o efeito do registo dos instrumentos financeiros derivados (Nota 38). Nos outros passivos por impostos diferidos, estão incluídos os efeitos das diferenças temporárias com a actualização financeira de contas a pagar.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo tem por utilizar prejuízos fiscais de 98.119 milhares euros (89.568 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registados activos por impostos diferidos de 9.798 milhares de euros (4.881 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006). Não foi reconhecido activo por imposto diferido em relação a 65.353 milhares de euros (69.745 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006) devido à imprevisibilidade da sua recuperação, dos quais 58.613 milhares de euros (63.942 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006) são reportáveis até 2010.

Os activos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas

fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

## 25. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	174.036	134.599
Produtos e trabalhos em curso	40.473	33.164
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	229
Produtos acabados e intermédios	19.326	14.091
Mercadorias	6.896	6.261
Adiantamentos por conta de compras	725	655
	<u>241.455</u>	<u>188.998</u>
Ajustamentos acumulados para depreciação de existências	<u>(10.886)</u>	<u>(11.979)</u>
	<u>230.569</u>	<u>177.019</u>

### Ajustamentos para depreciação de existências

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	11.159
Efeito da conversão cambial	(651)
Reforços (Nota 11)	1.508
Reversões(Nota 8)	(30)
Utilizações	(7)
	<u>11.979</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	11.979
Alterações de perímetro	208
Efeito da conversão cambial	(419)
Reforços (Nota 11)	1.058
Reversões (Nota 8)	(274)
Utilizações	(1.468)
Transferências	(199)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>10.886</u>

## 26. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Clientes, conta corrente	329.119	272.183
Clientes, títulos a receber	4.950	3.403
Clientes de cobrança duvidosa	46.188	41.960
Adiantamentos a fornecedores	5.203	4.933
	<u>385.460</u>	<u>322.478</u>
Ajustamentos acumulados a clientes	<u>(61.599)</u>	<u>(58.683)</u>
	<u>323.861</u>	<u>263.795</u>

## Ajustamentos acumulados a clientes

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	59.196
Alterações de perímetro	(614)
Efeito da conversão cambial	(721)
Reforços (Nota 11)	6.609
Reversões (Nota 8)	(5.472)
Utilizações	(315)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	58.683
Alterações de perímetro (Nota 5)	1.903
Efeito da conversão cambial	(206)
Reforços (Nota 11)	7.652
Reversões (Nota 8)	(4.179)
Utilizações	(2.254)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>61.599</u>

Os aumentos e as reversões a ajustamentos de saldos a receber de clientes encontram-se reconhecidos na demonstração de resultados nas rubricas de “Outros custos operacionais” e “Outros proveitos operacionais”, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe por antiguidade de vencimentos da rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” é conforme segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldos não vencidos	255.907	206.555
Saldos vencidos:		
Até 180 dias	69.485	51.195
De 180 a 360 dias	8.220	5.791
Mais de 360 dias	51.849	58.938
	<u>385.460</u>	<u>322.478</u>

O valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores. Os ajustamentos constituídos representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efectivo de incobabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

## 27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma, cotadas na Euronext Lisboa.

Os titulares de participações sociais qualificadas encontram-se evidenciados em mapa anexo.

## 28. ACÇÕES PRÓPRIAS

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, existiam 4.002.209 e 2.766.810 acções próprias, respectivamente.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 com acções próprias foram como segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	3.867.300	(12.796)
Alienação de acções próprias	<u>(1.100.490)</u>	<u>3.502</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	2.766.810	(9.294)
Alienação de acções próprias	(1.104.700)	3.739
Aquisição de acções próprias	<u>2.340.099</u>	<u>(14.371)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>4.002.209</u></u>	<u><u>(19.927)</u></u>

## 29. AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL E COBERTURAS

Os ajustamentos de conversão cambial resultam da conversão para euros das demonstrações financeiras das empresas participadas, incluídas na consolidação e denominadas em moeda estrangeira. Adicionalmente, são incluídos nesta rubrica os efeitos dos instrumentos financeiros derivados contratados com a finalidade de efectuar cobertura dos investimentos em entidades estrangeiras (Nota 38), na medida em que cumpram com os critérios definidos na IAS 39, relativamente à respectiva formalização e eficiência da cobertura.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram como segue:

	<u>Ajustamentos de conversão cambial</u>	<u>Operações de cobertura</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	222.641	(10.155)	212.486
Alterações de perímetro	(4.732)	-	(4.732)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	<u>(86.480)</u>	<u>-</u>	<u>(86.480)</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	131.428	(10.155)	121.274
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	62.561	-	62.561
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>193.989</u></u>	<u><u>(10.155)</u></u>	<u><u>183.834</u></u>

### 30. RESERVAS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícius findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram como segue:

	Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Operações de cobertura	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	85.800	164.445	12.907	(297)	262.854
Aplicação do resultado consolidado	9.400	-	-	-	9.400
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	241	-	-	241
Gratificação a empregados e planos de atribuição de opções de compra de acções	-	728	-	-	728
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios aos empregados	-	(2.872)	-	-	(2.872)
Ajustamentos de partes de capital e outros	-	(2.987)	-	-	(2.987)
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	1.148	1.148
Alienação dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	(12.907)	-	(12.907)
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	95.200	159.555	-	851	255.606
Aplicação do resultado consolidado	11.700	-	-	-	11.700
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	476	-	-	476
Gratificação a empregados e planos de atribuição de opções de compra de acções (Nota 34)	-	1.047	-	-	1.047
Ganhos e perdas actuariais em planos de benefícios aos empregados (Nota 33)	-	6.570	-	-	6.570
Ajustamentos de partes de capital e outros	-	4.047	-	-	4.047
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	(9.593)	(9.593)
Variação do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.098	-	2.098
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	106.900	171.695	2.098	(8.742)	271.950

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### 31. RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícius findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram como segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	118.392
Aplicação do resultado consolidado	129.568
Ajustamentos de partes de capital em associadas e outros	(365)
Gratificações a empregados e planos de atribuição de opções de compra de acções	582
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	248.177
Aplicação do resultado consolidado	136.264
Ajustamentos de partes de capital em associadas e outros	(610)
Planos de atribuição de opções de compra de acções (Nota 34)	678
Outros	(40)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	384.470

### 32. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	65.488
Varição resultante da conversão cambial	(1.722)
Dividendos	(3.219)
Aumento de participações financeiras	66
Outras variações de capitais próprios das empresas filiais	(249)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	<u>13.695</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	74.059
Alterações de perímetro (Nota 5)	26.622
Varição resultante da conversão cambial	(1.619)
Dividendos	(3.206)
Aumento de participações financeiras	(9.999)
Benefícios aos empregados	(1)
Outras variações	295
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	<u>16.729</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u><u>102.880</u></u>

### 33. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

#### Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de benefício definido com pensões de reforma e planos de saúde, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas.

Os estudos reportados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 utilizaram a metodologia denominada por “Unidades de Crédito Projectadas” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

	2007	2006
<b>Taxa técnica actuarial</b>		
Portugal	5,00%	4,75%
Espanha	5,40%	4,75%
África do Sul	9,25%	8,00%
<b>Taxa de crescimentos das pensões</b>		
Portugal	2,25%	2,25%
Espanha	2,50%	2,25%
<b>Taxa de rendibilidade do fundo</b>		
Portugal	5,00%	4,75%
Espanha	5,90%	4,90%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Portugal	2,50%	2,50%
Espanha	3,50%	3,25%
<b>Tábuas de mortalidade</b>		
Portugal	TV88/90	TV88/90
Espanha	PERMF 2000	PERMF 2000
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
<b>Taxa de crescimento nominal dos custos médicos</b>		
Portugal		
Taxa global de crescimentos dos custos	N/A	N/A
Taxa de inflação médica	2,50%	4% até 2011, 2,5% após 2011
Taxa de crescimento de custos por idade	1,5% até aos 60, 2% entre 60 e 85, -1,5% após os 85 anos	1,5% até aos 60, 2,5% entre 60 e 85, -1,5% após os 85 anos
África do Sul	7,25%	6,00%

De acordo com os referidos estudos actuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser detalhados como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Custo serviços correntes	1.335	1.763	352	459	1.687	2.221
Custo dos juros	3.772	3.914	1.002	927	4.774	4.840
Cortes / liquidações	-	(3.386)	-	(4.469)	-	(7.855)
Rendimento esperado dos activos do plano	(3.667)	(4.330)	-	-	(3.667)	(4.330)
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido (Nota 10)	<u>1.440</u>	<u>(2.040)</u>	<u>1.354</u>	<u>(3.084)</u>	<u>2.795</u>	<u>(5.123)</u>

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 nos valores das responsabilidades por benefícios definidos e dos correspondentes activos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
<b>Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de Janeiro</b>	88.592	91.598	20.833	21.452	109.425	113.051
Benefícios e prémios pagos	(5.528)	(5.236)	(841)	(967)	(6.369)	(6.202)
Custo serviços correntes	1.335	1.763	352	459	1.687	2.221
Cortes / Liquidações (a)	-	(3.386)	-	(4.469)	-	(7.855)
Custo dos juros	3.772	3.914	1.002	927	4.774	4.840
Ganhos e perdas actuariais (b)	(6.526)	(61)	(5.152)	3.730	(11.678)	3.669
Diferenças de câmbio	-	-	(99)	(299)	(99)	(299)
<b>Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de Dezembro</b>	<b>81.645</b>	<b>88.592</b>	<b>16.096</b>	<b>20.833</b>	<b>97.741</b>	<b>109.425</b>
<b>Valor fundo de pensões - 1 de Janeiro</b>	81.781	79.646	-	-	81.781	79.646
Contribuições para o fundo	2.019	3.031	-	-	2.019	3.031
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(5.538)	(5.236)	-	-	(5.538)	(5.236)
Rendimento esperado dos activos do fundo	3.667	4.330	-	-	3.667	4.330
Ganho actuarial no rendimento dos activos do fundo (b)	(2.629)	9	-	-	(2.629)	9
<b>Valor fundo de pensões - 31 de Dezembro</b>	<b>79.300</b>	<b>81.781</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.300</b>	<b>81.781</b>

- a) Refere-se à alteração das estruturas dos benefícios de longo prazo que afectou a avaliação actuarial das responsabilidades futuras por serviços passados.
- b) A partir da data de transição para os IFRS, o Grupo aplicou as novas disposições da IAS 19 – *Benefícios aos empregados*, reconhecendo directamente em reservas os ganhos e perdas actuariais.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o diferencial entre o valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos activos dos fundos era o seguinte:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Valor das responsabilidades	81.645	88.592	16.096	20.833	97.741	109.425
Valor dos fundos	(79.300)	(81.781)	-	-	(79.300)	(81.781)
Défice	<u>2.345</u>	<u>6.812</u>	<u>16.096</u>	<u>20.833</u>	<u>18.441</u>	<u>27.644</u>
Responsabilidades por benefícios aos empregados:						
Passivo corrente	1.220	2.324	841	967	2.060	3.291
Passivo não corrente	1.773	5.006	15.255	19.866	17.028	24.872
	<u>2.993</u>	<u>7.330</u>	<u>16.096</u>	<u>20.833</u>	<u>19.088</u>	<u>28.163</u>
Excesso do fundo (Nota 23)	(647)	(519)	-	-	(647)	(519)
Total	<u>2.345</u>	<u>6.812</u>	<u>16.096</u>	<u>20.833</u>	<u>18.441</u>	<u>27.644</u>

O detalhe dos principais activos dos fundos, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Acções	21,7%	21,6%
Obrigações taxa fixa	38,2%	40,2%
Obrigações taxa variável	32,3%	26,2%
Fundos de investimento imobiliário, "hedge funds" e liquidez	<u>7,7%</u>	<u>12,0%</u>
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

#### Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo incorreu em custos com planos de contribuição definida de 1.168 milhares de euros e 918 milhares de euros, respectivamente (Nota 10).

### **34. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES**

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 11 de Maio de 2007, foram aprovados um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição da qualidade de beneficiário destes Planos é efectuada pelo Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros, em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

Aos beneficiários do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor* é concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas), ao mesmo preço.

As opções exercidas e as acções adquiridas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, relativamente aos Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

PLANO	2007			2006		
	Nº acções exercidas	V. Unitário	Data	Nº acções exercidas	V. Unitário	Data
Opções de compra de acções - opções derivadas:						
- Série 2003	-	-	-	183.450	2,84	27 de Março
- Série 2004	249.500	3,20	14 de Março	253.650	3,20	27 de Março
- Série 2005	272.970	3,30	14 de Março	273.970	3,30	27 de Março
- Série 2006	214.830	4,05	14 de Março	-	-	-
Atribuição de opções de compra de acções	238.750	4,90	25 de Maio	251.350	4,05	23 de Maio
	<u>976.050</u>			<u>962.420</u>		
Aquisição de acções pelos colaboradores	128.650	5,03	17 de Maio	138.070	4,20	12 de Maio
	<u>1.104.700</u>			<u>1.100.490</u>		

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, relativos a este tipo de responsabilidades, foram como segue:

	2007	2006
<u>Movimentos no exercício</u>		
Em aberto no início do exercício	1.583.050	1.585.610
Emitidas no exercício	1.000.000	1.074.400
Exercidas no exercício	(976.050)	(962.420)
Vencidas no exercício mas não exercidas	(115.750)	(114.540)
Em aberto no final do exercício	<u>1.491.250</u>	<u>1.583.050</u>

Detalhe das opções emitidas no exercício

Data de vencimento	Maio de 2007 Março de 2008, 2009, 2010	Maio de 2006 Março de 2007, 2008, 2009
Preço de exercício (euros)	4,90	4,05
Valor total de exercício (milhares de euros)	4.900	4.351
Custo do exercício incluído em custos com pessoal	<u>1.096</u>	<u>680</u>

Detalhe das opções exercidas no exercício

Preço médio de exercício (euros)	3,83	3,38
Valor total de exercício (milhares de euros)	<u>3.739</u>	<u>3.255</u>

O justo valor das opções sobre acções atribuídas, registado em "Custos com pessoal", foi calculado com base no Modelo Black-Scholes-Merton, tendo o Grupo reconhecido como custos um montante de 1.726 mil Euros em 2007 (1.310 mil Euros em 2006) relativos a planos de pagamento baseados em acções do tipo "Equity Settled", cujo detalhe é o seguinte:

	2007	2006
Planos de opções de compra de acções:		
- Emissões do ano	1.096	680
- Emissões de exercícios anteriores	415	438
Aquisição de acções pelos colaboradores	215	192
Custo do exercício (Notas 10, 30 e 31)	<u>1.726</u>	<u>1.310</u>

Os pressupostos utilizados na valorização das opções atribuídas nos anos de 2007 e 2006, foram os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Preço por acção	6,88	5,25
Preço de exercício	4,90	4,05
Volatilidade	21,0%	24,0%
Dividend yield	3,12% e 3,67%	3,62%

### 35. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a classificação das provisões entre correntes e não correntes é a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisões não correntes:		
Provisões para riscos legais e fiscais	(102.947)	(99.722)
Provisões para recuperação paisagística	(44.989)	(38.077)
Provisões para benefícios aos empregados e outras para o pessoal	(23.277)	(29.263)
Outras provisões para riscos e encargos	<u>(36.781)</u>	<u>(14.019)</u>
	<u>(207.993)</u>	<u>(181.081)</u>
Provisões correntes:		
Provisões para recuperação paisagística	(250)	(250)
Provisões para benefícios aos empregados e outras para o pessoal	(3.668)	(4.301)
Outras provisões para riscos e encargos	<u>(1.280)</u>	<u>(226)</u>
	<u>(5.199)</u>	<u>(4.777)</u>
	<u>(213.192)</u>	<u>(185.858)</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para benefícios aos empregados e outras para o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	93.937	37.144	36.029	15.917	183.027
Alterações de perímetro	-	-	218	(7)	211
Efeito da conversão cambial	(1.272)	(742)	(315)	(194)	(2.524)
Reforços	7.057	2.552	6.951	800	17.361
Reversões	-	(642)	(4.895)	(306)	(5.842)
Utilizações	-	-	(4.971)	(1.922)	(6.893)
Transferências	-	15	547	(43)	519
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	99.722	38.327	33.564	14.245	185.858
Alterações de perímetro (Nota 5)	19	3.405	3.000	326	6.750
Efeito da conversão cambial	(831)	1.299	205	520	1.192
Reforços	4.062	2.843	1.911	14.396	23.213
Reversões	(86)	(1)	(5.647)	(5.025)	(10.759)
Utilizações	(30)	(616)	(6.088)	(2.219)	(8.953)
Transferências	92	(18)	-	15.818	15.891
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>102.947</u>	<u>45.239</u>	<u>26.946</u>	<u>38.061</u>	<u>213.192</u>

As provisões para riscos fiscais decorrem das correcções que têm sido efectuadas pelas autoridades no decurso de inspecções às declarações fiscais da Empresa e de outras empresas do Grupo.

Destas, cerca de 92.000 milhares de euros resultam da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de impostos sobre o rendimento dos exercícios de 1996 a 2004 da Empresa e das empresas da Área de Negócios de Portugal, no âmbito, respectivamente, do regime de tributação pelo lucro consolidado, até ao ano 2000, e do regime especial de tributação do grupos de sociedades, após esse exercício, incluindo uma estimativa para os anos ainda não revistos. É entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do imposto decorrente destas liquidações adicionais até ao exercício de 2001 ou, por factos tributários influenciados por operações realizadas até aquela data, e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Apesar da convicção do Conselho de Administração da razão que lhe assiste, corroborada pelo entendimento e pareceres dos seus consultores jurídicos e fiscais, os efeitos das correcções em que a probabilidade de perda possa ser estimada e é qualificada como possível, mas que, a terem provimento, resultariam em encargos materiais, estão provisionados, pelo que não se espera que da conclusão desses processos resultem encargos adicionais que possam ter um impacto significativo na situação patrimonial do Grupo.

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou implícita do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respectivos trabalhos.

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da actividade normal do Grupo. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, estas provisões incluem um reforço de 5.762 milhares de euros (15 milhões de reais), correspondente à contribuição que o Grupo aceita realizar, no âmbito de um eventual acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Económica, decorrente do processo administrativo instaurado pela Secretaria de Direito Económico do Ministério da Justiça do Brasil por prática de eventuais infracções à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto. A eventual celebração deste acordo não significa qualquer admissão de culpa ou reconhecimento de conduta ilícita.

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram efectuados por contrapartida de:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Activos tangíveis:		
Terrenos e recursos naturais	406	677
Resultados do exercício:		
Fornecimentos e serviços externos	(171)	(526)
Custos com pessoal	2.449	(3.106)
Provisões	10.432	4.986
Custos e perdas financeiros (Nota 12)	2.409	6.553
Proveitos e ganhos financeiros	(716)	-
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 12)	242	242
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	4.760	(1.024)
Capital próprio:		
Ajustamentos partes de capital	4	57
Reservas livres	(7.362)	3.660
	<u>12.454</u>	<u>11.519</u>

Os valores registados em reservas livres respeitam ao valor dos ganhos e perdas actuariais relacionados com os benefícios atribuídos aos empregados.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, as transferências na rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” referem-se essencialmente à reclassificação de um saldo anteriormente classificado como “Outros passivos não correntes” (Nota 41).

### 36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os empréstimos obtidos eram como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Passivos não correntes:</b>		
Empréstimos por obrigações	855.939	885.239
Empréstimos bancários	467.993	471.536
Outros empréstimos obtidos	315	630
	<u>1.324.247</u>	<u>1.357.405</u>
<b>Passivos correntes:</b>		
Empréstimos por obrigações	-	1.151
Empréstimos bancários	623.142	51.427
Outros empréstimos obtidos	340	7.678
	<u>623.482</u>	<u>60.256</u>
	<u>1.947.729</u>	<u>1.417.661</u>

#### Empréstimos obrigacionistas

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações, não convertíveis, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, era o seguinte:

Emitente/Emissor	Instrumento	Data emissão	Taxa juro	Condições / reembolso	2007		2006	
					Não corrente	Corrente	Corrente	Não corrente
Cimpor Financial Operations B.V.	Eurobonds	27.Mai.04	Taxa fixa 4,50%	27.Mai.11	597.598	-	596.903	
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placement 10Y	27.Jun.03	Taxa fixa 4,75%	27.Jun.13	96.352	-	106.073	
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placement 12Y	27.Jun.03	Taxa fixa 4,90%	27.Jun.15	161.989	-	182.263	
Cimentos de Moçambique S.A.R.L.	Empréstimo Obrigacionista	13.Dez.04	TAM + 5,25%	(i)	-	1.151	-	
					<u>855.939</u>	<u>1.151</u>	<u>885.239</u>	

(i) Amortizado antecipadamente

Os “US Private Placements” encontram-se designados como passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados, decorrente da adopção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, das disposições transitórias estabelecidas na revisão da IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2007, as variações no justo valor incorporadas nos valores reconhecidos dos “US Private Placements” ascendem a 86.783 milhares de euros (56.374 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006), as quais incluem um impacto positivo no exercício de cerca de 10.500 milhares de euros, pelo efeito da subida de *spreads* na valorização da dívida.

## Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro 2007 e 2006, as dívidas a instituições de crédito apresentavam a seguinte composição:

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Não corrente	
			2007	2006
Empréstimo bilateral	EUR	Euribor + 0,275%	280.000	-
Empréstimo bilateral	EUR	Euribor + 0,275%	-	392.500
Financiamento BEI	EUR	Taxa básica BEI	46.667	53.334
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	-	8.702
Bilaterais	BRL	Várias	13.043	16.636
Bilaterais	EUR	Várias	126.676	364
Bilaterais	CVE	Várias	49	-
Bilaterais	CNY	Várias	930	-
Bilaterais	PEN	Várias	628	-
			<u>467.993</u>	<u>471.536</u>

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Corrente	
			2007	2006
Financiamento BEI	EUR	Taxa básica BEI	6.666	6.666
Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	-	4.351
Bilateral	EUR	Euribor + 1,1%	-	3.125
Bilaterais	BRL	Várias	3.215	3.722
Bilaterais	EUR	Euribor + 0,275%	392.500	-
Bilaterais	MAD	Várias	6.458	2.798
Bilateral	ZAR	Várias	43	-
Bilaterais	CNY	Várias	20.756	-
Bilaterais	PEN	Várias	7.203	-
Papel Comercial	EUR	Várias	160.000	-
Descobertos	TRY	Várias	648	-
Descobertos	MAD	Várias	-	3.020
Descobertos	ZAR	Várias	667	153
Descobertos	EUR	Várias	18.875	21.782
Descobertos	CVE	Várias	611	-
Descobertos	MZM	Várias	169	-
Outros	EUR	Várias	5.331	5.810
			<u>623.142</u>	<u>51.427</u>

A dívida financeira não corrente apresenta os seguintes prazos de reembolso em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

Ano	2007	2006
2008	-	407.945
2009	74.902	15.445
2010	166.028	15.445
2011	700.263	603.570
2012	103.666	9.666
Após 2012	279.388	305.334
	<u>1.324.247</u>	<u>1.357.405</u>

Em 31 de Dezembro 2007 e 2006, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2007		2006	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
EUR	-	1.618.871	-	1.070.363
USD	404.000	274.438	404.000	306.765
EGP	-	-	98.181	13.053
MZM	5.888	169	39.675	1.151
BRL	42.213	16.259	57.243	20.358
ZAR	7.125	710	1.410	153
MAD	73.654	6.458	64.563	5.818
CVE	72.637	659	-	-
TRY	1.112	648	-	-
CNY	233.176	21.686	-	-
PEN	35.131	7.831	-	-
		<u>1.947.729</u>		<u>1.417.661</u>

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros às taxas de mercado e foram convertidos para euros à taxa de câmbio à data de balanço.

### Notações de *rating*

Os empréstimos bilaterais de maior dimensão (Euribor + 0,275%) prevêm a indexação do respectivo *spread* à evolução da notação de *rating* atribuída pela Standard & Poor's, reflectindo, assim, a valorização do risco desta operação para as contrapartes.

### Controlo de empresas participadas

Com excepção do empréstimo bilateral de 280.000 milhares de euros contratado no final de 2007, a generalidade das operações de financiamento existentes nas empresas operacionais ou em sub-holdings não prevêm nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Empresa - mãe para efeitos de contratação destas operações contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas empresas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as cartas de conforto prestadas pela Empresa - mãe e outras filiais ascendiam a 331.753 milhares de euros e 125.313 milhares de euros, respectivamente.

### Financial covenants

Nas operações de financiamento de maior dimensão existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites contratualmente negociados (*financial covenants*).

Os rácios financeiros são:

- Dívida financeira líquida / EBITDA
- EBITDA / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os referidos rácios respeitavam os limites estabelecidos.

### **Negative pledge**

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superiores a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

### **Cross default**

A existência de cláusulas de *cross default* é corrente nos contratos de financiamento, estando presente também na grande maioria dos instrumentos de financiamento referidos.

## **37. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO**

### **Locação financeira**

Os pagamentos mínimos associados a contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	2007		2006	
	Valor actual	Valor futuro	Valor actual	Valor futuro
Até 1 ano	1.946	1.987	457	491
Entre 1 e 5 anos	6.305	6.543	290	314

### **Locação operacional**

Os contratos de locação operacional em vigor respeitam, essencialmente, a equipamentos de transporte e escritório.

O detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros (pagamentos mínimos de locação), decorrentes dos contratos em vigor, é como segue:

	Valor futuro	
	2007	2006
Até 1 ano	4.481	4.625
Entre 1 e 5 anos	6.276	6.431
A mais de 5 anos	61	90

O total de custos com contratos de locação operacional reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados ascendeu a 4.891 milhares de euros em 2007 (4.712 milhares de euros em 2006).

### 38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR (Nota 39), em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que os condicionam, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação é efectuado em observância às disposições da IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são efectivos no que respeita ao efeito de anulação das variações de justo valor ou “cash-flows” dos activos/passivos subjacentes. A efectividade de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de *cash-flow*;
- Coberturas de investimento líquido numa unidade estrangeira.

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos são registadas na demonstração de resultados. O activo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respectivas variações registadas na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de “cash-flows” são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de câmbio de compras ou vendas futuras de determinados activos e também os “cash-flows” associados ao risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de “cash-flows” é reconhecida em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial e coberturas”, enquanto a parte não efectiva é imediatamente registada na demonstração de resultados.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destas operações de cobertura são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial e coberturas” nos capitais próprios, até que o investimento objecto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (*trading*) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não são efectivos do ponto de vista da cobertura, de acordo com o estabelecido na IAS 39.

### Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

	Outros activos (Nota 23)				Outros passivos (Nota 41)			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Coberturas de justo valor								
Swaps de taxa de câmbio e taxa de juro	-	-	4.655	2.623	365	-	354	-
Coberturas de cash-flow								
Swaps de taxa de juro	-	788	-	413	2.610	-	10.954	-
Trading								
Derivados de taxa de câmbio e taxa de juro	-	-	-	-	6.833	3.501	86.414	72.383
Derivados de taxa de juro	840	-	-	-	715	902	64.371	55.926
	<u>840</u>	<u>788</u>	<u>4.655</u>	<u>3.036</u>	<u>10.523</u>	<u>4.404</u>	<u>162.093</u>	<u>128.309</u>

Alguns derivados, embora se adequem à política do Grupo no que respeita à gestão dos riscos de volatilidade dos mercados financeiros, não podem ser qualificados para contabilidade de cobertura e, assim, são classificados de "trading".

No quadro abaixo detalham-se as operações contratadas passíveis de serem qualificadas como de cobertura de justo valor e de *cash-flow* em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

Tipo de cobertura	Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
					2007	2006
Justo Valor	EUR 22.325.000	Cross-Currency Swap	Out. 2012	Cobertura de capital e juros referentes ao Intercompany Loan concedido pela C. Inversiones à Natal Portland Cement	4.418	2.623
Justo Valor	EUR 7.000.000	Cross-Currency Swap	Out. 2013	Cobertura de capital e juros referentes ao Intercompany Loan concedido pela C. Finance à Natal Portland Cement	151	-
Justo Valor	EUR 5.000.000	Cross-Currency Swap	Out. 2013	Cobertura de capital e juros referentes ao Intercompany Loan concedido pela C. Finance à Natal Portland Cement	86	-
Justo Valor	EUR 50.000.000	Taxa fixa	Jun. 2008	Cobertura de 15% dos EUR 332,5 MM do Empréstimo bilateral do Totta	-	139
Justo Valor	EUR 50.000.000	Taxa fixa	Jun. 2008	Cobertura de 15% dos EUR 332,5 MM do Empréstimo bilateral do Totta	-	1.063
Justo Valor	EUR 75.000.000	Interest Rate Swap	Mai. 2011	Cobertura de 12,5% dos juros do Intercompany Loan entre a Cimpor Inversiones e a Cimpor BV para pagamento do Eurobond.	(570)	-
Justo Valor	EUR 75.000.000	Interest Rate Swap	Mai. 2011	Cobertura de 12,5% dos juros do Intercompany Loan entre a Cimpor Inversiones e a Cimpor BV para pagamento do Eurobond.	(149)	-
Cash-Flow	BRL 388.586.800	Taxa fixa	Dez. 2011	Cobertura de 100% dos juros da Nota do emitente República da Austria detida na Cimpor Cimentos do Brasil	(13.564)	-
					<u>(9.628)</u>	<u>3.824</u>

Adicionalmente, a carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, tinha a seguinte composição:

Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
				2007	2006
USD 150.000.000	Cross-Currency Swap	Jun. 2013	Cobertura de 100% de capital e juros referentes à tranche de 10Y dos US Private Placements	(30.146)	(23.402)
USD 254.000.000	Cross-Currency Swap	Jun. 2015	Cobertura de 100% de capital e juros referentes à tranche de 12Y dos US Private Placements	(63.101)	(52.483)
EUR 50.000.000	Taxa variável	Dez. 2009	Cobertura de 53% da Tranche EUR do Empréstimo Sindicado 2000-2005 liquidado em 30 de Junho de 2004 e posteriormente alocada à redução de exposição a taxa variável no portfolio global de dívida do Grupo	(14.611)	(12.719)
EUR 100.000.000	Swap taxa de Juro condicionado	Dez. 2009			
EUR 50.000.000	Taxa fixa com opção para taxa variável	Dez. 2009	Cobertura de 15% dos EUR 392,5 MM do empréstimo bilateral do Totta	(208)	(535)
EUR 216.723.549	Taxa variável condicionada	Jun. 2015	Cobertura de 100% da parte de floating do cross-currency swap para cobertura da tranche de 12Y dos US Private Placements	(49.048)	(43.574)
EUR 150.000.000	Venda de Floor Sobre o Spread 10y US CMS - 2y US CMS	Jun. 2015			
EUR 50.000.000	Short Term Straddle Swap	Dez. 2009	Cobertura de 15% dos EUR 392,5 MM do empréstimo bilateral do Totta	(379)	-
				<b>(157.493)</b>	<b>(132.712)</b>

### 39. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

#### Princípios gerais

O Grupo, no desenvolvimento normal das suas actividades, está exposto a uma variedade de riscos financeiros que, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro
- Risco de taxa de câmbio
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

A gestão deste tipo de riscos, decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias, aprovadas pela Comissão Executiva, cujo objectivo último é a minimização dos efeitos potenciais, sobre os resultados do Grupo, do comportamento daqueles mercados.

Por princípio, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que todas as operações efectuadas no âmbito da referida gestão têm por única finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra inevitavelmente exposto. A respectiva cobertura, no caso dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, implica normalmente a contratação, no mercado *over-the-counter*, de instrumentos financeiros derivados, envolvendo um número limitado de contrapartes com elevadas notações de *rating*.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura - é conduzida pela Área de Operações Financeiras (AOF) do Centro Corporativo, sob a orientação da Comissão Executiva e, em particular, do Administrador do pelouro (cujo acordo prévio é necessário à realização de qualquer operação).

### Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de activos e passivos financeiros, quer os mesmos hajam sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses activos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, essa mesma alteração tem impacto directo no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de “cash flow”.

Para cobertura deste tipo de riscos, e de acordo com as expectativas do Grupo quanto à evolução das taxas de mercado, são normalmente contratados *forward rate agreements* ou, de preferência, *swaps* de taxa de juro.

Em 2007, estando a dívida financeira esmagadoramente denominada em euros e havendo perspectivas de descida das taxas de juro da moeda europeia, foi decidido assumir uma posição de maior agressividade em favor da componente “taxa variável”. Assim, e considerando as coberturas existentes, o peso desta última no total da dívida passou de cerca de 45%, no final de 2006, para perto de 57%, em 31 de Dezembro de 2007.

### Risco de taxa de câmbio

A internacionalização do Grupo obriga-o a estar exposto ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países, entre os quais se salientam, pelo valor dos capitais neles investidos, o Brasil, Egipto, África do Sul e Turquia.

Os efeitos cambiais da integração das Demonstrações Financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser acautelados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos naqueles países (com o recurso a *forwards* ou outros instrumentos financeiros). No entanto, o Grupo não o tem feito de forma sistemática, por considerar que o custo de tais operações é, geralmente, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

Quando efectuada, a cobertura do risco de taxa de câmbio é-o, normalmente, através de contratos *forward* e opções cambiais *standard*, com maturidades em princípio inferiores a um ano.

O Grupo não efectua operações sobre taxas de câmbio que não sejam para cobrir posições existentes ou contratadas. É o caso de alguns *cash flows* futuros em moeda estrangeira, que, pelo grau de incerteza que lhes está associado, são muitas vezes objecto de operações de cobertura.

A quase totalidade dos financiamentos contraídos pelo Grupo encontra-se denominada na moeda de consolidação (euro). No caso particular dos *US Private Placements* emitidos em 2003, quando o Grupo decidiu recorrer ao mercado americano para diversificar as suas fontes de financiamento e beneficiar das melhores condições oferecidas por este mercado, contratou dois *Cross Currency Swaps* que converteram os empréstimos contraídos em USD, a taxa fixa, em empréstimos em EUR, a taxa variável. Quer os empréstimos contraídos quer

os derivados contratados estão a ser contabilizados ao seu justo valor, com impacto directo na conta de resultados (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não considerando o efeito dos referidos *Cross Currency Swaps*, os principais instrumentos de dívida estavam denominados nas seguintes moedas:

	2007	2006
EUR	84%	77%
USD	13%	20%
Outras	3%	3%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Considerando aquele efeito, verifica-se que, em ambas as datas, 97% da dívida encontrava-se denominada em euros.

### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades e na contratação de limites de crédito que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das actividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de aquisição.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada através de um orçamento de tesouraria, revisto periodicamente. Beneficiando de uma notação de *rating* forte (BBB) e estável, dispondo de linhas de crédito de curto prazo e mantendo actualizados os seus programas de *MTN* e de Papel Comercial, o Grupo tem possibilidade de aceder ao mercado de capitais de uma forma expedita e sempre que o necessite.

Em particular, o Grupo mantém linhas de *backup committed* com alguns bancos, as quais podem ser utilizadas para satisfazer necessidades pontuais de tesouraria, contribuindo assim para diminuir o risco de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as linhas de crédito obtidas e não utilizadas, excluindo o Papel Comercial que não é objecto de tomada firme, ascendiam a cerca de 285 milhões de euros e 243 milhões de euros, respectivamente.

### Risco de crédito

O Grupo procura limitar a sua exposição ao risco de crédito, no que respeita a depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, bem como a instrumentos derivados contratados junto de instituições financeiras, mediante uma selecção rigorosa das contrapartes, baseada nas respectivas notações de *rating*, e tomando em consideração a natureza e maturidade das operações.

Com a informação actualmente disponível, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento das contrapartes.

Na carteira de derivados, o Grupo procura seguir uma política de diversificação de contrapartes, à excepção da carteira de derivados de taxa de juro que não qualificam como de cobertura, a qual, por razões de facilidade operativa, está bastante concentrada numa única entidade (JP Morgan). De qualquer modo, sendo esta carteira constituída

essencialmente por *swaps* com opções vendidas, quem está verdadeiramente sujeito a risco de contraparte é a referida instituição e não o Grupo, já que a valorização das posições em causa será sempre negativa ou nula.

Na outra componente da carteira de derivados de taxa de juro (classificados como *hedge accounting*), os três *swaps* contratados têm distintas contrapartes, tendo havido o cuidado de não aumentar o envolvimento comercial com a JP Morgan.

Na carteira de *swaps* de taxa de câmbio, as operações vivas têm duas contrapartes distintas: os *swaps* de cobertura do risco cambial inerente aos financiamentos no mercado americano estão contratados com o Citibank; os *cross currency swaps* destinados a cobrir o risco financeiro dos empréstimos concedidos pela Cimpor Inversiones à NPC (África do Sul) foram negociados com um banco local (Standard Bank).

### Análises de sensibilidade

#### a) Taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro tem como consequência a variabilidade dos resultados financeiros do Grupo.

Os resultados da análise de sensibilidade efectuada com base na exposição existente em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes: Uma alteração paralela de +/- 1% na curva de taxa de juro, com todas os outros pressupostos constantes, representaria para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, aproximadamente 10 milhões de euros e 6 milhões de euros, respectivamente, de aumento/diminuição dos custos financeiros (antes de impostos), considerando o efeito dos instrumentos de cobertura existentes. Em 2007, e relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento do impacto da volatilidade, derivado do maior peso dos instrumentos de taxa variável no perfil da dívida.

#### b) Taxas de câmbio

Na componente de dívida e de instrumentos financeiros derivados, os riscos existentes estão substancialmente cobertos por posições simétricas, pelo que a variabilidade dos resultados é reduzida. As exposições cambiais noutros instrumentos financeiros decorrem da actividade normal do Grupo, sendo os impactos nos resultados, decorrentes das flutuações das taxas de câmbio, pouco significativos.

#### 40. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas participadas e participantes	-	-	111	-
Outros accionistas	7.708	519	6.433	191
Fornecedores de imobilizado	42.486	18.997	26.221	19.616
Outros credores	23.142	1.299	17.162	34
	<u>73.336</u>	<u>20.814</u>	<u>49.928</u>	<u>19.841</u>

Em “Outros credores”, encontram-se relevados saldos a pagar a diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

#### 41. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Juros a pagar	18.855	-	17.808	-
Acréscimo de custos fiscais (a)	-	-	-	17.672
Remunerações a liquidar	18.339	-	16.689	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	10.523	162.093	4.404	128.309
Subsídios ao investimento	-	7.054	-	6.561
Licenças de emissão de CO2 (Nota 11) (b)	-	-	23	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	13.225	-	9.601	-
	<u>60.942</u>	<u>169.147</u>	<u>48.525</u>	<u>152.542</u>

- a) O normativo fiscal no Brasil inclui impostos que têm como base de incidência o valor da receita gerada em cada período. Uma das empresas participadas no Brasil está a questionar judicialmente a taxa de um dos referidos impostos, bem como a respectiva base de cálculo. O acréscimo de custos corresponde ao valor reclamado pelas autoridades fiscais desse país e que está a ser questionado por essa empresa. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o saldo relevado foi transferido para a rubrica de Outras provisões para riscos e encargos (Nota 35).
- b) No âmbito da transposição da Directiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelos governos de Portugal e de Espanha as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e as respectivas atribuições de licenças de emissão para os períodos de 2005 a 2007 e 2008 a 2012.

Relativamente às empresas do Grupo, foram consideradas oito instalações, quatro em Portugal (Fábrica de Cal Hidráulica do Cabo Mondego e Centros de Produção de Alhandra, Loulé e Souselas) e quatro em Espanha (Centros de Produção de Oural, Toral de los Vados, Córdoba e Niebla) tendo-lhes sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes a 4.015.279 toneladas de CO2 e 1.773.890 toneladas de CO2 (para o período de 2005 e 2007) e 4.053.897 e 2.025.769 (para o período de 2008 a 2012), respectivamente.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram estimadas emissões nestas instalações de 5.732.387 toneladas de CO<sub>2</sub>, ainda sujeitas a validação externa, possuindo o Grupo licenças de emissão em carteira que excedem com uma razoável margem de segurança as referidas estimativas.

## 42. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2007	2006
Fornecedores, conta corrente	145.371	101.823
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	11.422	12.770
Fornecedores, títulos a pagar	36.297	32.847
Adiantamentos de clientes	3.153	2.117
	<u>196.243</u>	<u>149.556</u>

## 43. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

2007	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Activos financeiros detidos até à maturidade	Outros passivos e empréstimos financeiros	Activos/ passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Total
<b>Activos:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	540.250	-	-	-	-	540.250
Clientes e adiantamentos a fornecedores	323.861	-	-	-	-	323.861
Outros investimentos	-	14.644	149.669	-	-	164.314
Outras dívidas de terceiros não correntes	11.880	-	-	-	-	11.880
Outras dívidas de terceiros correntes	22.800	-	-	-	-	22.800
Outros activos não correntes	-	-	-	-	4.655	4.655
Outros activos correntes	3.916	-	-	-	840	4.756
Acréscimos de proveitos correntes	1.717	-	-	-	-	1.717
<b>Total de activos financeiros</b>	<u>904.425</u>	<u>14.644</u>	<u>149.669</u>	<u>-</u>	<u>5.495</u>	<u>1.074.234</u>
<b>Passivos:</b>						
Empréstimos não correntes	-	-	-	1.065.906	258.341	1.324.247
Empréstimos correntes	-	-	-	623.481	-	623.481
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	-	196.243	-	196.243
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	20.814	-	20.814
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	-	73.336	-	73.336
Outros passivos não correntes	-	-	-	7.409	161.739	169.147
Outros passivos correntes	-	-	-	3.971	10.158	14.129
Acréscimos de custos correntes	-	-	-	46.813	-	46.813
<b>Total de passivos financeiros</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.037.973</u>	<u>430.238</u>	<u>2.468.211</u>
2006	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Activos financeiros detidos até à maturidade	Outros passivos financeiros	Activos/ passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Total
<b>Activos:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	489.441	-	-	-	-	489.441
Clientes e adiantamentos a fornecedores	263.795	-	-	-	-	263.795
Outros investimentos	-	153.338	-	-	-	153.338
Outras dívidas de terceiros não correntes	6.307	-	-	-	-	6.307
Outras dívidas de terceiros correntes	19.043	-	-	-	-	19.043
Outros activos não correntes	-	-	-	-	3.036	3.036
Outros activos correntes	2.682	-	-	-	788	3.470
Acréscimos de proveitos correntes	1.302	-	-	-	-	1.302
<b>Total de activos financeiros</b>	<u>782.570</u>	<u>153.338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.824</u>	<u>939.732</u>
<b>Passivos:</b>						
Empréstimos não correntes	-	-	-	1.069.069	288.336	1.357.405
Empréstimos correntes	-	-	-	60.256	-	60.256
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	-	149.556	-	149.556
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	19.841	-	19.841
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	-	49.928	-	49.928
Outros passivos não correntes	-	-	-	6.561	128.309	134.870
Acréscimos de custos não correntes	-	-	-	17.672	-	17.672
Outros passivos correntes	-	-	-	1.008	4.404	5.412
Acréscimos de custos correntes	-	-	-	43.113	-	43.113
<b>Total de passivos financeiros</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.417.004</u>	<u>421.049</u>	<u>1.838.053</u>

#### 44. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADAS

##### Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Numerário	444	474
Depósitos bancários	392.022	318.514
Títulos negociáveis	147.783	170.452
	<u>540.250</u>	<u>489.441</u>
Descobertos bancários (Nota 36)	(20.970)	(24.955)
	<u>519.280</u>	<u>464.486</u>

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os valores sacados de contas correntes com instituições financeiras.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os Depósitos bancários incluíam os saldos de duas *Escrow Accounts* constituídas no âmbito do processo de aquisição da empresa indiana Shree Digvijay Cement Company Limited, nos montantes 1.201.681 milhares de INR (equivalente a 20.708 milhares de euros ao câmbio de fecho do ano) e 55.937 milhares de euros.

##### Recebimentos / pagamentos de empréstimos

Os fluxos mais significativos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 respeitam à emissão de papel comercial da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 160 milhões de euros, à contratação de um empréstimo bilateral de 280 milhões de euros e à utilização de várias linhas de crédito para a aquisição dos activos na Turquia, no montante de 158 milhões de euros.

##### Pagamentos provenientes de investimentos financeiros

Os pagamentos relativos a investimentos financeiros, realizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, respeitam essencialmente à aquisição das participações minoritárias no capital da Betão Liz, S.A. (33,37%) e Cimentaçor, Lda. (25%), no montante de 11.650 milhares de euros e ao aumento da participação (10,77%) no capital da Cimentos de Moçambique, S.A.R.L., no montante de 4.483 milhares de euros.

#### 45. PARTES RELACIONADAS

As transacções e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral e proporcional foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transacções entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhados abaixo:

## 2007

Partes Relacionadas	Saldos devedores		Saldos credores		Transacções			
	Clientes conta corrente	Outros devedores	Fornecedores conta corrente	Fornecedores de imobilizado	Fornecimentos de imobilizado	Fornecimentos e serviços externos	Compras mercadorias	Vendas e prestação de serviços
Empresas associadas	1.623	83	213	-	-	2.350	1.266	7.430
Outras	9.774	66	816	18.883	608	1.389	2.012	59.909
	<u>11.396</u>	<u>150</u>	<u>1.029</u>	<u>18.883</u>	<u>608</u>	<u>3.740</u>	<u>3.279</u>	<u>67.339</u>

## 2006

Partes Relacionadas	Saldos devedores		Saldos credores		Transacções			
	Clientes conta corrente	Outros devedores	Fornecedores conta corrente	Fornecedores de imobilizado	Fornecimentos de imobilizado	Fornecimentos e serviços externos	Compras mercadorias	Vendas e prestação de serviços
Empresas associadas	513	892	465	-	-	2.198	1.024	4.408
Outras	6.488	233	50	17.339	289	2.015	2.245	46.777
	<u>7.001</u>	<u>1.125</u>	<u>515</u>	<u>17.339</u>	<u>289</u>	<u>4.213</u>	<u>3.269</u>	<u>51.186</u>

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” estão incluídos os custos com o Contrato de Cooperação Industrial e Técnica assinado com a Lafarge S.A., cujas facturações nos anos de 2007 e 2006 ascenderam a 1.150 milhares de euros por ano. Este contrato, que foi assinado em 12 de Julho de 2002 e teve dois aditamentos, o último dos quais em Abril de 2005, termina em 31 de Março de 2009.

As transacções entre partes relacionadas incluem ainda operações de aquisição de participações sociais, de entre as quais, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, são de destacar:

- A aquisição ao Grupo Lafarge de 50% da Yibitas Lafarge Orta Anadolu Cimento Sanayi ve Ticaret A.S., actualmente denominada Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret A.S. (Nota 4), por cerca de 266,5 milhões de euros;
- Contrato celebrado no final do exercício de 2007 entre a Cimpor - Indústria de Cimento, S.A., e a C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A., mediante o qual, a segunda prometeu vender e a primeira prometeu adquirir, ou nomear quem adquira, a totalidade das acções representativas do capital da Teporset - Terminal Portuário de Setúbal, S.A. por 500 milhares de euros.

### Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direcção

Os benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e aos membros da Alta Direcção do Grupo, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Conselho de Administração	4.772	4.066
Alta Direcção	<u>6.433</u>	<u>5.539</u>
	<u>11.205</u>	<u>9.605</u>
Benefícios de curto prazo	9.795	8.543
Benefícios pós-emprego	275	260
Pagamentos com base em acções	<u>1.135</u>	<u>802</u>
	<u>11.205</u>	<u>9.605</u>

#### 46. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

##### Passivos contingentes

No decurso normal da sua actividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionadas com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatório. Face às naturezas dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respectivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da actividade desenvolvida, situação patrimonial e resultados das operações.

##### Garantias

Em 31 de Dezembro de 2007, as empresas do Grupo tinham prestado a terceiros garantias de 138.475 milhares de euros. Destas, 28.319 milhares de euros respeitam a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos dos exercícios de 1990 a 2003, cuja responsabilidade estimada está provisionada na rubrica de “Provisões para riscos legais e fiscais” (Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe das garantias prestadas a terceiros é como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Garantias prestadas:		
Por processos fiscais em curso	28.319	22.820
Sindicato bancário	54.214	60.000
A fornecedores	41.593	37.974
Outros	<u>14.349</u>	<u>68.720</u>
	<u>138.475</u>	<u>189.515</u>

##### Compromissos

No decurso normal da sua actividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

Em 1 de Abril de 2005, a NPC acordou com a *National Africans Women Alliance (NAWA)*, a venda de 26% do capital da S. C. Stone (Nota 4). Em 31 de Dezembro de 2007, esta transacção não foi ainda reconhecida pelo facto dos riscos e vantagens significativos inerentes àquela participação não terem sido transferidos para o comprador. De acordo com os termos acordados, decorrente daquela transacção não resultarão quaisquer perdas a serem reconhecidas.

De referir ainda a existência, em 31 de Dezembro de 2007, de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia de 70.473 milhares de euros, sendo os mais relevantes os oriundos das Áreas de Negócios de Portugal (21.882 milhares de euros), Espanha (19.099 milhares de euros), Marrocos (11.484 milhares de euros) e Egipto (10.451 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2007, foi assinado com a Grasim Industries Ltd., um contrato vinculativo, sujeito a um conjunto de condições precedentes, para a aquisição de 53,64% do capital social da empresa indiana Shree Digvilay Cement Company Limited (Shree Digvijay), cotada na Bolsa de Bombaim, assumindo simultaneamente o compromisso de proceder, imediatamente a seguir e conforme legalmente estipulado ao lançamento de uma oferta pública de aquisição sobre mais 20% do capital desta sociedade.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

#### **47. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2007 são os seguintes:

- Conclusão do processo de aquisição, pela Cimpor Inversiones, S.A., e por um total de aproximadamente 70 milhões de euros, de um conjunto de participações representativas de cerca de 73,63% do capital social da empresa indiana Shree Digvijay Cement Company Limited, cotada na Bolsa de Bombaim.
- Início do processo de valorização de Resíduos Industriais Perigosos na fábrica de Souselas (Portugal).
- Exercício da opção de compra detida pela Cecisa – Comércio Internacional, S.A., sobre 80% do capital da Cecime – Cimentos, S.A..
- Liquidação e dissolução da Betrans – Sociedade Produtora e Distribuidora de Betão Transmontano, S.A..
- Constituição da empresa Áridos Cosmos, S.L., totalmente detida pela sociedade Firmes y Hormigones Sani, S.L., cuja actividade de produção e comercialização de agregados passou a ser exercida pela primeira.
- Constituição da empresa Occidental de Áridos, S.L., e aquisição, por esta última, dos activos da sociedade Hormigones Hércules, S.L., afectos à actividade de produção e comercialização de agregados.
- Alienação, pela Corporación Noroeste de Hormigones e Áridos, S.L., de uma participação societária correspondente a 10% do capital da empresa Firmes y Hormigones Sani, S.L..
- Aquisição, através das subsidiárias espanholas Hormigones Hercules, S.L., e Occidental de Hormigones, S.L., e por um total de 15,5 milhões de euros, de três centrais de betão (duas na região de Sevilha e uma em Huelva) e da totalidade das

acções representativas do capital social da empresa Arenor Hormigones, S.L.U. (detentora, também na região de Sevilha, de mais três centrais de betão).

- Aquisição, através da subsidiária espanhola Occidental de Áridos, S.L., e pelo valor de 24,45 milhões de euros, de uma participação de 75% no capital social da empresa Arenor Áridos, S.L.U., que, em terrenos arrendados na região de Sevilha, explora um conjunto de pedreiras com um volume anual de produção de cerca de 2,5 milhões de toneladas de agregados. Os restantes 25% foram objecto de um contrato promessa de compra e venda, a executar no prazo de 3 anos, pelo valor de 8,15 milhões de euros.
- Aquisição, igualmente através da Occidental de Áridos, S.L., e pelo montante de 4,37 milhões de euros, da totalidade das quotas representativas do capital social da empresa Urgón y Trituración, S.L., que, explorando uma pedreira na região de Córdoba, produz anualmente cerca de 350 mil toneladas de agregados.
- Aquisição, pela Occidental de Hormigones, S.L., e pela importância de 1,86 milhões de euros, da totalidade das acções representativas do capital social da empresa Urgón, S.A., detentora de duas centrais de betão na região de Córdoba.
- Assinatura do contrato de compra de um novo moinho de cimento para a fábrica da Asment de Témara (Marrocos).
- Redução do capital social da Société Les Ciments de Jbel Oust (Tunísia) de TND 87.423.000 para TND 81.572.500, mediante a amortização de 58.505 acções detidas pela Cimpor Inversiones, S.A..
- Anúncio do projecto de ampliação da fábrica da Société Les Ciments de Jbel Oust (Tunísia), mediante a construção, em duas fases, de uma nova linha de produção de clínquer, com uma capacidade nominal de 2.000 tons/dia.
- Renovação das certificações dos Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2000) e de Gestão do Ambiente (ISO 14001:2004), tanto na AMCC como na ACCC (Egipto).
- Anúncio do projecto de construção de uma linha de produção de clínquer de 1.500 tons/dia, na unidade do Dondo (Moçambique), complementada com novas instalações de moagem e ensacagem.
- Transferência dos activos da empresa Sterkspruit Concrete para a sociedade Concrete Mix (Pty) Ltd. (África do Sul), de forma a concentrar nesta última toda a actividade do Grupo na área dos betões.
- Adjudicação dos trabalhos de construção da primeira linha de produção de clínquer de Shanting (5.000 toneladas/dia) e de uma nova moagem de cimento (um milhão de toneladas/ano), em Huaian (China).

#### **48. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2008, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 9 de Maio de 2008.

## Titulares de Participações Sociais Qualificadas <sup>(1)</sup>

Accionistas	Número de Acções	% do Capital Social <sup>(2)</sup>
<b>Teixeira Duarte, SGPS, S.A.</b> <sup>(3)</sup>	<b>137.943.645</b>	<b>20,53%</b>
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	84.255	0,01%
Através da sociedade, por si dominada, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	137.690.451	20,49%
Por si	35.988.245	5,36%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	572.120	0,09%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	101.130.086	15,05%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Tedal, SGPS, S.A.	67.206.400	10,00%
Por si	67.205.000	10,00%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.400	0,00%
Através da sociedade, por si integralmente dominada, TDCIM, SGPS, S.A.	33.923.686	5,05%
Através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, por si directamente participada, TDG, SGPS, S.A.	168.939	0,03%
<b>Manuel Fino, SGPS, S.A.</b>	<b>136.141.580</b>	<b>20,26%</b>
Por si	500	0,00%
Através das sociedades, por si integralmente dominadas, Limar, Limited e Jevon, Limited.	136.141.080	20,26%
Através da sociedade Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. <sup>(4)</sup> , dominada pela Limar, Limited e participada pela Jevon, Limited.	136.141.080	20,26%
Por si	136.140.000	20,26%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.080	0,00%
<b>Lafarge, S.A.</b>	<b>115.989.135</b>	<b>17,26%</b>
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	2.940	0,00%
Através da sociedade Société Financière Immobilière et Mobilière, SAS (Sofimo), por si controlada	115.986.195	17,26%
Através da sociedade, por si controlada, Lafarge Cimentos, S.A.	84.911.195	12,64%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	3.490	0,00%
Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda., por si controlada	84.907.705	12,64%
Através da sociedade Financière Lafarge, SAS, por si controlada	31.075.000	4,62%
<b>Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e Fundo de Pensões do BCP</b>	<b>67.474.186</b>	<b>10,04%</b>
Banco Comercial Português, S.A. e entidades consigo relacionadas <sup>(5)</sup>	274.186	0,04%
Banco Comercial Português, S.A.	500	0,00%
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	261.586	0,04%
Fundação Banco Comercial Português	12.100	0,00%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, S.A.	67.200.000	10,00%
<b>Bipadosa, S.A.</b>	<b>31.870.986</b>	<b>4,74%</b>
Através da sociedade Metalúrgica Galaica, S.A., integralmente por si detida	31.870.986	4,74%
Através da sociedade Atlansider, SGPS, S.A., detida a 50% pela sociedade LAF 98, S.L., integralmente por si detida	31.870.986	4,74%
Por si	31.453.576	4,68%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	105.110	0,02%
Através da sociedade, integralmente por si detida, Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.	312.300	0,05%
Através da sociedade, por si detida a 50%, Atlansider, SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>	31.870.986	4,74%
Por si	31.453.576	4,68%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	105.110	0,02%
Através da sociedade, integralmente por si detida, Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda.	312.300	0,05%

(1) Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e informações recebidas pela sociedade para efeitos do artigo 447º do CSC relativas às posições a 31.12.2007.

(2) Com direito de voto.

(3) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., Tedal, SGPS, S.A. e TDG, SGPS, S.A., conforme entendimento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

(4) A sociedade é integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A.

(5) Conforme previsto no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

(6) Acções só imputadas uma vez no apuramento da posição da Metalúrgica Galaica, S.A.

## Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

### Conselho de Administração e Fiscalização

Accionistas	Ações	N.º Títulos 31-12-06	N.º Títulos 31-12-07	Movimentos em 2007			Data
				Aquisições	Alienações	P.U.	
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	102.380	104.360	1.980		5,03	17-Mai-07
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	3.100	3.440	340		5,03	17-Mai-07
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	2.600	2.940	340		5,03	17-Mai-07
Jean Carlos Angulo (Engº)	Cimpor	2.500	3.490	990		5,03	17-Mai-07
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Engº)	Cimpor	124.000	156.780	34.000 40.000 40.000 1.780 40.000 1000	91.500 32.500	3,20 3,30 4,05 6,25 5,03 4,90 7,10 5,65	14-Mar-07 14-Mar-07 14-Mar-07 28-Mar-07 17-Mai-07 25-Mai-07 29-Mai-07 25-Set-07
Luís Filipe Sequeira Martins (Engº)	Cimpor	94.020	80.000	27.000 31.000  1.680 20.000	12.394 1.570 6.036  23.700 50.000	3,20 3,30 6,68 6,67 6,66 5,03 4,90 7,15 7,21	14-Mar-07 14-Mar-07 16-Abr-07 16-Abr-07 16-Abr-07 17-Mai-07 25-Mai-07 30-Mai-07 17-Jul-07
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	236.420	330.600	27.000 31.000 25.000 1.680 25.000	15.500	3,20 3,30 4,05 5,03 4,90 7,38	14-Mar-07 14-Mar-07 14-Mar-07 17-Mai-07 25-Mai-07 04-Jun-07
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	379.140	554.970	40.000 44.000 40.000 1.830 50.000		3,20 3,30 4,05 5,03 4,90	14-Mar-07 14-Mar-07 14-Mar-07 17-Mai-07 25-Mai-07
Vicente Arias Mosquera (Dr.)	Cimpor	1.480	1.820	340		5,03	17-Mai-07
José Manuel Baptista Fino (Sr.)	Cimpor	330	670	340		5,03	17-Mai-07
José Enrique Freire Arteta (Dr.)	Cimpor	410	750	340		5,03	17-Mai-07
Jaime de Macedo Santos Bastos (Dr.)	Cimpor		26.650 <sup>(1)</sup>				

#### Notas:

(1) Posição inalterada desde a data de início do seu mandato, a 11 de Maio de 2007.

## Sociedades ( alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

### Aquisições e Alienações de Títulos:

	Nº Títulos 31-12-2006	N.º Títulos 31-12-2007	Aquisições	Alienações	Preço Unitário	Data
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. (1)	42.500.000					
				44.300	6,18	26-Jan-07
				55.700	6,18	29-Jan-07
				50.000	6,20	30-Jan-07
				50.000	6,24	31-Jan-07
				50.000	6,28	1-Fev-07
				50.000	6,30	2-Fev-07
				50.000	6,29	5-Fev-07
				50.000	6,32	6-Fev-07
				50.000	6,43	13-Fev-07
				50.000	6,41	14-Fev-07
				60.702	6,09	20-Mar-07
				139.298	6,16	21-Mar-07
				50.000	6,30	22-Mar-07
				50.000	6,32	23-Mar-07
				7.500	6,30	29-Mar-07
				17.500	6,30	2-Abr-07
				37.359	6,33	2-Abr-07
				42.500	6,40	4-Abr-07
				12.641	6,35	4-Abr-07
				17.500	6,43	5-Abr-07
				65.000	7,43	11-Abr-07
				55.000	6,11	7-Nov-07
				641.000	6,20	12-Nov-07
				54.000	6,17	13-Nov-07
				20.000	6,10	22-Nov-07
				1.000.000	6,23	7-Dez-07
				730.000	6,22	7-Dez-07
				839.233	6,29	10-Dez-07
				100.000	6,30	11-Dez-07
				60.767	6,29	11-Dez-07
				557.770	6,30	11-Dez-07
				1.056.991	6,27	12-Dez-07
				343.009	6,23	13-Dez-07
				53.985	6,20	27-Dez-07
		35.988.245				
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	19.632.290					
			110.000		5,90	5-Mar-07
			23.076		5,97	6-Mar-07
			34.331		6,00	14-Mar-07
			30.000		6,00	15-Mar-07
			56.718		6,00	16-Mar-07
			600.000		6,43	11-Set-07
			300.000		6,29	12-Set-07
			50.000		6,15	13-Set-07
			158.000		6,06	14-Set-07
			300.000		5,98	17-Set-07
			912.500		5,99	17-Set-07
			166.504		5,96	18-Set-07
			50.000		5,96	18-Set-07
			169.555		5,99	20-Set-07
			60.000		6,01	20-Set-07
			1.050.000		6,01	21-Set-07
			183.476		5,99	21-Set-07
			200.000		5,93	24-Set-07
			80.000		5,92	24-Set-07
			730.000		5,71	25-Set-07
			95.000		5,68	25-Set-07
			600.000		5,65	26-Set-07
			70.000		5,66	26-Set-07
			250.000		5,85	27-Set-07
			20.000		5,83	27-Set-07
			250.000		5,82	28-Set-07
			50.000		5,82	28-Set-07
			250.000		5,93	1-Out-07
			60.000		6,13	3-Out-07
			55.000		6,21	4-Out-07
			100.000		6,28	9-Out-07
			100.000		6,33	10-Out-07
			100.000		6,31	11-Out-07

		92.820	6,23	12-Out-07	
		47.000	6,23	12-Out-07	
		100.000	6,25	15-Out-07	
		70.000	6,24	15-Out-07	
		800.000	6,14	16-Out-07	
		50.000	6,12	16-Out-07	
		100.000	6,18	17-Out-07	
		30.000	6,17	17-Out-07	
		100.000	6,24	18-Out-07	
		50.000	6,22	18-Out-07	
		100.000	6,18	19-Out-07	
		50.000	6,16	19-Out-07	
		100.000	5,98	22-Out-07	
		200.000	5,97	22-Out-07	
		100.000	6,00	23-Out-07	
		88.591	5,97	23-Out-07	
		100.000	6,02	24-Out-07	
		60.000	6,01	24-Out-07	
		100.000	6,03	25-Out-07	
		20.000	6,02	25-Out-07	
		100.000	6,07	26-Out-07	
		58.061	6,27	29-Out-07	
		100.000	6,26	30-Out-07	
		5.000	6,25	30-Out-07	
		85.654	6,24	31-Out-07	
		50.000	6,25	31-Out-07	
		100.000	6,20	1-Nov-07	
		50.000	6,16	1-Nov-07	
		230.000	6,10	2-Nov-07	
		110.000	6,07	2-Nov-07	
		100.000	6,04	5-Nov-07	
		200.000	6,03	5-Nov-07	
		100.000	6,03	6-Nov-07	
		200.000	6,03	6-Nov-07	
		100.000	6,06	7-Nov-07	
		50.000	6,07	7-Nov-07	
		100.000	6,04	8-Nov-07	
		100.000	6,03	8-Nov-07	
		100.000	6,03	9-Nov-07	
		260.000	6,03	9-Nov-07	
		31.453.576			
Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	312.300				
		312.300			
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	127.825.000				
		2.000.000	6,13	2-Set-07	
		5.000.000	6,04	9-Nov-07	
		564.512	6,03	22-Nov-07	
		275.488	6,06	23-Nov-07	
		440.000	6,03	28-Nov-07	
		15.000	6,09	18-Dez-07	
		20.000	6,13	21-Dez-07	
		136.140.000			
Caxalp, SGPS, Lda. (5)	362.000				
		91.500	6,25	28-Mar-07	
		32.500	6,90	24-Mai-07	
			50.000	7,35	4-Jun-07
		10.000	6,95	6-Jun-07	
		10.000	6,94	6-Jun-07	
		10.000	6,93	6-Jun-07	
		10.000	6,91	7-Jun-07	
		10.000	6,90	7-Jun-07	
		25.000	5,66	26-Set-07	
		5.000	5,68	26-Set-07	
		10.000	5,67	26-Set-07	
		526.000			

Onerações e Desonerações de Títulos:

	N.º Títulos 31-12-2006	N.º Títulos 31-12-2007
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. (1)	33.042.230	33.042.230
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	125.282.000	125.282.000

**Notas:**

- (1) Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Dr.), como membro do Conselho de Administração.
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof.), e José Enrique Freire Arteta (Dr.), como membros do Conselho de Administração.
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr.), como Gerente.
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração.
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.), como Sócio Gerente.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2007

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”) e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2007, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

### **1. Actuação do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas especialmente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das actas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada nas circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com a Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões mensais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e suas participadas, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação de demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido verificado o respectivo perímetro de consolidação.

Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação localizadas em Portugal, foram apreciados os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis. Em relação às empresas sediadas no estrangeiro, foram apreciados os relatórios emitidos pelos seus auditores, descrevendo quer a forma como foram efectuados os respectivos trabalhos de auditoria, quer as respectivas conclusões.

## 2. Relatório Consolidado de Gestão

O Conselho de Administração desenvolve no seu Relatório de Gestão a evolução da empresa no ano de 2007, completando ainda essa informação com os factos mais relevantes ulteriormente ocorridos, e evidenciando bem aqueles que constituíram os principais marcos societários do exercício findo.

O volume de negócios em termos consolidados do Grupo Cimpor cresceu significativamente e, se bem que os custos operacionais tenham aumentado ainda percentualmente um pouco mais, os Resultados Líquidos do exercício superaram os do ano anterior.

Tal situação deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento da estratégia expansionista da Cimpor e à sua internacionalização crescente, com aumentos importantes na Turquia, no Egipto e em Cabo Verde e agora também com presença muito promissora na China, na Índia e no Perú.

Pretende assim a Cimpor minorar a esperada quebra, por natural maturidade, dos mercados de Portugal e de Espanha – que até hoje deram a maior contribuição de receita ao Grupo – com uma avisada investida em novos mercados com grande potencial de crescimento. Os mapas que individualizam os segmentos geográficos do negócio, mostram claramente esta evolução.

Mas é também esta ainda recente presença naqueles novos territórios geográficos que, juntamente com a subida de taxas de juro, preços da energia e de matérias-primas, que explica o maior crescimento dos custos operacionais acima referidos.

A expansão do Grupo determinou também um acréscimo do endividamento, sem no entanto afectar a notação de *rating* que se mantém em nível confortável.

A capitalização bolsista sofreu os efeitos da instabilidade financeira mundial – situação que continua preocupante – tendo registado no fim do ano um decréscimo de 4,6%.

As perspectivas para o ano de 2008 são, no entanto, na opinião do Conselho de Administração da Cimpor, bastante optimistas, mau grado a referida turbulência que afecta em particular as economias desenvolvidas. Assim, espera-se que o corrente ano seja globalmente positivo para o Grupo.

Finalmente, sublinhamos o continuado aperfeiçoamento da orgânica da Empresa, a sua crescente racionalização por áreas geográficas e a prossecução de uma política activa de desenvolvimento sustentável, continuando o Grupo Cimpor a caracterizar-se por um harmonioso crescimento empresarial, num entendimento correcto do que “globalização” deve significar.

### **3. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Nesta análise notou-se a aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

### **4. Conclusões**

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as Contas Consolidadas emitido pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspectos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afectem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Exprime ainda os seus agradecimentos ao Senhor Dr. João Norton dos Reis que, durante o exercício de 2007, ocupou o cargo de Vogal do Conselho Fiscal, e que, por motivos estritamente pessoais, foi forçado a renunciar ao cargo para que fora eleito. O seu mandato passou por isso a ser desempenhado pelo Vogal Suplente, Sr. Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos que, assim, assina o presente relatório.

Quer, finalmente, exarar um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Carlos Pereira Freire, cuja colaboração ao Conselho Fiscal da Cimpor, na sua qualidade de Revisor Oficial de Contas, foi sempre um exemplo de grande dedicação e profissionalismo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

### **5. Parecer**

O Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos e Gastos Reconhecidos, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, relativos ao exercício de 2007, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 21 de Abril de 2008

*(Assinatura ilegível)*

---

Ricardo José Minotti da Cruz-Filipe  
Presidente

*(Assinatura ilegível)*

---

Luís Black Freire d'Andrade  
Vogal

*(Assinatura ilegível)*

---

Jaime de Macedo Santos Bastos  
Vogal

## **DECLARAÇÃO**

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CIMPOR); e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CIMPOR e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 21 de Abril de 2008

### **O CONSELHO FISCAL**

*(Assinaturas ilegíveis)*

Ricardo José Minotti da Cruz Filipe  
(Presidente)

Luís Black Freire d'Andrade  
(Vogal)

Jaime de Macedo Santos Bastos  
(Vogal)

(ESTA PÁGINA FOI DEIXADA EM BRANCO INTENCIONALMENTE)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 4.833.968 milhares de Euros e capitais próprios de 1.899.281 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 304.073 milhares de Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos e gastos reconhecidos e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas filiais representadas e afiliadas, Deloitte Touche Tohmatsu e uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade solidária ou solidaária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

- Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 18 de Abril de 2008

(ASSINATURA ILEGÍVEL)

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Luís Falua Costa da Silva



**RELATÓRIO E CONTAS  
(INDIVIDUAIS)  
DO EXERCÍCIO DE 2007**

---

(ESTA PÁGINA FOI DEIXADA EM BRANCO INTENCIONALMENTE)



# I

## RELATÓRIO DE GESTÃO

---

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., faz ampla referência a todos os aspectos relativos não só ao Governo da Sociedade como, também, à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

## 1. Síntese da Actividade

O Volume de Negócios da Sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, em 2007, num valor sensivelmente idêntico ao registado no ano anterior: 4,9 milhões de euros. Já os custos operacionais, antes de amortizações e provisões, aumentaram perto de 13%, ultrapassando os 12,3 milhões de euros.

De acordo com a natureza da sua actividade, a principal fonte de resultados da Sociedade reside nos ganhos obtidos em empresas do Grupo e associadas (registados por aplicação do método da equivalência patrimonial), os quais, em 2007, atingiram, em termos líquidos, 250 milhões de euros (mais 4,9% que no ano anterior).

Este aumento, conjugado, sobretudo, com a redução das provisões em cerca de 5,7 milhões de euros e a obtenção de resultados extraordinários no valor de quase 3,9 milhões de euros, permitiu que os Resultados Líquidos do exercício aumentassem perto de 7,8%, cifrando-se em 251,3 milhões de euros.

## 2. Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social;
- No início de 2007, a CIMPOR detinha em carteira 2.766.810 acções próprias, tendo alienado aos seus colaboradores, no decurso do primeiro semestre, um total de 1.104.700 acções, a um preço médio de cerca de 3,97 euros, ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos no ponto 1.6. do capítulo I do Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada:

Data	Nº Acções	Preço (Eur)	Nota
14 Março	249.500	3,20	(1)
14 Março	272.970	3,30	(1)
14 Março	214.830	4,05	(1)
17 Maio	128.650	5,03	(2)
25 Maio	238.750	4,90	(3)

(1) Planos de Atribuição de Opções (2004, 2005 e 2006)

(2) Plano de Aquisição de Acções (2007)

(3) Plano de Atribuição de Opções (2007)

Com o intuito de dar continuidade à política de incentivos adoptada pelo Grupo e visando a satisfação dos compromissos decorrentes dos referidos planos de atribuição de opções de compra de acções, foram entretanto adquiridas, ao

longo de 2007, um total de 2.340.099 acções, a um preço médio unitário de 6,14 euros por acção:

Data	Nº Acções	Preço (Eur)	Data	Nº Acções	Preço (Eur)
19 Março	10.951	6,02	14 Setembro	10.612	6,05
	30.000	6,04		21.228	6,06
	16.000	6,05		49.903	6,07
	10.000	6,06		30.000	6,08
20 Março	14.000	6,03	10.000	6,09	
	20.000	6,04	25.000	6,10	
	60.000	6,05	1.289	6,11	
21 Março	20.000	6,16	36.157	6,12	
	15.000	6,22	31.168	6,13	
22 Março	20.000	6,25	25.000	6,14	
	20.000	6,29	17 Setembro	57.693	5,93
	20.000	6,31		11.500	5,94
	20.000	6,33		55.000	5,95
20.000	6,34	45.000		5,96	
23 Março	20.000	6,30	105.000	5,97	
	20.041	6,31	58.000	5,98	
26 Março	20.000	6,45	61.000	5,99	
	20.000	6,47	71.562	6,00	
	20.000	6,48	25.000	6,01	
	18.990	6,49	18 Setembro	5.000	5,89
20.000	6,50	11.581		5,90	
11 Setembro	70.780	6,25		1.145	5,91
	20.000	6,26		10.000	5,92
	30.000	6,27	26.834	5,93	
	30.000	6,28	10.000	5,95	
13 Setembro	63.000	6,29	25.000	5,97	
	93.142	6,30	11.000	5,99	
	23.194	6,12	10.000	6,01	
	41.105	6,16	1.561	6,03	
	86.407	6,17	15.000	6,04	
	60.636	6,18	15.000	6,05	
	33.090	6,19	10.000	6,06	
	98.007	6,20	19 Setembro	5.000	6,19
30.000	6,21	10.200		6,20	
21.450	6,22	10.748		6,21	
11.029	6,23	24.000		6,22	
14 Setembro	30.198	6,25	46.000	6,23	
	10.000	5,98	43.124	6,25	
	15.228	5,99	24.000	6,26	
	14.546	6,01	20.000	6,27	
	10.000	6,03	13.000	6,28	
	15.000	6,04	20.000	6,29	

Por conseguinte, o número de acções próprias em carteira no final de 2007 era de 4.002.209, correspondentes a 0,6% do capital social.

- Para além da alienação de acções próprias ao abrigo dos planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções referidos nos pontos 1.6. e 4.4. do capítulo I do Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada, não se verificaram quaisquer outros negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

### **3. Eventos Subsequentes**

Para além dos factos referidos no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo CIMPOR, não se verificaram, após o termo do exercício de 2006, quaisquer outros eventos que justifiquem especial menção.

### **4. Perspectivas para 2008**

A provável evolução do consumo de cimento nos diferentes mercados onde o Grupo está presente e as expectativas existentes quanto ao comportamento dos respectivos preços de venda permitem encarar o ano de 2008 com algum optimismo em quase todas as Áreas de Negócios. Espanha e Turquia serão previsivelmente as excepções, em resultado da forte desaceleração do mercado imobiliário e do excesso de capacidade instalada, respectivamente. A integração da empresa indiana recentemente adquirida, a conclusão da nova linha de produção de clínquer da África do Sul, a normalização das operações no Egipto e a recuperação dos preços de venda no Brasil são os factores que mais deverão pesar no aumento do Volume de Negócios do Grupo e/ou das suas margens operacionais.

### **5. Proposta de Aplicação de Resultados**

Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2007 cifrou-se, em termos individuais, em 251.283.986,84 euros.

No respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do Grupo, propõe-se a seguinte aplicação para o valor dos resultados líquidos:

- Afectação da importância de 12.565.000,00 euros, correspondente a 5% do resultado líquido, ao reforço da Reserva Legal;
- Atribuição de gratificações aos administradores e restantes colaboradores que, no final de Dezembro de 2007, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no montante máximo de 3.000.000 euros;
- Distribuição aos accionistas de um dividendo bruto de 0,230 euros por acção;
- Transferência da importância sobranete para Resultados Transitados.

Lisboa, 17 de Abril de 2008

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Árias Mosquera

José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

(ESTA PÁGINA FOI DEIXADA EM BRANCO INTENCIONALMENTE)



II

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO  
DAS  
CONTAS DA *HOLDING***

---

**CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Montantes expressos em milhares de euros)

Activo	Notas	2007		2006		Capital próprio e passivo	Notas	2007	2006
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
<b>IMOBILIZADO:</b>						<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>						Capital	36 e 40	672.000	672.000
Propriedade industrial e outros direitos	10	900	(180)	720	-	Ações próprias:			
						Valor nominal	40	(4.002)	(2.767)
						Descontos e prémios	40	(15.924)	(6.528)
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>						Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	310.142	210.914
Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409	-	2.409	2.409	Reservas de reavaliação	40	1.811	1.853
Edifícios e outras construções	10 e 13	8.947	(5.341)	3.606	3.684	Reserva legal	40	106.900	95.200
Equipamento básico	10 e 13	3.095	(3.064)	31	37	Outras reservas	40	174.650	174.174
Equipamento de transporte	10 e 13	383	(262)	121	51	Resultados transitados	40	(160.015)	(178.008)
Equipamento administrativo	10 e 13	5.346	(5.027)	319	319	Resultado líquido do exercício	40	251.284	233.171
Imobilizações em curso	10	-	-	-	8	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.336.845</b>	<b>1.200.010</b>
		20.181	(13.694)	6.487	6.508				
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>						<b>PASSIVO:</b>			
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	1.407.145	-	1.407.145	1.266.975	<b>PROVISÕES:</b>			
Titulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	4.124	(4.051)	73	73	Provisões para impostos	6 e 34	91.930	87.887
		1.411.269	(4.051)	1.407.219	1.267.049	Outras provisões	34	31	3.672
								<b>91.961</b>	<b>91.558</b>
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:</b>						<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:</b>			
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	3.214	(3.212)	3	3	Dívidas a instituições de crédito	50	-	5.000
Outros accionistas	21 e 23	283	(283)	-	-				
Outros devedores	21 e 23	332	(328)	4	4	<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:</b>			
		3.829	(3.822)	7	7	Dívidas a instituições de crédito	50	5.000	21.782
						Fornecedores, conta corrente		692	408
<b>CIRCULANTE:</b>						Empresas do grupo	16	296	108.116
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:</b>						Fornecedores de imobilizado, conta corrente		3	-
Empresas do grupo	16	22.342	-	22.342	30.943	Estado e outros entes públicos	48	3.522	9.151
Adiantamentos a fornecedores		21	-	21	21	Outros credores		28	23
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3	-	3	3			<b>9.541</b>	<b>139.479</b>
Estado e outros entes públicos	48	1.365	-	1.365	1.365				
Outros devedores		122	-	122	747	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
		23.852	-	23.852	33.078	Acréscimos de custos	49	1.309	56.914
<b>DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:</b>						Passivos por impostos diferidos	6 e 13	287	301
Depósitos bancários		857	-	857	130.252			<b>1.596</b>	<b>57.215</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>									
Acréscimos de proveitos	49	3	-	3	85				
Custos diferidos	49	497	-	497	55.949				
Activos por impostos diferidos	6	304	-	304	333				
		804	-	804	56.367				
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>			<b>(13.874)</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>103.098</b>	<b>293.252</b>
<b>TOTAL DE AJUSTAMENTOS</b>			<b>(7.873)</b>			<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>1.439.944</b>	<b>1.493.261</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>1.461.691</b>	<b>(21.747)</b>	<b>1.439.944</b>	<b>1.493.261</b>				

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

**O Conselho de Administração**

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

CUSTOS E PERDAS		Notas	2007	2006	PROVEITOS E GANHOS		Notas	2007	2006
Fornecimentos e serviços externos			4.413	4.015	Prestações de serviços		16 e 44	4.894	4.879
Custos com o pessoal:					Proveitos suplementares		16	1.330	1.473
Remunerações			5.781	5.292	Reversões de amortizações e ajustamentos		21	298	156
Encargos sociais:					(B)			6.522	6.508
Pensões			133	130					
Outros			1.914	1.411	Ganhos em empresas do grupo e associadas		45	250.054	241.817
					Outros juros e proveitos similares:				
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		418	242	Relativos a empresas do grupo		16	3.642	8.000
Provisões	34		1.700	7.371	Outros		45	6.583	14.347
					(D)			260.279	264.164
Impostos			34	41				266.800	270.672
Outros custos e perdas operacionais			46	46	Proveitos e ganhos extraordinários		46	4.331	196
(A)			14.440	18.549					
Perdas em empresas do grupo e associadas	45		-	3.376					
Juros e custos similares:									
Relativos a empresas do grupo	16		2.015	1.451					
Outros	45		6.878	21.064					
(C)			23.333	44.440					
Custos e perdas extraordinários	46		443	209					
(E)			23.776	44.649					
Imposto s/rendimento do exercício	6		(3.928)	(6.952)					
(G)			19.848	37.697					
Resultado líquido do exercício			251.284	233.171	(F)				
			271.132	270.868				271.132	270.868
					Resultados operacionais:			(7.918)	(12.041)
					Resultados financeiros:			251.386	238.273
					Resultados correntes:			243.468	226.232
					Resultados antes de impostos:			247.356	226.218
					Resultado líquido do exercício:			251.284	233.171

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

**O Conselho de Administração**

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Vendas e prestações de serviços	16 e 44	4.894	4.879
Resultados brutos		4.894	4.879
Outros proveitos e ganhos operacionais		5.333	1.810
Custos administrativos		(12.659)	(11.091)
Outros custos e perdas operacionais		(2.024)	(7.663)
Resultados operacionais		(4.456)	(12.065)
Custo líquido de financiamento		(507)	(144)
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	45	250.054	238.441
Ganhos/(perdas) em outros investimentos		1.856	-
Resultados não frequentes		409	(13)
Resultados correntes		247.356	226.218
Impostos sobre os resultados correntes	6	3.928	6.952
Resultados líquidos		251.284	233.171
Resultados por acção (Euros)		0,37	0,35

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

**O Conselho de Administração**

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Léfèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>			
Recebimentos de clientes		117	144
Pagamentos a fornecedores		(4.631)	(4.596)
Pagamentos ao pessoal		<u>(10.505)</u>	<u>(10.024)</u>
Fluxos gerados pelas operações		(15.020)	(14.476)
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento		6.475	15.177
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		<u>7.215</u>	<u>6.052</u>
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(1.330)	6.753
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	1
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		<u>(56)</u>	<u>(50)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>(1.386)</u></u>	<u><u>6.703</u></u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	1	7.900	-
Imobilizações corpóreas		-	11
Juros e proveitos similares		2.990	3.646
Dividendos	2	145.248	124.770
Empréstimos relativos a empresas do grupo	3	<u>112.000</u>	-
		<u>268.138</u>	<u>128.427</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(6)
Imobilizações corpóreas		(964)	(68)
Empréstimos relativos a empresas do grupo	3	<u>(109.500)</u>	-
		<u>(110.464)</u>	<u>(74)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><u>157.673</u></u>	<u><u>128.353</u></u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		-	21.782
Venda de acções próprias		4.227	3.835
Empréstimos relativos a empresas do grupo		-	108.900
		<u>4.227</u>	<u>134.517</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(21.782)	(249)
Juros e custos similares		(1.892)	(322)
Dividendos		(143.951)	(127.191)
Aquisição de acções próprias		(14.371)	-
Empréstimos relativos a empresas do grupo	4	<u>(107.900)</u>	<u>(12.500)</u>
		<u>(289.895)</u>	<u>(140.263)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(285.668)</u></u>	<u><u>(5.746)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(129.381)	129.310
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		130.252	916
Efeito das diferenças de câmbio		(14)	26
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		857	130.252

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

**O Conselho de Administração**

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Léfèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

**Anexo à demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007**

(Valores expressos em milhares de euros)

**1. Recebimentos provenientes de investimentos financeiros**

	Valores recebidos no exercício
Venda da participação na Kandmad, Lda.	<u>7.900</u>

**2. Dividendos recebidos**

	Valores recebidos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	55.000
Cimpor Inversiones, S.A.	90.248
	<u>145.248</u>

**3. Empréstimos concedidos relativos a empresas do grupo**

	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	<u>109.500</u>	<u>112.000</u>

**4. Empréstimos obtidos relativos a empresas do grupo**

	Valores pagos no exercício
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	54.300
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	53.600
	<u>107.900</u>

**5. Outras informações**

- a) Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efectuados por conta do grupo fiscal.
- b) Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. tem como política apoiar financeiramente as empresas suas participadas, estando os respectivos movimentos devidamente reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Valores expressos em milhares de euros)

**NOTA INTRODUTÓRIA**

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituída em 26 de Março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Tunísia, Egipto, Turquia, Brasil, Perú, Moçambique, África do Sul, China e Cabo Verde (“Grupo Cimpor”), nas áreas de produção e comercialização de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas.

A Empresa detém as suas participações financeiras distribuídas, essencialmente, por duas Sub-Holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra, basicamente, as participações nas sociedades da área de negócios de Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

**3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, não reflectindo o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

Nos termos da legislação em vigor, a Empresa apresenta demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

**a) Imobilizações incorpóreas**

Esta rubrica compreende o direito adquirido relativo a uma fracção de uma aeronave, que se encontra registada ao custo e é amortizada pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

**b) Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais,

posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras. Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil		
Edifícios e outras construções	10	-	50
Equipamento básico	7	-	16
Equipamento de transporte	4	-	5
Equipamento administrativo	3	-	14

### c) Investimentos financeiros

#### Participações financeiras em empresas do grupo e associadas

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação deste método;
- as participações são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 45) e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital (Nota 40);
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem diferenças significativas são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

#### Trespases (Goodwill) de aquisição

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespases representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespases apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespases são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

#### Outros investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de um ajustamento para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável, excepto os títulos cotados em bolsa, os quais são valorizados ao justo valor, conforme as disposições da IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

**d) Activos e passivos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas” :

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – Efeitos de alteração em taxas de câmbio e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

**e) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença**

Algumas das empresas do grupo assumiram responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos dessas responsabilidades e dos correspondentes custos nas referidas empresas participadas encontram-se reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vinculo contratual à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. (“Cimpor Indústria”), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência e plano de assistência na doença em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

**f) Imposto sobre o rendimento**

O montante a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base nos resultados contabilísticos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

**g) Reservas de reavaliação**

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de valor do imobilizado, gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

**h) Provisões e ajustamentos**

As provisões e os ajustamentos são constituídos pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

**i) Especialização de exercícios**

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

**j) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, sendo que não são contratados instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

**Contabilidade de cobertura**

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas em “Outras reservas” na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de “cash-flow”, são incluídas na rubrica Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são incluídas na rubrica Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

#### Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os efeitos patrimoniais da contabilização destes instrumentos nas empresas do Grupo que os contratam, encontram-se reflectidos na rubrica de “Investimentos financeiros – Partes de capital em empresas do grupo”, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

#### **4. CÂMBIOS**

As cotações utilizadas para actualização das dívidas activas e passivas em moeda estrangeira, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram as seguintes:

Divisa	2007	2006
USD	1,4721	1,317
CHF	1,6547	1,6069
BRL	2,5963	2,8118
MZN	34,83	34,47
EGP	8,1072	7,5217

#### **6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo, neste caso, uma taxa agregada de 26,5%.

À Empresa e às suas participadas detidas em pelo menos 90%, sedeadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em IRC, à taxa normal mais elevada, aplica-se o regime especial de tributação dos grupos de sociedades – RETGS (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, deduzidos dos dividendos distribuídos, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do IRC, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa relativos a IRC até ao exercício de 2004, tendo-se iniciado a revisão do exercício de 2005.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 2004, surgiram correcções à matéria tributável e imposto, apuradas ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado vigente até 2000 e posteriormente ao abrigo do RETGS, sendo as correcções mais significativas relativas ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do activo imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas correcções não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de reclamações graciosas e/ou impugnações judiciais.

O Conselho de Administração entende que as provisões constituídas (Nota 34) reflectem de forma prudente os riscos associados à probabilidade das correcções virem a resultar em desembolsos futuros, estando nelas já incluído uma estimativa para os exercícios ainda não revistos.

Adicionalmente, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do imposto, por liquidações adicionais relativas a exercícios até ao ano 2001 ou por factos tributários influenciados por operações ocorridas até àquela data e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais podem ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 corresponde, essencialmente, a:

	<u>Base fiscal</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de imposto	247.356	
Diferenças temporárias	(60)	
Diferenças permanentes	<u>(255.562)</u>	
	<u>(8.266)</u>	
Encargo normal de imposto		(2.190)
Tributações autónomas		<u>22</u>
		(2.169)
Imposto diferido por reversão de diferenças temporárias no período		16
Contingências fiscais (Nota 34)		2.344
Correcção de exercícios anteriores		62
Ajustamento do imposto do grupo fiscal e outros		<u>(4.181)</u>
		<u>(3.928)</u>

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, os efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10 e 45).

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Reversão	Saldo final
Activos por impostos diferidos:			
Ajustamento de dívidas a receber	313	(20)	293
Provisões	20	(9)	11
	<u>333</u>	<u>(29)</u>	<u>304</u>
Passivos por impostos diferidos:			
Reavaliações de imobilizações corpóreas (Nota 13)	301	(13)	287
	<u>301</u>	<u>(13)</u>	<u>287</u>

## 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa teve ao seu serviço, em média, 62 empregados, dos quais 48 em regime de cedência pela Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A..

## 10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas e corpóreas e dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Diminuições	Transferências e abates	
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	900	-	-	900
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	2.409	-	-	-	-	2.409
Edifícios e outras construções	8.845	-	102	-	-	8.947
Equipamento básico	3.095	-	-	-	-	3.095
Equipamento de transporte	279	-	116	(13)	-	383
Equipamento administrativo	5.357	-	6	-	(16)	5.346
Imobilizações em curso	8	-	-	(8)	-	-
	<u>19.993</u>	<u>-</u>	<u>225</u>	<u>(21)</u>	<u>(16)</u>	<u>20.181</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	1.266.975	147.464	-	(7.294)	-	1.407.145
Títulos e outras aplicações financeiras	4.124	-	-	-	-	4.124
	<u>1.271.101</u>	<u>147.464</u>	<u>-</u>	<u>(7.294)</u>	<u>-</u>	<u>1.411.269</u>

Rubricas	Amortizações e ajustamentos			
	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Propriedade industrial e outros direitos	-	180	-	180
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Edifícios e outras construções	5.161	181	-	5.341
Equipamento básico	3.058	7	-	3.064
Equipamento de transporte	229	46	(13)	262
Equipamento administrativo	5.038	5	(16)	5.027
	<u>13.484</u>	<u>238</u>	<u>(29)</u>	<u>13.694</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	4.051	-	-	4.051
	<u>4.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.051</u>

A aplicação do método da equivalência patrimonial, em 31 de Dezembro de 2007, aos investimentos financeiros em empresas do grupo teve o seguinte impacto:

	Ganhos em empresas do grupo (Nota 45)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Total
Cement Services Company	40	(7)	-	33
Cimpor Financial Operations, B.V.	496	-	-	496
Cimpor Inversiones, S.A.	129.413	(28.955)	(90.248)	10.210
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	118.058	71.205	(55.000)	134.262
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.257	-	-	1.257
Cimpor Tec, S.A.	791	-	-	791
Kandmad, SGPS, Lda.	-	415	-	415
	<u>250.054</u>	<u>42.658</u>	<u>(145.248)</u>	<u>147.464</u>

Os ajustamentos de partes de capital relativos à Cimpor Inversiones incorporam indirectamente: (i) efeito da adopção das disposições do IAS 39 relativamente a contabilidade de cobertura e registo de instrumentos financeiros derivados; e, (ii) efeito da conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira.

A redução nos investimentos financeiros respeita à alienação de 85% do capital da Kandmad, SGPS, Lda., por 7.900 milhares de euros, na sequência do contrato de cessão de quotas celebrado entre a Empresa e a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., em 11 de Abril de 2007. Desta alienação, resultou uma mais-valia contabilística de 606 milhares de euros (Nota 46).

## 12. REAVALIAÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO CORPÓREO

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

## 13. QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e da correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2007, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359	2.050	2.409
Edifícios e outras construções	914	2.692	3.606
Equipamento básico	31	-	31
Equipamento de transporte	121	-	121
Equipamento administrativo	299	20	319
	<u>1.724</u>	<u>4.762</u>	<u>6.487</u>

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 287 milhares de euros (Nota 6).

## 16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2007, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Empresas do grupo	Capital social	Percentagem participação	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
<b>Partes de capital em empresas do grupo:</b>					
Cimpor Inversiones, S.A.	522.700.000	100	684.996	139.442	820.531
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	125.000.000	100	465.879	92.165	571.413
Cimpor Reinsurance, S.A.	1.225.000	95	13.861	922	10.138
Cimpor Financial Operations, B.V.	18.500	100	3.725	563	3.725
Cimpor Tec - Eng. e Serviços Téc. de Apoio ao Grupo, S.A.	50.000	100	1.121	406	1.220
Cement Services Company, S.A.E.	250.000	45	256	90	114
Cimpor Egypt For Cement (EGP)	2.468.919.536	0,00187894	285.805	17.908	5
Cimpor Ybitas Cimento A.S.	52.928.000.000	0,000000002	199.691	9.310	-
Ybitas Holding, A.S.	1.750.000.000	0,000000006	111.252	14.891	-
					<u>1.407.145</u>
<b>Títulos e outras aplicações financeiras, líquidos de ajustamentos:</b>					
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.					-
ICDS – Ind. Con. D. Services					41
Ambelis, S.A.					20
APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.					12
Nefele – C <sup>o</sup> .Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.					-
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.					-
					<u>73</u>
<b>Total de investimentos financeiros</b>					<u>1.407.219</u>

Nota: O capital social das empresas participadas está expresso nas moedas dos países respectivos.

O valor de balanço das partes de capital em empresas do Grupo corresponde à participação nos patrimónios das empresas indicadas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespases gerados na aquisição.

Os principais saldos com empresas do grupo, em 31 de Dezembro de 2007, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no exercício findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

	Saldos			Transacções					
	Empresas do grupo, saldos devedores	Fornecedores, conta corrente	Acréscimos e diferimentos	Empresas do grupo, saldos credores	Juros suportados (Nota 45)	Juros obtidos (Nota 45)	Prestações de serviços (Nota 44)	Proveitos suplementares	Fornecimentos e serviços externos
Agrepor Agregados, S.A.	86	-	-	-	-	-	-	73	3
Alempedras, Sociedade de Britas, Lda.	2	-	-	-	-	-	-	2	-
Betaçor-Fab. Bet. Artif. Cimento, S.A.	3	-	-	-	-	-	-	3	-
Betão Liz, S.A.	77	-	-	11	-	-	-	77	-
Cecisa - Comércio Internacional, S.A.	17	-	-	-	-	-	-	17	-
Cement Trading Activities, S.A.	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Clarga - Argamassas Secas, S.A.	27	-	-	-	-	-	-	27	-
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.	46	-	-	-	-	-	-	46	-
Cimpor - Indústria Cimentos, S.A.	9.794	-	7	233	-	1.535	4.650	20	1
Cimpor Betão - Indústria Betão Pronto, S.A.	420	-	-	8	-	-	-	421	-
Cimpor Finance Limited	38	-	-	-	-	-	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	12	-	18	-	-	-	-	12	-
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	247	-	-	-	88	-	60	-	-
Cimpor Inversiones, S.A.	3	-	208	-	1.841	2.107	154	1	-
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	111	-	-	-	87	-	30	-	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	11.133	-	-	-	-	-	-	1	3
Cimpor - Serviços Apoio à Gestão Empresas, S.A.	129	327	-	-	-	-	-	525	1.631
Cimpor Tec, S.A.	-	-	-	44	-	-	-	4	40
CTA - Comércio Internacional, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	7	-
Geofer - Prod.Com.de Bens Equip., S.A.	18	-	-	-	-	-	-	18	-
Ibera, S.A.	5	-	-	-	-	-	-	5	-
Imopar, SARL	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Jomatel - Emp. Mat. Construção, S.A.	22	-	-	-	-	-	-	22	-
Sacopor - Soc Emb e Sacos de Papel, S.A.	31	-	-	-	-	-	-	31	-
Scanang SGPS, Unipessoal, Lda	88	-	-	-	-	-	-	4	-
Scanang Trading Activities	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	15	-	-	-	-	-	-	15	-
	<u>22.342</u>	<u>327</u>	<u>233</u>	<u>296</u>	<u>2.015</u>	<u>3.642</u>	<u>4.894</u>	<u>1.330</u>	<u>1.678</u>

O saldo a receber da Cimpor Portugal, SGPS, S.A., corresponde ao IRC estimado a receber no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades (Nota 6).

O saldo a receber da Cimpor Indústria de Cimentos, S.A, inclui um valor de 9.000 milhares de euros, correspondente a apoio de tesouraria, o qual vence juros a taxas normais de mercado.

## 21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE AJUSTAMENTOS DO ACTIVO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo inicial	Utilização	Reversão	Saldo final
Dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	3.895	(386)	(298)	3.212
Outros devedores/accionistas	611	-	-	611
	<u>4.506</u>	<u>(386)</u>	<u>(298)</u>	<u>3.822</u>

## 23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2007, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, de 3.829 milhares de euros, as quais se encontravam ajustadas em 3.822 milhares de euros (Nota 21).

## 25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 75 milhares de euros relativos a abonos a regularizar, que incluem 51 milhares de euros de empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 6 milhares de euros.

### 31. COMPROMISSOS FINANCEIROS

#### Pensões de reforma e assistência na doença

Conforme mencionado na Nota 3 d), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.

As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas respectivas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Em 31 de Dezembro de 2007, as responsabilidades do Grupo com serviços passados perante empregados no activo e reformados ascendem a 97.741 milhares de euros, dos quais 79.300 milhares de euros estão financiados por fundos de pensões constituídos para o efeito.

As responsabilidades não financiadas, no montante de 18.441 milhares de euros, encontram-se registadas no passivo das respectivas empresas.

Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da Empresa e no valor dos seus investimentos financeiros.

#### Outros compromissos – investimentos e serviços

De referir ainda a existência, em 31 de Dezembro de 2007, de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia de 70.473 milhares de euros, sendo os mais relevantes os oriundos das Áreas de Negócios de Portugal (21.882 milhares de euros), Espanha (19.099 milhares de euros), Marrocos (11.484 milhares de euros) e Egipto (10.451 milhares de euros).

Em 1 de Fevereiro de 2005, foi celebrado um contrato de prestação de serviços entre a Empresa e a Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., que tem por objecto a prestação de serviços nas áreas administrativa, financeira, contabilística e dos recursos humanos. Este contrato implica um compromisso anual de 1.624 milhares de euros.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

#### Outros compromissos – cartas de conforto

As cartas de conforto prestadas, relativamente a operações de financiamento das empresas do Grupo, são as seguintes:

Cimpor Inversiones, S.A.	61.712
Corporacion Noroeste, S.A.	75.129
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	469
Cimpor Cimentos do Brasil, Ltda	5.466
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	2.483
	<u>145.258</u>

### 32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2007, a responsabilidade da Empresa por garantias bancárias prestadas totaliza 81.612 milhares de euros, as quais respeitam, por um lado, a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para impostos (Nota 34), e, por outro lado, a uma garantia prestada perante um sindicato bancário.

**34. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Diminuição (Nota 46)	Saldo final
Provisão para impostos (Nota 6)	87.887	4.044	-	91.930
Outros riscos e encargos	3.672	-	(3.641)	31
	<u>91.558</u>	<u>4.044</u>	<u>(3.641)</u>	<u>91.961</u>

Os reforços das provisões para impostos cuja natureza é explicada na Nota 6, foram efectuados por contrapartida de:

Provisões	1.700
Imposto sobre o rendimento (Nota 6)	2.344
	<u>4.044</u>

**36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL**

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

**37. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO**

Em 31 de Dezembro de 2007, a Teixeira Duarte, SGPS, S.A. e Manuel Fino, SGPS, S.A., nos termos apresentados a seguir, constituem-se como as únicas entidades com mais de 20% do capital subscrito:

**Titulares de Participações Sociais Qualificadas (1)**

Accionistas	Nº de acções	Percentagem do capital social (2)
<b>Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (3)</b>	<b>137.943.645</b>	<b>20,53</b>
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	84.255	0,01
Através da sociedade, por si dominada, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	137.690.451	20,49
Por si	35.988.245	5,36
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	572.120	0,09
Através da sociedade, por si integralmente dominada, Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	101.130.086	15,05
Através da sociedade por si integralmente dominada Tedal, SGPS, S.A.	67.206.400	10,00
Por si	67.205.000	10,00
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.400	0,00
Através da sociedade por si integralmente dominada TDCIM, SGPS, S.A.	33.923.686	5,05
Através dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, por si directamente participada, TDG, SGPS, S.A.	168.939	0,03
<b>Manuel Fino, SGPS, S.A.</b>	<b>136.141.580</b>	<b>20,26</b>
Por si	500	0,00
Através das sociedades, por si integralmente dominadas, Limar, Limited e Jevon, Limited.	136.141.080	20,26
Através da sociedade Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. <sup>(4)</sup> , dominada pela Limar, Limited e participada pela Jevon, Limited.	136.141.080	20,26
Por si	136.140.000	20,26
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	1.080	0,00

(1) Conforme comunicados de participações qualificadas e informações recebidos pela sociedade para efeitos do artigo 447º do CSC relativas às posições a 31 de Dezembro de 2007.

(2) Com direito de voto.

(3) Participação social qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Tedal, SGPS, S.A. e TDG, SGPS, S.A., conforme entendimento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

(4) A sociedade é integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A.

**39. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

No exercício em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica “Resultados transitados” de 42 milhares de euros, correspondente aos bens alienados ou amortizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

**40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação dos resultados	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final
Capital	672.000	-	-	-	-	672.000
Acções próprias	(9.295)	-	3.739	-	(14.371)	(19.926)
Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo	210.914	-	71.620	56.569	(28.962)	310.142
Reservas de reavaliação (Notas 13 e 39)	1.853	-	-	(42)	-	1.811
Reserva legal	95.200	11.700	-	-	-	106.900
Outras reservas	174.174	-	476	-	-	174.650
Resultados transitados	(178.008)	74.520	-	(56.527)	-	(160.015)
Resultado líquido do exercício	233.171	(233.171)	251.284	-	-	251.284
	1.200.010	(146.951)	327.119	-	(43.332)	1.336.845

**Reserva de reavaliação:** Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

**Reserva legal:** De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

**Ajustamentos de partes de capital:**

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 correspondem a: (i) transferência de “Resultados transitados” para “Ajustamentos de partes de capital” dos resultados obtidos e não distribuídos pelas empresas participadas, cujos investimentos financeiros estão registados pelo método da equivalência patrimonial; (ii) ajustamentos ao valor dos investimentos financeiros decorrentes de variações patrimoniais nas empresas participadas não justificadas pelos respectivos resultados (Nota 10).

**Aplicação de resultados:**

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 11 de Maio de 2007, o resultado líquido do exercício de 2006 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	144.480
Gratificações a empregados	3.000
Resultados transitados	73.991
Reserva legal	11.700
	<u>233.171</u>

Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 529 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

**Acções próprias:**

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis

determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registados em reservas.

O movimento de acções próprias ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 compreende: (i) a alienação de 1.104.700 acções a diversos colaboradores do Grupo (Nota 52), pelo montante global de 4.386 milhares de euros, de que resultou um ganho, líquido de imposto, registado em "Outras reservas", de 476 milhares de euros; (ii) a aquisição de 2.340.099 acções em diversas operações de Bolsa, realizadas em Março e Setembro de 2007, pelo montante global de 14.371 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa detinha um total de 4.002.209 acções próprias (Nota 52).

#### 43. ÓRGÃOS SOCIAIS - REMUNERAÇÕES

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram como segue:

	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis	Remunerações Totais
Administradores Executivos	1.319	3.189	4.508
Administradores não Executivos	537	-	537
	<u>1.856</u>	<u>3.189</u>	<u>5.044</u>

#### 44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).

#### 45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 tinham a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados	8.780	22.299
Perdas em empresas do grupo e associadas	-	3.376
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	29
Outros custos e perdas financeiros	92	187
	<u>8.893</u>	<u>25.891</u>
Resultados financeiros	<u>251.386</u>	<u>238.273</u>
	<u>260.279</u>	<u>264.164</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos	10.221	22.342
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	250.054	241.817
Diferenças de câmbio favoráveis	4	5
	<u>260.279</u>	<u>264.164</u>

**46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 tinham a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Custos e perdas:</b>		
Donativos	62	72
Dívidas incobráveis clientes	199	3
Perdas em imobilizações	-	2
Outros custos e perdas extraordinários	182	133
	<u>443</u>	<u>209</u>
Resultados extraordinários	3.888	(13)
	<u>4.331</u>	<u>196</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Recuperação de dívidas	16	15
Ganhos em imobilizações	609	-
Redução provisões (Nota 34)	3.641	-
Correcções exercícos anteriores	35	2
Outros proveitos e ganhos extraordinários	31	179
	<u>4.331</u>	<u>196</u>

A rubrica de outros custos e perdas extraordinários no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 respeita integralmente a indemnizações por rescisões de contratos de trabalho, pagas a colaboradores.

Os ganhos em imobilizações incluem 606 milhares de euros referentes à mais-valia obtida na alienação da participação na Kandmad, SGPS, Lda. (Nota 10).

**48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos com estas entidades eram como segue:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1.333	3.232
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	32	108
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	87
Contribuições para a Segurança Social	-	94
	<u>1.365</u>	<u>3.522</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo credor de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas resulta do apuramento do imposto no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

**49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

<b>Acréscimos de proveitos</b>	
Juros a receber	<u><u>3</u></u>
<b>Custos diferidos</b>	
Instrumentos financeiros derivados (Nota 51)	208
Seguros	29
Outros	<u>259</u>
	<u><u>497</u></u>
<b>Acréscimos de custos</b>	
Remunerações a liquidar	986
Instrumentos financeiros derivados (Notas 16 e 51)	208
Juros a liquidar	8
Outros	<u>107</u>
	<u><u>1.309</u></u>

**50. FINANCIAMENTOS**

Os financiamentos, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, podem ser apresentados como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Médio e longo prazo:</b>		
Dívidas a instituições de crédito	<u>-</u>	<u>5.000</u>
<b>Curto prazo:</b>		
Dívidas a instituições de crédito	<u>5.000</u>	<u>21.782</u>
	<u><u>5.000</u></u>	<u><u>26.782</u></u>

O financiamento classificado de curto prazo em 31 de Dezembro de 2007 vence juros às taxas de mercado e será amortizado na totalidade em 2008.

**51. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS**

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, a Empresa procede à contratação de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, a que se encontra exposta através da sua participada CIMPOR Inversiones.

Para o efeito, a CIMPOR Holding e a CIMPOR Inversiones celebraram, no final de 2005, um contrato, de acordo com as disposições do ISDA (International Swaps and Derivatives Association), destinado a regular as operações de instrumentos derivados contratadas pela Empresa. As posições de cobertura existentes entre a Empresa e as contrapartes formais (instituições financeiras) eram replicadas com a CIMPOR Inversiones, ao abrigo do referido contrato, passando esta a ser a detentora de direitos e obrigações em relação às posições contratadas. Por este meio, eram criados activos/passivos na Empresa, que seriam mero reflexo das posições simétricas na CIMPOR Inversiones.

No final de 2007, foi finalizado o processo de transferência dos instrumentos derivados para a CIMPOR Inversiones, deixando a CIMPOR Holding de ser contraparte formal na quase totalidade das operações contratadas. Este processo culmina um conjunto de acções no âmbito da reorganização do processo de contratação de instrumentos financeiros pelo Grupo, iniciado com a concentração dos principais instrumentos de financiamento no balanço da CIMPOR Inversiones.

A Área de Operações Financeiras da Empresa continua a coordenar a política de cobertura de risco do Grupo e a centralizar a vertente operacional deste tipo de instrumentos, após analisar os riscos que afectam a carteira de activos e passivos do Grupo, verificando quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses mesmos riscos. A diferença relativamente ao modelo seguido no passado reside no facto de a Empresa ter deixado de ser contraparte formal das operações, sendo estas contratadas directamente pela CIMPOR Inversões.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos cash-flows previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa mantém-se como contraparte num derivado de taxa de juro, qualificado como de negociação por não cumprir com o estabelecido na IAS 39 sobre contabilidade de cobertura. (Nota 49).

## **52. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES**

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 11 de Maio de 2007, foram aprovados pelos accionistas um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição da qualidade de beneficiários deste Planos é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros, em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários do *Plano de aquisição de Acções pelos Colaboradores* é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

Aos beneficiários do *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor* é concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais) a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é também atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas), ao mesmo preço.

As opções exercidas e as acções adquiridas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram as seguintes:

PLANO	Nº acções	V. Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2004	249.500	3,20	14 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2005	272.970	3,30	14 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2006	214.830	4,05	14 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Iniciais - série 2007	238.750	4,90	25 de Maio
Aquisição de Acções pelos colaboradores - ano 2007	128.650	5,03	17 de Maio
	1.104.700		

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos (Nota 40).

#### 54. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos mais relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2007 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão sobre a Actividade Consolidada.

## 55. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### 55.1 – Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais

De acordo com o prescrito no nº 5 do Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, com as acções pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Accionistas	Acções	N.º Títulos 31-12-06	N.º Títulos 31-12-07	Movimentos em 2007			Data
				Aquisições	Alienações	P.U.	
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	102.380		1.980		5,03	17-Mai-07
			104.360				
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	3.100		340		5,03	17-Mai-07
			3.440				
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	2.600		340		5,03	17-Mai-07
			2.940				
Jean Carlos Angulo (Engº)	Cimpor	2.500		990		5,03	17-Mai-07
			3.490				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Engº)	Cimpor	124.000		34.000		3,20	14-Mar-07
				40.000		3,30	14-Mar-07
				40.000		4,05	14-Mar-07
					91.500	6,25	28-Mar-07
				1.780		5,03	17-Mai-07
				40.000		4,90	25-Mai-07
					32.500	7,10	29-Mai-07
				1000		5,65	25-Set-07
			156.780				
Luís Filipe Sequeira Martins (Engº)	Cimpor	94.020		27.000		3,20	14-Mar-07
				31.000		3,30	14-Mar-07
					12.394	6,68	16-Abr-07
					1.570	6,67	16-Abr-07
					6.036	6,66	16-Abr-07
				1.680		5,03	17-Mai-07
				20.000		4,90	25-Mai-07
					23.700	7,15	30-Mai-07
					50.000	7,21	17-Jul-07
			80.000				
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	236.420		27.000		3,20	14-Mar-07
				31.000		3,30	14-Mar-07
				25.000		4,05	14-Mar-07
				1.680		5,03	17-Mai-07
				25.000		4,90	25-Mai-07
					15.500	7,38	04-Jun-07
			330.600				
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	379.140		40.000		3,20	14-Mar-07
				44.000		3,30	14-Mar-07
				40.000		4,05	14-Mar-07
				1.830		5,03	17-Mai-07
				50.000		4,90	25-Mai-07
			554.970				
Vicente Arias Mosquera (Dr.)	Cimpor	1.480		340		5,03	17-Mai-07
			1.820				
José Manuel Baptista Fino (Sr.)	Cimpor	330		340		5,03	17-Mai-07
			670				
José Enrique Freire Arteta (Dr.)	Cimpor	410		340		5,03	17-Mai-07
			750				
Jaime de Macedo Santos Bastos (Dr.)	Cimpor		26.650 <sup>(1)</sup>				

**Notas:** (1) Posição inalterada desde a data de início do seu mandato, a 11 de Maio de 2007.

**Artº. 447º, nº2, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais**

## Aquisições e Alienações de Títulos:

	Nº. Títulos 31-12-2006	Nº. Títulos 31-12-07	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. (1)	42.500.000					
				44.300	6,18	26-Jan-07
				55.700	6,18	29-Jan-07
				50.000	6,20	30-Jan-07
				50.000	6,24	31-Jan-07
				50.000	6,28	1-Fev-07
				50.000	6,30	2-Fev-07
				50.000	6,29	5-Fev-07
				50.000	6,32	6-Fev-07
				50.000	6,43	13-Fev-07
				50.000	6,41	14-Fev-07
				60.702	6,09	20-Mar-07
				139.298	6,16	21-Mar-07
				50.000	6,30	22-Mar-07
				50.000	6,32	23-Mar-07
				7.500	6,30	29-Mar-07
				17.500	6,30	2-Abr-07
				37.359	6,33	2-Abr-07
				42.500	6,40	4-Abr-07
				12.641	6,35	4-Abr-07
				17.500	6,43	5-Abr-07
				65.000	7,43	11-Abr-07
				55.000	6,11	7-Nov-07
				641.000	6,20	12-Nov-07
				54.000	6,17	13-Nov-07
				20.000	6,10	22-Nov-07
				1.000.000	6,23	7-Dez-07
				730.000	6,22	7-Dez-07
				839.233	6,29	10-Dez-07
				100.000	6,30	11-Dez-07
				60.767	6,29	11-Dez-07
				557.770	6,30	11-Dez-07
				1.056.991	6,27	12-Dez-07
				343.009	6,23	13-Dez-07
				53.985	6,20	27-Dez-07
						35.988.245
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	19.632.290					
			110.000		5,90	5-Mar-07
			23.076		5,97	6-Mar-07
			34.331		6,00	14-Mar-07
			30.000		6,00	15-Mar-07
			56.718		6,00	16-Mar-07
			600.000		6,43	11-Set-07
			300.000		6,29	12-Set-07
			50.000		6,15	13-Set-07
			158.000		6,06	14-Set-07
			300.000		5,98	17-Set-07
			912.500		5,99	17-Set-07
			166.504		5,96	18-Set-07
			50.000		5,96	18-Set-07
			169.555		5,99	20-Set-07
			60.000		6,01	20-Set-07
			1.050.000		6,01	21-Set-07
			183.476		5,99	21-Set-07
			200.000		5,93	24-Set-07
			80.000		5,92	24-Set-07
			730.000		5,71	25-Set-07
			95.000		5,68	25-Set-07
			600.000		5,65	26-Set-07
			70.000		5,66	26-Set-07
			250.000		5,85	27-Set-07
			20.000		5,83	27-Set-07
			250.000		5,82	28-Set-07
			50.000		5,82	28-Set-07
			250.000		5,93	1-Out-07
			60.000		6,13	3-Out-07
			55.000		6,21	4-Out-07
			100.000		6,28	9-Out-07
			100.000		6,33	10-Out-07

	Nº. Títulos 31-12-2006	Nº. Títulos 31-12-07	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
			100.000		6,31	11-Out-07
			92.820		6,23	12-Out-07
			47.000		6,23	12-Out-07
			100.000		6,25	15-Out-07
			70.000		6,24	15-Out-07
			800.000		6,14	16-Out-07
			50.000		6,12	16-Out-07
			100.000		6,18	17-Out-07
			30.000		6,17	17-Out-07
			100.000		6,24	18-Out-07
			50.000		6,22	18-Out-07
			100.000		6,18	19-Out-07
			50.000		6,16	19-Out-07
			100.000		5,98	22-Out-07
			200.000		5,97	22-Out-07
			100.000		6,00	23-Out-07
			88.591		5,97	23-Out-07
			100.000		6,02	24-Out-07
			60.000		6,01	24-Out-07
			100.000		6,03	25-Out-07
			20.000		6,02	25-Out-07
			100.000		6,07	26-Out-07
			58.061		6,27	29-Out-07
			100.000		6,26	30-Out-07
			5.000		6,25	30-Out-07
			85.654		6,24	31-Out-07
			50.000		6,25	31-Out-07
			100.000		6,20	1-Nov-07
			50.000		6,16	1-Nov-07
			230.000		6,10	2-Nov-07
			110.000		6,07	2-Nov-07
			100.000		6,04	5-Nov-07
			200.000		6,03	5-Nov-07
			100.000		6,03	6-Nov-07
			200.000		6,03	6-Nov-07
			100.000		6,06	7-Nov-07
			50.000		6,07	7-Nov-07
			100.000		6,04	8-Nov-07
			100.000		6,03	8-Nov-07
			100.000		6,03	9-Nov-07
			260.000		6,03	9-Nov-07
		31.453.576				
Megasa – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	312.300	312.300				
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	127.825.000		2.000.000		6,13	2-Set-07
			5.000.000		6,04	9-Nov-07
			564.512		6,03	22-Nov-07
			275.488		6,06	23-Nov-07
			440.000		6,03	28-Nov-07
			15.000		6,09	18-Dez-07
			20.000		6,13	21-Dez-07
		136.140.000				
Caxalp, SGPS, Lda. (5)	362.000		91.500		6,25	28-Mar-2007
			32.500		6,90	24-Mai-2007
				50.000	7,35	4-Jun-2007
			10.000		6,95	6-Jun-2007
			10.000		6,94	6-Jun-2007
			10.000		6,93	6-Jun-2007
			10.000		6,91	7-Jun-2007
			10.000		6,90	7-Jun-2007
			25.000		5,66	26-Set-07
			5.000		5,68	26-Set-07
			10.000		5,67	26-Set-07
		526.000				

## Títulos Onerados:

	Nº. Títulos 31-12-2006	Nº. Títulos 31-12-07
Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A. (1)	33.042.230	33.042.230
Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.(4)	125.282.000	125.282.000

**Notas:**

- (1) Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte (Dr.), como membro do Conselho de Administração.
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof.), e José Enrique Freire Arteta (Dr.), como membros do Conselho de Administração.
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr.), como Gerente.
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração.
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.), como Sócio Gerente.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2007

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”) e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2007, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e apreciação das actas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com os demais responsáveis pela gestão, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos e informações considerados necessários.

No âmbito das nossas funções, analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal, bem como à observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que os supra citados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pela disponibilidade manifestada.

Lisboa, 21 de Abril de 2008

*(Assinatura ilegível)*

---

Ricardo José Minotti da Cruz-Filipe  
Presidente

*(Assinatura ilegível)*

---

Luís Black Freire d'Andrade  
Vogal

*(Assinatura ilegível)*

---

Jaime de Macedo Santos Bastos  
Vogal

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 1.439.944 milhares de Euros e capitais próprios de 1.336.845 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 251.284 milhares de Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão, com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada igualmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501.776.311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

## Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 18 de Abril de 2008

(ASSINATURA ILEGÍVEL)

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Luís Falua Costa da Silva